

observatório

VOLUME IV

criança





**ACOMPANHANDO A SITUAÇÃO DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MARANHÃO
DE 2003 A 2005**

São Luís – 2008

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini

Conselho de Associados:

Rogenir Almeida Santos Costa - Presidente
Maria Raimunda Araújo de Oliveira - Secretária de Finanças
Maria do Amparo Monteiro Melo Seibel - Secretária Geral

OBSERVATÓRIO CRIANÇA: ACOMPANHANDO A SITUAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MARANHÃO DE 2003 A 2005

Realização:

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini

Apoio: UNICEF

CEDCA/Fundo Estadual da Infância

Coordenação de Pesquisa:

Nelma Pereira da Silva

Consultoria Técnica de Pesquisa: Cândida da Costa -
Doutora em Ciências Sociais

Pesquisadoras e autoras:

Cândida da Costa - Doutora em Ciências Sociais
Lícia Cristina A. da Hora – Pedagoga, Especialista em
Metodologia do Ensino Superior
Selma Maria Muniz Marques – Especialista em Avaliação
de Políticas Públicas e Doutoranda em Políticas Públicas
Nelma Pereira da Silva – Psicóloga e Especialista em
Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes
Lília Penha Viana Silva – Mestra em Políticas Públicas e
Doutoranda em Políticas Públicas

Bolsistas de Pesquisa:

Adriana Avelar Alves
Andréa Joana Sodré de Sousa
Danielle Fonseca Veras
Fernanda Karina Nascimento Correia
Juliana Guedes Gonçalves
Pollyana Silva Câmara Araújo

Marca Observatório Criança

Alberes de Siqueira Cavalcanti

Observatório criança: acompanhando a situação dos direitos da
criança e do adolescente no Maranhão de 2003 a 2005 / Cândida da Costa,
Lícia Cristina A. da Hora, Selma Maria Muniz Marques, Nelma Pereira da
Silva e Lília Penha Viana Silva. – São Luís: CEDCA / CDMP, 2008.

v. 4, 276f. il.- (Projeto Observatório Criança)

ISBN 978-85-85048-99-0

1. Políticas Públicas – Crianças e Adolescentes – Maranhão –
2003-2005 1. Costa, Cândida da 2. Hora, Lícia Cristina A. da 3. Marques,
Selma Maria Muniz 4. Silva, Nelma Pereira da 5. Silva, Lília Penha Viana 6.
Título.

CDU 32 – 053.2 (812.1) “2003 – 2005”

DADOS INSTITUCIONAIS

Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Maranhão - Gestão 2007/2008

SOCIEDADE CIVIL

Titulares/ Suplente	Instituições
Jean Marie Alfons Emerentia Van Damme Iolanda Silva Ribeiro	PASTORAL DA CRIANÇA
Antonio Renato Gonçalves Pedrosa Elizabeth Maria de Farias Ramos	FUNDAÇÃO TERRE DES HOMENS
Cláudio Marcelo Araújo Amorim Jeane Sousa Pires	AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA INFÂNCIA – MATRACA
Maria da Graça Lima da Silva Alessandra de Jesus Barbosa Ignácio	BEM ESTAR FAMILIAR NO BRASIL – BEMFAM / MA
Marta Maria Andrade Maria Alcione Souza Nascimento	CENTRO DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA – AKONI
Ana Amélia Bandeira Barros Lígia Regina Santos Ferreira	CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO - CCN
Ana Célia Miranda Fonseca Valinhas Alcionara do Socorro Ferreira Santos	CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS
Eliane Souza Santos Lineuza Souza Castro	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS REVIVER - APAR
Giltarlã Araújo Lima Cátia Regina Coelho Lima	NÚCLEO DE VALORIZAÇÃO HUMANA SÓCIO-AMBIENTAL E CULTURAL DO CERRADO VIVO
Maria do Amparo Monteiro Melo Seibel Selmira Fernanda Ewerton Lisboa	CASA DA ACOLHIDA MARISTA – UNBEC OLHO D'ÁGUA

PODER PÚBLICO

Titulares/ Suplente	Instituições
Ana Lourena Moniz Costa Mariana Albano de Almeida	DEFENSORIA PÚBLICA – GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
Eurídice Nóbrega Vidigal Tânia Tereza Vidigal Cantanhêde	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA CIDADÃ
Ana Lúcia Nunes Ana Amélia Silva Braga	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Joaquim Franklin Ferreira de Aragão Neto Rosário de Fátima Santos	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE
Abdelaziz Aboud Santos Francisco Flávio Farias Filho	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPLAN
Sálvio Dino de Castro e Costa Júnior Maria Ribeiro da Conceição	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
Regina Maria Silva Galeno Valda Maria Rodrigues de Sousa	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Roseli de Oliveira Ramos Márcia Silva do Nascimento Torres	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDES
Maria José Rodolfo Nazareno Dayane Gomes da Silva Morevi	SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER - SEMU
Elisângela Correia Cardoso Carla Cecília Serrão Silva	FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUNAC / MA

DIRETORIA

Presidente - Jean Marie Alfons Emerentia Van Damme Vice Presidente – Marta Maria Andrade Secretária Geral – Maria José Rodolfo Nazareno
--

A todas as crianças e adolescentes, pelo direito a uma vida digna.

A G R A D E C I M E N T O S

Nossos agradecimentos se estendem a todos aqueles que direta ou indiretamente, colaboraram para que este trabalho se concretizasse.

Ao UNICEF, pelo apoio técnico e financeiro a este trabalho.

Às Instituições que disponibilizaram as informações pesquisadas.

SUMÁRIO

	LISTA DE TABELAS	13
	LISTA DE QUADROS	21
	LISTA DE SIGLAS	23
	APRESENTAÇÃO	25
1	INTRODUÇÃO	27
1.1	Concepção, objetivos e metodologia do Observatório Criança	27
1.2	O percurso da pesquisa	29
	CAPÍTULO I	
	INDICADORES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2003 A -2005	31
1	INTRODUÇÃO	33
2	UNIVERSO POPULACIONAL, RENDA E POBREZA	34
2.1	Universo populacional e famílias	34
2.2	Rendimentos e pobreza	37
2.3	Migração populacional	42
2.4	Condições socioeconômicas e oferta de serviços públicos	44
3	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CONSTRUÇÃO: o Sistema Único de Assistência Social- SUAS	47
3.1	A Modalidade Proteção Social Básica	49
3.1.1	Programa de Atenção Integral à Família – PAIF	49
3.1.2	Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	50
3.3	Serviços Específicos para o atendimento à Criança, à Família e à Pessoa Idosa	51
3.4	Modalidade Proteção Social Especial	51
3.4.1	Proteção social de média complexidade	51
3.4.2	Proteção social de alta complexidade	52
4	AÇÕES GOVERNAMENTAIS NA ESFERA ADMINISTRATIVA ESTADUAL	53
4.1	Programas	54
4.1.1	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	54
4.1.2	Programa Bolsa Família	56
4.1.3	Programa de Apoio à Criança - PAC (JOPA – Jornada Parcial; JOI – Jornada Integral; ASEF – Ações Sócio-Educativas da Família)	58
4.1.4	Programa Proteção Especial à Pessoa com Deficiência	59
4.1.5	Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	60
4.1.6	Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)	60
4.2	Ações desenvolvidas pela FUNAC	62
4.2.1	Atendimento psicossocial às famílias	62
4.2.2	Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de risco pessoal e social	65
4.2.2.1	Atendimento em Abrigos	66
4.2.2.2	Atendimento Casa de Passagem	71
4.2.2.3	Profissionalização e proteção no Trabalho	73
4.2.3	Atendimento ao adolescente em conflito com a Lei	75
725	CONSIDERAÇÕES	86
	REFERÊNCIAS	89

CAPÍTULO II

	INDICADORES DE EDUCAÇÃO 2003 A 2005	93
1	INTRODUÇÃO	93
2	ANALFABETISMO NO MARANHÃO	95
3	NÍVEL DE MATRÍCULA POR REDE DE ENSINO	97
4	NÍVEL DE MATRÍCULA POR FAIXA ETÁRIA E POR MUNICÍPIO	103
5	CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORA DA ESCOLA NO MARANHÃO	105
6	EDUCAÇÃO ESPECIAL	106
7	EDUCAÇÃO INDÍGENA	111
8	NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA	115
9	NÍVEL DE INSTRUÇÃO POR REGIÃO E NO MARANHÃO	118
10	NÍVEL DE INSTRUÇÃO POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA	119
11	NÍVEL DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE	122
12	RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO	124
13	RENDIMENTO NA AVALIAÇÃO DO SAEB PARA LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA	128
14	NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE	135
15	NÍVEL DE RENDIMENTO ESCOLAR POR REDE DE ENSINO	143
16	CONSIDERAÇÕES	149
	REFERÊNCIAS	153

CAPÍTULO III

	INDICADORES DE SAÚDE DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA NO MARANHÃO - 2003 A 2005	159
1	INTRODUÇÃO	159
2	INDICADORES DE SAÚDE	160
2.1	Demografia	161
2.2	Desnutrição Infantil	163
2.3	Mortalidade Infantil	168
2.3.1	Mortalidade por grupos de causas	172
2.4	Outras variáveis relacionadas à mortalidade infantil no Maranhão e em São Luís	176
2.4.1	Idade da mãe	176
2.4.2	Momento do óbito: antes, durante ou após o parto?	179
2.4.3	Número de consultas no pré-natal	180
2.4.4	Escolaridade da mãe	181
2.4.5	Raça/cor da mãe	181
2.4.6	Local da ocorrência do óbito	182
2.5	Gravidez na adolescência	183
2.6	Incidência de AIDS em crianças e adolescentes	186
2.7	Assistência imunológica	187
3	CONSIDERAÇÕES	189
	REFERÊNCIAS	191

CAPÍTULO IV

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

	quem responde por isso?	195
1	INTRODUÇÃO	195
2	CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	196
3	DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	197

3.1	Da Notificação e Apuração dos Casos de Violência	197
3.1.1	Caracterização do perfil das vítimas.....	201
3.1.2	Caracterização do agressor.....	205
3.1.1.1	Relação dos agressores com a vítima.....	206
3.2	Responsabilização	207
3.3	Do Atendimento às Vítimas	209
4	CONSIDERAÇÕES	210
	REFERÊNCIAS	212
CAPÍTULO V		
	TRABALHO INFANTO-ADOLESCENTE NO MARANHÃO - 2003 A a 2005.....	215
1	INTRODUÇÃO	215
2	TRABALHO INFANTO-ADOLESCENTE NO BRASIL: a outra face da pobreza	216
3	INDICADORES DE TRABALHO INFANTO- ADOLESCENTE NO ESTADO DO MA.....	226
4	DENÚNCIAS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTO - ADOLESCENTE NO ESTADO DO MARANHÃO (2003-2005).....	233
4.1	Caracterização da denúncia: o denunciante e o receptor	234
4.2	As vítimas: direitos violados.....	235
4.2.1	Número de vítimas por município	236
4.2.1.1	Sexo, etnia e idade das vítimas	237
4.2.1.2	Escolaridade e trabalho das vítimas	239
4.2.1.3	Trabalho: atividade, jornada de trabalho e remuneração.....	240
4.3	O agressor: um desconhecido?.....	244
5	INICIATIVAS DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO DO TRABALHO INFANTO- ADOLESCENTE NO ESTADO DO MARANHÃO	245
5.1	O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	245
5.2	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO DE JOVENS.....	249
5.3	Procedimentos da DRT.....	250
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	254
	REFERÊNCIAS	259
	CONCLUSÃO	261
	ANEXOS	267

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	População residente no Maranhão e no Brasil nos anos de 2003, 2004 e 2005.....	34
Tabela 2:	População residente, por sexo, segundo os grupos de idade – Maranhão 2005	35
Tabela 3:	População residente, por zona de moradia e sexo, segundo os grupos de idade – Maranhão 2005.....	35
Tabela 4:	Famílias, total e sua respectiva distribuição percentual, por tipo 2003.....	35
Tabela 5:	Famílias e unidades unipessoais, total e distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência/ 2003.....	37
Tabela 6:	Famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade e sua respectiva distribuição percentual, por grupos de idade das crianças e classes de rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> em salário mínimo - 2003	38
Tabela 7:	Rendimento mensal em salário mínimo - 2004	38
Tabela 8:	Rendimento mensal em salário mínimo - 2005/ Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas	39
Tabela 9:	Proporção de pobres % população com renda de ½ salário mínimo total por ano, Maranhão (2003/2004)	39
Tabela 10:	Proporção de pobres por raça/cor no Maranhão,% população com renda de ½ salário mínimo e população total por ano, 2003/2004	40
Tabela 11:	Famílias do tipo pessoa de referência do sexo feminino com filhos e sem cônjuge residentes em domicílios particulares, total e sua respectiva distribuição percentual, por composição da força de trabalho / 2003.....	40
Tabela 12:	Adolescentes de 15 a 17 anos de idade, total e sua respectiva distribuição percentual, por condição de atividade 2003.....	41
Tabela 13:	Jovens de 15 a 24 anos de idade, ocupados, total e sua respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento médio mensal de todos os trabalhos em salário mínimo – 2003	41
Tabela 14:	Moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e algumas características do domicílio – Maranhão 2005.....	45
Tabela 15:	Moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e algumas características do domicílio/Zona Rural – Maranhão, 2005.....	46
Tabela 16:	Habilitação dos municípios para Níveis de Gestão SUAS, Maranhão 2005.....	53
Tabela 17:	Principais resultados do Relatório de Gestão do Maranhão, 2005.....	53
Tabela 18:	Evolução do atendimento do PETI no Maranhão, 2003 – 2005.....	55
Tabela 19:	Análise comparativa da evolução do PETI no Maranhão, 2005.....	55
Tabela 20:	Valores Repassados, PETI, Maranhão, 2005.....	55
Tabela 21:	Meta de atendimento por regionais – 2005 / Maranhão.....	55
Tabela 22:	Metas de Atendimento PETI por pessoas – 2003 a 2005 / São Luís.....	56
Tabela 23:	Número de Famílias Atendidas no Maranhão 2004	57
Tabela 24:	Comparação entre repasses constitucionais e Bolsa Família no Maranhão e Brasil – 2004.....	57
Tabela 25:	Atendimento e recursos no Programa Bolsa Família, Maranhão 2005.....	57
Tabela 26:	Avaliação do Programa Bolsa Família, Maranhão 2005.....	57
Tabela 27:	Programas de assistência por famílias atendidas – São Luís – 2005.....	58
Tabela 28:	PAC por municípios, valores – Maranhão de 2003 a 2005	58
Tabela 29:	Número de municípios, de metas e valor anual no PAIF/ASEF, Maranhão, 2005	59
Tabela 30:	PPD por municípios atingidos, metas e valores – Maranhão de 2003 a 2005.....	59
Tabela 31:	Atendimento no Programa de Atenção Básica à pessoa com deficiência, Maranhão 2005.....	60
Tabela 32:	Número de atendimentos e evolução do Programa Agente Jovem, Maranhão 2005.....	60
Tabela 33:	Atendimentos em 2005, por jovens, municípios, núcleos, recursos mês e ano/ Maranhão.....	61
Tabela 34:	Demonstrativo situacional Maranhão 2003 e 2004	61

Tabela 35: Valores de recebimento do programa social do governo no mês de referência números e percentual - Maranhão 2004	61
Tabela 36 Quadro consolidado da expansão do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF até 2005, Maranhão	61
Tabela 37: Quadro Consolidado de CRAS (com expansão de 2005), Maranhão.....	61
Tabela 38: Evolução do número de atendimentos às famílias, Maranhão – 2005.....	62
Tabela 39: Atendimentos à Criança, por Unidades de atendimentos/programas em 2003	63
Tabela 40: Apoio psicossocial à família – 2003	63
Tabela 41: Apoio psicossocial às famílias – 2005	64
Tabela 42: Ações desenvolvidas de apoio psicossocial à família – 2003	64
Tabela 43 Atendimentos realizados às crianças e adolescentes e famílias beneficiárias das ações implementadas pela FUNAC – 2005.	64
Tabela 44 Número de Crianças e Adolescentes envolvidos nas ações nas unidades de atendimento/2003	65
Tabela 45 Atendimento à criança e adolescentes em situação de risco e o número de crianças e adolescentes atendidas nas unidades / programas – 2005	65
Tabela 46: Atendimentos FUNAC – 2005.....	65
Tabela 47: FUNAC - Principais ações implementadas – 2005.....	66
Tabela 48: Faixa etária, Abrigo Meninos – 2003	67
Tabela 49: Faixa etária Abrigo Meninas – 2003	67
Tabela 50: Faixa etária, Abrigo Meninas – 2004	67
Tabela 51: Faixa etária, Abrigo Meninos – 2004	67
Tabela 52: Escolaridade Abrigo Meninas – 2003	68
Tabela 53: Percentual de nível de escolaridade, Abrigo Meninos – 2004.	68
Tabela 54: Escolaridade Abrigo Meninas – 2004	68
Tabela 55: Etnia das crianças, Abrigo Meninos – 2004.....	68
Tabela 56: Tipos de violência Abrigo Meninas – 2003	69
Tabela 57: Tipos de Violência, Abrigo Meninas – 2004.....	69
Tabela 58: Encaminhamentos Abrigo Meninos – 2003	69
Tabela 59: Quantidade de Encaminhamentos –2003.....	70
Tabela 60: Percentual de Encaminhamentos – 2004 (%).	70
Tabela 61: Natureza de Encaminhamentos, Abrigo Meninos, 2003 e 2004	70
Tabela 62: Motivo de encaminhamento Abrigo Meninas – 2003.....	71
Tabela 63: Motivo de encaminhamento, Abrigo Meninas – 2004 (%).....	71
Tabela 64: Casa da Passagem, Faixa etária – 2003.....	72
Tabela 65: Faixa etária, Casa da Passagem – 2004.....	72
Tabela 66: Escolaridade, Casa da Passagem – 2003.....	72
Tabela 67: Escolaridade, Casa da Passagem – 2004.....	72
Tabela 68: Municípios atendidos pelo Programa de Apoio à Criança e ao Adolescente em Abrigo, metas e valor, Maranhão – 2005	73
Tabela 69: Desligamento Abrigo e Casa de Passagem (%), 2004	73
Tabela 70: Número de adolescentes atendidos por mês em 2003 na Profissionalização	74
Tabela 71: Encaminhamentos Fonte do Bispo Profissionalização e proteção no trabalho – 2003	74
Tabela 72: Fonte do Bispo Profissionalização e proteção no trabalho – 2003	74
Tabela 73: Atividades Ocupacionais Unidade de Profissionalização e produção – 2003.....	75
Tabela 74: Atendimento às necessidades básicas Fonte do Bispo Profissionalização e proteção o trabalho – 2003	75
Tabela 75: Total de atendimentos em Unidades de Execução de Medida de internação provisória, em São Luís e Imperatriz, 2003 e 2004	77
Tabela 76: Adolescente em conflito com a Lei – 2004	77

Tabela 77:	Garantia de Direito, Atendimento Personalizado – 2004	77
Tabela 78:	Perfil dos adolescentes atendidos - Unidade de Execução de medida de Internação provisória /2004	78
Tabela 79:	Procedência dos adolescentes atendidos - Unidade de Execução de medida de Internação provisória /2004/ (Municípios)	79
Tabela 80:	Procedência dos adolescentes atendidos - Unidade de Execução de medida de Internação provisória /2004 (Bairros São Luís e Imperatriz).....	79
Tabela 81:	Tipo de Ato infracional cometido pelos adolescentes atendidos- Unidade de Execução de medida de Internação provisória /2004	80
Tabela 82:	Perfil dos adolescentes atendidos - Unidade de Execução de medida de Internação /2004	81
Tabela 83:	Procedência dos adolescentes atendidos - Unidade de Execução de medida de Internação / 2004	82
Tabela 84:	Tipo Ato infracional cometido pelos adolescentes	83
Tabela 85:	Encaminhamentos dos adolescentes em conflito com a lei.....	83
Tabela 86:	Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais nos municípios com maior percentual no Maranhão – 2005.....	95
Tabela 87:	Matrícula por rede de ensino no Maranhão.....	98
Tabela 88:	Matrícula da rede estadual no Maranhão.....	99
Tabela 89:	Matrícula da rede municipal de São Luís do Maranhão.....	99
Tabela 90:	Matrícula da rede federal no Maranhão	100
Tabela 91:	Matrícula em escolas particulares no Maranhão.....	100
Tabela 92:	Matrícula no ensino fundamental por faixa-etária no Maranhão.....	104
Tabela 93:	Matrícula no ensino fundamental por faixa-etária e por município no Maranhão	104
Tabela 94:	Matrícula no ensino médio por faixa-etária e por município no Maranhão	105
Tabela 95:	Matrícula na educação especial em classes comuns no Maranhão.....	107
Tabela 96:	Índice de atendimento em educação especial	107
Tabela 97:	Número de Matrículas de Alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais em Escolas exclusivamente especiais ou em Classes Especiais de Escola Regular, por nível de atendimento – 2004.....	107
Tabela 98:	Número de Matrículas de Alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais em Escolas exclusivamente especiais ou em Classes Especiais de Escola Regular, por faixa etária – 2004	108
Tabela 99:	Número de escolas destinadas à Educação Indígena no Maranhão.....	111
Tabela 100:	Matrícula na Educação Indígena no Maranhão.....	111
Tabela 101:	Número de estabelecimentos de Educação Escolar Indígena por Nível-Modalidade de Ensino, segundo a Região Geográfica – Brasil 1999–2005.....	113
Tabela 102:	Número de Professores de Estabelecimento de Educação Escolar Indígena, por Nível/Modalidade, segundo região geográfica e a Unidade de Federação – Brasil 2005.....	114
Tabela 103:	Número de Estabelecimentos de Educação Escolar Indígena, por Língua em que o Ensino é Ministrado, segundo a Região – Brasil 2005.....	114
Tabela 104:	Número de Estabelecimentos de Educação Escolar Indígena, por Material Didático específico ao grupo étnico, segundo a Região – Brasil 2005.	115
Tabela 105:	Matrículas da educação básica, por cor/raça, segundo a etapa/modalidade de ensino	116
Tabela 106:	Número médio de anos de estudo das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos por grandes regiões e sexo – 2003 a 2005	118
Tabela 107:	Número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos – Maranhão.....	119
Tabela 108:	Número de crianças e adolescentes estudantes de 5 a 17 anos – Maranhão	119

Tabela 109:	Número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos total e não-alfabetizadas no Maranhão 2003 a 2005.....	120
Tabela 110:	Número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos alfabetizadas no Maranhão 2003 a 2005.....	121
Tabela 111:	Distorção Idade/Série (em %) no Ensino Fundamental em 8 anos no Maranhão – 2003 a 2005.....	123
Tabela 112:	Distorção idade/série (em %) no Ensino Fundamental em 9 anos no Maranhão – 2003 a 2005.....	123
Tabela 113:	Distorção idade/série (em %) no Ensino Médio no Maranhão.....	123
Tabela 114:	Número de professores por modalidade de Ensino no Maranhão.....	125
Tabela 115:	Proporção de alunos por professor na pré-escola no Maranhão 2003-2005.....	126
Tabela 116:	Proporção de alunos por professor na alfabetização no Maranhão 2003-2005.....	126
Tabela 117:	Proporção de alunos por professor no ensino fundamental no Maranhão 2003-2005.....	127
Tabela 118:	Proporção de alunos por professor no ensino médio no Maranhão 2003-2005.....	127
Tabela 119:	Proporção de alunos por professor na educação especial no Maranhão 2003-2005.....	127
Tabela 120:	Proporção de alunos por professor na educação de jovens e adultos no Maranhão 2003-2005.....	127
Tabela 121:	Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB - Língua Portuguesa - 4ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003 e 2005.....	128
Tabela 122:	Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas estaduais, municipais e particulares – Língua Portuguesa - 4ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão – 2003.....	129
Tabela 123:	Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB - Matemática - 4ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003 e 2005.....	129
Tabela 124:	Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas estaduais, municipais e particulares - Matemática - 4ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão – 2003.....	129
Tabela 125:	Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB - Língua Portuguesa - 8ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão – 2003 e 2005.....	130
Tabela 126:	Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas estaduais, municipais e particulares – Português - 8ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão – 2003.....	130
Tabela 127:	Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB - Matemática - 8ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003 e 2005.....	131
Tabela 128:	Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas estaduais, municipais e particulares – Matemática - 8ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão – 2003.....	131
Tabela 129:	Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB - Língua Portuguesa - 3ª série do ensino médio – Brasil, Nordeste e Maranhão – 2003 e 2005.....	132
Tabela 130:	Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas públicas e particulares – Português - 3ª série do ensino médio – Brasil, Nordeste e Maranhão – 2003.....	132
Tabela 131:	Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas particulares - Língua Portuguesa - 3ª série do ensino médio – Brasil, Nordeste e Maranhão – 2003.....	133
Tabela 132:	Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB - Matemática - 3ª série do ensino médio – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003 e 2005.....	133
Tabela 133:	Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas públicas e particulares – Matemática – 3ª série do ensino médio – Brasil, Nordeste e Maranhão – 2003.....	134

Tabela 134:	Média de desempenho na avaliação do SAEB em escolas públicas - Matemática - 3ª série do ensino médio – Brasil, Nordeste e Maranhão – 2003.....	134
Tabela 135:	Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas particulares - Matemática - 3ª série do ensino médio – Brasil, Nordeste e Maranhão – 2003.....	134
Tabela 136:	Nível de qualificação dos profissionais da educação na rede estadual no Maranhão – 2003- 2005.....	136
Tabela 137:	Nível de qualificação dos profissionais da educação na rede municipal no Maranhão – 2003-2005.....	138
Tabela 138:	Nível de qualificação dos profissionais da educação em escolas particulares no Maranhão – 2003-2005.....	139
Tabela 139:	Nível de qualificação dos profissionais da educação na rede federal no Maranhão – 2003-2005.....	142
Tabela 140:	Índice de rendimento escolar em % - aprovação - 1ª a 4ª série no Maranhão – 2003 e 2004.....	144
Tabela 141:	Índice de rendimento escolar em % - aprovação - 5ª a 8ª série no Maranhão – 2003 e 2004.....	144
Tabela 142:	Índice de rendimento escolar em % - aprovação - 1ª a 8ª série no Maranhão – 2003 e 2004.....	145
Tabela 143:	Índice de rendimento escolar em % - aprovação - ensino médio no Maranhão – 2003 e 2004.....	145
Tabela 144:	Índice de rendimento escolar em % - reprovação - 1ª a 4ª série no Maranhão – 2003 e 2004.....	145
Tabela 145:	Índice de rendimento escolar em % - reprovação - 5ª a 8ª série no Maranhão – 2003 e 2004.....	145
Tabela 146:	Índice de rendimento escolar em % - reprovação – ensino fundamental – total no Maranhão 2003 e 2004.....	145
Tabela 147:	Índice de rendimento escolar em % - reprovação - ensino médio no Maranhão – 2003 e 2004.....	146
Tabela 148:	Índice de rendimento escolar em % - abandono – 1ª a 4ª séries no Maranhão – 2003 e 2004.....	146
Tabela 149:	Índice de rendimento escolar em % - abandono – 5ª a 8ª séries no Maranhão – 2003 e 2004.....	146
Tabela 150:	Índice de rendimento escolar em % - abandono – ensino fundamental - total no Maranhão – 2003 e 2004.....	146
Tabela 151:	Índice de rendimento escolar em % - abandono – ensino médio - no Maranhão – 2003 e 2004.....	146
Tabela 152:	População por sexo, idade, localidade e por ano.....	162
Tabela 153:	Mulheres de 15 a 49 anos de idade, por grupos de idade e proporção das que tiveram filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões – 2003.....	162
Tabela 154:	Vigilância Nutricional, sobre desnutrição infantil, 2003, Maranhão.....	164
Tabela 155:	Vigilância Nutricional, sobre desnutrição infantil – 2004, Maranhão.....	165
Tabela 156:	Vigilância Nutricional, sobre desnutrição infantil – Criança, 2005, Maranhão.....	166
Tabela 157:	Desnutrição Infantil, por modelo de Atenção, ano, idade e local.....	167
Tabela 158:	Desnutrição Infantil, por Zona, ano, idade e local.....	168
Tabela 159:	Taxa de mortalidade infantil, por 1.000 nascidos vivos, Regiões e Maranhão – 2003.....	170
Tabela 160:	Óbitos infantis, por faixa etária, menores de um ano – Maranhão e São Luis – 2003 e 2004.....	171
Tabela 161:	Mortalidade infantil, por faixa etária, Maranhão e São Luis – 2003 e 2004.....	171
Tabela 162:	Mortalidade proporcional por idade – 2003.....	171

Tabela 163:	Mortalidade proporcional por idade e gênero, Maranhão, São Luís – 2003	172
Tabela 164:	Mortalidade proporcional por grupos de causas, % e números de óbitos por Faixa Etária e Grupo de Causas, Maranhão – 2003	173
Tabela 165:	Mortalidade proporcional por grupos de causas, % e números de óbitos por Faixa Etária e Grupo de Causas, São Luis – 2003	174
Tabela 166:	Óbitos por grupo de causa e faixa etária, Maranhão – 2003, 2004 e 2005	174
Tabela 167:	Mortalidade proporcional por causas mal definidas em 2003	175
Tabela 168:	Mortalidade proporcional por causas mal definidas em São Luís em 2003, por gênero	176
Tabela 169:	Óbitos infantis, Maranhão e São Luis, segundo a idade da mãe – 2003 e 2004.....	177
Tabela 170:	Óbitos infantis, Maranhão e São Luis, idade da mãe até 19 anos – 2003 e 2004.....	176
Tabela 171:	Óbito infantil por idade da mãe ate 19 anos e em relação ao parto, Maranhão – 2003, 2004 e 2005	180
Tabela 172:	Taxa de consultas no pré-natal, Maranhão, São Luís – 1995, 2000,2003 e 2004.....	180
Tabela 173:	Taxa de escolaridade da população de 15 anos e mais, sexo feminino Maranhão – 2003, 2004, 2005	181
Tabela 174:	Mortalidade Infantil de 0 a 19 anos por raça/cor, Maranhão e São Luis – 2003 e 2004	182
Tabela 175:	Local de ocorrência dos óbitos infantis, mães de até 19 anos, Maranhão, São Luís – 2003 e 2004	183
Tabela 176:	Nascidos vivos, por idade da mãe e ano de nascimento, Maranhão – 2003 e 2004.....	183
Tabela 177:	Informações sobre nascimentos, São Luis em – 2003 e 2004.....	184
Tabela 178:	Nascidos vivos, mães de 10 a 19 anos, Maranhão e São Luís, 2003 e 2004	185
Tabela 179:	Taxa de incidência de AIDS, por idade, no ano de 2003	186
Tabela 180:	Taxa de incidência de AIDS, por idade, no ano de 2004	187
Tabela 181:	Taxa de mortalidade específica por AIDS, Nordeste, Maranhão, São Luís – 2003.....	187
Tabela 182:	Imunizações por cobertura e doses aplicadas, Maranhão e São Luis – 2003, 2004 e 2005	188
Tabela 183:	Denúncias feitas aos Disque denúncia Nacional	198
Tabela 184:	Notificações feitas aos Conselhos Tutelares.....	199
Tabela 185:	Denúncias registradas junto à DPCA	200
Tabela 186:	Casos periciados no CPTCA	201
Tabela 187:	Resultados nos casos periciados	201
Tabela 188:	Dados por Sexo conforme o Dique Denúncia	202
Tabela 189:	Dados por Sexo conforme CT	202
Tabela 190:	Dados por Sexo conforme a DPCA	202
Tabela 191:	Dados por Faixa etária – Disque Denúncia	202
Tabela 192:	Dados por Faixa etária – CT.....	203
Tabela 193:	Dados por Faixa Etária – DPCA	203
Tabela 194:	Dados por Etnia – Disque Denúncia.....	203
Tabela 195:	Dados por Etnia da vítima – CT.....	203
Tabela 196:	Dado por Sexo - Disque denúncia.....	205
Tabela 197:	Dados por Sexo – CT	205
Tabela 198:	Dados por Etnia - Disque Denúncia	205
Tabela 199:	Dados por Faixa etária - Disque Denúncia.....	205
Tabela 200:	Situação do Vínculo do agressor com a vítima – Disque Denúncia.....	206
Tabela 201:	Situação do Vínculo do agressor com a vítima – DPCA	207
Tabela 202:	Processos Distribuídos na 2ª Vara Criminal.....	208
Tabela 203:	Números de Processos Distribuídos x Número de Delitos.....	208
Tabela 204:	Número de Sentenças	208
Tabela 205:	Atendimentos do Programa Sentinela.....	209

Tabela 206: Do Atendimento por Faixa etária	209
Tabela 207: Número de atendimentos realizados pelos Caiscas	210
Tabela 208: Pessoas ocupadas por faixa etária – 2005 - Brasil	219
Tabela 209: Pessoas ocupadas por tipo de atividade - 2005 – Brasil	219
Tabela 210: Posição na ocupação – pessoas de 10 a 15 anos – 2005 – Brasil.....	221
Tabela 211: Pessoas ocupadas de 5 a 15 anos por Grandes Regiões – 2005.....	221
Tabela 212: Pessoas de 10 a 17 anos, ocupadas na semana de referência, por grandes regiões segundo o sexo e grupos de idade – 2003-2004-2005.....	222
Tabela 213: Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 a 17 anos, ocupadas na semana de referência, por grandes regiões segundo o sexo e grupos de idade – 2003-2004-2005	223
Tabela 214: Ranking dos 10 Estados de maior incidência do Trabalho Infantil. Pessoas de 5 a 15 anos – 2004 e 2005	225
Tabela 215: Índice de exclusão social dos estados do Piauí, Maranhão, Ceará, Paraíba e Rondônia – 1960 – 1980 – 2000	225
Tabela 216: Número de crianças e adolescentes residentes de 0 a 17 anos por sexo – Maranhão.....	227
Tabela 217: Pessoas de 10 a 17 anos, por condição de atividade na semana de referência e sexo no Maranhão – 2003-2004-2005	228
Tabela 218: Pessoas de 10 a 17 anos ocupadas na semana de referência e percentual por posição e ocupação no trabalho principal no Maranhão – 2003-2004-2005	229
Tabela 219: Pessoas de 10 a 17 anos ocupadas na semana de referência e percentual por posição e sexo nas principais ocupações no trabalho principal no Maranhão – 2003-2004-2005	229
Tabela 220: Denúncias de exploração do trabalho de crianças e adolescentes no Maranhão por órgão receptor – 2003, 2004, 2005.	234
Tabela 221: Encaminhamento das denúncias	235
Tabela 222: Número de vítimas envolvidas nas denúncias por instituição / órgão receptor.	236
Tabela 223: Número de vítimas envolvidas nas denúncias por município	237
Tabela 224: Etnia das vítimas envolvidas nas denúncias por sexo	238
Tabela 225: Sexo das vítimas envolvidas nas denúncias.....	238
Tabela 226: Sexo por faixa-etária das vítimas envolvidas nas denúncias.....	239
Tabela 227: Escolaridade das vítimas envolvidas nas denúncias por sexo	240
Tabela 228: Atividade das vítimas envolvidas nas denúncias por sexo	241
Tabela 229: Jornada de trabalho das vítimas envolvidas nas denúncias.....	242
Tabela 230: Remuneração das vítimas envolvidas nas denúncias considerando o salário mínimo de R\$ 350,00	243
Tabela 231: Recebimento de remuneração das vítimas envolvidas nas denúncias.....	243
Tabela 232: Número e sexo do /as agressores /as denunciados	244
Tabela 233: Atendimento do PETI no Estado do Maranhão – 1999 a 2005.....	246
Tabela 234: Evolução do atendimento do PETI no Maranhão, 2003 – 2005.....	248
Tabela 235: Valores Repassados, PETI, Maranhão, 2005	248
Tabela 236: Meta de atendimento por regionais – 2005 / Maranhão.....	248
Tabela 237: Capacitação / qualificação de jovens – 2005 / 2006	249
Tabela 238: Inserção dos jovens que participaram de qualificação através do programa Jovem Empreendedor no mercado de trabalho – 2005 / 2006.....	250
Tabela 239: Procedimentos contra municípios visando à erradicação do trabalho infantil – 2005	252

LISTA DE QUADROS

Quadro I	Cobertura no Mercado de Trabalho - Resultados 2003 - Proteção Previdenciária para População Ocupada entre 16 e 59 anos - Maranhão.....	42
Quadro II	Saldos migratórios internos das UFs, 1995-2000 e 1999-2004	43
Quadro III	Déficit Habitacional total e relativo, Maranhão, 2005	47
Quadro IV	Estimativa da mortalidade infantil Brasil, Regiões e Maranhão	169

LISTA DE SIGLAS

ASEF	Ações Sócio-Educativas da Família
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAISCA	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COETRAE	Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DPCA	Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIBGE	Fundação de Geografia e Estatística
FUMCAS	Fundação Municipal da Criança e Assistência Social
FUNAC	Fundação da Criança e do Adolescente
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IP	Inquéritos Policiais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JOI	Jornada Integral
JOPA	Jornada Parcial
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PAC	Programa de Apoio à Criança
PACS	Políticas Alternativas para o Cone Sul
PAIF	Programa de Proteção Social Básica
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAIF	Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família
PNAIF	Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família
PSF	Programa de Saúde na Família
SAEB	Sistema de Avaliação Básica
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único e Descentralizado de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCO	Termos Circunstanciados de Ocorrência
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que editamos mais uma pesquisa do Observatório Criança. Nestes cinco anos de execução do projeto, já foram sistematizadas informações relativas às políticas de saúde, educação, assistência social, orçamento público e, ainda, sobre crianças e adolescentes em situação de rua, vítimas de violência sexual, física, psicológica e da exploração do trabalho infantil. Os dados remontam os indicadores de 1998 a 2005 possibilitando um maior conhecimento a respeito da situação da criança e do adolescente no Estado do Maranhão.

Neste volume, consta a situação da assistência social, saúde, educação, exploração do trabalho infantil e violência contra crianças e adolescentes, referente aos nos anos de 2003 a 2005.

Comparativamente aos dados levantados no período de 1998 a 2002, observa-se que algumas melhoras já foram percebidas no âmbito da educação com o crescimento do número de alunos matriculados e freqüentando a escola e, no enfrentamento à violência, houve ampliação do número de denúncias relativas a crimes contra crianças e adolescentes.

No entanto, à luz dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 20 anos da Convenção Internacional da Criança e 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, os direitos ainda não estão universalizados. As desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e de geração demarcam a vida de muitas pessoas e, em especial, das crianças e adolescentes.

Assim sendo apresentamos dados e reflexões, a todos, de interesse público e particular com os direitos humanos, e espera-se que as autoridades nos âmbitos executivo, legislativo e da justiça possam rever, corrigir e melhorar suas práticas, de forma a produzir melhores condições de vida à população infanto-juvenil e suas famílias, assim como a sociedade de modo geral, e através de suas organizações civis, possam desempenhar seu efetivo papel no controle social.

1 INTRODUÇÃO

A proposição do Observatório Criança assenta-se em um largo compromisso pessoal e profissional com temas sociais vinculados à área da criança e do adolescente.

Entendemos que a Política Social necessita ser impulsionada e respaldada pelo Estado, mas deve incluir como elemento principal a participação da sociedade. Espera-se poder contribuir para integrar os níveis de ação do setor público, do setor social e do setor privado na área da infância e da adolescência, facilitando a otimização de recursos e de resultados.

Pretende-se oferecer um diagnóstico adequado que defina com precisão os problemas a serem enfrentados pela ação estatal e da sociedade, através do estabelecimento de metas, objetivos e estratégias, a fim de evitar a utilização de recursos em ações desconectadas.

Entretanto, apenas o desenho das propostas não assegura sua eficácia. Daí, a importância de um Sistema de Monitoramento que acompanhe a alocação e desembolso dos gastos sociais, em concomitância com o acompanhamento do *comportamento* dos indicadores sociais, favorecendo o controle social.

1.1 Concepção, objetivos e metodologia do Observatório Criança

O *Observatório Criança* busca ser uma iniciativa social pela garantia dos direitos da criança e do adolescente, inscritos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e Convenção Internacional, como condição fundamental para a construção de sujeitos de direitos e protagonistas de sua história. Sua importância alicerça-se nas seguintes bases:

- Urgência de ações concretas no enfrentamento dos dramáticos indicadores de violação de direitos de crianças e adolescentes no Maranhão.
- Necessidade de produção de informações e conhecimentos indispensáveis para uma ação em defesa dos direitos básicos de crianças e adolescentes no Maranhão.
- Importância de ações e iniciativas que combinem a ação das organizações não governamentais, as políticas governamentais e o envolvimento da sociedade em geral, potencializando movimentos mais amplos pela proteção dos direitos da criança e do adolescente.

A montagem de um *Observatório de Gastos e Indicadores Sociais* pode aumentar as possibilidades de controle social, na medida em que a sistematização dos dados sobre a realidade maranhense é imprescindível para subsidiar a atuação dos agentes sociais comprometidos com a transformação social e, conseqüentemente, com a melhoria das condições de vida das crianças e adolescentes maranhenses.

São objetivos do *Observatório Criança*:

- ↻ Produzir estudos e pesquisas sobre os Indicadores de Gestão.
- ↻ Produzir estudos e pesquisas sobre os Indicadores sociais (educação, saúde, assistência social, meninos e meninas de/na rua, trabalho infanto-juvenil).
- ↻ Produzir estudos e pesquisas sobre os Indicadores de violação de direitos específicos (maus-tratos, abuso e exploração sexual, negligência).
- ↻ Produzir estudos e pesquisas sobre os Indicadores de prática de ato infracional por adolescentes e da aplicação de medidas socioeducativas.
- ↻ Produzir estudos e pesquisas sobre os gastos sociais na área da infância e da adolescência.
- ↻ Produzir relatórios e emitir pareceres sobre as situações observadas.
- ↻ Disponibilizar a produção do Observatório para a sociedade, através de um sistema de informação e política de comunicação.
- ↻ Atender a demandas relacionadas ao trabalho do Observatório.
- ↻ Estabelecer a cooperação e intercâmbio com iniciativas correlatas com os objetivos do Observatório em nível nacional e internacional.

A dinâmica do *Observatório Criança* tem como resultado os seguintes produtos:

1. Relatório de observação dos indicadores sociais, pontos críticos e gastos sociais.
2. Parecer de observação, por área.
3. Sistema de informação e banco de dados.
4. Publicações e subsídios.
5. Artigos sobre a temática.

Como procedimentos metodológicos, priorizamos o levantamento de dados em fontes secundárias e fontes primárias, podendo incluir entrevistas com crianças, adolescentes e jovens sobre a situação que vivenciam na sociedade e Pesquisa de opinião para detectar a ‘sensibilidade social’ sobre a problemática da infância e da juventude. Também procuramos definir “pontos críticos” da situação da infância e juventude no Maranhão (busca-se identificar situações exemplares de abuso dos direitos do segmento e/ou recrudescimento de situações-problema (trabalho infantil, pobreza, exploração sexual, etc).

A concepção e execução do Observatório pressupõem, fundamentalmente, a realização anual de pesquisa sobre indicadores e gastos sociais, pontos críticos da problemática da criança e do adolescente, percepção da sensibilidade social sobre a referida problemática, banco de dados e sistema e informação bem como a definição de estratégias de ação que busquem superar os problemas apontados pela pesquisa, dar visibilidade ao conjunto de dados organizados no Banco de Dados e construir os produtos listados anteriormente.

O levantamento das informações e sua análise buscam considerar sempre os componentes raça/etnia, faixa etária e gênero, possibilitando a visualização específica dos problemas e déficits de cidadania enfrentados pelas populações afrodescendente e indígena, seja no sistema educacional, políticas de saúde e assistência social, no trabalho, índices de pobreza, dentre outros.

1.2 O percurso da pesquisa

Neste volume IV, o Observatório Criança consiste na produção de pesquisas e estudos sobre os indicadores sociais nas áreas de assistência social, (inclusive indicadores de prática de ato infracional por adolescentes tanto da aplicação quanto da execução de medidas socio-educativas), educação, saúde, violência contra crianças e adolescentes (físicos, psicológicos, sexuais e negligência) e trabalho infanto-adolescente.

O Observatório Criança foi gestado a partir dos resultados da publicação do livro "Vidas Ameaçadas: indicadores de violação dos direitos de crianças e adolescentes no Maranhão de 1991 a 1998" editado pelo Centro de Defesa Pe. Marcos Passerini no ano de 2000. A proposta foi encampada pelo UNICEF que propôs parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Assim, foi concebido o Observatório Criança pela Professora Cândida da Costa, que elaborou o projeto com seus princípios e concepção teórico-metodológica. Em 2002, o Centro de Defesa assumiu a coordenação e o gerenciamento administrativo do Observatório e partir de então já foram lançados III volumes e este será o IV.

Na atualização dos dados, recorreremos a fontes secundárias e primárias. A leitura de relatórios, bibliografia sobre os temas abordados, documentos internos e planos, consulta a sites oficiais de órgãos públicos e dados de institutos de pesquisa como a Fundação de Geografia e Estatística (FIBGE), FUNAC, SEDES, MDS, MEC e INEP. Em fontes primárias, coletamos os dados juntos a Conselhos Tutelares, DPCA, Centro de Perícia da Infância e 12ª Vara de Justiça. Nesse processo, contamos com a participação de uma equipe composta de 4 pesquisadoras, 5 auxiliares de pesquisa e uma consultora técnica, sob a coordenação do Centro de Defesa Pe. Marcos Passerini.

Neste volume IV, estamos disponibilizando na área da Assistência Social, os números extraídos dos programas governamentais voltados para a assistência social, número de famílias atendidas, atendimento em abrigos, profissionalização, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, tipos de ato infracional, índice de migração, rendimentos das famílias e de adolescentes e jovens em situação de trabalho, programas destinados à criança e ao adolescente em situação de trabalho infantil. São também apresentados os níveis de pobreza da população, com destaque para o percentual de crianças e adolescentes que pertencem a famílias em estado de pobreza extrema e o Índice de Desenvolvimento Humano do Maranhão. Por se tratar de um momento de implantação do Sistema Único de Assistência Social, também apresentamos as linhas gerais do referido sistema, que reorganiza a política de assistência social.

Em relação aos indicadores de educação, são apresentados o número de crianças e adolescentes fora da escola, evasão, reprovação e abandono, o índice de atendimento em educação especial, a distorção idade/série, educação indígena, creches e educação infantil bem como índice de qualificação docente e posição do Maranhão no sistema de avaliação básica (SAEB).

Na área da Saúde, apresentamos o índice de mortalidade infantil, cobertura vacinal, gravidez na adolescência, incidência de aids e as doenças recorrentes entre crianças e adolescentes.

Em relação à Violência contra crianças e adolescentes, os dados coletados se reportam às diversas situações. Apresentamos dados relativos à violência intrafamiliar e extrafamiliar seja ela, sexual, física psicológica ou negligência. Caracterizamos o perfil das vítimas e seus agressores, evidenciando os vínculos entre ambos bem como o índice de responsabilização dos mesmos.

Sobre o trabalho infanto-adolescente, são apresentados os índices relativos a número de crianças e adolescentes ocupadas, tipo de atividade, jornada de trabalho e remuneração, denúncias feitas e perfil das vítimas e agressores bem como a posição do Maranhão em ocorrência de trabalho infantil. São também registrados e analisados os procedimentos do Ministério do Trabalho, profissionalização e iniciativas de enfrentamento ao trabalho infantil.

Neste volume, estamos trazendo a possibilidade de que sejam feitas algumas reflexões. Primeiro, pela obtenção de resultados no desenvolvimento educacional com o crescimento do número de matrículas; segundo, pelo rompimento do silêncio quanto à violência praticada contra crianças e adolescentes através do crescimento do número de notificação destes casos. Contudo, ao comemorarmos 18 anos de ECA, deveríamos estar festejando muito mais avanços na afirmação dos direitos humanos da criança e do adolescente. Por esta razão, o convite que fazemos neste momento é de uma leitura reflexiva que nos permita responder a esta questão: que atitude estamos tendo no cumprimento do Estatuto? E que a resposta possa ecoar junto ao Poder Público e à sociedade civil, dando materialidade aos direitos proclamados e, por vezes, ainda tão esquecidos.

observatório

criança

Assistência Social



CAPÍTULO I – INDICADORES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2003-2005

Cândida da Costa¹

1 INTRODUÇÃO²

A partir da edição da Lei 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS foram criadas no marco legal as condições para superação gradual da assistência social restritiva praticada pelo estado brasileiro, na medida que esta lei preconizou a priorização do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de ordem econômica, colocando em outro patamar a noção de carente social e as condições de acesso aos serviços públicos; a universalização dos direitos sociais e resgate da necessidade de respeito ao usuário enquanto cidadão; a democratização do acesso aos serviços, estendendo-os aos trabalhadores rurais e urbanos e a divulgação ampla dos serviços e utilização dos recursos públicos, o que facilita o controle por parte da população.

A partir de 2005, começa a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O governo estadual do Maranhão organiza suas atividades em gerências estaduais, estando a área de assistência social incluída nas atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES e da Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC.

No Maranhão, o período compreendido entre 2003 e 2005 apresenta alguns avanços na perspectiva de construção do SUAS, através da descentralização político-administrativa, atingindo 96% dos municípios. Em 2005, o processo de habilitação dos municípios maranhenses para a gestão do SUAS demonstra que a maioria (92%) ainda estava em estágio de gestão básica. Quanto à dimensão participativa, especialmente o exercício do controle social pelas organizações da sociedade civil, não podemos mensurar o seu estágio, já que não dispomos de estudos enfatizando tal dimensão.

Ao apresentar seu relatório de gestão em 2005, o gestor estadual assinala que a persistência da pobreza se configura como um desafio à implementação da política de assistência social. Sendo responsável pela coordenação do processo de reorganização da assistência social com o propósito de atender aos objetivos do SUAS, o governo estadual tem se concentrado na criação e implementação de instrumentos de gestão do Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social – Conselhos, Planos e Fundos e nas

¹ Doutora em Ciências Sociais e Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Consultora do Observatório Criança.

² As ações do Observatório na perspectiva de captar a dinâmica da assistência social privilegiam os seguintes aspectos: número e percentual de famílias em condições de indigência; migração; números e tipos de programas; número e regiões de entidades de assistência (tipo e nº por regiões); nº de famílias atingidas; critérios de seleção; recursos destinados ao setor; programas de atendimento a usuários de substâncias psico-ativas; programas destinados a criança e adolescente em situação de rua e nº de meninos e meninas na rua. Entretanto, os dados disponíveis e sua forma de organização pelas diversas instituições nos levou a optar por apresentar em textos separados alguns desses itens, a exemplo dos programas de atendimento a usuários de substâncias psicoativas, programas destinados a criança e adolescente em situação de rua e nº de meninos e meninas na rua. Neste texto, privilegiamos as ações implementadas pelo governo estadual.

ações de desenvolvimento da Política – benefícios e serviços, buscando garantir o controle social e a centralidade na família.

A SEDES tem em sua estrutura a FUNAC, entidade de atendimento, responsável pelo planejamento e execução de ações destinadas às crianças e adolescentes ameaçados ou violados em seus direitos e dos adolescentes que ameaçam ou violam direitos de terceiros. Estas ações são executadas pelos Programas de Proteção e Socioeducativo, previstos no Artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA.

No que tange aos serviços destinados a crianças e adolescentes, o Maranhão participa do SAC - Serviços de Ação Continuada, previstos na Política Nacional e Estadual de Assistência Social, desdobrando-se em Programa de Atenção à Criança em Creche/Manutenção, Ações socioeducativas de Apoio à Família – ASEF, Abrigo à criança e ao adolescente e Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Também faz parte das ações da SEDES o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e as ações de segurança alimentar.

2 UNIVERSO POPULACIONAL, RENDA E POBREZA³

2.1 Universo populacional e famílias

Entre 2003 a 2005, a população maranhense passou de 5.940.079 habitantes para 6.109.684. Nessa população, situam-se 1.516.171 famílias; a maioria é constituída por casais, porém, 18,7% são famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge e com filhos (ver Tabelas 3 e 4). Da população entre 0 a 19 anos, 57% mora na zona rural.

Tabela 1: População residente no Maranhão e no Brasil nos anos de 2003, 2004 e 2005

Local	2003	2004	2005
Maranhão	5.940.079	6.021.504	6.109.684
Brasil	173.966.052	182.060.108	184.388.620

Fonte: www.ibge.gov.br

O universo de crianças e adolescentes entre 0 a 17 anos, em 2005, totalizava 39,9% da população maranhense. Destaca-se que a faixa etária entre 10 a 14 anos (665.821) e a faixa etária entre 15 a 17 anos (721.252), geralmente atingidas pelo trabalho precoce, concentram dois milhões, quatrocentos e trinta e oito mil crianças e adolescentes, indicando forte demanda de programas sociais.

³ Parte dos dados constantes deste texto foram sistematizados por Polyanna Câmara.

Tabela 2: População residente, por sexo, segundo os grupos de idade – Maranhão 2005

Grupos de idade	População residente		
	Total	Homens	Mulheres
Total	6.109.684	3.029.560	3.080.124
0 a 4 anos	667.431	338.127	329.304
Menos de 1 ano	130.116	63.447	66.669
1 a 4 anos	537.315	274.680	262.635
5 a 9 anos	675.447	339.738	335.709
10 a 14 anos	665.821	345.364	320.457
15 a 19 anos	721.252	366.248	355.004
15 a 17 anos	429.702	215.250	214.452
18 e 19 anos	291.550	150.998	140.552

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Tabela 3: População residente, por zona de moradia e sexo, segundo grupos de idade– MA/ 2005

Grupos de idade	População residente					
	Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	3.986.124	1.933.239	2.052.885	2.123.560	1.096.321	1.027.239
	401.582	212.834	188.748	265.849	125.293	140.556
0 a 4 anos	81.926	40.156	41.770	48.190	23.291	24.899
Menos de 1 ano	319.656	172.678	146.978	217.659	102.002	115.657
1 a 4 anos	403.998	217.664	186.334	271.449	122.074	149.375
5 a 9 anos	387.928	193.565	194.363	277.893	151.799	126.094
10 a 14 anos	463.427	222.483	240.944	257.825	143.765	114.060
15 a 19 anos	261.832	123.689	138.143	167.870	91.561	76.309
15 a 17 anos	201.595	98.794	102.801	89.955	52.204	37.751

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

A distribuição das famílias maranhenses mostra que há, entre os chefes de família, 18,7 % de mulheres sem cônjuge e com filhos.

Tabela 4: Famílias, total e sua respectiva distribuição percentual, por tipo - 2003⁴

Localidade	Total	Unipessoal	Casal sem filhos	Casal com filhos	Mulheres sem cônjuge, com filhos	Outros tipos (1)
Brasil (2)	53.082.558	9,9%	14,4%	51,5%	18,1%	5,85
Norte (3)	2.820.656	7,3%	11,4%	53%	21,5%	6,4%
Nordeste	13.999.414	8,6%	12,6%	52,7%	19,7%	6,2%
Maranhão	1.516.171	6,6%	12,6%	55,7%	18,7%	6,3%
Sudeste	23.972.820	10,7%	14,6%	50,4%	18,2%	5,9%
Sul	8.396.726	10,2%	17,4%	52,1%	15%	5%
Centro-Oeste	3.825.804	10,7%	15,1%	52%	16,3%	5,6%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

⁴ Nota: Exclui as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico. (1) Duas ou mais pessoas e outros tipos de arranjo. (2) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (3) Exclui a população rural.

A definição de família adotada pelo IBGE suscita algumas reflexões. Goldani (1984, p. 1261) se refere ao conceito de família nos censos, mostrando que os propósitos de análise é que vão definir a unidade de referência. Aqui se trata de associar o conceito de família ao nível de convívio ou ligação doméstica, a partir da definição de família associada unidade de consumo, objetivo central da questão família para o censo de população. Nas ‘Pesquisas de População’ organizadas pelo IBGE, o grupo de pessoas que residem numa habitação é chamado de ‘domicílio’ e os núcleos familiares são chamados de ‘famílias’, que se torna referência para as pesquisas demográficas. Esse conceito considera como família: a) a pessoa que morava sozinha; b) o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica; e, c) as pessoas ligadas por normas de convivência.

Alves e Cavenaghi (2004, p.1) chamam a atenção para as limitações presentes tanto no aspecto teórico quanto no empírico, em relação à capacidade de se apreender a dinâmica da família:

[...] dependendo do ângulo de análise, a família pode ser vista como: a) unidade de produção (valores de troca) e de reprodução (de indivíduos e valores de uso); b) unidade de reprodução e consumo; c) unidade de indivíduos com laços de consangüinidade; d) unidade solidariedade, afeto e prazer; e) pessoas que dividem o mesmo teto e a mesma cozinha; f) local da relação dialética entre dominação e submissão; g) rede de parentesco (independente da moradia conjunta); h) espaço de socialização, reprodução ideológica e conflito etc.

Os autores consideram que os censos demográficos e as pesquisas domiciliares necessitam fazer uma escolha para tornar viável a operacionalização desses amplos conceitos de família.⁵

A principal limitação é o fato de não considerar a família como uma rede de relações entre parentes e que extrapola o âmbito dos moradores de um domicílio, vez que a forma de coleta dos dados de família nos censos do IBGE não possibilita a reconstituição de famílias que morem em dois domicílios diferentes. A questão, então, é definir o que se entende por família, a partir dos dados disponíveis. No caso brasileiro, considera-se que todo domicílio particular possui uma família, mesmo que seja uma pessoa morando sozinha ou um grupo de pessoas não-parentes (até o máximo de 5 pessoas).

⁵ Os censos brasileiros adotam o conceito de família censitária que são aquelas que compartilham um domicílio e podem ser classificadas como: a) **Pessoa só**: pessoas vivendo sozinhas em um domicílio; b) **família única**: nos domicílios particulares ocupados por uma só família e nos boletins das famílias residentes em domicílios coletivos; c) **família principal**: referente às famílias cujos chefes são os donos, locatários ou responsáveis pelos domicílios particulares onde vive mais de uma família; d) **família secundária – parente**: referente às famílias secundárias, quando entre estas e as principais existem laços de parentesco; e) **família secundária – não parente**: referente às famílias secundárias, quando entre estas e as principais não existem laços de parentesco (ALVES; CAVENAGHI, 2004, p.5).

Tabela 5: Famílias e unidades unipessoais, total e distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência / 2003

Localidade	Total	Unidades unipessoais Total	Homens	Mulheres
Brasil (1)	53.082.558	5.247.688	49,1	50,9
Norte (2)	2.820.656	207.121	58,3	41,7
Nordeste	13.999.414	1.202.570	55,3	44,7
Maranhão	1.516.171	100.705	61,1	38,9
Sudeste	23.972.820	2.562.173	45	55
Sul	8.396.726	859.939	45,4	54,6
Centro-Oeste	3.825.804	408.364	58	42

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.⁶

2.2 Rendimentos e pobreza

O Estado do Maranhão apresenta índices sociais críticos e os programas governamentais apresentam baixa cobertura, não conseguindo beneficiar toda população em situação de vulnerabilidade social, através de programas e ações voltados para a Assistência Social.

Entre os anos de 2003 a 2005, mais da metade da população do Estado foi considerada na/abaixo da linha de pobreza, ou seja, pessoas com renda per capita de até meio salário-mínimo⁷. Em 2005, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Maranhão era de 0.636, expressando que o estado ocupava o último lugar, em relação aos demais estados brasileiros⁸.

Pelas Tabelas 6,7 e 8, nota-se a predominância de famílias que sobrevivem com até 1 salário-mínimo. Registra-se 82,8 % em 2003, de famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade nessa situação e 20% de pessoas ocupadas que não auferem nenhum rendimento, o que demanda vasto atendimento em programas sociais (ver Tabela 6). Os dados relativos a rendimento do trabalho são ilustrativos da situação de pobreza em que vive a maioria da população maranhense. Conforme os dados do IBGE (2004), entre as pessoas economicamente ativas, 23% percebiam rendimentos de até ½ salário mínimo; 22% percebiam mais de meio até 01 salário mínimo; 19% percebiam mais de 1 a 2 salários-mínimos. Apenas 10% situam-se acima da faixa de 2 salários-mínimos, assim distribuídos:

⁶ (1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclusive a população rural.

⁷ O Programa Bolsa Família do Governo Federal adota critério do IBGE baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. O levantamento estabeleceu como critério de pobreza, os indivíduos de grupo familiar com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Os percentuais são alterados dependendo do corte utilizado. Assim, na elaboração do Mapa da Fome é considerado o valor de R\$80,00 per capita e o IPEA considera o corte de 100,00 per capita.

⁸ No IDH, estão equacionados três sub-índices direcionados às análises educacionais, renda e de longevidade de uma população. O resultado das análises educacionais é medido por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Já o resultado do sub-índice renda é medido pelo poder de compra da população, baseado pelo PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões. O sub-índice longevidade tenta refletir as contribuições da saúde da população medida pela esperança de vida a nascer. A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região. Fonte: PNUD/ Atlas de Desenvolvimento Humano (<http://www.pnud.org.br/>).

4% de 2 a 3 salários-mínimos; 3% mais de 3 a 5 salários-mínimos; 2% mais de 5 a 10 salários-mínimos e apenas 1% ganham mais de 10 a 20 salários-mínimos (ver Tabela 7).

Tabela 6: Famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade e sua respectiva distribuição percentual, por grupos de idade das crianças e classes de rendimento médio mensal familiar *per capita* em salário mínimo – 2003

Localidade	Total	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
Brasil	27.307.554	38	26,4	17,2	5,5	3,8	2,8
Norte	1.789.394	43,7	27,9	12,5	3,5	3	1,4
Nordeste	8.042.330	61,8	19,4	7,4	2,2	1,4	1,1
Maranhão	980.676	65,4	17,4	6,8	2,2	1,6	0,6
Sudeste	11.285.344	26,3	29,1	21,9	7,2	5	3,9
Sul	4.150.455	23,3	30,6	25,3	8,1	5,5	3,4
Centro-Oeste	2.004.699	33,1	29,7	17,5	5,7	4,4	3,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2003.

Tabela 7: Rendimento mensal em salário mínimo – 2004

Pessoas de 10 anos ou mais - economicamente ativas - até 1/2 sal.mínimo	23%
Pessoas de 10 anos ou mais - economicamente ativas - mais de 1/2 a 1 - SM	22%
Pessoas de 10 anos ou mais - economicamente ativas - mais de 1 a 2 SM	19%
Pessoas de 10 anos ou mais - economicamente ativas - mais de 2 a 3 - SM	4%
Pessoas de 10 anos ou mais - economicamente ativas - mais de 3 a 5 - SM	3%
Pessoas de 10 anos ou mais - economicamente ativas - mais de 5 a 10 - SM	2%
Pessoas de 10 anos ou mais - economicamente ativas - mais de 10 a 20 - SM	1%
Pessoas de 10 anos ou mais - economicamente ativas - mais de 20 - SM	0%
Pessoas de 10 anos ou mais - economicamente ativas - sem rendimento	20%
Pessoas de 10 anos ou mais - economicamente ativas - sem declaração	1,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004.

O percentual de pobres continua alto em 2005, pois 48,8% da população continuam abaixo da linha de pobreza, com rendimento médio mensal domiciliar de até um salário-mínimo. Há 17,4% percebendo mais de 01 a 2 salários-mínimos, 4,1% percebendo mais de 02 a 3 salários-mínimos e apenas 2,6% percebendo mais de 03 a 5 salários-mínimos. A depender da quantidade de membros da família, várias classes de rendimento acima de 2 salários-mínimos podem garantir renda per capita que lança a família abaixo da linha de pobreza. Efetivamente, encontramos 2.852.853 pessoas com idade de 10 anos e acima ocupadas, sendo que 48,8% tem seus rendimentos concentrados na faixa até ½ salário-mínimo (25,8%) e na faixa que engloba mais de um salário-mínimo até 01 salário-mínimo. Somando-se a estes 24,5% que não possui nenhum rendimento, chega-se a 73% de trabalhadores que provavelmente vivem em condições precárias, a depender da quantidade de pessoas que vivam às suas expensas. Ressalte-se que no outro extremo, dos que percebem salários mais altos,

apenas 0,6 conseguem salários na faixa que vai de mais de 10 a 20 salários-mínimos e somente 0,2% percebem mais de 20 salários-mínimos (ver Tabela 8).

Tabela 8: Rendimento mensal em salário mínimo – 2005/Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas

Rendimentos em salário-mínimo	Quantidade pessoas	%
Até 1/2 salário mínimo	737.294	25,8%
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	657.004	23,0%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	497.161	17,4%
Mais de 2 a 3 salários mínimos	116.464	4,1%
Mais de 3 a 5 salários mínimos	73.090	2,6%
Mais de 5 a 10 salários mínimos	44.976	1,6%
Mais de 10 a 20 salários mínimos	16.866	0,6%
Mais de 20 salários mínimos	6.426	0,2%
Sem rendimento	697.950	24,5%
Sem declaração	5.622	0,2%

Fonte: IBGE, PNAD 2005.

Considerando-se a região Nordeste, entre 2001 a 2004, o percentual de maranhenses em situação de pobreza corresponde a 33,5%, no universo dos pobres, totalizando 3.162.500 famílias pobres entre 2001 a 2004 (MDS, 2004). Em 2003, o percentual de população pobre no Maranhão era de 69,03%, reduzindo-se em 2004 para 61,6% (ver Tabela 9), representando 718.909 famílias pobres.

Tabela 9: Proporção de pobres % população com renda de ½ salário mínimo total por ano, Maranhão (2003/2004)⁹

Ano	% População pobre		População c/renda <1/2SM		População total	
	Maranhão	Nordeste	Maranhão	Nordeste	Maranhão	Nordeste
2003	69,03	62,66	4.016.340	30.094.605	5.940.079	48.031.140
2004	61,68	55,47	3.579.407	27.428.048	6.021.504	49.443.883

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1992 a 1993, 1995 a 1999 e 2001 a 2004.

Pelo relatório de gestão da SEDES (2005, p.49), eram 632.022 famílias pobres no ano de 2005. Destas, 582.082 integram o cadastro único, sendo que 544.249 recebem bolsa-família.

Pelo corte étnico/racial, percebe-se que a pobreza atinge de forma diferenciada os negros, amarelos e indígenas que respondem pelos maiores percentuais. Chama atenção o fato de que 93,48% dos indígenas encontrem-se abaixo da linha de pobreza.

⁹ (1). Os valores do salário mínimo foram deflacionados com base no INPC de setembro de 2004 para todos os anos anteriores, alterando o valor da linha de pobreza e conseqüentemente a proporção de pobres. (2) Informações não disponíveis para capitais e, até o ano de 2003, para as áreas rurais de RO, AC, AM PR, PA e AP. (3) Dados não disponíveis para 2000, tendo em vista que as diferenças entre os planos amostrais do Censo-2000 e da PNAD impossibilitam a comparação entre os indicadores obtidos destas fontes.

¹¹ Uma vez que a amostra da PNAD não foi desenhada para ser representativa para todas as raças, os indicadores para índios e amarelos não devem ser utilizados e os dos pretos devem ser vistos com muita cautela, pois este grupo é muito pequeno em alguns estados. Quanto aos brancos e pardos, suas amostras são mais robustas, oferecendo maior garantia de uso.

Tabela 10: Proporção de pobres por raça/cor no Maranhão, % população com renda de ½ salário mínimo e população total por ano, 2003/2004¹¹

	Branca		Preta		Amarela		Parda		Indígena	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
% população pobre	63,34	55,71	65,03	61,1	86,44	57,14	71	63,7	93,48	92,86
Pop com renda ½ SM	941.207	797.028	180.228	177.733	40.853	15.940	2.819.607	2.567.984	34.445	20.722
População total	1.485.899	1.430.652	277.154	290.912	47.261	27.895	3.971.484	4.031.304	36.848	22.316

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1992 a 1993, 1995 a 1999 e 2001 a 2004.

A pobreza atinge de forma aguda as mulheres, especialmente as que assumem solitariamente a responsabilidade pelo sustento dos filhos. Como demonstra a Tabela 11 a seguir, percebe-se que a força de trabalho está mais concentrada na mulher e filhos, pelo que se infere que a pobreza se configura como um dos fatores de inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Tabela 11: Famílias do tipo pessoa de referência do sexo feminino com filhos e sem cônjuge residentes em domicílios particulares, total e sua respectiva distribuição percentual, por composição da força de trabalho / 2003¹²

Localidade	2 pessoas trabalham			3 pessoas trabalham		
	Total	Pessoa de referência e filho	Quaisquer outras 2 pessoas	Total	Pessoa de referência e 2 filhos	Quaisquer outras 3 pessoas
Brasil (1)	19,4	12,9	6,4	8,2	5,6	2,6
Norte (2)	17,2	11,2	6	8,8	5,9	2,9
Nordeste	17,1	11,2	5,9	8,9	6,1	2,8
Maranhão	21,5	13,2	8,2	9,9	7,9	2
Sudeste	20,1	13,5	6,6	7,9	5,4	2,5
Sul	22,5	16,1	6,5	7,8	5,2	2,6
Centro-Oeste	19,6	11,9	7,6	7,7	4,9	2,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

Como se pode ver na Tabela 12, somando-se os 21,9% que estudam e trabalham com os 12,2% que apenas trabalham, o Maranhão possui 34% de adolescentes entre 15 e 17 anos que trabalham. A inserção precoce no trabalho não significa garantir as condições de sobrevivência: 27,5% percebem até ½ salário-mínimo e 24,8% percebem entre ½ a 1 salário-mínimo, o que aponta a informalização e precarização do trabalho em que estão inseridos (ver Tabela 13).

¹² Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclusive a população rural.

Tabela 12: Adolescentes de 15 a 17 anos de idade, total e sua respectiva distribuição percentual, por condição de atividade – 2003¹³

Localidade	Total	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Afazeres domésticos	Não realiza nenhuma atividade
Brasil (1)	10.481.393	60,9	21,4	7,7	7	2,9
Norte (2)	695.111	62,5	18,5	7,1	8,8	3,1
Nordeste	3.354.219	55,6	24,4	9	8	2,9
Maranhão	431.584	55,6	21,9	12,2	8,5	1,9
Sudeste	4.236.937	66,4	18,1	6,3	5,9	3,2
Sul	1.438.448	55,6	26	9,4	7,3	1,7
Centro-Oeste	740.385	62	20,9	7,8	6,6	2,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003

Tabela 13: Jovens de 15 a 24 anos de idade, ocupados, total e sua respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento médio mensal de todos os trabalhos em salário mínimo - 2003¹⁴

Localidade	Total	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 1 1/2	Mais de 1 1/2 a 2	Mais de 2
Brasil (1)	17.199.773	14	24,2	18,7	11,5	15,7
Norte (2)	1.011.393	16,2	34,2	17,6	8,9	11,4
Nordeste	5.115.010	25,7	27,7	10,6	3,4	4,2
Maranhão	654.572	27,5	24,8	9,4	3,9	3,5
Sudeste	7.027.688	8,6	21,9	22,1	16	23,2
Sul	2.768.026	7,3	18,8	23,6	15,7	18,5
Centro-Oeste	1.243.043	8,9	27,7	22,9	12,5	18

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

A precariedade existente do mercado de trabalho se reflete na cobertura previdenciária para os trabalhadores, já que 46,3% não têm cobertura previdenciária, não possuindo condições para se aposentar após cumprir sua jornada de trabalho na vida (ver Quadro I).

¹³ Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclui-se a população rural.

¹⁴ (1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclui-se a população rural.

Quadro I: Cobertura no Mercado de Trabalho - Resultados 2003 - Proteção Previdenciária para População Ocupada entre 16 e 59 anos* - Maranhão¹⁵

Contribuintes	Quantidade de Trabalhadores	%
Contribuintes RGPS (A)	361.277	16,3%
Contribuintes RPPS (B)	155.86	17,0%
Militares	799	0%
Estatutários	155.062	7,0%
Segurados Especiais** (RGPS) (C)	644.173	29,0%
Não contribuintes (D)	1.056.585	47,6%
Total (E = A+B+C+D)	2.217.896	100%
Beneficiários não contribuintes (F)	29.576	1,3%
Trabalhadores Socialmente Protegidos (A+B+C+F)	1.190.887	53,7%
Desprotegidos com rendimento inferior a 1 salário mínimo	624.202	28,1%
Desprotegidos com rendimento igual ou superior a 1 salário mínimo	399.611	18,0%
Trabalhadores Socialmente Desprotegidos***	1.027.009	46,3%

Fonte: PNAD/IBGE -2003.Elaboração: SPS/MPS

2.3 Migração populacional

A precariedade de vida tem sérios impactos para a migração da população maranhense. Segundo estudo de Hakkert e Martine (2007), o Maranhão se encontra entre os estados com maior saldo de migração interna. Do Quadro 2, vale a pena ressaltar, com base nas conclusões dos autores, que cinco dos nove Estados nordestinos apresentam saldos positivos: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe. O Maranhão manteve um saldo negativo, embora o tamanho absoluto tenha sido reduzido de -173.650 para -77.092.

¹⁵ Independentemente de critério de renda.** Moradores da zona rural dedicados a atividades agrícolas, nas seguintes posições na ocupação: sem carteira, conta própria, produção para próprio consumo, construção para próprio uso e não remunerados, respeitada a idade entre 16 e 59 anos.*** Trabalhadores ocupados (excluídos os segurados especiais) que, apesar de não contribuintes, recebem benefício previdenciário. Dentre os trabalhadores socialmente desprotegidos, uma parcela possui renda desconhecida. RGPS - Regime geral de previdência social.

Quadro II – Saldos migratórios internos das UFs, 1995-2000 e 1999-2004

Unidade da Federação	1995-2000	1999-2004
Rondônia		
Acre	10.591	- 6.193
Amazonas	-2.434	1.565
Roraima	30.968	11.073
Pará	33.370	25.059
Amapá	- 52.190	47.685
Tocantins	29.469	14.244
Maranhão	12.917	- 29.692
Piauí	- 173.650	- 77.092
Ceará	- 52.079	5.694
Rio Grande do Norte	- 23.783	21.108
Paraíba	6.631	36.210
Pernambuco	- 61.480	42.471
Alagoas	-115.417	- 24.936
Sergipe	- 71.982	- 4.350
Bahia	- 4.822	2.585
Minas Gerais	- 267.466	- 88.275
Espírito Santo	39.122	30.978
Rio de Janeiro	34.003	- 1.537
São Paulo	45.537	- 89.617
Paraná	3-39.925	-155.132
San1a Ca1arina	- 39.690	- 10.704
Rio Grande do Sul	59.986	75.019
Mato Grosso do Sul	- 39.496	-29.729
Mato Grosso	-11.029	- 7.200
Goiás	42.571	111.680
Distrito Federal	202.804	146.997
	27.624	- 47.909

A migração dos habitantes do Maranhão, como se viu, é contínua entre os anos apresentados e é uma clara consequência da falta de oportunidades de trabalho e renda no estado, associada à baixa oferta de políticas públicas de qualidade.

Carneiro (2007), no estudo 'Migrações no Maranhão Contemporâneo', aponta vários elementos sobre o processo migratório no Estado. O fenômeno tem presença relevante no Estado, pois nos municípios pesquisados (Timbiras, Codó e São José dos Basílios), 63%, 42% e 24% das famílias entrevistadas informaram ter pelo menos um membro trabalhando fora do município, os quais se dirigem majoritariamente para São Paulo e Goiás. Outros estudos têm apontado forte fluxo migratório de maranhenses para o estado do Pará e Mato Grosso. Santos e Ferreira (2008) apontam uma taxa de migração no Maranhão de 55,16% em 2003 (comparado a outros estados brasileiros) e que os migrantes maranhenses costumam receber salários menores do que receberiam em seu estado. As atividades nas quais labutam os migrantes maranhenses são a lavoura de cana-de-açúcar, a lavoura da soja nas atividades da

pecuária, exploração madeireira e garimpo. O deslocamento dos migrantes está perigosamente associado ao trabalho escravo contemporâneo e trabalho análogo à escravidão. Os procedimentos de escravização moderna não são aleatórios, mas padronizados em todo território nacional, incidindo sobre um segmento da população vulnerável, sem acesso à educação, à terra e ao trabalho.

A permanência deste moderno tráfico humano tem várias explicações. No Brasil 16,5% das famílias com filhos de 5 a 17 anos tem pelo menos um deles trabalhando, sendo que no Maranhão essa percentagem chega a 25%. Não menos importante é a estrutura fundiária do estado que concentra terra e expulsa os trabalhadores da terra. O Maranhão é um dos estados que convivem com a chamada escravidão moderna. São trabalhadores sem acesso à educação, à terra, vítimas de 'gatos', sendo que 80% dos casos desvendados pelo Ministério do Trabalho ocorreram no Maranhão, Tocantins, Pará, Mato Grosso.

O Maranhão é o maior fornecedor de mão-de-obra escrava do país. Desde 2006, mais de 1,3 mil pessoas libertadas nestas condições saíram de cidades do estado. A maioria, resgatada em canaviais de São Paulo e nas carvoarias do Pará. O levantamento é da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE) e norteou a criação de um plano para combater a prática. As medidas foram lançadas em junho/2007 e vão priorizar dez municípios apontados como os maiores fornecedores de trabalhadores. Entre eles, Açailândia, Timbiras, Codó e São Mateus.

2.4 Condições socioeconômicas e oferta de serviços públicos

Os baixos rendimentos se associam à infra-estrutura deficitária à disposição das famílias, de forma a precarizar suas condições de vida. Em 2004, apenas 51% dos domicílios permanentes dispunham de água com canalização interna, 11% com rede coletora de esgotamento sanitário e 36% possuíam fossas sépticas. Apenas 44% contavam com o serviço de coleta diária de lixo. 34% dispunham de telefone fixo. 85% dispunham de iluminação elétrica. Em 2005, nota-se uma pequena expansão dos serviços públicos: 61,3% dos domicílios passam a contar com rede geral de abastecimento de água; 59,6% recebem serviços de coleta diária de lixo e 37,4% contam com telefone fixo. Não houve ampliação dos serviços de iluminação elétrica. Apenas 14,25% possuem telefone móvel. Os moradores da zona rural são os mais atingidos pela precariedade e/ou inexistência dos serviços de água encanada, coleta de lixo e energia elétrica. Nota-se também que quanto menor o rendimento domiciliar, menor é o acesso aos serviços públicos.

Tabela 14: Moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e algumas características do domicílio – Maranhão 2005

Características do Domicílio	Total	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Sem rendimento (3)	Sem declaração
Total	6.088.802	1.405.555	1.879.402	1.252.118	897.939	32.124	32.925
Abastecimento d'água							
Características do Domicílio	Total	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Sem rendimento (3)	Sem declaração
Com canalização interna	3.184.585	440.949	880.282	639.310	665.026	16.062	19.273
Sem canalização interna	2.904.217	964.606	999.120	612.808	232.913	16.062	13.652
Esgotamento sanitário							
Características do Domicílio	Total	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Sem rendimento (3)	Sem declaração
Rede coletora	498.776	21.686	73.887	73.091	106.820	803	-
Fossa séptica	2.401.477	313.241	688.326	531.682	516.439	9.638	16.863
Outro	1.130.850	318.859	438.524	234.523	103.604	5.621	6.425
Banheiro ou sanitário							
Características do Domicílio	Total	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Sem rendimento (3)	Sem declaração
Tinham	4.031.103	653.786	1.200.737	839.296	726.863	16.062	23.288
Não tinham	2.057.699	751.769	678.665	412.822	171.076	16.062	9.637
Destino do lixo							
Características do Domicílio	Total	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Sem rendimento (3)	Sem declaração
Coletado diretamente	3.089.819	481.911	870.646	630.483	586.319	16.062	16.863
Coletado indiretamente	334.107	44.975	120.474	52.202	56.215	803	-
Outro	2.664.876	878.669	888.282	569.433	255.405	15.259	16.062
Iluminação elétrica							
Características do Domicílio	Total	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Sem rendimento (3)	Sem declaração
Tinham	5.016.583	1.027.258	1.533.249	1.033.659	812.799	19.274	19.273
Não tinham	1.072.219	378.297	346.153	218.459	85.140	12.850	13.652
Telefone.							
Características do Domicílio	Total	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Sem rendimento (3)	Sem declaração
Tinham	2.198.296	175.888	522.073	432.908	523.671	8.031	13.651
Não tinham	3.890.506	1.229.667	1.357.329	819.210	374.268	24.093	19.274

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

Tabela 15: Moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e algumas características do domicílio/Zona Rural – Maranhão, 2005.

Situação do domicílio e características do domicílio	Moradores em domicílios particulares permanentes (1)						
	Total	Classes de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo) (2)					
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Sem rendimento (3)	Sem declaração
Rural	2.119.544	675.469	690.710	431.296	201.593	12.850	13.652
Abastecimento d'água							
Com canalização interna	295.566	57.024	90.760	43.370	49.794	-	-
Sem canalização interna	1.823.978	618.445	599.950	387.926	151.799	12.850	13.652
Rede geral	192.763	88.348	48.193	36.948	14.456	4.818	-
Outro	1.631.215	530.097	551.757	350.978	137.343	8.032	13.652
Esgotamento sanitário							
Rede coletora	65.059	-	2.409	1.606	11.245	-	-
Fossa séptica	219.261	43.371	97.183	34.535	32.125	-	-
Outro	359.820	115.658	118.869	78.712	28.106	-	4.015
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-
Banheiro ou sanitário							
Tinham	644.140	159.029	218.461	114.853	71.476		4.015
Não tinham	1.475.404	516.440	472.249	316.443	130.117	12.850	9.637
Destino do lixo							
Coletado diretamente	147.789	24.899	36.950	10.441	15.260	-	-
Coletado indiretamente	4.818	4.818	-	-	-	-	-
Outro	1.966.937	645.752	653.760	420.855	186.333	12.850	13.652
Iluminação elétrica							
Tinham	1.081.861	315.645	355.802	217.655	116.453	-	-
Não tinham	1.037.683	359.824	334.908	213.641	85.140	12.850	13.652
Telefone							
Tinham	189.547	28.911	56.222	15.260	23.292	-	-
Não tinham	1.929.997	646.558	634.488	416.036	178.301	12.850	13.652

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.¹⁶

Essa situação também se reflete nas condições de habitação. Em 2005, a carência de moradias no Brasil atingiu 7,832 milhões de domicílios, o que representou

¹⁶ (1) Exclui os rendimentos dos moradores de menos de 10 anos de idade e dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico. (2) Exclui os rendimentos dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (3) Inclusive os domicílios cujos moradores receberam somente em benefícios.

um déficit relativo de 14,7%.¹⁷ O quadro 3 mostra que em termos relativos, ou seja, considerando a relação entre a falta de moradias e o número de domicílios de cada estado, os piores resultados estão no Maranhão, Pará, Amazonas e Piauí. O estudo da FGV comprova que há estreita relação entre a falta de moradia e renda e aponta que 77% das moradias inadequadas do Brasil são de pessoas cujos rendimentos estão na faixa de até 3 salários mínimos.

Quadro III: Déficit Habitacional total e relativo, Maranhão, 2005

	Improvizados	Rústico	Cortiços	Absoluto	Relativo (%)
Maranhão	338.141	8.835	207.222	554.198	38,4%

Fonte: PNAD, 2005. Elaboração FGV Projetos.

Com esta dimensão, o Maranhão possui 38,4% de déficit habitacional, ao passo que no Brasil, o mesmo corresponde a 14,7%.

3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CONSTRUÇÃO: o Sistema Único de Assistência Social - SUAS

A Lei 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, estabeleceu em suas diretrizes a necessidade de reformulação da assistência social, via descentralização das ações pelos estados, municípios e Distrito federal e comando único em cada esfera de governo. Também introduziu mecanismos de participação da população na formulação e controle das políticas de assistência, através de suas entidades representativas e conferiu ao Estado a responsabilidade central no desenvolvimento da política social em cada esfera de governo. Os planos de assistência, desde então, deverão ser elaborados em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Integrando a Seguridade Social Brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988, a política pública de Assistência Social vem ganhando materialidade através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, produto de um relevante pacto federativo entre gestores e a sociedade, que busca promover a descentralização na gestão, no monitoramento e no financiamento dos serviços sob um novo modelo de gestão.

O SUAS, que se encontra em processo de construção desde 2004, resulta de deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social e regula em todo o território o Brasil a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógica

¹⁷ O conceito de déficit habitacional empregado pela FGV Projetos compreende duas dimensões do problema: a inadequação (estrutural ou urbanística) e a coabitação. A Inadequação é composta pelos domicílios improvisados, pelas moradias rústicas, pelas moradias em favelas e pelos cortiços. A coabitação corresponde a medida indireta de adensamento domiciliar, a qual se refere ao número de casas em que havia mais de uma família habitando.

de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. O SUAS foi criado pelo decreto presidencial nº 5.074, de 11 de maio de 2004.

Esse novo modelo de gestão supõe um pacto federativo, com a definição de competências dos três entes das esferas de governo. Sua constituição pressupõe a efetivação da rede de proteção social na perspectiva da universalização, da cidadania e de defesa de direitos, racionalizando, normatizando, organizando os serviços, programas, projetos e benefícios. Inscreve-se, assim, em um esforço de universalização dos direitos à seguridade social e da proteção social pública, ao incorporar a lógica do direito e a perspectiva de ruptura com a prática do favor e do clientelismo presentes na trajetória da assistência social.

A política pública de Assistência Social tem como responsabilidade garantir proteção social ao conjunto da população. Compõe-se de um conjunto de serviços, programas, projetos, benefícios de caráter permanente ou eventual, classificados em proteção social, especial e básica. Sua execução deve ser feita, prioritariamente pelo estado ou de forma complementar, por organizações da sociedade civil, por meio de convênios, os quais devem ser regulados pelas normas estatais da política de Assistência Social. Para que o SUAS funcione a contento, precisa de conteúdo, funções, fluxos e competências capazes de buscar e efetivar equidade, justiça e garantir a justiça social, eliminando a distância entre os direitos proclamados e os direitos efetivados, de forma a materializá-los como direitos de cidadania, especialmente à população em situação de vulnerabilidade social.

Na esteira dessa concepção, o SUAS não prescinde de um pacto, cujos pilares se assentam no direito à proteção social e na ética, recusando os imperativos da sociedade de mercado, que torna natural a exclusão social. Supõe vontade política, competência teórica e técnica bem como integração entre as instituições executoras da política. Envolve vários atores sociais e instituições, tais como: usuários, operadores da política, agentes da sociedade civil (seja como executores da política seja como conselhos e fóruns atuando no controle social), gestores públicos, instâncias como Poder Legislativo, Ministério Público e Poder Judiciário em torno de uma nova lógica que gira em torno da política de assistência como direito.

A nova lógica de organização das ações inclui a definição de níveis de complexidade, na área da proteção social básica e proteção social especial, com a referência no território, considerando regiões e portes de municípios e com centralidade na família (MDS, 2005). É uma forma de operacionalização da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a sua regulação, em todo o território nacional.

A consolidação do SUAS como um novo modelo de política de assistência social capaz de superar o assistencialismo e a falta de integração entre as ações impõe a ruptura com um padrão de política pública que escamoteia o direito social que lhe é inerente e o sentido de coisa pública que deve estar presente em sua execução. Nesse sentido, significa reconhecer a existência de interesses múltiplos em disputa que deverão ser confrontados para que a política de assistência se afirme na direção do direito e não da benesse.

A construção e consolidação desse sistema, inserido em uma cultura marcada pelo assistencialismo e paternalismo não poderia deixar de ser um grande desafio, por representar uma tarefa coletiva que procura garantir normatização, organicidade e unificação à política de assistência social na lógica do direito social.

3.1 A Modalidade Proteção Social Básica

Esta modalidade intenta a prevenção de situações de risco mediante o desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Seu público é a população em situação de vulnerabilidade social causada por pobreza, privação (ausência de renda, difícil acesso aos serviços públicos, etc.) e/ou fragilização de vínculos afetivos– relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Inclui o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, a partir da situação de vulnerabilidade constatada. Deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, envolvendo benefícios de prestação continuada¹⁸ e os eventuais.

3.1.1 Programa de Atenção Integral à Família – PAIF

O PAIF é considerado o principal programa de Proteção Social Básica, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Criado em 18 de abril de 2004 (Portaria nº 78), pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, aprimorou a proposta do Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família (PNAIF) implantado pelo Governo Federal no ano de 2003. Desenvolve ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social na unidade do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Os Centros de Referência de Assistência Social são espaços físicos públicos onde são necessariamente prestados os serviços do PAIF, e *podem* oferecer outros serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica relativos às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária. Busca desenvolver ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social na unidade do CRAS, para fortalecer os vínculos familiares e comunitários, o direito à Proteção Social Básica e ampliar a capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco no território de abrangência do CRAS. O seu público-alvo é a população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). A estruturação e manutenção

¹⁸ Direito garantido pela Constituição Federal de 1988, consiste no pagamento de 01 (um) salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho, em que a renda *per capita* familiar seja inferior a ¼ do salário mínimo.

do espaço físico do CRAS é de responsabilidade do município/Distrito Federal como cumprimento do requisito de habilitação ao nível básico ou pleno de gestão do SUAS.

Os serviços desenvolvidos no CRAS funcionam por meio de uma rede básica de ações articuladas e serviços próximos à sua localização, propiciando a oferta de procedimentos profissionais em defesa dos direitos humanos e sociais e dos relacionados às demandas de proteção social de Assistência Social, como: a) vigilância social: produção e sistematização de informações que possibilitem a construção de indicadores e de índices das situações de vulnerabilidades e riscos que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos de vida; b) conhecimento das famílias referenciadas e as beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF); c) acompanhamento familiar: em grupos de convivência, reflexão e serviço socioeducativo para famílias ou seus representantes; dos beneficiários do PBF; das famílias com beneficiários do BPC; d) proteção pró-ativa por meio de visitas às famílias em situações de maior risco ou vulnerabilidade; e) encaminhamento: para avaliação e inserção dos potenciais beneficiários do PBF no Cadastro Único e do BPC, na avaliação social e do INSS; das famílias e indivíduos para a aquisição dos documentos civis; encaminhamento da população referenciada no território do CRAS para serviços de proteção social básica e de proteção social especial – quando necessário; f) produção e divulgação de informações de modo a oferecer referências para as famílias e indivíduos sobre os programas, projetos e serviços socioassistenciais do SUAS, sobre o PBF e o BPC, sobre os órgãos de defesa de direitos e demais serviços públicos de âmbito local, municipal, do Distrito Federal, regional, da área metropolitana e ou da micro-região do estado; g) apoio nas avaliações de revisão dos cadastros do PBF e do BPC e demais benefícios.

3.1.2 Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, envolvendo a Bolsa Agente Jovem e a ação socioeducativa promove atividades continuadas que proporcionem ao jovem, entre 15 e 17 anos, experiências práticas e o desenvolvimento do protagonismo juvenil, para fortalecer os vínculos familiares e comunitários e possibilitar a compreensão sobre o mundo contemporâneo, incidindo sobre os aspectos da educação e do trabalho. O público alvo é composto por jovens que: a) prioritariamente, estejam fora da escola; b) que participem ou tenham participado de outros programas sociais; c) que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; d) que sejam egressos ou que estejam sob medida protetiva ou socioeducativa; e) oriundos de Programas de Atendimento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.

A ação Socioeducativa constitui-se a partir de um conjunto de atividades que visam propiciar aos jovens o reconhecimento e o desenvolvimento de suas habilidades, formas de expressão, trajetória pessoal e expectativas. Destina-se a propiciar o convívio no grupo e na comunidade, com oportunidades e ações para o

reconhecimento de direitos e deveres e o desenvolvimento de capacidades para o enfrentamento das condições de vida, de maneira a fortalecer os laços de pertencimento e a construção de projetos pessoais e sociais. Difere do termo 'medidas socioeducativas' previstas no Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90). O Projeto Agente Jovem faz capacitação teórico-prática, com duração de doze meses. Tenciona que a atuação do jovem contribua para a melhoria dos indicadores sociais locais.

3.3 Serviços Específicos para o atendimento à Criança, à Família e à Pessoa Idosa

São serviços de ação continuada de proteção social básica por meio de programas e projetos executados por Estados, Municípios, Distrito Federal e entidades sociais, destinados ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos, da pessoa idosa e de suas famílias, para assegurar o desenvolvimento integral da criança, valorizando a convivência social e familiar e assegurar os direitos sociais da pessoa idosa, de forma a promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, para atender à LOAS e à Política Nacional do Idoso (PNI).

3.4 Modalidade Proteção Social Especial

Esta modalidade visa atender famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, em virtude de abandono, maus tratos físicos e/ou psicológicos, negligência, exploração e abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Os serviços de proteção especial interrelacionam-se com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. Esse serviço abrange a proteção social especial de média complexidade e proteção social especial de alta complexidade.

3.4.1 Proteção social de média complexidade

São considerados serviços de proteção social especial de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos cujos direitos foram violados, porém com permanência dos vínculos familiares e comunitários. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS deve se constituir como pólo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade. Dentre outros serviços de média complexidade, destacam-se: Programa

Sentinela: Serviços de proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e a Suas Famílias.

3.4.2 Proteção social de alta complexidade

São considerados serviços de proteção social especial de alta complexidade aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos em situação de grave violação de direitos, sem vínculos familiares e comunitários, que demandam proteção integral a seus usuários. Dentre estes, destacam-se os Serviços de Proteção Social Especial à Família e o PETI. Os Serviços de Proteção Social Especial à Família devem propiciar acolhimento e desenvolver atenção especializada para possibilitar a reconstrução dos vínculos familiares e sociais e a conquista de maior grau de autonomia e independência individual/familiar e social, promovendo a convivência familiar e comunitária dos seus usuários. Tais serviços são oferecidos na forma de: Albergue; Atendimento Integral Institucional (abrigo); Casa Lar; Família Acolhedora; República; Moradias Provisórias e Casa de Passagem.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (Concessão de Bolsa a crianças e adolescentes em situação de trabalho e Ações socioeducativas para crianças e adolescentes em situação de trabalho) é um programa de transferência direta de renda do Governo Federal para famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho, adicionado à oferta de Ações Socioeducativas e de Convivência, manutenção da criança/adolescente na escola e articulação dos demais serviços da rede de proteção básica e especial.

O PETI tem como objetivo erradicar todas as formas de trabalho infantil no País, em um processo de resgate da cidadania de seus usuários e inclusão social de suas famílias. É composto de sete ações, cuja implementação é compartilhada entre o MDS, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, a Subsecretaria de Direitos Humanos, o Fundo Nacional de Assistência Social FNAS e o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. As ações são: apoio aos Fóruns de Erradicação do Trabalho Infantil, concessão de Bolsa a Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho; Ações socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho; Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil; Publicidade de Utilidade Pública; Atualização do Mapa de Focos de Trabalho Infantil e Apoio Técnico à Escola do Futuro Trabalhador. Assim, essas ações são articuladas entre o MDS e demais responsáveis havendo ampla participação em atividades conjuntas de

²⁰ É exigido o cumprimento de várias etapas. São elas: a) Inserção das famílias no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, informando, no campo 270, a atividade exercida pelas crianças; b) Inserção ou reinserção das crianças e adolescentes na escola; c) Seleção, capacitação e contratação dos monitores que trabalharão na jornada ampliada; d) Documentação das famílias (que deve ser viabilizada); e) Estruturação de espaços físicos para a execução da jornada ampliada; f) Disponibilização de transporte para as crianças e adolescentes, principalmente as que se encontrarem em área rural; g) Encaminhamento do Plano de ação devidamente preenchido e assinado pelo gestor municipal que, posteriormente, será enviado pelo Estado ao MDS e envio da declaração emitida pela Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, declarando o cumprimento de todas as etapas e afirmando o efetivo funcionamento do programa.

enfrentamento ao trabalho infantil. Tem como público-alvo crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos. Esse programa está em processo de integração com o Programa Bolsa Família, a partir de 2005, justificada como forma de racionalizar a gestão de ambos os programas, com o incremento da intersectorialidade e da potencialidade das ações do Governo, para evitar a fragmentação, a superposição de funções e o desperdício de recursos públicos.

O redesenho permite o alcance dos usuários incluídos no Programa Bolsa Família, na medida que estende às famílias com crianças/adolescentes em situação de trabalho deste programa as Ações Socioeducativas e de Convivência do PETI.

Destaca-se como fundamental, no processo de integração entre PETI e PBF, a garantia da especificidade e do foco de cada programa, possibilitando que os mesmos continuem atingindo seus principais propósitos, com o diferencial de poderem ser potencializados, universalizados.

4 AÇÕES GOVERNAMENTAIS NA ESFERA ADMINISTRATIVA ESTADUAL

Em 2005, o processo de habilitação dos municípios maranhenses para a gestão do SUAS demonstrava que a maioria (92%) ainda estava no estágio de gestão básica. Houve significativo avanço no processo de descentralização da política de assistência, atingindo 96% dos municípios.

Tabela 16: Habilitação dos municípios para Níveis de Gestão SUAS, Maranhão 2005.

Gestão Inicial	09
Gestão Básica	201
Gestão Plena	07
TOTAL	217

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão.

Tabela 17: Principais resultados do Relatório de Gestão do Maranhão, 2005.

Municípios descentralizados	210
Processo de descentralização	7
Eventos de capacitação na área da assistência social	05
Planos de Ação elaborados e assinados	217
Comunidades quilombolas atendidas	44 municípios

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão.

Os gastos com assistência social no referido período foram irrisórios: 0,75%, em 2003; 0,62% em 2004 e 0,52% em 2005.

Uma outra dimensão fundamental, a do controle social, recebeu pequena atenção por parte do governo estadual. Em 2004, foi destinado apenas 36% para o Conselho de Assistência Social, 26% para o Conselho Estadual do Idoso e o Conselho estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, teve execução de 36% dos recursos destinados em 2003, 53% em 2004. Em 2005, excepcionalmente, teve

execução de 99,93% dos recursos aportados para o Conselho. O baixo investimento atua como limitador para o exercício do papel dos Conselhos na proposição e fiscalização das políticas públicas. Este elemento evidencia que o modelo de gestão adotado pelo governo estadual não prioriza a participação efetiva da sociedade, não cumpre o papel de elaborador, fomentador e executor de políticas públicas que enfrentem o cenário social devastador que assola o Estado.

4.1 Programas

4.1.1 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

Este programa, de iniciativa e financiamento do governo federal, tem como objetivo erradicar o trabalho infantil e foi implantado no Maranhão em 1999. As famílias, cujas crianças exercem atividades típicas da área urbana, têm direito à bolsa mensal no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por criança. As que exercem atividades típicas da área rural recebem R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao mês, para cada criança cadastrada. O Ministério do Desenvolvimento Social considera como área urbana somente as capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250 mil habitantes. Além da bolsa, o programa destina R\$ 20,00 (vinte reais) nas áreas rurais e R\$ 10,00 (dez reais) nas áreas urbanas (por criança ou adolescente) à denominada Jornada Escolar Ampliada, para o desenvolvimento, em período extracurricular, de atividades de reforço escolar, alimentação, ações esportivas, artísticas e culturais. Tais recursos são repassados aos municípios, a fim de que a gestão execute as ações necessárias à permanência das crianças e adolescentes na referida Jornada.²⁰

Entre os anos de 2003 e 2005, houve ampliação de metas e municípios atingidos, o que totalizou 72.168 crianças e adolescentes, abrangendo 159 municípios (ver Tabelas 18,19 e 20).²¹ Nota-se um aumento de 11% nas metas atendidas de 2003 para 2004 e de 9% de 2004 para 2005. Nesse mesmo período, cabe destacar que os dados da PNAD (IBGE, 2004,2005) evidenciaram que o Maranhão ocupa o segundo lugar em ocorrência de trabalho infantil, com o percentual de 16,20% de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos em 2005, superando os 12% existentes em 2004. O que indica a necessidade de ampliação das metas de atendimento no PETI. Em 2005, 24,6% das crianças e adolescentes em situação de trabalho atendidas pelo PETI estavam na zona urbana e 65,4% encontravam-se na zona rural.

No ano de 2005, através da expansão de metas do programa pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, o Estado do Maranhão foi contemplado com 5.424 novas metas, validadas pela comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e pactuados

²¹ Não foram encontrados nos setores responsáveis pela execução do Programa Bolsa Família e do PETI dados fidedignos em nível de Maranhão sobre crianças e adolescentes atendidos por faixa etária/sexo. A supervisão é feita por amostragem, o que dificulta o levantamento completo dos dados. Esse programa está em processo de integração com o Programa Bolsa Família, a partir de 2005.

na CIB/MA, obedecendo aos critérios de partilha estabelecidos na NOB/SUAS/2005 e beneficiando 27 novos municípios. Os recursos repassados totalizaram R\$ 38.320.140,00.

Tabela 18: Evolução do atendimento do PETI no Maranhão, 2003 – 2005

Ano	Crianças e Adolescentes retirados do trabalho
2003	59.584
2004	66.665
2005	72.168

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão, 2005.

Tabela 19: Análise comparativa da evolução do PETI no Maranhão, 2005

Ano	Nº de municípios no Estado	Nº de beneficiados	Percentual (%)
2003	217	131	60,37
2004	217	132	60,83
2005	217	159	73,27

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão, 2005.

Tabela 20: Valores Repassados, PETI, Maranhão, 2005.

	Valores (R\$)
Jornada Ampliada	15.456.640,00
Bolsa Criança Cidadã	22.863.500,00
TOTAL	38.320.140,00

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão, 2005.

Tabela 21: Meta de atendimento por regionais – 2005 / Maranhão

Gerência Regional	Número de municípios
Pré-Amazônia	05
Médio Mearim	08
Cerrado maranhense	04
Tocantins	09
Centro Maranhense	05
Leste Maranhense	08
Baixo Parnaíba	11
Cocais	06
Itapecuru Mirim	11
Pedreiras	13
Baixada Maranhense	09
Presidente Dutra	12
Munim e Iençóis Maranhenses	11
Sertão Maranhense	13
Pindaré	10
Lagos Maranhenses	13
Alto Turi	10
Metropolitana	01
TOTAL	159

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes)/Rede Conveniada Maranhão, 2005.

Entre as crianças e adolescentes inseridas no PETI, 7.053.00 moram em São Luís (FUMCAS, 2005), dos quais 80% residem na zona urbana e 20% na zona rural.

Tabela 22: Metas de Atendimento PETI por pessoas – 2003 a 2005 / São Luís

Urbana	5.687
Rural	1.366
TOTAL	7.053.00

Fonte: Relatório FUMCAS / Rede Conveniada São Luís, 2005.

4.1.2 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família foi instituído pelo Governo Federal, em 2004 e se configura como um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extremamente pobres (com renda mensal pessoal de até R\$ 60,00). O programa Bolsa Família integra o Programa Fome Zero.

Os valores pagos pelo programa Bolsa Família variam de R\$ 15,00 a R\$ 95,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças. Esses valores podem ser ampliados, a exemplo das famílias que migraram de programas remanescentes e recebiam um benefício maior nesses programas. O ingresso e permanência no programa exigem o compromisso da família em manter suas crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola e a cumprir os cuidados básicos em saúde: o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.

No período compreendido entre 2003 e 2005, o programa atingiu entre 95% a 99,91% dos municípios brasileiros. No que se refere às famílias atendidas por Estado, destacam-se Minas Gerais, Ceará, São Paulo, Pernambuco e Maranhão, respectivamente, como os maiores beneficiários, os quais recebem os montantes mais elevados do Programa Bolsa Família.

Em 2004, o programa atingiu 94% da população maranhense considerada pobre. Os recursos repassados pelo governo federal com essa finalidade totalizaram 11,7 % dos repasses constitucionais recebidos pelo Maranhão (ver Tabela 24).

Tabela 23: Número de Famílias Atendidas no Maranhão 2004

	2004
Total de Municípios	217
Total de Municípios com cadastro na Base	217
População	5.651.475
Estimativa de Famílias Pobres ²²	632.022
Famílias Cadastradas	596.675
Estimativa de Pessoas Pobres	2.654.463
Pessoas Cadastradas	2.526.818

Fonte: www.mds.gov.br (cadunico)

Tabela 24: Comparação entre repasses constitucionais e Bolsa Família no Maranhão e Brasil - 2004

	Maranhão	Brasil
Repasses Constitucionais	R\$ 241.942.451,31	R\$ 3.900.433.359,83
Bolsa Família	R\$ 28.307.445,00	R\$ 439.870.726,00
Outros Programas	R\$ 9.466.930,00	R\$ 140.341.245,00
Total de transferência de renda	R\$ 37.774.375,00	R\$ 680.211.971,00
Participação do bolsa família nos repasses	11,7 %	11,3 %
Participação da transferência de renda nos repasses	15,6 %	14,9 %

Fonte: www.mds.gov.br (cadunico).

Em 2005, o programa atingiu 544.249 famílias, alcançando 85,86% da população considerada pobre no Estado.

Tabela 25: Atendimento e recursos no Programa Bolsa Família, Maranhão 2005.

UF	Municípios atendidos	Famílias atendidas	Valor total do benefício (R\$)
MA	217	544.249	37.906.961,00

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão 2005.

Tabela 26: Avaliação do Programa Bolsa Família, Maranhão 2005.

Estimativa de famílias pobres	632.022
Famílias Inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais	582.082
Famílias que recebem o programa Bolsa Família	544.249

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão, 2005.

Ressalta-se que muitas famílias no Estado do Maranhão ainda não recebem os benefícios do Programa Bolsa Família em decorrência da falta de documentação e

²² Famílias com renda mensal por pessoa de até R\$120,00. As famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa podem ser incluídas no Programa independentemente de sua composição. Por sua vez, as famílias com renda mensal entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00 por pessoa podem ingressar no Programa desde que tenham gestantes, nutrizes e crianças e adolescentes entre 0 a 15 anos.

acesso às informações, principalmente as populações tradicionais (indígenas e quilombolas) as quais são prioritárias na estratégia de expansão do Programa.

Em São Luís, os diversos programas de assistência disponibilizaram 85.148 benefícios.

Tabela 27: Programas de assistência por famílias atendidas – São Luís - 2005

Bolsa Família	59.505
Bolsa Escola	6.658
Vale Gás	14.723
Bolsa Alimentação	62
Parcerias	4.200
TOTAL	85.148

Fonte: Relatório FUMCAS / Rede Conveniada São Luís, 2005.

4.1.3 Programa de Apoio à Criança - PAC (JOPA – Jornada Parcial; JOI – Jornada Integral; ASEF – Ações Sócio-Educativas da Família)

Destinado a crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, este programa objetiva garantir guarda, apoio nutricional e atividades sócio-pedagógicas. O financiamento é do governo federal, em parceria com o governo estadual e prefeituras municipais.²³ Nos anos de 2003 a 2005 não houve aumento da rede. Foram atingidos 179 municípios, totalizando R\$ 12.193.559,64.

No exercício de 2005, 137 municípios executaram o PAC, atendendo 84.408 crianças, com recursos da ordem de R\$ 10.216.791,24 (dez milhões duzentos e dezesseis mil e setecentos e noventa e um reais e vinte e quatro centavos) no ano. O Estado através da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social-SEDES, atende 300 crianças, em Jornada Integral, com financiamento do Fundo Nacional de Assistência Social na ordem de R\$ 61.272,00 e do Tesouro Estadual no valor de R\$ 510.000,00.

Tabela 28: PAC por municípios, valores – Maranhão de 2003 a 2005

Municípios Atingidos	179
Municípios atingidos pelo JOPA	121
Municípios Atingidos pelo JOI	36
Municípios Atingidos pela ASEF	110
Valores mês	R\$ 1.016.129,97
Valor ano	R\$ 12.193.559,64
Valor JOPA	R\$ 68.769,00
Valor JOI	R\$ 15.639,00
Valor ASEF	R\$ 16.473,00

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES)/Rede Conveniada Maranhão, 2005.

²³ Os valores pagos por atendimento são padronizados, conforme segue: a) Atendimento em unidade de jornada parcial – R\$ 8,51/criança; b) Atendimento de jornada integral – R\$17,02 /criança; c) Ações sócio-assistenciais de apoio à família – R\$ 10,00/criança.

Quanto às ações sócioeducativas de apoio à família - ASEF, em 2005, 132 municípios executaram 16.473 metas, com financiamento do FNAS, totalizando R\$ 164.730,00 (Cento e sessenta e quatro mil e trinta reais).

Tabela 29: Número de municípios, de metas e valor anual no PAIF/ASEF, Maranhão, 2005

Nº de Municípios	Nº de Metas		Valor Anual (R\$)
	PAC	ASEF	
137	84.408	-	10.216.791,24
132	-	16.473	164.730,00
Estado/SEDES	300	-	61.272,00

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão, 2005.

4.1.4 Programa Proteção Especial à Pessoa com Deficiência

O programa tem como modalidade de atendimento a reabilitação na comunidade, disponibilizando R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por pessoa. Não houve a expansão de metas nos três anos pesquisados.

Tabela 30: PPD por municípios atingidos, metas e valores – Maranhão de 2003 a 2005

Municípios atingidos	Metas	Valor
Açailândia	50 metas	R\$ 1.250,00
Caxias	112 metas	R\$ 2.800,00
Coroatá	118 metas	R\$ 2.950,00
Imperatriz	126 metas	R\$ 3.150,00
São Luís	356 metas	R\$ 8.900,00
Timom	84 metas	R\$2.100,00
TOTAL DE MUNICÍPIOS	06	-

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes)/Rede Conveniada Maranhão, 2005.

Em 2005, foram atendidas 889 pessoas com deficiência em 06 municípios com recurso federal na ordem de R\$ 280.994,52 para execução das modalidades de Reabilitação na Comunidade, Abrigo para pequenos Grupos e Reabilitação tipo C, conforme demonstrativo a seguir. Percebe-se que as ações de proteção social básica voltadas às pessoas com deficiência foram bastante tímidas, visto que o co-financiamento do Governo Federal contempla um número pequeno de municípios e frente ao contingenciamento das ações que vinham sendo executadas com recursos do tesouro estadual. Porém, com a implantação e implementação dos CRAS existem perspectivas de avanços no atendimento da proteção social básica, que inclui a pessoa com deficiência.

Tabela 31: Atendimento no Programa de Atenção Básica à pessoa com deficiência, MA 2005.

Município	Modalidade de Atendimento	Meta	Valor/Ano
Açailândia	Reabilitação na Comunidade - RECO	50	15.000,00
Caxias	Reabilitação na Comunidade – RECO	112	33.600,00
Coroatá	Reabilitação na Comunidade – RECO	118	35.400,00
	Reabilitação tipo C	23	5.594,52
Imperatriz	Reabilitação na Comunidade – RECO	126	37.800,00
São Luís	Reabilitação na Comunidade – RECO	356	106.800,00
	Abrigo para pequenos grupos	30	21.600,00
Timon	Reabilitação na Comunidade – RECO	84	25.200,00
	TOTAL	889	280.994,52

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão, 2005.

4.1.5 Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

Este programa se destina à promoção e inclusão social de segmentos em situação de pobreza e risco social, atingindo jovens na faixa etária de 15 a 17 anos. Entre os anos e 2003 e 2004, o Programa atendeu 725 jovens. Em 2005, houve expansão, ampliando o atendimento para 4.250 jovens.²⁴

Tabela 32: Número de atendimentos e evolução do Programa Agente Jovem, MA 2005

Ano	Metas
2003	725
2004	725
2005	4.250

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão, 2005.

Tabela 33: Atendimentos em 2005*, por jovens, municípios, núcleos, recursos mês e ano/ MA

Jovens Atendidos	4.325
Municípios Atingidos	77
Núcleos Atendidos	29
Recursos Mês	R\$ 360.402,25
Recurso Ano	R\$ 4.324.833,00

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes)/Rede Conveniada Maranhão, 2005.

4.1.6 Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)

É considerado o principal programa de Proteção Social Básica, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Criado em 2004, é uma atualização do Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família (PNAIF) implantado pelo Governo Federal no ano de 2003. Em consonância com as demandas para implantação do SUAS no Maranhão, houve expansão em 2005 incluindo 73 municípios que passaram a executar o PAIF, totalizando 104 municípios. Houve também expansão dos Centros

²⁴ São atendidos 25 jovens por núcleo e feito o pagamento de uma bolsa no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

de Referência da Assistência Social (CRAS) com a inclusão de 73 novos municípios, que passam a totalizar 124 no estado. Destes, 11 foram selecionados para implantação em terras indígenas. Em 2004, 51.802.121 domicílios maranhenses receberam benefícios de programa social governamental.

Tabela 34: Demonstrativo situacional Maranhão 2003 e 2004

Famílias atendidas	9.000
Total de CRAS	35
Municípios da "REDE CRAS"	31

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes), 2004.

Tabela 35: Valores de recebimento do programa social do governo no mês de referência números e percentual - Maranhão 2004

Situação	Domicílios particulares (unidade)	Domicílios particulares (percentual)
Não receberam	51.802.121	83,57%
Receberam	43.288.771	15,56%
Receberam de somente um programa	8.059.643	9,34%
Receberam de mais de um programa	4.839.601	6,17%
Receberam sem declaração	26.392	0,05%
Sem declaração	453.707	0,88%

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes)/Rede Conveniada Maranhão, 2004.

Tabela 36: Quadro consolidado da expansão do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF até 2005, Maranhão

Municípios da expansão que já pertenciam à rede 2003/2004	03
Municípios novos a implantarem o Programa	101
TOTAL	104
TOTAL DE FAMÍLIAS REFERENCIADAS	25.500

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão, 2005.

Tabela 37: Quadro Consolidado de CRAS (com expansão de 2005), Maranhão

Número de CRAS dos 03 municípios que já pertenciam à rede 2003/2004	08
Nº de CRAS dos 73 novos municípios	81
TOTAL GERAL DE CRAS NO ESTADO	124

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão, 2005.

Das tabelas apresentadas, ressalta-se que do total dos municípios (104), 31 já pertenciam à rede anterior com um total de 35 Centros de Referência – CRAS, considerando que somente no município de São Luís, se concentravam 05 CRAS. Em 2005, o processo de expansão atingiu 76 municípios, assim especificados: 73 (setenta e três) novos municípios implantaram o Programa e 03 (três), a saber: São Luís, Santa Luzia e Brejo, em expansão para implantar mais outros CRAS, além dos já existentes.

Tabela 38: Evolução do número de atendimentos às famílias, Maranhão 2005

Período	Valores
2003	9.000
2004	9.000
2005	36.500

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão, 2005.

4.2 Ações desenvolvidas pela FUNAC

Responsável pelo atendimento social destinados às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, a Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC é órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social do Maranhão com a missão de garantir políticas de proteção a crianças e adolescentes autores e vítimas de violência.

Na execução da política de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, a FUNAC desenvolve várias ações em que promove a iniciação profissional, treinamento e inserção do adolescente no mercado de trabalho e objetiva oferecer apoio e assistência à família.²⁵

4.2.1 Atendimento psicossocial às famílias

Na linha de atendimento através de programas assistenciais à família, o Estado oferece atendimento psicossocial através da FUNAC, e representando o município de São Luís, a FUMCAS.

Serão apresentadas as estatísticas produzidas entre os anos de 2003 a 2005 em relação aos programas desenvolvidos pelas instituições. Segue a Tabela 41, com os programas e o número de famílias atendidas.

Os números a seguir estão superestimados, pois uma mesma pessoa pode participar de vários programas e ser contabilizada mais de uma vez no total geral.

Percebe-se que o número de pessoas atendidas na ação apoio psicossocial à família reduziu entre 2003 e 2005, passando de 3.044 para 268. Porém, o número de atendimentos a crianças e adolescentes e sua família apresentou um aumento significativo, passando de 9.491 em 2003 para 207.434, ainda que se relativize neste total o peso dos 190.572 atendimentos relativos às necessidades básicas de nutrição/vestuário e higiene pessoal.

Em 2003, foram atendidas 4.065 crianças e adolescentes nos programas implementados pela FUNAC.

²⁵ Esses dados não estão disponíveis no relatório do ano de 2003.

Tabela 39: Atendimentos à Criança, por Unidades de atendimentos/programas em 2003²⁶

Unidades de atendimentos/programas	2003
SOS Criança	169
Abrigo das meninas	490
Abrigo dos meninos	280
Fonte do Bispo	643
Bairro de Fátima	167
Mercado de trabalho	144
Reciclagem de Papel	040
Casa da Passagem	372
Unidade de Atendimento à família	122
Subtotal	2.427
Projetos Especiais	
Programa Criança Afro Maranhense	345
Projeto Florescer	288
Projeto Nyamê	767
Projeto Dançando com as Famílias	100
Projeto Guarnicê	250
Subtotal	1.750
Ações Integradas	
ACONERUQ – I Quilombinho	150
Associação de difusão comunitaria	80
Associação de Mães – Bairro da Liberdade	225
Unidade Integrada Manoel Beckman	80
Unidade Integrada Eugênio Sales	50
Unidade Escolar São Raimundo	70
Unidade Integrada Nascimento de Moraes	60
Unidade Integrada Rubens Almeida	70
Unidade Integrada Vila Esperança	60
GDS / Parceiros	150
Conselhos Tutelares – SIPIA	373
Grupo de Arte – Educar	150
SENAI – BR	30
Complexo Integrado de Barreirinhas	90
Subtotal	1.638
TOTAL	4.065

Fonte: Relatório de Atividades FUNAC, 2003.

Tabela 40: Apoio psicossocial à família -2003

	Quantidade
Famílias atendidas	3.044
Unidades / programas / projetos	21
Famílias atendidas	3.044

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

²⁶ O SOS Criança foi extinto, portanto, estes dados não estão disponíveis para os anos subsequentes.

Tabela 41: Apoio psicossocial às famílias 2005

Famílias atendidas pela UNAF - Unidade de Atendimento à Família	268
Famílias atendidas na escola de país e nos bairros com participantes através do projeto acolher	27 famílias atendidas/335 participantes
Participantes oriundos dos municípios para o 5º Encontro de famílias dos adolescentes	80 participantes/32 municípios
Casos de abuso sexual	26 casos
Casos de violência doméstica física	28 casos
VII Encontro de pais da UNAF	60 participantes
5º Festival de famílias	283 participantes
Oficinas de violência	98 oficinas/210 participantes

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2005.

Tabela 42: Ações desenvolvidas de apoio psico-social à família – 2003

Tipo	Quantidade atendimentos	Quantidade beneficiários
Atendimento personalizado	9.491	-
Terapia comunitária	577	-
Terapia familiar	1.623	-
Massagem terapêutica	207	-
Saúde	192	-
Qualificação profissional	77	-
Cursos oferecidos	05	77
Apoio material	173	-
Atividades de cultura e lazer	05	148
Oficinas sócio-educativas	22	766
Encontros	02	266
Prevenção à violência contra crianças e adolescentes	199	-

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

Tabela 43: atendimentos realizados às crianças e adolescentes e famílias beneficiárias das ações implementadas pela FUNAC, 2005

	Quantidade
Total de atendimentos	207.434
Atendimentos especializados	5.235
Atendimentos realizados para inclusão de crianças e adolescentes na política pública de saúde	5.069
Atendimentos jurídicos aos adolescentes infratores	790
Atendimentos escolar/inclusão na rede de ensino	300
Crianças e adolescentes atendidas no processo de inclusão através do esporte	3.510
Adolescentes em cursos de qualificação potencial	145
Incluídos no trabalho educativo através de convênios	91
Bolsas de trabalho para os adolescentes	105
Atendimentos às necessidades básicas de nutrição/vestuário e higiene pessoal	190.572
Atendimentos às famílias no propósito de integrar e fortalecer as relações familiares	1.617

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

4.2.2 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de risco pessoal e social

O número de atendimentos em 2003 e 2005 sofreu pequena variação, como se pode observar nas Tabelas 44 e 45. Registram-se, em 2005, 744 casos de vítima de violência e 1269 adolescentes envolvidos em atos infracionais, indicando aumento significativo em relação a 2003 e 2004.

Tabela 44: Número de Crianças e Adolescentes envolvidos nas ações em unidades de atendimento/2003

Unidades de atendimento	Número de atendidos
Abrigo das meninas	398
Abrigo dos meninos	172
Casa da Passagem	213
Sub total	783

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

Tabela 45: Atendimento à criança e adolescentes em situação de risco e o número de crianças e adolescentes atendidas nas unidades / programas 2005

Unidades/programas de proteção	Número de atendidos
Casa de Passagem	124
Abrigo dos meninos	89
Abrigo das meninas	48
Unidade da fonte do bispo	46
Unidade do bairro de Fátima	17
Mercado de trabalho	91
Reciclagem de papel	07
Programa de egresso	28
Unidade de atendimento à família	294
TOTAL	744

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2005.

Tabela 46: Atendimentos FUNAC 2005

	Quantidade
Crianças e adolescentes atendidos nas unidades de atendimento	2.013
Vítimas de violência	744
Envolvidos em atos infracionais	1.269
Famílias envolvidas nas atividades sócio-educativas	1.267
Municípios atendidos em capacitação	36
Atores sociais capacitados (gestores, técnicos, Conselheiros e orientadores social)	456
Adolescentes atendidos nos núcleos de execução de medidas sócio-educativas em meio aberto	54

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2005.

Tabela 47: FUNAC - Principais ações implementadas 2005

	Quantidade	Atores Envolvidos
Reuniões de trabalho infantil aos atores sociais de OG's e ONG's	26	403
Oficinas sobre medidas sócio-educativas	03	122
TOTAL		525

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2005.

4.2.2.1 Atendimento em abrigos

Quando se analisa o número de crianças nos abrigos, verifica-se um aumento ao longo dos anos. A Unidade de atendimento denominada Abrigo dos Meninos tem capacidade de atender a 25 beneficiários/mês.

Em 2003, foram admitidos 108 meninos, sendo que 87% foram encaminhados pelos integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos, 4% pela Companhia Vale do Rio Doce e 09% se apresentaram de forma espontânea²⁷. A esse total, somam-se 172 meninos do Centro Paroquial do São Francisco e Projeto Educarte, incorporados às atividades desenvolvidas. Dos meninos encaminhados, 49% encontravam-se em situação de rua; 19% eram usuários de substâncias psicoativas e 18% haviam fugido de casa. 86% declararam-se negros ou pardos. 29% tinham idade entre 12 e 17 anos. 9% eram jovens com idade entre 18 e 21 anos. 71% (77) cursavam o ensino fundamental, nas escolas públicas. 67% dos abrigados apresentavam baixa escolaridade e distorção idade/série; 27% freqüentaram classes de alfabetização e verificou-se a presença de 1 analfabeto. Os meninos procedem dos bairros de São Luís, especialmente os da área Itaquí-Bacanga, Coroadinho e Cidade Operária; e de outras cidades como Bacabal, Cantanhede, Coelho Neto, Vitorino Freire, Zé Doca, Teresina, Belém e Marabá. A faixa etária das meninas atendidas no abrigo distribuiu-se da seguinte forma: 39% entre 14 a 15 anos; 35% entre 16 e 17 anos; 20% entre 11 a 13 anos e 4% com 18 anos. Quanto à escolaridade, 86% possuem apenas o nível fundamental (ver Tabela 52)

Em 2004, foram atendidos 147 crianças e adolescentes. Dos meninos atendidos, 22% possuíam até 11 anos; 43% estavam na faixa etária entre 12 e 15 anos; 30% na faixa etária entre 16 a 18 anos. 77% cursavam o nível fundamental. Quanto à cor/etnia, 74% declararam-se negros ou pardos e 26% declararam-se brancos. Sobre o perfil das meninas atendidas, 87% possuíam nível de escolaridade fundamental. Quanto à faixa etária, 51% concentravam-se entre 12 a 15 anos e 45% entre 16 a 18 anos.

Entre as principais violências sofridas pelas meninas, figuraram em 2003 os maus tratos com 39%; desabrigo com 26%; negligência com 26%; situação de rua com 20%; abandono com 14%, sendo que podem ter sido vítimas de mais de um tipo de violência (ver Tabela 56). Em 2004, entre as violências sofridas predominam a violência doméstica com 39%, o desabrigo com 25% e a situação de rua, com 12% (ver Tabela 57).

²⁷A Rede Amiga da Criança que aparece com 9% dos encaminhamentos nas Tabelas, também integra o Sistema de Garantia de Direitos, razão pela qual foi incorporada aos percentuais de encaminhamento pelo referido sistema.

Tabela 48: Faixa etária, Abrigo Meninos 2003

	Quantidade
6 a 11 anos	129
12 a 17 anos	60
18 a 21	19
TOTAL	208

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

Tabela 49: Faixa etária Abrigo Meninas 2003

	Quantidade
11 a 13 anos	19
14 a 15 anos	36
16ª 17 anos	33
18anos	04
TOTAL	92

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

Tabela 50: Faixa etária, Abrigo Meninas 2004

	Percentual (%)
Até 11 anos	1
12 a 15 anos	51
16 a 18 anos	45
Mais de 18 anos	3
TOTAL	100

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

Tabela 51: Faixa etária, Abrigo Meninos 2004²⁸

	Percentual (%)
Até 11 anos	22
12 a 15 anos	43
16 a 18 anos	30
Mais de 18 anos	3
Ñ declarado	2

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís

²⁸ Os dados disponíveis em relatório sobre os anos de 2004, no que se refere a “Faixa Etária” não se referem à quantidade mas somente a percentual, diferente porém dos dados do relatório de 2003 que se referem somente a quantidades e não a percentual.

Tabela 52: Escolaridade Abrigo Meninas 2003

	Quantidade
1° serie	26
2° serie	32
3° serie	07
4° serie	04
5° serie	11
Analfabetos	06
Ensino médio	06
TOTAL	92

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís,2003.

Tabela 53: Percentual de nível de escolaridade, Abrigo Meninos, 2004.

	Percentual (%)
Ensino Fundamental	77
Não Alfabetizada	15
Alfabetizada	7
Educação especial	1
TOTAL	100

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.

Tabela 54: Escolaridade Abrigo meninas 2004

	Percentual (%)
Ensino Fundamental	87
Ensino médio	4
Não alfabetizadas	4
Alfabetizadas	3
Outros	2
TOTAL	100

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís,2004.

Tabela 55: Etnia das crianças, Abrigo Meninos - 2004

Etnia	Percentual (%)
Negros	47
Pardos	27
Branços	26
TOTAL	100

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís,2004.

Tabela 56: Tipos de violência Abrigo meninas 2003

	2003
Maus tratos	36
Desabrigo	24
Negligência	24
Situação de rua	19
Abandono	13
Fuga	12
Situação irregular	09
Conflito familiar	07
Situação de risco	07
Espancamento	05
Abuso sexual	02
Distúrbio comportamental	01

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

Tabela 57: Tipos de Violência, Abrigo meninas 2004

	Percentual (%)
Desabrigo	25
Situação de rua	12
Abandono	4
Fuga	10
Violência Doméstica	39
Outras situações	10
TOTAL	100

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.

Quanto à natureza e origem dos encaminhamentos, os principais encaminhamentos, em 2003, originaram-se no Juizado, Conselhos Tutelares e Polícia Militar e Juizado. Em 2004, o principal órgão encaminhador foi o Conselho Tutelar, seguido do Juizado e da Polícia Militar (ver Tabela 60). Quanto aos motivos para o encaminhamento ao abrigo, no caso dos meninos o principal foi a situação de rua (49% em 2003 e 42% em 2004). No tocante às meninas, embora a situação de rua também apareça como o principal motivo de encaminhamento, há um número expressivo de casos de exploração sexual (ver Tabela 61).

Tabela 58: Encaminhamentos Abrigo meninos - 2003

	Percentual (%)
Integrantes do Sistema garantia dos Direitos	78
Rede Amiga da Criança	09
CVRD	04
Espontâneos	09

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

Tabela 59: Quantidade de Encaminhamentos, 2003

Procedência	Abrigo Meninos	Abrigo Meninas	Casa da Passagem	Total
Rede Amiga da Criança/FUMCAS	15	03	08	26
DAI	14	-	-	14
Promotoria	14	20	08	42
Juizado	13	15	58	86
Polícia Militar	12	29	18	59
Conselhos Tutelares	11	23	48	82
DPCA	10	0	08	18
SOS	04	01	08	13
CVRD	05	-	-	05
Espontâneo	10	01	08	19
Corpo de Bombeiros	-	0	03	03
TOTAL	108	92	167	367

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

Tabela 60: Percentual de Encaminhamentos, 2004 (%).

	Abrigo Meninos	Abrigo Meninas	Casa da Passagem
Rede Amiga da Criança/FUMCAS	24	3	-
DAI	5	3	-
Promotoria	7	19	-
Juizado	4	14	22
Polícia Civil	5	12	-
Polícia Militar	10	4	11
Conselhos Tutelares	28	14	37
DPCA	6	31	22
CVRD	-	-	-
Espontâneo	10	-	-
Outros	1	-	8
TOTAL	100	-	-

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.

Tabela 61: Natureza de Encaminhamentos, Abrigo Meninos, 2003 e 2004

Natureza	Abrigo Meninos	
	2003 (%)	2004 (%)
Situação de rua	49	42
Usuários de substância psicoativas	19	15
Haviam fugido de casa	18	10
Conflito familiar	-	33
Não Declarado	14	-
TOTAL	100	100

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.

Tabela 62: Motivo de encaminhamento Abrigo meninas, 2003

	Abrigo Meninas
Situação de rua	40
Exploração sexual	18
Abrigo	14
Conflito familiar	09
Agressão física	05
Infração	03
Negligência	02
Maus tratos	01
TOTAL	92

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

Tabela 63: Motivo de encaminhamento, Abrigo meninas, 2004 (%)

	Abrigo meninas
Situação de rua	17
Exploração sexual	15
Abrigo	-
Conflito familiar	13
Agressão física	-
Infração	1
Negligência	-
Maus tratos	-
Desabrigo	7
Violência Doméstica	5
Trabalho Infantil	5
Transferência	1
Fuga de casa	36
TOTAL	100

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.²⁹

4.2.2.2 Atendimento Casa de Passagem

Em 2003, foram admitidos 159 meninos e meninas. Em 2004, totalizaram 100. Em termos de faixa etária, a faixa de 0 a 6 anos concentrou 50% em 2003, seguida da faixa de 07 a 11 anos com 35% e da faixa entre 12 a 18 anos, com 13%. Quanto à escolaridade, 37% possuíam nível fundamental, 5,4% educação infantil e apenas 2% o ensino médio.

O perfil dos atendidos em 2004 revela que se concentram nas faixas etárias de 0 a 6 anos e 07 a 11 anos, com 48% e 44%, respectivamente (ver Tabela 65). Quanto à escolaridade, predomina o ensino fundamental, com 29% (ver Tabelas 66 e 67).

²⁹ Os dados nos relatórios de 2003 e 2004 não têm uma lógica seqüencial, pois alguns dados são disponibilizados em um relatório e ausentes no outro.

Tabela 64: Casa da Passagem, Faixa etária, 2003

	2003
0 a 6 anos	81
07 a 11 anos	57
12 a 18 anos	21
TOTAL	159

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

Tabela 65: Faixa etária, Casa da Passagem, 2004

	Percentual (%)
0 a 6 anos	48
07 a 11 anos	44
12 a 15 anos	6
16 a 18 anos	2
TOTAL	100

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.

Tabela 66: Escolaridade, Casa da Passagem, 2003

	2003
Educação Infantil	06
Ensino Fundamental Até a 5° serie	41
Ensino médio	03
Reforço escolar	60
TOTAL	110

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

Tabela 67: Escolaridade, Casa da Passagem, 2004.

	Percentual (%)
Sem idade escolar	40
Ensino fundamental	29
Não estuda / fora da escola	23
Educação infantil	8
TOTAL	100

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.

Em 2005, foram atendidas 873 crianças e adolescentes distribuídas nos municípios de Capinzal do Norte, Coroatá, Imperatriz, Poção de Pedras, São Luís Gonzaga e São Luís.

Tabela 68: Municípios atendidos pelo Programa de Apoio à Criança e ao Adolescente em Abrigo, metas e valor, Maranhão 2005

Municípios	Metas	Valor Anual (R\$)
Capinzal do Norte	30	12.600,00
Coroatá	270	113.400,00
Imperatriz	142	59.640,00
Poção de Pedras	114	47.880,00
São Luís Gonzaga	88	36.960,00
São Luís	229	96.180,00
TOTAL	873	366.660,00

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão, 2005.

Em 76% dos casos de atendimento em abrigos e 60% dos casos de atendimento em casa de passagem, foram restabelecidos os vínculos familiares.

Tabela 69: Desligamento Abrigo e Casa de Passagem (%), 2004

Situação	Abrigo Meninas	Casa da Passagem
Retorno Familiar	76	60
Recâmbio	7	-
Evasão	7	-
Transf. de unidade	6	6
Desabrigo	3	-
Família substituída	1	-
Conselhos Tutelares	-	11
Juizado	-	10
Promotoria	-	5
Outras situações	-	8
TOTAL	100	100

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.

4.2.2.3 Profissionalização e proteção no Trabalho

As ações de profissionalização e proteção no trabalho sofreram redução de 43% entre 2003 e 2004, caindo de 599 para 342 atendimentos. A comunidade foi a principal responsável pelos encaminhamentos, em 44% dos casos, seguida pelos Conselhos Tutelares com 23% e da FUNAC, com 12%. As principais ações envolveram inserção dos adolescentes em cursos de qualificação profissional e atividades para construção de perfil profissional. Nota-se que foram formados apenas 05 grupos de produção, iniciativa que poderia se constituir em alternativa na geração de trabalho e renda para os adolescentes.

Tabela 70: Número de adolescentes atendidos por mês em 2003 na Profissionalização

Mês	Profissionalização			
	Fonte do bispo	Bairro de Fátima	Programa de colocação do adolescente no trabalho educativo	Unidade de reciclagem de papel
Janeiro	10	16	89	10
Fevereiro	10	18	85	10
Março	195	62	81	33
Abril	206	91	90	32
Maio	201	89	90	32
Junho	226	85	96	40
Julho	452	69	99	40
Agosto	332	68	97	40
Setembro	464	80	94	40
Outubro	423	93	94	40
Novembro	295	108	95	40
Dezembro	168	71	95	40

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

Tabela 71: Encaminhamentos Fonte do Bispo Profissionalização e proteção no trabalho 2003

	Quantidade
Conselhos Tutelares	153
Comunidade	299
Promotoria	27
Juizado	21
FUNAC	83
Liberdade Assistida	23
Semiliberdade	09
Centro Integrado	01
Internação	02
UPP Bairro de Fátima	15
UNAF	14
Abrigo	13
Sonho de Criança	06
TOTAL	666

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

Tabela 72: Fonte do Bispo Profissionalização e proteção no trabalho 2003

	Quantidade
Cursos de qualificação profissional	08
Inscritos nos cursos (qualificação profissional)	357
Concluíram	232
Cursos realizados pelo SENAI e CETRAM	07
Inscritos nos cursos (realizados pelo SENAI e CETRAM)	261
Concludentes nos cursos (realizados pelo SENAI e CETRAM)	242

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

Tabela 73: Atividades Ocupacionais Unidade de Profissionalização e produção 2003

	Fonte do Bispo	Bairro de Fátima
Beneficiários	03	Não disponíveis
Cursos	03	Não disponíveis
Atendidos	43	Não disponíveis
Atividades sobre conhecimento referentes à construção do perfil profissional	2580	Não disponíveis
Participação nas atividades	970	Não disponíveis
Bolsa trabalho	120	101
Vale transporte	20.287	8.002
Vestuário	162	136
Complementação do processo de aprendizagem	05	Não disponíveis
Atendimento psicossocial	7.522	Não disponíveis
Atividades esportivas / recreativa	680	3.871
Atividades culturais	72.157	Não disponíveis

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

Tabela 74: Atendimento às necessidades básicas Fonte do Bispo - Profissionalização e proteção no trabalho 2003

	Fonte do Bispo	Bairro de Fátima
Saúde	73	Não disponíveis
Nutrição	18.144	9.781
Grupos de produção	05	Não disponíveis
Adolescentes atendidos	09	Não disponíveis

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2003.

4.2.3 Atendimento ao adolescente em conflito com a Lei

Ao adolescente em conflito com a lei, são aplicadas medidas socioeducativas, como: Advertência, Obrigação de Reparar o Dano, Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, Semiliberdade, Internação em Estabelecimento Educacional e as medidas de proteção previstas no art. 101, I a IV do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. As medidas socioeducativas, de natureza sancionadora e com finalidade pedagógica, devem ser aplicadas e operadas conforme o grau e com as características da infração, circunstâncias sócio-familiar e disponibilidade de programas e serviços em nível municipal, regional e estadual.

A execução das medidas de Internação, Semiliberdade e Liberdade Assistida, o atendimento aos adolescentes em medida acautelatória de Internação provisória, no período em que se encontram aguardando decisão judicial e o atendimento inicial aos adolescentes envolvidos em atos infracionais, no Serviço Social no Centro Integrado é de responsabilidade da Fundação da Criança e do Adolescente.

Há 3 Unidades de Internação, sendo uma com atendimento a adolescentes do sexo masculino, Centro da Juventude Esperança (São José de Ribamar) e Centro da Juventude Renascer (São Luís) e uma com atendimento dirigido às meninas, Centro da Juventude Florescer (São Luís), uma Unidade de Semiliberdade masculina (Centro da

Juventude Nova Jerusalém) e uma Unidade de Internação Provisória (CJ Canaã), ambas em São Luís; um Programa de Liberdade assistida, atendimento Inicial no Centro Integrado e um Programa de atendimento aos Egressos. No município de Imperatriz funcionam uma Unidade de Internação Provisória (Centro da Juventude Semear), uma Unidade de Semiliberdade e o atendimento inicial no Centro Integrado.

Em 2003, foram atendidos 277 adolescentes nas Unidades de Internação Provisória, sendo 165 em São Luís e 112 em Imperatriz.

Dos 165 adolescentes atendidos em São Luís, 73% são oriundos de outras cidades, com maior incidência de Caxias, Timon, Bacabal, Barra do Corda, Codó e São José de Ribamar. A procedência dos que residem em São Luís é predominantemente dos bairros Anjo da Guarda, Vila Embratel, Liberdade e Coroadinho. A faixa etária de maior concentração é a de 16 e 18 anos, com 86%. No tocante à cor/etnia, 92% se declararam negros ou pardos e 8% se identificaram como brancos. A escolaridade predominante é de nível fundamental: 87% dos adolescentes estão nesse nível, 7% possui Ensino Médio e 7% são analfabetos.

Os atos infracionais de maior incidência foram assalto (34,5%), seguido de homicídio (23%), roubo (8%) e lesão corporal (7%). Dos adolescentes atendidos, 92 foram liberados, 25 encaminhados para cumprir internação no Centro da Juventude Esperança, 08 para Semiliberdade, 04 para Liberdade Assistida e 03 para Prestação de Serviços à Comunidade, esta última executada pela FUMCAS/São Luís.

Dos 112 adolescentes atendidos em Imperatriz, a predominância de faixa etária concentrou-se entre 16 e 18 anos. Sobre a cor/etnia, 55% declararam-se negros ou pardos e 45% identificaram-se como brancos. Quanto ao nível de escolaridade, 96% encontravam-se no Ensino Fundamental.

Os atos infracionais de maior incidência foram: assalto a mão armada (60%) e formação de quadrilha (18%).

Das 17 adolescentes que cumpriram internação no Centro da Juventude Florescer, 65% eram oriundas dos municípios de Imperatriz, Timon, Cajari, Coelho Neto, João Lisboa, Vitória do Mearim e Buriti Bravo, 24% de São Luís, dos bairros Liberdade, Vila Embratel, Vila Itamar e Estiva e 11% com procedência de outros Estados (Araguaína e Paraíso no Tocantins). 88% declaram-se negras/pardas. 08 adolescentes tinham idade ente 12 e 15 anos e 09 entre 16 e 18 anos. 88% estavam cursando o ensino fundamental e 12% estavam na alfabetização.

Os atos infracionais de maior incidência foram latrocínio (23%), lesão corporal (23%) e descumprimento de medida. 07 adolescentes foram liberadas da medida, sendo 03 progressões e 04 revogações. Das adolescentes liberadas não foi registrada reincidência em atos infracionais.

Os adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa de internação foram atendidos no Centro da Juventude Esperança e no Centro da Juventude Renascer, totalizando 130 jovens. Encontram-se na faixa etária entre 12 a 21 anos, predominando a de 16 a 18 anos. Em relação à cor/etnia, 65% declararam-se negros ou pardos e 35% brancos. 35% residem em São Luís, principalmente nos bairros Liberdade, Coroadinho e João de Deus; 65% vêm de outras

idades, predominando Imperatriz, Timon, Codó, Caxias, Balsas, Itapecuru-Mirim, São José de Ribamar e Pinheiro. No tocante à escolaridade, 9% estão cursando alfabetização, 85% cursaram o ensino fundamental, na modalidade Ensino para Jovens e Adultos e 6% o ensino médio.

Os atos infracionais de maior incidência foram roubo (32%), seguido de homicídio (26%). Dos adolescentes atendidos, 33% foram liberados da Medida de Internação, sendo 62% progressões e 38% revogações. O índice de reincidência foi de 7,48% - (11 adolescentes). Ocorreram 44 fugas no ano de 2003, empreendidas por 30 adolescentes, dos quais 23 foram recapturados.

Houve redução do número de atendimentos em 2004, se comparado ao ano de 2003. Atribui-se a este fato a ocorrência de encaminhamentos para a internação provisória somente daqueles adolescentes, cuja gravidade do ato infracional cometido demandou tal necessidade (ver Tabela 77). Foram 675 adolescentes em conflito com a lei em 2004. Somando os adolescentes cumprindo medida de internação provisória e internação em 2004, chega-se a 363.

Tabela 75: Total de atendimentos em Unidades de Execução de Medida de internação provisória, em São Luís e Imperatriz, 2003 e 2004

Adolescentes atendidos	2003	2004
	277	220

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada - São Luís, 2004.

Tabela 76: Adolescente em conflito com a Lei, 2004

São Luís	619
Imperatriz	56
TOTAL	675

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada - São Luís, 2004.

Tabela 77: Garantia de Direito, Atendimento Personalizado - 2004

Escolarização	
Inseridos no Ensino Fundamental	26
Unidades de Internação provisória	
CJC (centro da Juventude Canaã) - São Luís	131
CJS - Centro da Juventude - Imperatriz	89

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada - São Luís, 2004.

Dos que cumpriram medida de internação provisória em 2004, 98,6% eram do sexo masculino e 1,3% do sexo feminino.

Quanto à faixa etária, predomina a concentração entre 16 a 18 anos.

O nível de escolaridade predominante é o fundamental com 80%. A etnia negra e parda foi declarada por 87%, ao passo que 13% se declararam brancos.

Quanto à procedência, 67% são do interior do Estado, com predominância do município de Imperatriz.

Dos que residem em São Luís, a procedência é principalmente dos bairros da Liberdade, Coroadinho, São Francisco e Anjo da Guarda (ver Tabela 80).

Entre os atos infracionais praticados, o roubo figura em primeiro lugar, seguido de homicídio e lesão/tentativa de homicídio.

Entre os encaminhamentos adotados, predomina a liberação para a família em 33,6% dos casos, sendo que 16% foram submetidos à medida de internação (ver Tabela 85).

Tabela 78: Perfil dos adolescentes atendidos - Unidade de Execução de medida de Internação provisória / 2004

Variáveis	Centro de Juventude	Centro de Juventude	Total
Gênero			
Masculino	131	86	217
Feminino	-	03	03
Faixa Etária			
12 a 15 anos	16	33	49
16 a 18 anos	115	56	171
+ de 18 anos	-	-	-
Nível de Escolaridade			
Analfabeto	07	09	16
Ensino	112	64	176
Ensino Médio	12	16	28
Etnia			
Negra	44	05	49
Parda	72	72	144
Branca	15	12	27

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.

Tabela 79: Procedência dos adolescentes atendidos - Unidade de Execução de medida de Internação provisória / 2004 (Municípios)

Municípios	Quantidade
São José de Ribamar	08
Caxias	06
Paço do Lumiar	06
Viana	05
Presidente Dutra	04
Bacabal	03
Barra do Corda	03
Rosário	03
Timon	03
Arari	02
Lago da Pedra	02
Itapecuru	02
Pinheiro	02
Alcântara	02
Vargem Grande	02
Imperatriz	78
João Lisboa	07
Açailândia	02
Carolina	02

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.

Tabela 80: Procedência dos adolescentes atendidos - Unidade de Execução de medida de Internação provisória / 2004 (Bairros São Luís e Imperatriz)

Capital	71	-	71
Interior	60	89	149
Bairros / São Luís			
Liberdade	17	-	17
Coroadinho		07	07
São Francisco	06	-	06
Anjo da Guarda	05	-	05
Vila Embratel	04	-	04
Vila Itamar	03	-	03
São Cristovão	02	-	02
Outros	27	-	27
Bairros – Imperatriz			
Bacuri	-	36	36
Vila Lobão	-	23	23
Santa Rita	-	17	17
Parque São José	-	05	05
Outros	-	08	08

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.

Tabela 81: Tipo de Ato Infracional cometido pelo adolescentes atendidos- Unidade de Execução de medida de Internação provisória / 2004

Ato Infracional	Meninos	Meninas	Total
Roubo	60	36	96
Homicídio	25	11	36
Lesão corporal	12	-	12
Lesão tentativa de homicídio	07	07	14
Assalto	06	-	06
Atentado violento ao pudor	05	-	05
Latrocínio	05	-	05
Estupro	04	04	08
Porte ilegal de armas	03	12	15
Ameaça de morte	02	-	02
Furto	-	13	13
Baderna	-	04	04
Tráfico de drogas	-	02	02
Outras	05	-	05

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.

Os adolescentes atendidos em Unidade de Internação provisória em 2004 totalizaram 163, dos quais 93% são meninos e 7% são meninas. A escolaridade se concentra no nível fundamental, com 85%. No que se refere à faixa etária, a concentração é de 68% entre 16 a 18 anos.

A maioria (76%) procede do interior do Estado. Dos que moram em São Luís, a maioria procede dos bairros da Liberdade, Coroadinho e Anjo da Guarda. Os atos infracionais mais cometidos foram em primeiro lugar, homicídio, seguido de roubo e latrocínio.

Os encaminhamentos adotados pela FUNAC foram a progressão de medida e a revogação.

Tabela 82: Perfil dos adolescentes atendidos - Unidade de Execução de medida de Internação / 2004

Variável	Centro de Juventude Esperança	Centro de Juventude Florescer	Total
Gênero			
Masculino	151	-	151
Feminino	-	12	12
Variável	Centro de Juventude Esperança	Centro de Juventude Florescer	Total
Faixa Etária			
12 a 15 anos	10	01	11
16 a 18 anos	106	07	113
+ de 18 anos	35	04	39
Variável	Centro de Juventude Esperança	Centro de Juventude Florescer	Total
Nível de Escolaridade			
Analfabeto	10	-	10
Ensino Fundamental	129	11	140
Ensino Médio	12	01	13
Variável	Centro de Juventude Esperança	Centro de Juventude Florescer	Total
Etnia			
Negra	19	05	24
Parda	82	04	86
Branca	50	03	53
Variável	Centro de Juventude Esperança	Centro de Juventude Florescer	Total
Estado Civil			
Solteiro	141	12	153
Casado	-	-	-
Concubinato	10	-	10

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.

Tabela 83: Procedência dos adolescentes atendidos - Unidade de Execução de medida de Internação / 2004

Capital	35	04	39
Interior	116	08	124
Bairros / São Luís			
Liberdade	06	-	06
Coroadinho	04	-	04
São Francisco	02	-	02
Anjo da Guarda	04	01	05
Vila Embratel	04	-	04
Maracanã	02	-	02
Outros	13	03	16
Municípios			
Imperatriz	14	02	16
Caxias	11	-	11
Codó	10	-	10
São João dos Patos	08	-	08
Timon	07	04	11
São José de Ribamar	07	-	07
Pinheiro	06	-	06
Bacabal	04	-	04
Açailândia	04	-	04
Viana	03	-	03
Balsas	03	-	03
Paço do Lumiar	03	-	03
Itapecuru	02	-	02
Vitorino freire	02	-	02
Bacabeira	02	-	02
Santa Helena	02	-	02
Humberto de Campos	02	-	02
São Domingos	02	-	02
Outros	21	02	23

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.

Tabela 84: Tipo Ato infracional cometido pelos adolescentes

Ato Infracional	Meninos	Meninas	Total
Homicídio	47	04	51
Roubo	38	01	39
Latrocínio	16	05	21
Descumprimento de medida	18	02	20
Furto	12	-	12
Estupro	07	-	07
Tentativa de homicídio	04	-	04
Assalto	03	-	03
Ameaça	03	-	03
Lesão corporal	02	-	02
Ameaça	03	-	03
Porte ilegal de armas	01	-	01
Outros	-	-	12

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.

Tabela 85: Encaminhamentos aos adolescentes em conflito com a lei

Encaminhamentos	Meninos	Meninas	Total
Progressão de medidas	21	05	26
Revogação	09	02	11

Fonte: Relatório FUNAC / Rede Conveniada São Luís, 2004.

Quanto à descentralização da execução das medidas socioeducativas em meio aberto, a Lei 8.069/90/ECA, em seu Art. 86, dispõe que a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e o Art.88, Incisos I e III, trata das diretrizes da política de atendimento, recomenda a municipalização, criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa.³⁰

No cumprimento da Lei e, considerando ainda, a Resolução 005/98 do CEDCA, que no seu Art. 1º, &1º, recomenda “[...]os programas de atendimento à execução das medidas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida serão municipalizados, como forma de garantir aos adolescentes a proximidade com seus núcleos familiares e comunitários”, a Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC/MA, vem desenvolvendo junto aos municípios maranhenses, ações centradas na articulação, sensibilização e mobilização, capacitação e assessoramento de gestores públicos municipais e atores sociais na implantação e implementação dos Programas/ Núcleos de Execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Com o processo de descentralização, detectou-se 46 Municípios Maranhenses com gestão municipalizada quanto à execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Prestação de Serviços-Comunidade e de Liberdade Assistida. Contudo, o funcionamento dos núcleos oscilam, por dependerem do tipo de gestão municipal e por não existir o co-financiamento desta política.

³⁰ Retoma-se aqui a avaliação presente no Plano Estadual de atendimento sócio educativo. CEDCA/MA 2005.

Os Programas/Núcleos estão sob a responsabilidade das Secretarias Municipais de Assistência Social, sendo: 26 Municípios (Açailândia, Alto Parnaíba, Bacabeira, Balsas, Barra do Corda, Chapadinha, Carolina, Caxias, Codó, Davinópolis, Humberto de Campos, Gov. Edson Lobão, Imperatriz, João Lisboa, Miranda do Norte, Paraibano, Presidente Dutra, Rosário, São Bento, São João dos Patos, São Luís, Senador La Roque, Santa Inês, Tasso Fragoso, Timon, Viana) com atendimento municipalizado – Programas/Núcleos de execução das medidas sócio-educativas implantadas e em funcionamento.

Os outros 20 Municípios ainda estão em processo de implantação dos núcleos de execução das medidas sócio-educativas, sendo que: 04 estão situados na região Metropolitana (Alcântara; Paço do Lumiar; Raposa e São José de Ribamar), 09 na região Munim e Lençóis Maranhenses (Axixá; Barreirinhas; Cachoeira Grande; Icatu; Morros; Presidente Juscelino; Santa Rita; Santo Amaro e Primeira Cruz), 07 na região do Tocantins (Amarante do Maranhão; Buritirana; Campestre do Maranhão; Estreito; Lajeado Novo; Porto Franco e Ribamar Fiquene).

Há que se ressaltar, ainda, as debilidades existentes na aplicação e na execução das MSE. Nos anos de 2000 a 2005, foram aplicadas 2.560 medidas sócio-educativas aos adolescentes maranhenses, tendo sido atendidos nas modalidades de internação 1.404 sendo, 587 em internação e 817 em internação provisória. Em liberdade assistida, foram 796; em semiliberdade, são 104 e prestação de serviços à comunidade, 256.³¹ A execução das medidas, sob responsabilidade da FUNAC, da FUMCAS/São Luís, Pastoral do Menor e Prefeituras municipais, foi marcada por uma série de elementos limitadores que interditarão o pleno desenvolvimento dos planos definidos em âmbito estadual, dos quais cabe destacar:

1. Descumprimento das normativas (tanto lei, quanto as resoluções do CEDCA);
2. As necessidades dos adolescentes não são ouvidas e nem atendidas;
3. Falta monitoramento do sistema por parte do CEDCA;
4. Falta prioridade nas propostas dos Governos Federal, Estadual e Municipal;
5. Insuficiência de recursos financeiros e humanos;
6. Baixa remuneração e capacitação dos profissionais;
7. Ausência de formação continuada para os atores do Sistema de Medidas Sócio-educativas;
8. Inexistência de política salarial para os profissionais da área;
9. Inexistência de concursos para a área de criança e adolescente (FUNAC e outros);
10. Falta de compromisso por parte de alguns profissionais;
11. Falta de prioridade na implantação das MSE em meio aberto nos municípios;
12. Sociedade civil muito apática frente aos problemas apresentados nas Instituições;
13. Ausência de compromisso entre poderes em todas as esferas e a sociedade civil;
14. Fragilidade na articulação/parceria entre as políticas sociais;
15. Proposta sócio-educativa frágil;

³¹ Os dados se referem aos anos 2000 até junho de 2004, à exceção da medida de Prestação de Serviços à Comunidade, que se refere até outubro de 2004.

16. Deficiência na infra-estrutura física das Unidades de Atendimento e Centro Integrado (Delegacia do Adolescente Infrator/Ministério Público/Judiciário);
17. A não incorporação das MSE como sendo de responsabilidade dos atores do Sistema de Garantia de Direitos;
18. Ausência de uma proposta de profissionalização para adolescentes;
19. Dificuldade de garantir a matrícula e a permanência de crianças e adolescentes no sistema educacional;
20. Ausência de proposta curricular direcionada aos adolescentes internos;
21. Ampliar e garantir níveis de ensino básico e técnico;
22. Não são oportunizadas atividades de esporte e lazer;
23. O Conselho Tutelar não tem fiscalizado as Unidades de internação MSE;
24. Falta de estudos e pesquisas sobre avaliação de processo e impactos;
25. Morosidade do Poder Judiciário na aplicação de MSE e no repasse das informações junto as Instituições competentes;
26. Desarticulação do Sistema de Garantia de Direitos;
27. Ausência de Políticas Públicas inclusivas;
28. Fragilidade no acompanhamento do egresso;
29. Desrespeito ao princípio da brevidade e excepcionalidade na aplicação das MSE.

As causas para o conjunto de debilidades apresentadas na aplicação e execução das medidas socioeducativas podem ser encontradas, principalmente, na ausência de investimentos na área estadual. Embora o orçamento estadual prevesse os recursos para atendimento das necessidades das Unidades, esta área tem sido penalizada com cortes orçamentários e contingenciamentos pelo Governo estadual (vide Relatório de cumprimento da Resolução 005/98, FUNAC, 2004).

A não liberação de recursos impediu a realização de reformas nas Unidades de Atendimento, deixando-as sem condições para um atendimento adequado aos adolescentes. O governo contingenciou 100% dos recursos previstos para a regionalização de duas unidades, em 2004, descumprindo totalmente as deliberações do CEDCA, tomadas através da resolução 005/98.

A falta de investimentos também dificultou a qualificação de recursos humanos e aquisição de equipamentos, a conclusão de reformas iniciadas, não propiciando as condições necessárias para o adequado atendimento das MSE. Ressalte-se, ainda, que boa parte das fragilidades se concentra na incapacidade de atendimento das demandas dos usuários pelos programas sociais, inexistência de serviços de saúde, cultura e lazer nas comunidades dos adolescentes bem como a baixa integração entre instituições de atendimento jurídico.

5 CONSIDERAÇÕES

A política de assistência social no Maranhão apresentou significativo avanço no processo de descentralização político-administrativa, alcançando 96% dos municípios. Porém, a maioria ainda se encontrava no nível de gestão básica. Essa política se defrontava com um duplo desafio: enfrentar o quadro de pobreza que atingia 632.022 famílias em 2005 e pautar a assistência social na perspectiva dos direitos e da cidadania.

Em que pese a vulnerabilidade social que atingia vastos segmentos da população maranhense, os gastos com assistência social no referido período foram irrisórios: 0,75%, em 2003; 0,62% em 2004 e 0,52% em 2005.

Cabe destacar que 65,4% das crianças e adolescentes de 0 a 14 anos no ano de 2003 estavam inseridas em famílias cuja renda per capita é de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, o que aliado à baixa cobertura das políticas sociais concorre para o comprometimento de seus futuros.

Pelo corte étnico/racial, percebe-se que a pobreza atinge de forma diferenciada os negros, amarelos e indígenas, que respondem pelos maiores percentuais. Chama atenção o fato de que 93,48% dos indígenas encontrem-se abaixo da linha de pobreza.

Os baixos rendimentos se associam à infra-estrutura deficitária à disposição das famílias, de forma a precarizar suas condições de vida. Em 2004, apenas 51% dos domicílios permanentes dispunham de água com canalização interna, 11% com rede coletora de esgotamento sanitário e 36% possuíam fossas sépticas. Apenas 44% contavam com o serviço de coleta diária de lixo. 85% dispunham de iluminação elétrica. Em 2005, nota-se uma pequena expansão dos serviços públicos: 61,3% dos domicílios passam a contar com rede geral de abastecimento de água; 59,6% recebem serviços de coleta diária de lixo e 37,4% contam com telefone fixo. Não houve ampliação dos serviços de iluminação elétrica. Os moradores da zona rural são os mais atingidos pela precariedade e/ou inexistência dos serviços de água encanada, coleta de lixo e energia elétrica. As precárias condições de vida expulsam os maranhenses que são obrigados a migrar para outros estados. Comparativamente a outros Estados, o Maranhão teve uma taxa de migração interna de 55,16% em 2003. Nesse quadro, os maranhenses se submetem a formas modernas de escravidão, o que coloca o estado entre os quatro com maior incidência de trabalhadores nessa situação.

Nesse quadro, destaca-se a regressão no quadro de trabalho infantil no Maranhão. Entre os anos de 2003 e 2005, houve ampliação de 11% nas metas atendidas de 2003 para 2004 e de 9% de 2004 para 2005. Porém, foram insuficientes para enfrentar o fenômeno, pois os dados da PNAD IBGE (2004,2005) evidenciaram que o Maranhão ocupa o segundo lugar em ocorrência de trabalho infantil, com o percentual de 16,20% de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos em 2005, superando os 12% existentes em 2004. O que indica a necessidade de ampliação das metas de atendimento no PETI.

Houve aumento de cobertura do Programa Bolsa família que conseguiu atingir, em 2005, 86% das famílias consideradas pobres. Entretanto, muitas famílias no Estado do Maranhão ainda não recebem os benefícios do Programa Bolsa Família em decorrência da falta de documentação e acesso às informações, principalmente as populações tradicionais (indígenas e quilombolas) as quais são prioritárias na estratégia de expansão do Programa. Ademais, o foco do programa na transferência de renda sem a devida articulação com políticas públicas de trabalho não favorece a autonomia das famílias na procura pelo seu sustento.

Diversos programas direcionados à criança e ao adolescente foram desenvolvidos. O PAC - Destinado a crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, manteve suas metas inalteradas entre 2003 e 2005. O PAIF experimentou expansão em 2005, de acordo com as demandas para implantação do SUAS no Maranhão, atingindo 104 municípios. Houve também expansão dos CRAS, com a inclusão de 73 novos municípios, que passam a totalizar 124 no estado. Destes, 11 foram selecionados para implantação em terras indígenas.

As crianças e adolescentes continuaram sendo vítimas e autoras de violência. Na esfera do atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco Pessoal e Social, o número de atendimentos em 2003 e 2005 sofreu pequena variação. Registra-se 744 casos de vítima de violência e 1269 adolescentes envolvidos em atos infracionais, indicando um aumento significativo em relação a 2003 e 2004.

Quando se analisa o número de crianças nos abrigos, verifica-se um aumento ao longo dos anos. O perfil dos atendidos revela meninos em sua maioria de cor/etnia parda/negra, em situação de rua, com baixo nível de escolaridade e maior concentração na faixa etária de 12 a 15 anos. O perfil das atendidas revela meninas entre 12 e 15 anos, de escolaridade predominante em nível fundamental.

Entre as principais violências sofridas pelas meninas, figuram maus tratos/violência doméstica; desabrigo, negligência, situação de rua, abandono e exploração sexual, sendo que podem ter sido vítimas de mais de um tipo de violência.

As ações de profissionalização e proteção no trabalho sofreram redução de 43% entre 2003 e 2004. As principais ações envolveram inserção dos adolescentes em cursos de qualificação profissional e atividades para construção de perfil profissional. Nota-se que foram formados apenas 05 grupos de produção, iniciativa que poderia se constituir em alternativa na geração de trabalho e renda para os adolescentes.

O atendimento socioeducativo, embora venha experimentando progressiva descentralização, defronta-se com várias limitações, entre elas a inadequada infraestrutura, projeto pedagógico frágil e baixos investimentos. Nos anos de 2000 a 2005 foram aplicadas 2.560 medidas sócio-educativas aos adolescentes maranhenses, tendo sido atendidos nas modalidades de internação 1.404, dos quais 587 em internação e 817 em internação provisória. Em liberdade assistida, foram 796; em semiliberdade, são 104 e prestação de serviços à comunidade, 256.

A falta de investimentos também dificultou a qualificação de recursos humanos e aquisição de equipamentos, a conclusão de reformas iniciadas, não propiciando as condições necessárias para o adequado atendimento das MSE. Ressalte-se, ainda,

que boa parte das fragilidades se concentra na incapacidade de atendimento das demandas dos usuários pelos programas sociais, inexistência de serviços de saúde, cultura e lazer nas comunidades dos adolescentes bem como a baixa integração entre instituições de atendimento jurídico.

Por fim, ressalta-se que o controle social não recebeu a devida atenção por parte do ente governamental. Em 2004, foi destinado apenas 36% para o Conselho de Assistência Social e 26% para o Conselho Estadual do Idoso. Quanto ao Conselho estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, o mesmo teve execução de 36% dos recursos destinados em 2003 e de 53%, em 2004. Em 2005, excepcionalmente, teve execução de 99,93% dos recursos aportados para o Conselho. O baixo investimento atua como limitador para o exercício do papel dos Conselhos na proposição e fiscalização das políticas públicas. Este elemento evidencia que o modelo de gestão adotado pelo governo estadual não prioriza a participação efetiva da sociedade, não cumpre o papel de elaborador, fomentador e executor de políticas públicas que enfrentem o cenário social devastador que assola o Estado. Evidencia, ainda, que projeto de desenvolvimento social e econômico em curso não privilegiou o desenvolvimento sustentável nem rompeu com os elementos estruturais que condenam a população do Maranhão a viver sem emprego, sem renda, sem moradia, sem terra, sem dignidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. **Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais**. Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_236.PDF.

Acesso em: 12.out..2006.

CARNEIRO, Marcelo. Migração e trabalho escravo no Maranhão. **Jornal Pequeno**. São Luís, 28.mar.2007.

COSTA, Cândida. Um primeiro olhar sobre os gastos sociais; a relação com os indicadores sociais. **Observatório Criança**, v.3. São Luís: CEDCA:CDMP, 2006.

FERREIRA, Pedro Cavalcanti; SANTOS, Cezar. Migração e distribuição regional de renda no Brasil. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico/ PPE**. Brasília (DF), v.37, n.3, dez.2007. Disponível em:

<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1056/1016>. Acesso em: 15.jan. 2008.

FUNAC. **Relatório FUNAC 2003**. Disponível em:

http://www.funac.ma.gov.br/downloads/relatorio2003/RL_conflito_com_Lei.pdf. Acesso em: 12. nov.2006.

_____. **Relatório 2004**. São Luís, 2004.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **O déficit habitacional em 2005**. Disponível em:

http://www.sindusconsp.com.br/downloads/Deficit_Habitacional.pdf. Acesso em: 12. jul.2007.

HAKKERT, RALPH; Martine; George. **Tendências recentes no Brasil; as evidências da PNAD 2004**. Taller nacional sobre “Migración interna y desarrollo em Brasil; diagnóstico, perspectivas y políticas. Brasília, abril 2007. Disponível em:

<http://www.eclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/RHakkert.pdf>. Acesso em: 16 maio 2007.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES; Marilda Aparecida. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. Disponível em:

http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf. Acesso em: 20 abril 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2003**. Brasília,2003.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2004**. Brasília,2004.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2005**. Brasília,2005.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas>. Acesso em 17 out.:2006.

NASCIMENTO, Arlindo Mello do. **População e família brasileira: ontem e hoje**.

Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_476.pdf. Acesso em outubro:2006.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2005**. Disponível: www.pnud.org.br. Acesso em: 22. jan. 2007.

SEDES. **Relatórios (2003 e 2004)**. São Luís, 2003/2004.

SEDES. **Relatório de Gestão do SUAS**. São Luís, 2005.

observatório

criança

Educação



CAPÍTULO II – INDICADORES DE EDUCAÇÃO 2003 A 2005

Lícia Cristina A. da Hora³²

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, os leitores encontrarão a sistematização das estatísticas referentes aos indicadores educacionais dos anos de 2003 a 2005³³. Os dados estatísticos referem-se às diferentes etapas e modalidades da educação básica, a saber: educação infantil, ensinos fundamental e médio, educação especial, educação profissional, educação de jovens e adultos e educação profissional de nível técnico.³⁴

O olhar sobre os dados estatísticos poderá contribuir para iluminar algumas penumbras presentes na realidade educacional maranhense. É certo que, nos últimos 15 anos, a partir da ‘Declaração Mundial da Educação para Todos’, o governo brasileiro concentrou esforços para superar o histórico estatístico que denunciava as condições precárias da educação nacional, apontado como um dos sete piores do mundo, em qualquer nível ou modalidade de ensino.

A corrida para superação dos péssimos indicadores impulsionou o governo a implementar políticas que significassem a curto prazo, aumento de matrículas na escola sem, contudo, priorizar as condições adequadas de funcionamento da escola.

O financiamento para educação tornou-se uma questão emblemática no País ao final da década de 90. O governo adotou a política de descentralização e municipalização, sem a devida ampliação de recursos para investimentos na educação.

O processo adotado para distribuição de recursos se refletiu nos indicadores educacionais nos últimos anos nos Estados. No Maranhão, houve uma significativa ampliação do atendimento no ensino fundamental na rede pública. Em nível nacional, pode-se destacar que de acordo com dados do INEP, em 2001 chegou-se ao percentual de 91% de alunos estudando em escolas municipais, estaduais e federais, sendo que 49% concentravam-se na rede municipal, 42% na rede estadual e outros 9% na rede privada. Contudo, vale ressaltar que outros níveis de ensino permaneceram estancados no processo de expansão, no caso do Maranhão, cita-se o Ensino Médio.

As estatísticas, as taxas, os índices, os gráficos e as Tabelas são cada vez mais tomados como referência para leitura da realidade. Todavia, o movimento de subida e

³² Pedagoga, Especialista em Metodologia do Ensino Superior e Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET - MA).

³³ Os indicadores de educação previstos no Observatório Criança são: número de crianças/adolescentes fora da escola, índice de repetência e evasão, índice de atendimento em educação especial, escolas com orientação sexual /etnia/gênero por nível de ensino (fundamental/médio), distorção idade/série, nível de capacitação docente, relação nº. de alunos/professor, metodologia, punições adotadas, formas de avaliação, educação indígena, ensino noturno ao adolescente trabalhador, ausência/falta de manutenção de equipamentos de esporte e lazer, vagas em creche e pré-escola. Neste texto também foram incluídos, taxa de analfabetismo no Maranhão, número de professores por modalidade de ensino no Maranhão; número médio de anos de estudo por regiões e sexo; índice de rendimento escolar e média de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

³⁴ Dados levantados e sistematizados por Danielle Fonseca Veras.

descida dos indicadores é reflexo da política educacional e de percursos teóricos adotados em cada momento histórico. Um exemplo são as taxas de repetência escolar. No Brasil, a reprovação nas séries iniciais, nos últimos 20 anos, chegava a atingir de 30% a 40% do total de alunos matriculados nessas séries, considerado o conjunto de escolas públicas (ARELARO, 2005). Com a modificação da proposta de avaliação no final da década de 80, a reprovação anual foi excluída da escola pública. Este dado demonstra que a redução dos percentuais de repetência não se vincula, primeiramente, ao aumento da qualidade de ensino, mas sim à modificação da sistemática de avaliação adotada. Com este exemplo, pretende-se registrar que a análise de dados estatísticos impõe a necessidade perene de utilizar lentes macroscópicas para decodificar a realidade tal qual ela se encontra na esfera subjetiva e objetiva.

Desse modo, considera-se como parâmetro de análise das ações implementadas na área da educação as diretrizes jurídicas estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), a política de financiamento para o ensino fundamental estabelecida pela lei nº 9.424/96 através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF)³⁵, a Lei Federal nº 11.114, de maio de 2005, que dá nova redação aos artigos 6º, 30º, 32º e 87º da LDB, que torna obrigatória a matrícula de crianças a partir de seis anos no ensino fundamental e a elaboração de um Plano Nacional de Educação.

O FUNDEF tem por objetivo disponibilizar anualmente um valor mínimo nacional por matrícula nas redes de ensino municipal e estadual. De acordo com Davies (2006, p. 756) “o FUNDEF praticamente não trouxe recursos novos para o brasileiro como um todo, pois apenas redistribuiu, em âmbito estadual, entre o governo estadual e os municipais, uma parte dos impostos que já eram vinculados”. Destaca-se que o governo federal (tanto Fernando Henrique Cardoso - FHC quanto Luís Inácio Lula da Silva - Lula) não obedeceu ao artigo da lei do FUNDEF (nº 9.424/96), que estabelece o critério de cálculo do valor mínimo nacional, que serviria de base para o cálculo da complementação federal. As análises feitas por Davies (2006) apontam que essa irregularidade, reconhecida no relatório do GT criado pelo MEC em 2003, significou que ele deixou de contribuir com mais de R\$ 12,7 bilhões de 1998 a 2002 (Brasil, MEC, 2003). Como essa irregularidade continuou de 2003 a 2006, a dívida do governo federal com o FUNDEF, tendo em vista a Lei nº 9.424, alcançou um valor em torno de R\$ 30 bilhões no final de 2006. Estas informações têm como referência o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), no qual aponta que a União em 2004 (Brasil, TCU, 2005), deveria ter complementado em torno de R\$ 5 bilhões só em 2004, e não de R\$ 485 milhões como ocorreu, se o governo tivesse calculado o valor mínimo conforme manda a Lei nº 9.424/96. Com base nisso, pode-se estimar que a complementação devida só no governo Lula terá alcançado R\$ 20 bilhões, que, acrescidos aos R\$ 12,7 bilhões não aplicados pelo governo de FHC, totalizariam mais de R\$ 30 bilhões.

As informações sobre o financiamento são determinantes para que se tenha clareza de como ele desenha novos quadros para os indicadores dentro do sistema educacional.

Espera-se que a produção destes dados possa ser utilizada no interior das Secretarias de Educação, em âmbito municipal e estadual, e no cotidiano escolar considerando suas interações com a cultura escolar e seus efeitos sobre a aprendizagem de crianças e adolescentes.

As informações obtidas no volume I do Observatório Criança (2004) são relevantes para nortear a formulação e a avaliação de políticas macroeconômicas e setoriais. Incorporou-se a esta análise, indicadores de gênero buscando preencher uma das lacunas deixadas na análise anterior, por se compreender que a análise dos indicadores, considerando as diferenças de gênero, não pode mais ser minimizada nas práticas estatísticas, pois esta possibilita o redirecionamento das políticas públicas com vistas à promoção da equidade. Também foram acrescentados os indicadores referentes à raça e a educação indígena, com isto busca-se perceber em que medida a legislação, a educação formal, o sistema educacional nas três esferas têm efetivado políticas para garantia do respeito à diversidade. Destaca-se que somente no ano de 2005 o quesito cor/raça foi incluído na pesquisa do Censo Escolar como indicador de análise. O dado foi obtido pelas escolas mediante documento comprobatório ou por autodeclaração do aluno, quando maior de 16 anos, ou por declaração do responsável (MEC/INEP, Censo Escolar, 2005).

2 ANALFABETISMO NO MARANHÃO

Os dados do IBGE do ano de 2000 foram o último parâmetro para análise da situação do analfabetismo no País. Estes dados apontavam a região Nordeste com o maior percentual de analfabetismo no País, alcançando 28,7% para 12,4% da região Norte, 8,7% da região Sudeste, 8,9% da região Sul e 11,6% da região Centro-Oeste. De acordo com Pinto et al (2000) as regiões com menor desenvolvimento econômico e de economia pouco diversificada são as que apresentam os piores indicadores.

Naquele período, o Maranhão já aparecia em destaque como um dos estados com situação mais preocupante na região Nordeste, ficando atrás do Ceará, de Pernambuco e Bahia. Da lista dos cem municípios onde ocorre maior concentração de analfabetos no Brasil, o Maranhão apresentou oito, ficando em 7º lugar como Estado de maior incidência.

Em 2005, a taxa de analfabetismo no Maranhão entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade foi de 23,0%, situando o estado em 4º lugar no ranking nacional entre os que apresentavam os percentuais mais altos de analfabetismo. Quando a referência para comparação passa ser a região Amazônica, a posição ocupada é de 1º lugar, como estado de maior taxa de analfabetismo. Todavia, vale registrar que entre os estados da região Amazônica, o Maranhão foi o Estado que mais expressou redução das taxas nos últimos anos, com queda de 16 pontos percentuais (1990 - 2005), segundo o IPEA (2006).

O Maranhão apresentou grande incidência de municípios com percentuais de analfabetismo acima de 40% (ver Tabela 86). Os municípios que apresentaram situação mais preocupante foram Fernando Falcão, Belágua, Jenipapo dos Vieiras, Marajá do Sena e Santana do Maranhão. Outros estados da região Nordeste também podem ser incluídos entre os percentuais acima de 40%, a exemplo de Pernambuco, Piauí, Ceará, Sergipe, Alagoas.

Tabela 86: Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais nos municípios com maior percentual no Maranhão – 2005

Município	Percentual (%)
Fernando Falcão	55,6
São João do Caru	52,9
Belagua	52,8
Matões do Norte	51,5
Santana do Maranhão	50,8
Jenipapo dos Vieiras	50,5
Marajá do Sena	50,5
Aldeias Altas	49,1
Lagoa Grande do Maranhão	48,9
São João do Soter	48,6
Itaipava do Grajaú	48,4
Araioses	48,3
Brejo de Areia	48,3
Timbiras	48
Duque Bacelar	46,5
Governador Newton Bello	46,4
Alto Alegre do Pindaré	46,3
Vargem Grande	46,3
Senador Alexandre Costa	45,8
Peritoró	45,2
Bom Jardim	44,9
Paulino Neves	44,8
Parnarãma	44,7
São Roberto	44,7
Matões	44,6
Paulo Ramos	44,5
Alto Alegre do Maranhão	43,9
Santa Filomena do Maranhão	43,9
São Francisco do Maranhão	43,9
Pio XII	43,5
Centro Novo do Maranhão	43,4
Presidente Juscelino	43,3
Lago Verde	42,8
Cachoeira Grande	42,4
Pirapemas	42,4
Tufilândia	42,4
Afonso Cunha	42,2
Governador Eugênio Barros	42,1
Olho D'Água das Cunhãs	42,1
Passagem Franca	42,1
Arame	42

Continuação da Tabela 86

Município	Percentual (%)
Milagres do Maranhão	42
Presidente Vargas	41,8
São Raimundo do Doca Bezerra	41,5
Água Doce do Maranhão	41,2
Coroatá	41,2
Igarapé do Meio	41,1
Turilândia	41,1
Barreirinhas	40,9
Capinzal do Norte	40,8
São Luís Gonzaga do Maranhão	40,8
Lago do Mato	40,7
Codó	40,6
Conceição do Lago-Açu	40,5
Lago da Pedra	40,4
Lima Campos	40,4
Magalhães de Almeida	40,4
Maranhãozinho	40,4
São Benedito do Rio Preto	40,2
Centro do Guilherme	40,1
Governador Luiz Rocha	40
Lago do Junco	40
Pedro do Rosário	40

Fonte: INEP/IDEB, 2005.

É interessante destacar conforme aponta Pinto et al (2000) que o conceito de alfabetização usado pelo IBGE nas suas estatísticas é aquele que considera alfabetizado “a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece”. Um outro conceito pode ser utilizado, o de analfabeto funcional, que incluiria todas as pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas. Usando-se o último conceito, o número de analfabetos em destaque nas pesquisas aumentaria significativamente.

3 NÍVEL DE MATRÍCULA POR REDE DE ENSINO

De 2003 a 2005, observou-se um amplo crescimento das matrículas na rede municipal, ratificando a tendência presente nas pesquisas anteriores. O ensino fundamental, entre todos os níveis de ensino, é o que concentra o maior número de matrículas. Perceberam-se no Volume I do Observatório Criança, o movimento decrescente de matrículas no ensino fundamental na rede estadual e o crescimento destas na rede municipal. Este quadro representativo é reflexo do processo de municipalização estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

institucionalizado pelo FUNDEF através da lei 9.424/96, cuja distribuição das matrículas na rede pública passou a ser impulsionada pela legislação educacional que entrou em vigor a partir de 1º de Janeiro de 1998.

A Lei determina:

- Remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público, em efetivo exercício do magistério;
- O estímulo ao trabalho em sala de aula;
- A melhoria da qualidade de ensino;
- A capacitação dos professores leigos, os quais passarão a integrar quadro em extinção, de duração de cinco anos.
- A distribuição dos recursos é remetida para o ensino fundamental de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série, assim como estabelecimentos de ensino especial e escolas rurais, todos em caráter presencial.

Em 2007, foi aprovado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, cujo projeto final foi sancionado em 20 de junho. A Lei nº11.494/07, regulamenta o FUNDEB, incluindo-se os outros níveis de ensino (Ed. Infantil e Ensino Médio) antes excluídos pelo FUNDEF.

Tabela 87: Matrícula por rede de ensino no Maranhão

Informação	2003	2004	2005
Rede estadual	613.999	640.499	583.450
Rede municipal	1.656.616	1.586.975	1.648.401
Rede municipal*	11.376	11.376	9.985
Rede federal	5.361	5.623	5.683
Rede particular	215.585	212.533	224.376
TOTAL	2.502.937	2.457.006	2.471.895

Fonte: SEDUC e FUMCAS, 2005.

Os dados apresentados na Tabela 88 não puderam ser desmembrados, primeiramente pela ausência de dados de todos os municípios disponíveis em órgãos que demonstrassem os percentuais de matrículas dos anos supracitados, segundo, porque as possibilidades de atuação da pesquisa de campo não foram viabilizadas para todo o Estado do Maranhão, deste modo utilizou-se apenas os dados disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação - SEDUC e Fundação Municipal de Assistência Social - FUMCAS.³⁶

Sendo assim, os dados referentes às matrículas no Maranhão concentram-se de forma mais relevante na rede municipal, que correspondeu a 67% do total de matrículas em 2005³⁷. Se for levado em consideração o intervalo de 2003 a 2005, este

³⁶ Atualmente transformada em Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMCAS (São Luís).

³⁷ Nesta análise são considerados os dados obtidos na SEDUC-MA, pois abrangem um campo maior de municípios.

percentual corresponde a 65,82%. O FUNDEF alterou significativamente os padrões de oferta e de atendimento dos governos subnacionais, no que se refere ao conjunto da educação básica, ao focalizar apenas o ensino fundamental. A contradição aqui poderá ser evidenciada nos dados de matrículas especificados por níveis. Pois, ao otimizar e racionalizar o modelo de financiamento para o ensino fundamental, a política de municipalização dificultou o atendimento a outras demandas tão importantes quanto o ensino fundamental.

Tabela 88: Matrícula da rede estadual no Maranhão

Informação	2003	2004	2005
Creche (São Luís)	-	-	-
Pré-escola ³⁸	10.150	8.853	4.172
Alfabetização	1.006	0	0
Ensino Fundamental	341.308	307.104	263.717
Ensino Médio	206.290	267.848	266.428
Educação Profissional *	80	64	67
Educação Especial	2.254	2.569	2.285
Educação de Jovens e Adultos	52.911	54.061	46.781
TOTAL	613.999	640.499	583.450

Fonte: SEDUC, 2002

Tabela 89: Matrícula da rede municipal de São Luís do Maranhão

Informação	2003	2004	2005
Creche	23.678	24.732	28.625
Creche São Luís	11.376	11.376	9.985
Pré-escola	190.397	202.853	235.755
Alfabetização	23.570	-	-
Ensino Fundamental	1.172.479	1.166.029	1.181.246
Ensino Médio	13.002	11.901	14.753
Educação Profissional	0	864	472
Educação Especial	1.088	1.097	1.839
Educação de Jovens e Adultos	232.402	179.499	185.711
TOTAL	1.667.992	1.598.351	1.658.386

Fonte: SEDUC e FUMCAS, 2002.

Os dados correspondentes à rede municipal* referem-se aos indicadores obtidos na FUMCAS, a qual se limita ao município de São Luís e ao nível das creches.

³⁸ Utiliza-se o termo Pré-escola para fazer referência ao mesmo termo utilizado pelas fontes pesquisadas. Porém, o termo mais adequado é Educação Infantil.

Tabela 90: Matrícula da rede federal no Maranhão

Informação	2003	2004	2005
Creche	-	-	-
Pré-escola	52	54	-
Alfabetização	-	-	-
Ensino Fundamental ³⁹	1.089	1.137	1.127
Ensino Médio	1.919	1.992	2.210
Educação Profissional	2.301	2.440	2.346
Educação Especial	-	-	-
Educação de Jovens e Adultos	-	-	-
TOTAL	5.361	5.623	5.683

Fonte: SEDUC, 2002.

Tabela 91: Matrícula em escolas particulares no Maranhão

Informação	2003	2004	2005
Creche	11.998	13.713	16.405
Pré-escola	67.487	73.587	73.339
Alfabetização	6.059	-	-
Ensino Fundamental	89.394	88.104	92.853
Ensino Médio	28.422	27.077	29.068
Educação Profissional	1.454	971	2.208
Educação Especial	2.618	3.191	3.500
Educação de Jovens e Adultos	8.153	5.890	7.003
TOTAL	215.585	212.533	224.376

Fonte: SEDUC, 2002

Conforme destacado na Tabela 86, a especificação dos dados por rede de ensino possibilitaria uma leitura mais atenta acerca da concentração e oferta de matrículas em cada rede de ensino.

Os dados referentes à Pré-escola (Educação Infantil) na rede estadual apresentaram significativa redução, passando de 43,79% em 2003 para 18% do ano de 2005. Os dados de matrículas referentes ao Ensino Fundamental destes mesmos períodos caíram de 37,41% para 25,95%. Ressalta-se que estes níveis de ensino, após a lei nº 9.424/96 passaram a ter financiamento apenas para os Municípios o que gera por parte dos Estados a progressiva redução nas classes de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Sem otimização de recursos por parte do governo federal para a rede estadual, a manutenção do aumento do número de matrículas nesta rede representaria ônus, considerando que esta é responsável pela oferta obrigatória do Ensino Médio, no qual está previsto seu orçamento.

³⁹ Ensino Fundamental na rede federal se distribui em Alcântara (108) e São Luís (981).

Identificou-se que o Ensino Médio - de responsabilidade dos Estados conforme Lei de Diretrizes e Bases - não apresentou aumento proporcional à redução que obteve nos demais níveis de ensino. No ano de 2003 a matrícula do Ensino Médio correspondeu a 27,85% e nos anos posteriores manteve-se a regularidade de percentuais entre 36,16% e 35,97%.

A rede municipal apresenta números significativos de matrícula no Ensino Fundamental, considerando que estes dados referem-se apenas ao Município de São Luís. A matrícula da rede estadual correspondente ao Ensino Fundamental foi de 49,62% de um total de 1.837.948 referente ao somatório dos três anos em questão. Na rede municipal de São Luís este dado correspondeu a 71,47% de matrículas no Ensino Fundamental de um total de 4.924.729 de matrículas.

Os dados do INEP(2002) mostram que o Brasil, em 2003, tinha cerca de 34,4 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental regular, dos quais 31,2 milhões em escolas públicas, ou seja, cerca de 90% do atendimento escolar fundamental é feito pelo Poder Público, aproximadamente 3,3 milhões de alunos, restando às escolas particulares 10% das matrículas. No Maranhão, para o mesmo ano em análise, o percentual foi de 94,42% de matrículas no ensino fundamental das escolas públicas. Em 2005 o percentual se aproximou de 93,96%. Estes dados traduzem que a meta do governo de priorizar o ensino fundamental foi cumprida, o que se configura como um fato objetivo e positivo do FUNDEF para este nível de ensino.

Os dados referentes à Creche apresentaram incompatibilidade nas fontes pesquisadas. Os dados da SEDUC diferenciam-se dos dados da FUMCAS (Fundação Municipal de Assistência à Criança)⁴⁰, órgão responsável pela política de assistência à criança do Município de São Luís. Tomando-se como referência os dados da FUMCAS, percebe-se regularidade de valores de matrículas em ambas as redes nos anos de 2003 e 2004, mas no ano seguinte a rede particular avança passando a corresponder a 16.405 de matrículas contra 9.985 da rede municipal. Mas, as referências dos dados da SEDUC demonstram ampla oferta de matrículas em creches, alcançando números acima de 23.000 para os três anos. Vale ressaltar que os Municípios, conforme a LDB, no artigo 11, inciso V, incumbir-se-ão de: oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, sendo permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência, manutenção e desenvolvimento de ensino. Percebe-se através dos dados que a responsabilidade pela oferta de creche e pré-escola concentra-se primeiramente na rede municipal e, em seguida, na rede particular.

Os dados sobre matrículas na Alfabetização não são computados desde 2004 quando o Ensino Fundamental foi ampliado para 9 anos. Por força da Lei Federal nº 11.114/2005, as matrículas de crianças com seis anos de idade passaram a ser obrigatórias no ensino fundamental. Mas, a perspectiva de aumento de número de anos do ensino obrigatório vem sendo uma tentativa construída historicamente no campo da legislação educacional. A Lei nº 4.024/61 estabeleceu quatro anos de ensino

⁴⁰ Atualmente, transformada em SEMCAS – Secretaria Municipal de Assistência Social (São Luís).

obrigatório, a Lei nº 5.692/71 estendeu a obrigatoriedade para oito anos e, em 1996, a LDB sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade, a título do que já vinha sendo apresentado nas matrículas da rede municipal de São Luís antes da determinação da Lei. A ausência de dados de matrículas na Alfabetização também ocorrerá na Tabela referente à rede privada.

No que se refere à Educação Profissional⁴¹ apresentaram-se percentuais de matrícula sem muita expressão nas redes estadual e municipal, sendo que para a primeira obteve-se 0,01% e para a segunda, 0,02%, reflexo da legislação que eximiu as duas redes pela responsabilidade de oferta de Educação Profissional. Na rede particular, este percentual aumentou para 0,71% ainda reflexo do decreto nº 2.208/97, que desvinculou o ensino médio do ensino técnico, provocando alteração imediata na organização curricular das escolas técnicas da rede federal, abrindo possibilidade para o aumento dos investimentos da rede particular⁴². No entanto, vale ressaltar que a partir de 2004 este decreto é revogado pelo decreto 5.440/04 que passa a instituir a integração curricular do Ensino Médio ao Técnico.

Na rede federal de ensino, a maior incidência de matrículas está no Ensino Médio e Educação Profissional. No ano de 2003 são 38,88% de matrículas no Ensino Médio e 41,28% na Educação Profissional. A proximidade das taxas de matrículas nas duas formas de ensino se deu pela alteração curricular que sofreram as escolas Agrotécnicas e CEFET's, pois passaram a ofertar Ensino Médio desvinculado da Educação Profissional. O percentual total de matrículas para o Ensino Médio será de 36,72% e para a Educação Profissional corresponderá a 42,52%.

As taxas de matrículas em Creche, Pré-escola, Alfabetização são exíguas, pois a rede federal não é responsável pela oferta destes níveis de ensino, com exceção do Colégio de Aplicação da UFMA e da Escola da Aeronáutica criadas para demandas iniciais específicas; a primeira, para atender a necessidade de campo de estágio da Universidade Federal e a segunda, para fornecer escolaridade aos filhos dos funcionários da Base da Aeronáutica em Alcântara e comunidade residente nas proximidades da Base.

No que se refere à Educação de Jovens e Adultos (EJA), até 2004 a rede federal não estava responsabilizada legalmente pela oferta desta modalidade, mas a partir do decreto nº 5.478/2005 ficou obrigatória a formação profissional na modalidade EJA nas escolas técnicas federais. Por este motivo, aparecerão matrículas na rede federal do Maranhão a partir de 2006. É nesse contexto que a rede municipal apresenta 12,13% e a rede estadual 8,36% do total de matrículas, um percentual relativamente baixo se for considerado que os maiores índices de analfabetismo a partir de 15 anos ou mais se concentram na região Nordeste, onde o Maranhão, no último censo demográfico de 2000, revelou que 48% da sua população ou nunca teve acesso à escola ou estuda somente até

⁴¹ Os dados da Educação Profissional na rede estadual correspondem à matrícula do Centro de Artes Cênicas em São Luís.

⁴² No período em que entrou em vigor o decreto 2.208 ocorreu rápida ampliação das escolas técnicas particulares no Maranhão.

a 3ª série. Além disto, os dados do INEP (2005) sobre os Municípios do Maranhão também revelam que este quadro pouco avançou.

Contudo, vale ressaltar que a ausência de dados expressivos referentes a matrículas na rede pública está intimamente ligada à história da construção de uma política para a educação de jovens e adultos no País. Somente com a aprovação da lei 9.394/96 torna-se central a qualificação adequada dos professores para trabalhar com jovens e adultos, todavia, o processo de inclusão por via da didática atropela-se com a exclusão pela via econômica, quando os alunos do EJA, por veto presidencial, são excluídos do número a ser contado para o FUNDEF, o que negou um direito subjetivo desta modalidade, de vez que a EJA abrange o ensino fundamental. A alternativa criada pelo governo foi “FUNDEF seletivo” em moldes iguais ao do ensino fundamental das crianças de 7 a 14 anos e em moldes similares ao Projeto Alvorada⁴³. Focalizando os sistemas públicos dos municípios mais pobres de estados pobres (critério do IDH), o programa atinge jovens e adultos entre 15 e 29 anos, os recursos são orçamentários e destinados às escolas públicas.

A concentração expressiva de matrículas no ensino fundamental relaciona-se à orientação internacional da Conferência de Jomtien, na Tailândia, que definiu a década de 90 como “a década da Alfabetização”. Neste contexto, os reformadores definiram como prioridade o acesso de crianças ao ensino fundamental. No Brasil a maior expressão de efetivação das orientações internacionais se expressou através do FUNDEF, que possibilitou o aumento de matrícula para este nível de ensino, mas por outro lado reduziu as oportunidades de ampliação de vagas, recursos e qualificação de outros níveis e formas de ensino.

4 NÍVEL DE MATRÍCULA POR FAIXA ETÁRIA E POR MUNICÍPIO

Os níveis de concentração de matrícula são influenciados pela distribuição do orçamento. As maiores taxas de matrícula de 2003 a 2005 situaram-se na faixa etária de 7 a 14 anos, correspondente ao ensino fundamental.

Dos municípios analisados, pode-se destacar que a faixa etária que mais apresentou matrícula no ensino fundamental foi a correspondente a 7 a 14 anos, mantendo a equivalência idade-série. Dos municípios com maior concentração de matrículas nesta faixa etária, destaca-se, em primeiro lugar, São Luís; em segundo, Imperatriz e, em terceiro, Açailândia.

As taxas de matrículas referentes ao ensino médio revelam uma pequena incidência de municípios com nível médio. Dos municípios pesquisados, Aldeias Altas, Bélagua, Brejo de Areia, Duque Bacelar, Fernando Falcão, Jenipapo das Vieiras,

⁴³ O Projeto Alvorada é uma iniciativa da Presidência da República e tem como objetivo reduzir as desigualdades regionais, por meio da melhoria das condições de vida das áreas mais carentes do Brasil. O indicador utilizado para medir o grau de desigualdade foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD, aceito internacionalmente como um indicador síntese do grau de desenvolvimento da população, considerando três dimensões básicas: a renda, a longevidade e a educação.

Matões do Norte, São João do Sóter, Santana do Maranhão e São João do Caru são os que apresentam um quadro mais preocupante com relação à matrícula no ensino médio. Os municípios que mais se destacaram com relação às taxas de matrículas foram São Luís, Imperatriz, Açailândia e Paço do Lumiar.

Tabela 92: Matrícula no ensino fundamental por faixa-etária no Maranhão

Informação	2003	2004	2005
Menos de 7 anos	27.827	38.402	42.917
7 a 14 anos	1.153.933	1.145.469	1.145.547
Mais de 14 anos	422.510	378.503	350.479
TOTAL	1.604.270	1.562.374	1.538.943

Fonte: SEDUC, 2006.

Tabela 93: Matrícula no ensino fundamental por faixa-etária e por município no Maranhão

Informação	2003			2004			2005		
	Menos de 7 anos	7 a 14 anos	Mais de 14 anos	Menos de 7 anos	7 a 14 anos	Mais de 14 anos	Menos de 7 anos	7 a 14 anos	Mais de 14 anos
Aldeias Altas	6	3.803	1.683	6	3.986	1.691	41	3.873	1.595
Araioses	136	6.950	2.324	827	7.930	2.142	250	7.370	1.873
Açailândia	246	17.662	4.976	986	17.584	4.467	606	16.834	3.936
Balsas	211	13.246	5.243	239	13.538	4.772	202	13.937	3.942
Belágua	66	1.459	591	89	1.525	538	100	1.577	493
Brejo de Areia	5	2.289	1.111	3	1.995	967	4	2.199	962
Cajari	5	3.788	1.438	5	3.831	1.491	1	3.776	1.386
Cedral	7	1.956	739	13	1.541	560	57	1.623	532
Cururupu	58	6.091	2.309	72	6.120	1.970	71	5.937	1.793
Duque Bacelar	30	2.254	973	53	2.099	695	47	2.330	866
Fernando Falcão	32	1.716	732	127	1.730	761	48	1.832	813
Guimarães	10	2.592	952	8	2.707	847	10	2.939	826
Imperatriz	408	37.534	8.857	2.073	38.834	7.633	1.968	38.497	6.460
Jenipapo dos Vieiras	295	3.406	1.848	349	3.557	1.682	376	3.344	1.958
Marajá do Sena	16	2.548	893	34	2.421	701	7	2.126	570
Matões do Norte	266	3.640	685	114	2.236	653	238	2.094	642
Paço do Lumiar	21	13.714	2.953	657	14.105	2.540	500	13.915	1.942
Porto Rico do Maranhão	0	1.272	371	8	1.317	285	1	1.230	327
São José de Ribamar	118	16.681	3.893	125	16.370	3.242	848	15.547	2.342
São João do Sóter	252	3.260	1.606	319	3.255	1.869	605	3.424	1.313
Santana do Maranhão	33	1.463	688	31	1.321	629	16	1.466	634
São João do Caru	11	3.162	1.721	10	2.494	1.500	61	3.168	1.399
São Luís	4.362	152.663	40.621	4.462	154.607	35.247	5.938	155.595	29.517
TOTAL	6.594	303.149	87.207	10.610	305.103	76.882	11.995	304.633	66.121

Fonte: SEDUC, 2006.

Tabela 94: Matrícula no ensino médio por faixa-etária e por município no Maranhão

Informação	2003		2004		2005	
	Menos de 15 anos	15 a 17 anos	Menos de 15 anos	15 a 17 anos	Menos de 15 anos	15 a 17 anos
Aldeias Altas	3	72	0	92	2	93
Araioses	7	197	2	300	1	329
Açailândia	37	1.731	36	1.947	31	1.915
Balsas	14	1.089	30	1.348	23	1.480
Bélagua	0	13	0	19	0	47
Brejo de Areia	0	14	0	9	2	33
Cajari	0	844	0	94	2	171
Cedral	2	183	0	190	0	238
Cururupu	2	477	2	619	1	488
Duque Bacelar	1	60	0	68	0	114
Fernando Falcão	0	15	0	24	0	34
Guimarães	0	294	0	324	1	308
Imperatriz	149	6.960	199	7.290	214	7.685
Jenipapo dos Vieiras	0	0	9	124	2	101
Marajá do Sena	0	0	0	2	1	12
Matões do Norte	0	33	0	36	0	48
Paço do Lumiar	29	1.814	3	1.621	8	1.718
Porto Rico do Maranhão	0	137	7	180	0	131
São José de Ribamar	16	1.105	5	1.392	6	1.424
São João do Sóter	2	35	0	56	0	87
Santana do Maranhão	0	16	0	28	0	43
São João do Caru	0	19	23	9	0	33
São Luís	452	32.627	222	34.356	902	34.454
TOTAL	714	47.735	538	50.128	1.196	50.986

Fonte: SEDUC, 2006.

5 CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORA DA ESCOLA NO MARANHÃO

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD3, do IBGE, mostram que o percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola em 2003 era de 2,8%.

De acordo com o Censo Escolar de 2004, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Maranhão é o estado do Nordeste com maior índice de crianças e adolescentes fora da escola, na faixa etária de 7 a 14 anos, o que corresponde a um índice de 4,9%. Nesse contexto, o Maranhão perde apenas para o Acre, que é o primeiro da listagem.

O trabalho ou afazeres domésticos corresponde a 24,8% dos motivos mais alegados pelos adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos para estarem fora da escola. Na rede pública, 10,2% das crianças faltaram à escola no período de referência de 60 dias por não ter transporte escolar, devido à distância, por não ter quem as

levasse ou por falta de professor ou greve; na rede particular o percentual foi de 3,6% (PNAD, 2006).

6 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A partir da década de 90, intensificaram-se os debates acerca da Educação Especial. A LDB contribuiu para institucionalizar as discussões e implementações de ações no interior das escolas para pessoas com deficiência⁴⁴.

Vale ressaltar que isto foi possível a partir de um longo percurso histórico. Nos anos finais do Império, o trabalho com crianças deficientes ainda estava vinculado à formação dos profissionais da saúde, ficando o professor sob tal dependência; já nos anos 20 do século XX assistiu-se a uma crescente preocupação com o aspecto pedagógico ligada especialmente à abordagem psicológica, sem, contudo, abandonar o campo da saúde. A institucionalização da "diferença" consolida-se com a criação do Cenesp (Centro Nacional de Educação Especial), em 1973, que propunha a capacitação de professores 'especiais' para a educação especial, através de licenciatura (CARTOLANO, 1998).

Deste modo, pode-se assistir no final da década de 1980 e início dos anos 1990 alterações significativas na legislação educacional referentes às pessoas com deficiência. Importa verificar se os indicadores têm revelado alteração na organização escolar, no sistema escolar, evidente que a alteração que mais nos interessa é aquela imanente aos espaços, aos comportamentos sociais que consagram a discriminação e o preconceito, aquelas chamadas barreiras invisíveis.

Conforme está disposta na LDB no capítulo V, no artigo 58, educação especial significa, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Mas não basta o acesso à escola regular, preferencialmente pública, é importante pensar nas condições de permanência deste aluno na escola. Deste modo, destacam-se os parágrafos abaixo, dispostos no artigo 59, o qual dispõe que os sistemas de ensino assegurarão:

- I. currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender as suas necessidades;

⁴⁴ Aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica e também, aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; as dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, particularmente alunos que apresentam surdez, cegueira, surdo-cegueira ou distúrbios acentuados de linguagem; habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente os conceitos, os procedimentos e as atitudes.

- II. professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como os professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- III. educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no mercado de trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

As análises a seguir apontarão em que medida cada rede de ensino tem buscado incorporar esses elementos em sua cultura, ainda que os dados sejam insuficientes para perceber isto de modo mais qualitativo, uma perspectiva inclusiva e integradora.

Tabela 95: Matrícula na educação especial em classes comuns no Maranhão

Informação	2003	2004	2005
Rede estadual	205	651	552
Rede municipal	783	1.535	3.785
Rede federal	0	0	3
Escolas particulares	114	184	154
TOTAL	1.102	2.370	4.494

Fonte: SEDUC, 2006.

Tabela 96: Índice de atendimento em educação especial

Informação	2003	2004	2005
Índice de atendimento em Educação Especial	7.062	9.127	12.118

Fonte: SEDUC, 2006.

Tabela 97: Número de Matrículas de Alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais em Escolas exclusivamente especiais ou em Classes Especiais de Escola Regular, por nível de atendimento – 2004

	Total	Creche/ Estimulação Precoce	Pré-escolar	Fundamental	Médio	Educação de Jovens e Adultos	Educação Profissional
Nordeste	66.626	5.401	17.277	32.672	326	6.772	4.178
Maranhão	6.857	144	1.205	3.782	62	1.94	570

Fonte: MEC/Inep, 2004.

Tabela 98: Número de Matrículas de Alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais em Escolas exclusivamente especiais ou em Classes Especiais de Escola Regular, por faixa etária – 2004

	Total	De 0 a 3 anos	De 4 a 6 anos	De 7 a 14 anos	De 15 a 17 anos	Mais de 17 anos
Brasil	371.383	19.729	29.699	149.642	56.196	116.117
Nordeste	66.626	2.973	5.574	23.431	12.288	22.360
Maranhão	6.857	163	405	2.630	1.391	2.268

Fonte: MEC/Inep, 2004.

O registro de dados na Educação Especial correspondente a escolas especializadas ou em classes especiais de escolas regulares concentra-se primeiramente na rede municipal com 76,61% e, em seguida, na rede estadual com 17,67%. A garantia da oferta de ensino com especificidades metodológicas de atendimento para crianças com necessidades especiais ou pessoas com deficiência tem sido focada na rede pública, um avanço dos anos em pesquisa. Isto se confirma como uma nova tendência política, uma vez que em anos anteriores estes dados se concentravam na rede particular ou em Instituições Filantrópicas⁴⁵.

A matrícula na rede municipal no ano de 2003 passou de 12,83% para 62,01%, demonstrando uma evolução positiva no período em destaque. Entretanto, evidencia-se que no censo de 2000 a média nacional de crianças entre 7 a 14 anos fora da escola era de 5,5%, essa proporção aumenta quando se refere às crianças com deficiência passando para 11,4%. Isto indica que o número de matrículas pode se revelar insuficiente considerando o número de crianças com necessidades especiais ou com deficiência que ainda não tiveram acesso à escola, pois é importante reconhecer que a discriminação quanto à matrícula de estudantes com necessidades educacionais na escola regular é uma realidade que persiste.

Os dados referentes à matrícula por nível de atendimento a alunos com necessidades especiais, de acordo com dados do INEP do ano de 2004 destacam o Maranhão como o terceiro estado do Brasil que menos oferece atendimento em creches/estimulação precoce, ficando atrás somente dos Estados de Roraima e Sergipe. Quando o universo de matrícula passa a ser Pré-escola (Educação Infantil) este percentual de atendimento do Maranhão amplia para 6,9% de atendimento no Nordeste, posicionando o estado em sexto lugar com maior atendimento neste nível na região.

O Maranhão também irá apresentar bons resultados no número de oferta de atendimento entre os estados da região Norte e região Centro-Oeste, ficando atrás apenas dos estados do Pará, Goiás e Distrito Federal. Quando o alvo da análise é o ensino fundamental, o Estado também apresenta dados satisfatórios de 11,5%, situando-se na quarta posição na região Nordeste de maior oferta de atendimento.

⁴⁵ Ver Observatório Criança volume I.

Com relação à região Norte, o Maranhão perde em número de atendimento somente para o Estado do Pará e ao se comparar com a região Centro-Oeste, os números não superam todos os estados. O avanço dos dados nos níveis da Pré-escola e Ensino Fundamental no Maranhão aponta que houve prioridade na oferta nestas etapas e a ampliação de oferta de creches. As matrículas referentes ao Ensino Médio decrescem significativamente se comparamos ao ensino Fundamental. De acordo com os dados do INEP, no ano de 2004 apenas 62 alunos estavam matriculados no Maranhão.

Cabe destacar que estes dados também são inexpressivos nacionalmente, alguns estados nem apresentam número de matrícula neste nível de ensino, em outros os números de matrículas situam-se entre 5 a 16 alunos. Este dado indica duas possibilidades para justificar este reduzido número considerando o universo de alunos matriculados no ensino fundamental. A primeira possibilidade é a reduzida progressão dos alunos para o ensino médio por dificuldades de aprendizagem que podem ser reflexo de metodologias e recursos inadequados ao ensino de crianças e adolescentes que precisam de uma atenção especializada na organização do trabalho didático. A segunda possibilidade é a oferta reduzida de escolas especializadas e professores especializados para o atendimento destas crianças e adolescentes no ensino médio, pois de modo geral a preocupação na oferta e na qualificação docente na área de educação especial quase sempre se situa no ensino fundamental.

As matrículas referentes à Educação de Jovens e Adultos apresentam percentuais expressivos de 16,1%, ocupando o terceiro lugar na região Nordeste de maior número de matrícula nesta etapa de ensino. Cabe destacar que o maior número de matrículas por faixa etária no Estado está presente entre a população de Jovens e Adultos, ou seja, acima de 17 anos de idade; a segunda faixa etária que mais tem alunos matriculados está entre 7 e 14 anos. De acordo com os dados disponibilizados pelo INEP do ano de 2004 acerca de alunos matriculados por faixa etária, percebe-se uma tendência nacional de grande concentração de matrículas de alunos com necessidades especiais, em escolas exclusivamente especiais ou em classes de escola regular, na faixa etária acima de 17 anos, seguidos de alunos entre 7 e 14 anos.

Entretanto, percebeu-se que o maior número de alunos matriculados em turmas da Pré-escola (Educação Infantil) corresponde exatamente à faixa etária de 7 a 14 anos. No Maranhão este percentual é de 35,1%, no Nordeste 42,0% e no Brasil 40,0%. A faixa etária de Jovens e Adultos no Maranhão corresponde a 14,9% de alunos matriculados em Pré-escola, no Brasil este percentual é de 14,2%. Como os dados não se encontram desmembrados por especificação das limitações dos alunos do processo de aprendizagem, é difícil avaliar este significativo percentual de matrículas em turmas de Pré-escola (Educação Infantil). No entanto, chama-se atenção para o fato de que muitas das disfunções, deficiências, limitações dos alunos não impede o avanço no processo educativo, evidente que este progresso é mais lento, se tomarmos como referência alunos “ditos normais”, porém, não impossível. Deste modo, muitas crianças desta faixa etária poderiam já estar cursando pelo menos as séries iniciais.

É importante que o sistema de ensino do Maranhão discuta alternativas metodológicas que possibilitem um maior avanço dos alunos com necessidades especiais dentro dos níveis de ensino, porém, isto somente será possível se a qualificação docente tornar-se eixo central na discussão das políticas educacionais para estes alunos. Vale ressaltar que muito já se avançou, pois várias Universidades e Faculdades incluíram em seus currículos a disciplina de Educação Especial, antes encontrada somente no curso de Pedagogia. Do ponto de vista legal já se obteve algumas conquistas, a exemplo o decreto nº. 5.626/05 que tornou obrigatória a inclusão de Libras nos currículos dos cursos de graduação em fonoaudiologia e nos que formam professores, como as licenciaturas e o curso de Pedagogia. O Censo Escolar 2005, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), aponta que as matrículas dos alunos com surdez em classes comuns no Brasil cresceram 39,3% e as de alunos com deficiência auditiva, 65,5%. Deste modo, é importante que as Instituições Escolares e Formadoras acompanhem, do ponto de vista pedagógico, o crescimento quantitativo destes alunos através de um crescimento qualitativo do processo educativo.

O número de crianças e adolescentes alfabetizados com necessidades especiais na faixa etária de 07 a 09 anos é de 215.075 para 195.576 não alfabetizadas na mesma faixa etária. Os adolescentes na faixa etária de 15 a 19 anos, alfabetizados são de 634.365 para 75.548 não-alfabetizados com necessidades especiais. Nesta etapa assinala-se que o número de não-alfabetizados é baixo, caso a expectativa nesta etapa já não fosse o de ter estes jovens em processo de escolarização no Ensino Médio ou nas duas últimas etapas do Ensino Fundamental, respeitando as suas limitações de aprendizagem.

Tomando-se como referência os dados apresentados no Atlas da Exclusão Social no Brasil baseado no censo de 2000 do IBGE, no que se refere aos cem municípios com maior grau de exclusão social, observou-se uma concentração significativa de municípios do Estado do Maranhão (Bélagua, Paulino Neves, Fernando Falcão, Lagoa Grande do Maranhão, Santana do Maranhão, Cachoeira Grande, Centro do Guilherme, Jenipapo dos Vieiras entre outros). Este quadro permite imaginar como tem se organizado o processo de escolarização de crianças nestes municípios e indo mais além, como têm sido tratadas as crianças e adolescentes com necessidades especiais ou com deficiência em terras onde a prioridade ainda é o acesso às necessidades básicas, o direito a alimentar-se, vestir-se e morar em condições humanas e no qual a educação torna-se consequência das aquisições primeiras.

Documentos oficiais preconizam a inclusão escolar dos estudantes com necessidades especiais na escola regular. Esta regulamentação está presente na Constituição Federal/1988, no artigo 208, na Constituição Estadual/1989, no artigo 305, no Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 54, na Declaração Mundial para Todos em Jomtien, na Declaração de Salamanca na Espanha, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no capítulo V, no Plano Nacional de Educação/1997. Os dispositivos oficiais e jurídicos asseguram uma educação escolar democrática e inclusiva, todavia, sua realização não se dá apenas com a aplicação dos textos legais, mas principalmente através de uma política consistente e comprometida com o

processo democrático da escola pública, responsabilidade esta da Gestão Pública do Estado e também, do amplo movimento organizado por educadores em defesa da garantia de uma escola democrática e inclusiva.

No âmbito federal, registra-se que os dados foram ínfimos, mesmo com a criação dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais no interior das escolas federais a partir do ano de 2003. Todavia, deve-se considerar que a verticalização de alunos para o ensino médio se dá num processo mais lento, pois a maior concentração de matrículas ainda está no ensino fundamental com avanços tímidos para o ensino médio. Porém, isto não pode se constituir como justificativa para ausência de dados de matrículas, as escolas federais cumprem importante papel na qualificação de trabalhadores com vistas a sua inserção no mundo do trabalho, por isso devem possibilitar acesso à qualificação de estudantes com deficiência que também nutrem o desejo de disputar lugar neste mercado que cria as barreiras físicas e simbólicas para a inclusão da sua força de trabalho. Por isto, a Escola não pode negar o acesso ao aluno e nem pode se constituir em mais um espaço de preconceito e obstáculo para inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

7 EDUCAÇÃO INDÍGENA

O direito à Educação Indígena é uma reivindicação histórica da população indígena e vem sendo lenta e gradativamente regulamentado por meio da Constituição de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e da Resolução 3/99 do Conselho Nacional de Educação. A educação indígena está contemplada no Plano Nacional de Educação e no projeto de lei de revisão do Estatuto do Índio⁴⁶ considerado ultrapassado pelo movimento indígena, ambos em tramitação no Congresso Nacional. De acordo com Grupionni (2000), mesmo com vários dispositivos legais para tratar da educação indígena não se estruturou um sistema que atenda às necessidades educacionais dos povos indígenas de acordo com seus interesses, respeitando seus modos e ritmos de vida, resguardando o papel da comunidade indígena na definição e no funcionamento do tipo de escola considerada ideal para sua cultura. Nesta arena política, a educação indígena tornou-se pauta da agenda educacional.

A incorporação de dados estatísticos sobre educação indígena nos possibilitará, grosso modo, identificar como tem sido tratada esta modalidade de ensino em um Estado com a presença marcante de tantas populações indígenas.

Na LDB, as populações indígenas também tiveram assegurada uma educação diferenciada (artigos 3º, 26, 78 e 79), apontando a necessidade de curso de formação

⁴⁶ A Lei nº 6.001, conhecida como “Estatuto do Índio” foi promulgada em 1973, e seguia o princípio estabelecido pelo velho Código Civil Brasileiro (1916) de que os índios, sendo “relativamente capazes”, deveriam ser tutelados por um órgão indigenista estatal – o Serviço de Proteção ao Índio, entre 1910 e 1967, e atualmente, a Fundação Nacional do Índio (Funai).

específica e diferenciada para os professores indígenas. Sendo assim, esta análise buscará compreender de que modo o Estado tem assegurado as exigências descritas na legislação educacional, buscando apontar as fragilidades e avanços encontrados.

A região Nordeste apresenta hoje os maiores indicadores de pobreza do país, constantemente assolada por secas, muitos de seus rios deixaram de ser perenes pela inexistência de matas que protegiam as suas cabeceiras. Mas com tudo isto, pode-se encontrar a presença indígena nestas terras.

O Estado do Maranhão, embora considerado Nordeste, possui muitas características geográficas da região Amazônica. Os rios Gurupi, Pindaré, Mearim e Grajaú correm paralelamente do sul em direção ao Atlântico banhando 1.954.508 hectares de terras pertencentes a diversos grupos Jê e Tupi-Guarani. Os Jê estão representados pelos Canela, Pukobie, Kreje e Krikati. Hoje a população total não ultrapassa o número de 2.000. Nas regiões dos rios Pindaré e Gurupi encontram-se os Urubu-Kaapor e os Guajá, dois grupos Tupi-Guarani, ambos divididos em pequenas aldeias totalizando cerca de 870 pessoas. Também é possível encontrar aldeias Guajajara, um grupo também Tupi-Guarani com cerca de 9.600 componentes.

A realidade em questão nos mostra a relevância das preocupações com a temática da educação indígena com garantia de respeito à diversidade cultural no contexto brasileiro. Nesta realidade, a discussão da educação indígena atravessa a “redefinição do Estado - nação e a reelaboração de procedimentos e noções que garantam, aos cidadãos e aos povos, tanto o direito à igualdade quanto o direito à diferença” (SILVA, GRUPIONI, p. 17, 2004).

Como se pode ver na Tabela 99, houve ampliação de 10% do número de escolas indígenas, que passaram de 205 em 2003 para 225 em 2005, para oferta predominantemente de ensino fundamental, sendo que apenas um estabelecimento oferece nível médio. Do mesmo modo ocorreu aumento de matrículas com média de crescimento nos anos em estudo para o ensino fundamental de 4%. Ao se analisar o ensino fundamental de 5ª à 8ª série, este percentual aumentou para 15,09% e o ensino médio apresentou uma média de 11,11% de acréscimo de matrículas no intervalo de 2003 a 2005.

Tabela 99: Número de escolas destinadas à Educação Indígena no Maranhão

Informação	2003	2004	2005
Número de escolas destinadas à Educação Indígena	205	222	225

Fonte: SEDUC, 2006.

Tabela 100: Matrícula na Educação Indígena no Maranhão

Informação	2003	2004	2005
Ensino Fundamental - 1ª à 4ª	9.690	10.710	10.943
Ensino Fundamental - 5ª à 8ª	97	138	156
Ensino Médio	17	22	24
TOTAL	9.804	10.870	11.123

Fonte: SEDUC, 2006.

O número de escolas destinadas à população indígena no Maranhão corresponde a 225 no ano de 2005. Este dado em percentual significa 47,5% posicionando o Maranhão como o primeiro estado da região Nordeste com maior número de escolas destinadas a esta população. Contudo, é importante considerar que é nele onde há o maior número populacional de índios, porém a quantidade populacional nem sempre significa oferta proporcional de escolas. Analisando-se os dados do MEC/INEP do ano de 2005, observou-se que alguns estados da região Norte, com significativa população indígena apresentam poucas escolas destinadas as suas populações.

O estado do Pará com 91 escolas e o Amapá com 57, um número pequeno considerando a quantidade populacional indígena nos estados. Todavia, identificou-se em outros estados dados mais expressivos, no estado do Amazonas foram 783 escolas e no estado de Roraima 257. Tomando-se como referência os estados da região Norte onde a população indígena é maior, o Maranhão apresentou dados positivos com relação à oferta de escolas. Vale registrar que todas as escolas observadas nas regiões Norte e Nordeste concentram maior número de matrícula no ensino fundamental, apesar de oferecerem educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos.

Tabela 101: Número de estabelecimentos de Educação Escolar Indígena por Nível-Modalidade de Ensino, segundo a Região Geográfica – Brasil 1999–2005

Estabelecimentos de Educação Escolar Indígena					
Nível/Modalidade de ensino oferecidos					
Unidade a Federação	Total:	Educação Infantil	Ensino Fundamental 8 anos	Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos
Brasil	2.323	1.047	2.143	68	419
Nordeste	473	192	457	5	134
Maranhão	225	8	225	1	3

Fonte: MEC/Inep, 2007.

O maior número de professores concentra-se no ensino fundamental, esta é uma realidade nacional. Porém, os dados do INEP não especificam se os professores são indígenas. No Maranhão, são 495 professores no ensino fundamental nas escolas indígenas para 10 no ensino médio e 3 na educação de jovens e adultos. No Nordeste são 1.350 professores no ensino fundamental para 38 no ensino médio e 254 na educação de jovens e adultos em escolas indígenas, seguindo a média nacional em que a quantidade de professores na educação de jovens e adultos é maior do que no ensino médio.

O Maranhão, no que diz respeito a professores atuando na Educação de Jovens e Adultos, apresentou um número bem abaixo da média do Nordeste, isto revela déficit, já que o percentual apresentado é insuficiente para o atendimento dos alunos deste nível de ensino.

Tabela 102: Número de Professores de Estabelecimento de Educação Escolar Indígena, por Nível/Modalidade, segundo região geográfica e a Unidade de Federação – Brasil 2005

Número de Professores					
Nível/Modalidade de ensino oferecidos					
Unidade da Federação	Total:	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos
Brasil	9.637	1.352	6.947	455	826
Nordeste	1.953	281	1.350	38	254
Maranhão	516	8	495	10	3

Fonte: MEC/Inep, 2007

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000 revelou que na última década a população indígena cresceu quase seis vezes mais do que a população em geral. No Nordeste, a participação do número de pessoas identificadas como indígenas passou de 55,8 mil em 1991 para 170 mil em 2000. A região Norte continuou concentrando o maior número de indígenas, mas foi a área que apresentou o menor ritmo de crescimento anual. Em 1991, 42,4% da população se autodeclarava indígena e em 2000 a taxa caiu para 29,1%. O Sudeste dobrou sua participação e passou de 10,4% para 22,0% da população indígena entre 1991 e 2000.

Tabela 103: Número de Estabelecimentos de Educação Escolar Indígena, por Língua em que o Ensino é Ministrado, segundo a Região – Brasil 2005.

Estabelecimentos de Educação Escolar Indígena			
Unidade da Federação	Total:	Língua em que o ensino é ministrado	
		Indígena	Portuguesa
Brasil	2.323	1.818	1.124
Nordeste	473	234	440
Maranhão	225	209	193

Fonte: MEC/Inep, 2007.

Ao se analisar a Educação Escolar Indígena é importante verificar não somente a oferta do ensino, mas identificar que tipo de escola se oferece à população indígena. Uma das frentes de atuação do movimento indígena está na reivindicação do atendimento escolar considerando uma ação pedagógica voltada para alteridade. A legislação que trata da educação escolar indígena tem apresentado formulações que possibilitam a construção de uma escola indígena que, inserida no sistema educacional nacional, mantenha atributos particulares como o uso da língua indígena.

Deste modo, pode-se destacar que o Maranhão com relação à formação educacional com uso da língua indígena apresentou nos anos em estudos um número maior de escolas que utiliza a língua de origem do que estabelecimentos que apresentassem metodologia de ensino com o uso da língua portuguesa. Estes dados

revelaram resultados melhores no Maranhão do que a média do Nordeste e do Brasil, pois ambos destacaram números que apontaram mais para o uso da língua portuguesa em estabelecimentos de Educação Indígena.

O Maranhão também apresentou bons resultados com relação ao uso específico de material didático. Das 225 escolas, 142 apresentaram materiais específicos considerando o grupo étnico. O estado do Maranhão ocupou a 2ª colocação com 63,1% e o estado de Sergipe ficou na 1ª colocação com 100% de uso de material específicos ao grupo étnico, superando a média percentual da região Nordeste e do Brasil.

Tabela 104: Número de Estabelecimentos de Educação Escolar Indígena, por Material Didático específico ao grupo étnico, segundo a Região – Brasil 2005.

Estabelecimentos de Educação Escolar Indígena			
Unidade da Federação	Total:	Utilizam material didático específico	
		Total	%
Brasil	2.323	965	41,5
Nordeste	473	236	49,9
Maranhão	225	142	63,1

Fonte: MEC/Inep, 2007

No contexto apresentado sobre a Educação Escolar Indígena, é fundamental compreender e incorporar nas discussões e políticas voltadas à questão educacional desta população, que a mesma é portadora de uma pedagogia própria que garante a transmissão de sua cultura através das gerações, que suas formas de educação consideram a visão de conjunto de sua cultura e que os indígenas podem e devem contribuir na formulação de uma política de educação escolar capaz de atender aos anseios, interesses e necessidades da realidade hoje.

8 NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

Somente no ano de 2005 o questionário utilizado para realização do Censo Escolar passou a incluir o quesito cor/raça, impossibilitando a análise dos dados referentes aos anos de 2003 e 2004. O dado sobre cor/raça obtido através do Censo Escolar utilizou como instrumento para pesquisa um documento comprobatório ou autodeclaração do aluno da sua cor/raça, isto quando maior de 16 anos, ou por declaração do responsável.

Vale registrar que os resultados obtidos pelo Censo Escolar de 2005 revelam que 18,1% dos alunos não responderam ao quesito cor/raça. No universo que respondeu ao questionário, 46,1% declararam-se pardos, 41,6% brancos, 10,0% pretos e 2,4% de cor/raça amarela e indígena.

Tabela 105: Matrículas da educação básica, por cor/raça, segundo a etapa/modalidade de ensino

Etapas/Modalidades de Ensino	Matrícula Cor/Raça Declarada								
	Total	Branca		Preta		Parda		Outros	
		n	%	n	%	n	%	n	%
Educação Infantil	6.085.316	2.938.564	48,3	512.241	8,4	2.494.591	41,0	141.920	2,3
Ensino fundamental	27.821.352	11.224.104	40,3	2.643.412	9,5	13.260.064	47,7	693.772	2,5
Ensino Médio	7.215.948	3.132.641	43,4	753.923	10,4	3.163.348	43,8	166.036	2,3
Educação Especial	313.832	164.725	52,5	31.562	10,1	112.886	36,0	4.659	1,5
Educação de Jovens e Adultos	4.350.274	1.478.288	34,0	621.554	14,3	2.149.666	49,0	100.766	2,3
Educação Profissional	491.047	300.923	61,3	42.841	8,7	138.023	28,1	9.260	1,9
TOTAL	46.277.769	19.237.245	41,6	4.605.533	10,0	21.318.578	46,1	1.116.413	2,4

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar, 2005.

Em 2005, os percentuais de pessoas negras alfabetizadas na faixa etária de 10 a 14 anos e 15 a 19 anos são superiores ao de pessoas negras não alfabetizadas para a mesma faixa etária. Sendo assim, a correspondência dos dados se dá em 42,24% de alfabetizados na faixa etária de 10 a 14 anos para 21,77% de pessoas negras não alfabetizadas, na faixa etária entre 15 a 19 anos obteve-se 44,46% de alfabetizados para 15,78% de não alfabetizados.

As análises sobre as faixas etárias entre 5 a 6 anos e 7 a 5 anos indicam inversão nos resultados obtidos com relação às faixas etárias anteriores, pois os índices de pessoas negras não alfabetizadas são maiores nestas idades.

Assim, têm-se 31,31% de pessoas não alfabetizadas na faixa etária de 5 a 6 anos para 1,74% de alfabetizados e 31,12% de não alfabetizados na faixa etária de 7 a 9 para 11,5% de alfabetizados.

Os índices de matrículas por cor/raça apresentam-se de forma desigual considerando as etapas e modalidades tomadas como referência para comparação. Os alunos da educação infantil, educação especial e educação profissional em sua maioria declararam-se brancos, entretanto, verificou-se que na educação de jovens e adultos e no ensino fundamental, a maioria se declarou de cor/raça parda. No ensino médio, a distribuição cor/raça está equilibrada entre parda com 43,8% e branca com 43,4%.

As análises dos dados de matrícula escolar apontam percentuais ínfimos de alunos que se declararam negros na educação básica tomando-se como referência os percentuais indicados na cor/raça branca e parda. Os resultados apontam inequidade entre alunos segundo raça.

As diferenças construídas ao longo da história da educação escolar entre brancos, pardos e negros não encontram explicação somente nas condições socioeconômicas, sua origem encontra espaço no contexto sócio-cultural brasileiro, em que o racismo tem sido praticado contra os (as) negros (as).

Quanto ao ensino e às metodologias que atendem às diferenças culturais e históricas referentes ao negro, somente em 09 de janeiro de 2003, as escolas passaram a incluir nos currículos o ensino sobre História e Cultura afro-brasileira, bem como História da África e dos africanos nos estabelecimentos de ensino públicos e privados no Brasil. Vale ressaltar que a inclusão destes conteúdos ocorreu devido à aprovação da lei 10.639/03 que tornou obrigatório a inserção destes conteúdos nos currículos escolares. Contudo, não basta à inclusão destes temas ao currículo escolar:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os (as) educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar (GOMES, p.147, 2001).

O critério da discriminação em qualquer nível como uma das referências para a avaliação dos livros foi um avanço significativo na história do livro didático no Brasil a partir do ano de 1998, considerando que:

No Brasil, o racismo ainda é insistentemente negado no discurso do brasileiro, mas se mantém presente nos sistemas de valores que regem o comportamento da nossa sociedade, expressando-se através das mais diversas práticas sociais (GOMES, p.148, 2001).

Contudo, as práticas e recursos didáticos que reforçam o preconceito e a discriminação continuam sendo perpetuados nas salas de aulas. A Escola não deve e nem pode dar ênfase desproporcional à aquisição de conteúdos escolares e minimizar dentro do processo de formação humana as dimensões culturais, de identidade, poder, emoções, representações, valores. Neste sentido, é importante reconhecer a contribuição significativa do Movimento Negro para inserção destas discussões nas Escolas e nas Políticas Educacionais, e é neste sentido, que a Escola e os Movimentos Sociais devem criar espaços de diálogos comuns para enfrentamento do preconceito nas relações sociais.

9 NÍVEL DE INSTRUÇÃO POR REGIÃO E NO MARANHÃO

O indicador do número de anos de estudo no Maranhão está entre os mais expressivos sobre a realidade educacional no Maranhão. Este indicador possibilita a leitura das taxas de analfabetismo e a média de escolarização da população maranhense nos últimos anos.

Tabela 106: Número médio de anos de estudo das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos por grandes regiões e sexo – 2003 a 2005

Informação	2003		2004		2005	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
10 a 14 anos - Norte Urbana/Norte	3,4	3,9	3,3	3,7	3,4	3,9
10 a 14 anos - Nordeste	3,2	3,7	3,3	3,9	3,4	3,9
10 a 14 anos - Sudeste	4,3	4,6	4,3	4,5	4,3	4,5
10 a 14 anos – Sul	4,4	4,7	4,4	4,6	4,4	4,7
10 a 14 anos - Centro-Oeste	4,1	4,5	4,2	4,5	4,2	4,5
15 a 17 anos - Norte Urbana/Norte	6,2	6,8	5,9	6,7	6,2	6,7
15 a 17 anos - Nordeste	5,3	6,3	5,6	6,5	5,8	6,7
15 a 17 anos - Sudeste	7,4	7,8	7,6	7,9	7,6	8,0
15 a 17 anos – Sul	7,4	7,9	7,7	8,1	7,7	8,0
15 a 17 anos - Centro-Oeste	6,9	7,5	7	7,6	7,2	7,6

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento - PNAD 2003, 2004 e 2005.

Na faixa etária entre 10 a 14 anos, a região Nordeste apresentou regularidade percentual para os resultados referentes às mulheres, permanecendo em 2004 e 2005 em 3,9 anos de estudo. A média de anos de estudo de mulheres nesta faixa etária entre 2003 a 2005 foi de 3,8 e a média encontrada para os homens foi de 3,3%.

A análise dos dados referente à faixa etária entre 15 a 17 anos para homens, apresentou a média de 5,5 anos de estudo no período entre 2003 a 2005 e para as mulheres, este resultado foi de 6,5. As mulheres em ambas as faixas etárias apresentaram melhor resultado do que os homens.

De acordo com os dados do IPEA (2006), o Maranhão em 2005 apresentou a média de 5,2 anos de estudo para a faixa etária de 15 anos ou mais de idade, ao passo que a média do Brasil foi de 7,0.

As taxas apresentadas revelam o acesso tardio de crianças à escola e altas taxas de analfabetismo entre os adolescentes, que expressam evidência marcante da ineficiência das políticas educacionais para população jovem.

A desarticulação entre a expectativa de anos de estudo conforme a idade da criança ou do adolescente tem como consequência o acesso tardio à escola, ao abandono desta escola ou mesmo as altas taxas de distorção idade/série que poderá ser analisada posteriormente.

10 NÍVEL DE INSTRUÇÃO POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA

A incorporação de um estudo desmembrado por gênero nos indicadores de educação tem como objetivo questionar as diferenças culturalmente consolidadas socialmente entre o feminino e o masculino, que de forma aparentemente neutra contribui para reforçar e mesmo manter o papel que a mulher historicamente vem exercendo sob o signo do domínio do mundo masculino.

A discussão sobre gênero avançou muito na história e ganhou espaço no cenário da produção acadêmica. Entretanto, para muitos ainda é confusa a distinção entre sexo e gênero.

De modo sucinto, pode-se denominar como questões de sexo aquelas referentes aos aspectos físicos, biológicos de macho e fêmea, aquelas diferenças que estão nos nossos corpos e que não mudam radicalmente, apenas se desenvolvem de acordo com as etapas das nossas vidas (GOUVEIA; CAMURÇA, 1995, p.7). É a partir destas diferenças sexuais que a sociedade cria representações sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, ou seja, as representações de gênero.

Os dados aqui analisados tratam das questões de gênero. Este conceito explica muito dos comportamentos de mulheres e homens em nossa sociedade. O conceito de gênero implica numa relação, as relações de gênero, as relações entre homens e mulheres atravessadas pelas relações de poder que se distribuem na sociedade e que definem os papéis que homens e mulheres passam a exercer, muitas vezes de forma desigual.

Tabela 107: Número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos - Maranhão

Informação	2003	2004	2005
5 ou 6 anos	279.742	272.579	277.884
7 a 14 anos	1.106.164	1.115.026	1.063.384
15 a 17 anos	431.584	437.560	429.702
TOTAL	1.817.490	1.825.165	1.770.970

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento - PNAD 2003, 2004 e 2005.

Tabela 108: Número de crianças e adolescentes estudantes de 5 a 17 anos - Maranhão

Informação	2003	2004	2005
5 ou 6 anos	218.198	231.932	236.926
7 a 14 anos	1.053.415	1.068.003	1.011.175
15 a 17 anos	334.082	341.919	341.352
TOTAL	1.605.695	1.641.854	1.589.453

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento - PNAD 2003, 2004 e 2005.

No Maranhão, a concentração maior de estudantes está na faixa etária de 7 a 14 anos; destes, 65,60% de um total de 1.106.164 de crianças e adolescentes estudavam em 2003. Em 2005 o percentual é de 63,62% para uma população de crianças e adolescentes de 1.063.384. Enquanto em 2005, identificou-se uma breve

queda nos percentuais de estudantes entre 7 e 14 anos para 63,62% conseqüência da diminuição desta população neste período.

A pequena diminuição do número de matrícula na faixa etária de 7 a 14 anos incidirá no acréscimo para faixa etária de 15 a 17 anos de 20,81% para 21,48% em 2005. Este acréscimo será identificado na faixa etária de 5 a 6 anos. O acréscimo de estudantes nestas faixas etárias (5-6 e 15-17 anos) não será provocado pelo aumento de suas populações, pois elas diminuem com relação ao ano de 2003.

Os dados do IBGE/PNAD de 2003 a 2005 registram que os percentuais masculinos de analfabetismo são superiores aos percentuais femininos. As regiões onde os percentuais masculinos se apresentam mais altos são Norte e Nordeste. No ano de 2003, tivemos na região Norte 2,7% de homens analfabetos na faixa etária de 10-14 anos para 1,5% de mulheres. No Nordeste, na faixa etária de 10-14 anos 5,7% de homens analfabetos para 2,4% de mulheres, para faixa etária de 15-17 anos temos 3,8% de homens para 1,4% de mulheres. As proporções masculinas no ano de 2004 para faixa etária de 10-14 anos na região Norte são de 4,1% e no Nordeste 5,6% para 1,8% e 2,4% da população feminina. Em 2005, os percentuais caem em relação a 2004, mas permanecem altos na faixa etária de 10-14 anos com relação a 2003. Sendo assim, tem-se, 3,5% na região Norte e 5,0% na região Nordeste para a população masculina, contra 1,8% e 2,0% para população feminina, respectivamente.

Tabela 109: Número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos total e não-alfabetizadas no Maranhão 2003 a 2005

Informação	2003			2004			2005		
	Total C/A	Não alfabetizadas		Total C/A	Não alfabetizadas		Total C/A	Não alfabetizadas	
		Homem	Mulher		Homem	Mulher		Homem	Mulher
5 e 6 anos	282.873	112.340	96.987	272.579	119.553	109.988	277.884	137.335	106.016
7 anos	153.556	48.493	44.454	143.462	48.617	31.882	127.707	36.948	30.519
8 e 9 anos	262.652	52.529	37.177	295.690	62.167	46.226	269.856	50.601	44.168
10 a 14 anos	702.317	46.064	22.630	675.874	54.993	19.128	665.821	48.997	18.470
15 a 17 anos	436.407	19.394	8.081	437.560	19.925	7.173	429.702	16.061	4.016
TOTAL	1.837.805	278.820	209.329	1.825.165	305.255	214.397	1.770.970	289.942	203.189

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento - PNAD 2003, 2004 e 2005.

Tabela 110: Número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos alfabetizadas no Maranhão 2003 a 2005

Informação	2003			2004			2005		
	Total C/A	Alfabetizadas		Total C/A	Alfabetizadas		Total C/A	Alfabetizadas	
		Homem	Mulher		Homem	Mulher		Homem	Mulher
5 e 6 anos	282.873	33.134	40.412	272.579	16.737	26.301	277.884	11.244	23.289
7 anos	153.556	31.517	29.092	143.462	28.692	34.271	127.707	26.503	33.737
8 e 9 anos	262.652	78.388	94.558	295.690	88.468	98.829	269.856	77.107	97.980
10 a 14 anos	702.317	299.835	333.788	675.874	309.244	292.509	665.821	296.367	301.987
15 a 17 anos	436.407	207.703	201.229	437.560	193.675	216.787	429.702	198.386	210.436
TOTAL	1.837.805	650.577	699.079	1.825.165	636.816	668.697	1.770.970	609.607	667.429

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento - PNAD 2003, 2004 e 2005.

No Maranhão, confirmam-se os dados apresentados na região Nordeste. Os maiores percentuais de analfabetismo se mantêm na população masculina, na faixa etária de 8 e 9 anos. No ano de 2003, foram 20,0% de homens analfabetos para 14,2% de mulheres; em 2005, estas diferenças diminuem para os homens, ficando em 18,8% e aumenta para as mulheres em 16,4%. Para a faixa etária de 10 a 14 anos em 2004, tem-se 8,1% de homens analfabetos para 2,8% de mulheres. Em 2005, esta diferença diminui para 7,4% de homens analfabetos em relação a 2,7% de mulheres. Na faixa etária de 15 a 17 anos encontrou-se o menor grau de analfabetismo da população feminina - 0,9% para 3,7% de homens analfabetos. Tomando-se como referência a faixa etária de 8 a 17 anos, em que se espera de modo geral que as crianças e adolescentes já estejam em amplo processo de escolarização, afere-se que as taxas mais altas de analfabetismo se concentram na faixa etária de 8 a 7 anos, numa média de 20% entre os três anos para a população masculina. Na faixa etária de 10 a 17 anos, comparando-se à realidade apresentada no Nordeste, os percentuais do Maranhão se apresentam mais altos em ambas as populações, a média masculina nos três anos é de 7,3% de analfabetismo e no Nordeste este resultado é de 5,4% para as mesmas referências. A média feminina é de 2,9%, ao passo que no Nordeste, este resultado é de 2,2%. As médias percentuais na faixa etária de 15 a 17 anos também são superiores às taxas do Nordeste. A média masculina de analfabetismo entre os três anos é de 4,2% enquanto no Nordeste, esta média diminui para 3,3%. Para a população feminina, a média percentual de analfabetismo do Maranhão é de 1,4% e a do Nordeste situa-se em 1,2%.

Aqui se pode assinalar que os percentuais do Maranhão situam-se acima da média da região Nordeste.

Os dados do IBGE referentes a crianças e adolescentes alfabetizadas ratificam as distorções de escolarização entre homens e mulheres. Os homens permanecem em desvantagem com relação às taxas de alfabetização. As faixas etárias nos quais as diferenças se expressam de modo mais relevante são entre 10 a 14 anos e 15 a 17 anos. Em 2003, o percentual de homens alfabetizados para faixa etária de 10 a 14 anos foi de 42,7% para 47,5% de mulheres. Em 2005, esta diferença diminui e o

percentual apresentado de homens alfabetizados foi de 44,5% para 45,4%. Detectou-se que somente no ano de 2004 os homens apresentaram os percentuais de alfabetização mais altos, situando-se em 45,8% para 43,3% de mulheres.

Na faixa etária de 15 a 17 anos, as taxas ficaram em níveis similares, mas nesta faixa, o ano de 2003 apresenta maior percentual de homens alfabetizados, concentrando 47,6% de homens para 46,1% de mulheres. Nos anos posteriores, este resultado inverte aumentando a diferença percentual entre ambos.

A percepção acerca destas diferenças na esfera educacional e na composição das políticas públicas é fundamental para a construção da igualdade de gênero. Embora se reconheça avanços significativos nos papéis sociais que as mulheres alteraram ao longo da história é importante que a luta pela diminuição das desigualdades entre homens e mulheres continue sendo fortalecida. A inserção de dados com análise por gênero serve para colaborar no mapeamento destas diferenças.

11 NÍVEL DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A taxa de distorção idade/série permite relacionar o percentual de alunos, em cada série, que se encontram com idade superior à recomendada. Em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a idade e a série que o aluno frequenta. No sistema brasileiro, considera-se a idade de 7 anos como a idade adequada para o ingresso no ensino fundamental e a de 14 anos para a sua conclusão, por conseguinte a idade de 15 anos é a ideal para ingresso no ensino médio e a de 17 anos para conclusão dos estudos básicos.

Os altos percentuais de distorção idade/série no sistema educacional brasileiro foram sendo construídos a partir do movimento de expansão das escolas na década de 70.

A oferta de matrículas aumentou juntamente com a heterogeneidade da clientela, enquanto o processo didático pedagógico continuou o mesmo do período anterior, sem sofrer as adaptações necessárias ao novo perfil dos alunos que estavam chegando às escolas. Teve início o tempo da retenção nas séries iniciais do ensino fundamental, e os nossos alunos de 15 anos começaram a sofrer o atraso escolar (SAMPAIO, 2002, p.10).

De acordo com Sampaio (2002), este quadro perdurou até a década de 90, quando as reformas educacionais passaram a inserir na agenda das discussões políticas educacionais questões inerentes a qualidade da educação. Ao final da década de 90 os percentuais de distorção/idade e série começam a ser modificados em uma escala decrescente, porém, as diferentes realidades regionais expressam sempre suas especificidades.

A distorção idade/série tem sido consequência do ingresso tardio na escola ou da repetência escolar e a repetência é um fator diretamente associado ao abandono escolar. Os percentuais mais altos de distorção idade/série foram encontrados na rede

pública municipal e estadual. Na rede municipal, obteve-se a média de 84% de distorção no ensino médio para o ano de 2005. No mesmo período, a rede estadual apresentou 69,7% com pequena queda em relação ao ano anterior, cuja percentagem foi de 71,8%. No ensino fundamental, o maior percentual da rede municipal concentrou-se no ano de 2003, com 57,5%, seguido da rede estadual com 42%.

Será na mesma rede pública, agora em âmbito federal, que se destacarão os menores percentuais de distorção idade/série para o ensino médio, com a média de 27,6% contra 29,7% da escola particular no ano de 2005. Entretanto, quando se trata do ensino fundamental, é na rede particular que se obterá o melhor indicador, 12,2% no ano de 2005.

As maiores taxas de distorção idade/série estão presentes no ensino médio das redes municipal e estadual. As distorções apresentadas no ensino médio são reflexos do histórico que os alunos trazem do seu processo de formação no ensino fundamental, seja por abandono ou repetência. Porém, outros fatores colaboram para este quadro: a estrutura familiar, na qual está incluída a formação moral, saúde, acompanhamento dos estudos por parte da família, soma-se a isto a infra-estrutura escolar oferecida, onde nem sempre existem laboratórios, quadras de esportes, biblioteca com amplo acervo e espaço adequado a pesquisa e estudos entre outros.

Tabela 111: Distorção Idade/Série (em %) no Ensino Fundamental em 8 anos no Maranhão – 2003 a 2005

Informação	2003	2004	2005
Rede estadual	42	37,2	35,2
Rede federal	13,4	14,4	18,1
Rede municipal	57,5	53,8	50,4
Em escolas particulares	16,2	14,3	12,2

Fonte: SEDUC, 2006.

Tabela 112: Distorção idade/série (em %) no Ensino Fundamental em 9 anos no Maranhão – 2003 a 2005

Informação	2003	2004	2005
Rede estadual	0	0	0
Rede federal	0	0	0
Rede municipal	0	26,1	0
Em escolas particulares	0	19,8	0

Fonte: SEDUC, 2006.

Tabela 113: Distorção idade/série (em %) no Ensino Médio no Maranhão

Informação	2003	2004	2005
Rede estadual	70,1	71,8	69,7
Rede federal	29,9	26,2	27,6
Rede municipal	80,8	82,9	84
Em escolas particulares	27,2	34,1	29,7

Fonte: SEDUC, 2006.

12 RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

A superlotação em sala de aulas ainda é uma realidade presente nas escolas, tanto no âmbito nacional como estadual. As escolas do ensino fundamental apresentam salas que excedem o limite estipulado que é de 35 alunos para os que cursam da 1ª a 4ª séries e de 40 alunos para os que estão entre a 5ª e a 8ª séries.

Na Educação Infantil, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil destacam os parâmetros ideais de proporção professor/aluno: um professor para seis a oito bebês de zero a dois anos; um professor para cada quinze crianças de três anos e um professor para cada vinte crianças de quatro a seis anos. A LDB dá subsídios a um conjunto de normas de referências para espaços físicos e a relação professor/aluno. De acordo com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), não existe nenhuma recomendação internacional quanto ao número ideal de alunos por classe.

Por outro lado, as pesquisas (UNESCO, 2002; INEP, 2004) evidenciam que as médias existentes nas relações entre alunos por turma, alunos por docente e aluno por funcionário são aspectos importantes para a oferta de ensino de qualidade, uma vez que médias baixas podem ser consideradas como componentes relevantes para uma melhor qualidade do ensino oferecido (DOURADO, OLIVEIRA, SANTOS, 2007).

Contudo, deve-se ter em vista que cada espaço escolar possui sua trajetória histórico-cultural, e isto é relevante para o estabelecimento de parâmetros ideais na definição de um ambiente adequado para o desenvolvimento do processo educacional.

O quadro apresentado sobre indicador de número de alunos matriculados por rede estará intimamente relacionado ao indicador número de distribuição de professores. Desse modo, assim como a incidência maior de matrículas se deu na rede municipal, também se obteve nesta, o maior percentual de professores, com 45,61%. A rede estadual segue em segundo lugar quando se refere ao mesmo nível de ensino, apresentando 11,48% e quando se trata do ensino médio o percentual apresentado é de 9,79%. A relação de professores da rede estadual e municipal se deu de forma inversamente proporcional, enquanto na rede estadual ocorreu uma queda no número de professores nos anos em análise, cujos percentuais foram de 36,28% em 2003, terminando com 30% em 2005. Do total de matriculados nos três anos, a rede municipal apresentou aumento ao longo dos anos. Em 2003, a percentagem foi de 31,74% e, em 2005, esta percentagem aumenta para 35,08%. Desse modo, temos quase numa mesma proporção inversa: o decréscimo de professores da estadual e o acréscimo de professores da rede municipal para o mesmo nível de ensino.

Tabela 114: Número de professores por modalidade de Ensino no Maranhão

Informação	2003	2004	2005
Creches – rede estadual	0	0	0
Creches – rede municipal – São Luís	531	438	631
Creches – escolas particulares	-	-	-
Pré-escola – rede estadual	439	397	177
Pré-escola – rede municipal	9.395	10.321	12.336
Pré-escola – escolas particulares	3.163	3.398	3.362
Pré-escola – rede federal	4	4	0
Alfabetização – rede estadual	65	0	0
Alfabetização – rede municipal	1.399	-	-
Alfabetização – escolas particulares	303	-	-
Alfabetização – rede federal	0	-	-
Ensino fundamental – rede estadual	13.932	12.941	11.521
Ensino fundamental – rede municipal	48.401	50.558	53.492
Ensino fundamental – rede federal	59	57	58
Ensino fundamental – escolas particulares	5.429	5.346	5.456
Ensino médio – rede estadual	9.401	12.180	11.151
Ensino médio – rede municipal	764	630	733
Ensino médio – rede federal	172	151	150
Ensino médio – escolas particulares	2.281	2.206	2.207
Educação especial – rede estadual	319	315	320
Educação especial – rede municipal	149	165	240
Educação especial – rede federal	0	0	0
Educação especial – escolas particulares	252	280	289
Educação de jovens e adultos - rede estadual	2.405	2.589	2.329
Educação de jovens e adultos – rede municipal	9.553	8.329	9.498
Educação de jovens e adultos – rede federal	0	0	0
Educação de jovens e adultos – escolas particulares	600	484	468
TOTAL	109.016	110.789	114.418

Fonte: SEDUC, FUMCAS, 2006.

Os dados apresentados pelas duas redes, estadual e municipal, revelam que o processo de municipalização já estava bem avançado nos anos em estudo. Por outro lado, se a rede estadual diminuiu o número de professores no ensino fundamental, esta proporção não foi ampliada para o ensino médio, de sua incumbência prioritária, conforme a LDB. Os percentuais de professores do ensino fundamental e ensino médio são aproximados, com 11,48% de professores no ensino fundamental e 9,79% de professores no ensino médio, considerando o universo total de professores em todos os níveis de ensino para todas as redes. Destaca-se ainda, que nas séries iniciais os professores são polivalentes, com a média de um professor por turma diferente do ensino médio, mas ainda assim há maior concentração de professores no ensino fundamental.

Os dados referentes a matrículas de alunos no ensino médio na rede estadual e o número de professores para esta mesma modalidade na rede estadual revelam que há um déficit na oferta deste nível de ensino, o que provavelmente indica uma elevação no número de aluno/professor. Pois, sem ampliação de escolas nos últimos anos e sem

um número significativo de professores, a forma encontrada para manter o atendimento será o de ampliar o número de alunos por salas de aula. Este é um indicador importante e que deve ser redimensionado pelo poder público, principalmente quando a representatividade da população jovem em relação à população geral é significativa. Os dados do Censo Demográfico compreendido entre 1991 a 2000 demonstram o crescimento da população jovem no Estado do Maranhão.

Outro dado importante a ser registrado diz respeito ao número de professor na rede municipal, na pré-escola. Ainda que do ponto de vista legal os Municípios não tenham responsabilidade prioritária pela oferta da Educação Infantil em creches e Pré-Escolas, a rede pública tem garantido o atendimento deste nível de ensino com percentagem de 9,59% do total de professores em todos os níveis de ensino contra 2,96% da rede particular para o mesmo universo. É também, na rede municipal que está concentrada a maior percentagem de professores na Educação de Jovens e Adultos, com 8,19% do total de professores em todos os níveis de ensino.

A proporção de alunos por professor na pré-escola revela que as taxas mais elevadas estão na rede estadual. Em 2005, o resultado apresentado foi de 23,5%. As escolas particulares seguem logo após, com taxas médias de 21,6% em 2004 e 21,8% em 2005. A rede federal apresenta a melhor proporção de aluno/professor na pré-escola.

Tabela 115: Proporção de alunos por professor na pré-escola no Maranhão 2003-2005

Informação	2003	2004	2005
Rede municipal	20,26	19,65	19,11
Rede estadual	23,1	22,29	23,57
Escolas particulares	21,33	21,65	21,81
Rede federal	13	13,5	0

Fonte: SEDUC, 2006.

Tabela 116: Proporção de alunos por professor na alfabetização no Maranhão 2003-2005

Informação	2003	2004	2005
Rede municipal	16,84	-	-
Rede estadual	15,47	-	-
Escolas particulares	19,99	-	-
Rede federal	0	-	-

Fonte: SEDUC, 2006.

No ensino fundamental, as melhores taxas de relação aluno/professor estão presentes nas escolas particulares e escolas federais. O resultado se repete para as taxas do ensino médio, no qual as escolas particulares e federais continuam apresentando bons resultados. A rede estadual apresenta maior proporção de aluno/professor de todos os níveis de ensino pesquisados. Em 2004, a relação da rede estadual foi de 21,9% e em 2005 ficou em 23,89%, superando todas as redes de ensino.

Tabela 117: Proporção de alunos por professor no ensino fundamental no Maranhão 2003-2005

Informação	2003	2004	2005
Rede estadual	24,49	23,73	22,89
Rede municipal	24,22	23,06	22,08
Em escolas particulares	16,46	16,48	17,01
Rede federal	18,45	19,94	19,43

Fonte: SEDUC, 2006.

Tabela 118: Proporção de alunos por professor no ensino médio no Maranhão 2003-2005

Informação	2003	2004	2005
Rede estadual	21,94	21,99	23,89
Rede municipal	17,01	18,89	20,12
Em escolas particulares	12,46	12,27	13,17
Rede federal	11,15	13,19	14,73

Fonte: SEDUC, 2006.

Tabela 119: Proporção de alunos por professor na educação especial no Maranhão 2003-2005

Informação	2003	2004	2005
Rede estadual	7,06	8,15	7,14
Rede municipal	7,3	6,64	7,66
Em escolas particulares	10,38	11,39	12,11
Rede federal	0	0	0

Fonte: SEDUC, 2006.

Tabela 120: Proporção de alunos por professor na educação de jovens e adultos no Maranhão 2003-2005

Informação	2003	2004	2005
Rede estadual	22	20,88	20,08
Em escolas particulares	32,35	12,16	14,96
Rede federal	0	0	0
Rede municipal	24,32	21,55	19,55

Fonte: SEDUC, 2006.

A definição da relação alunos/docente adequada ao nível, ciclo ou etapa de escolarização é fundamental para garantir atendimento adequado aos alunos no ambiente escolar. As salas de aulas lotadas inviabilizam o acompanhamento adequado à garantia de desempenho satisfatório dos estudantes, tanto na dimensão cognitiva quanto social.

13 RENDIMENTO NA AVALIAÇÃO DO SAEB PARA LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB foi implantado em 1990, é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP e conta com a participação e o apoio das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Os levantamentos de dados do SAEB são realizados a cada dois anos. Os dados são obtidos com a aplicação de provas aos alunos e de questionários a alunos, professores e diretores. Os resultados do ano de 2003 encontram-se todos disponíveis pelo INEP. Os primeiros resultados referentes ao ano de 2005 encontram-se parcialmente no relatório de média de desempenho em perspectiva comparada do ano de 1995 a 2005 (MEC, INEP, 2007).

Tabela 121: Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB - Língua Portuguesa - 4ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003 e 2005

Informação	2003	2005
Brasil	169,4	173,2
Nordeste	152,3	-
Maranhão	148,4	-

Fonte: DAEB/Inep/MEC, 2004, 2006.

A avaliação de desempenho de Língua Portuguesa na 4ª série no Maranhão é de 148,4% situando-se abaixo da média nacional que é de 169,4% e da média do Nordeste de 152,3%. A rede municipal do Maranhão apresentou 139,47% de rendimento, abaixo da média do Nordeste cujo percentual situa-se em 143,8%. A rede estadual apresentou um melhor resultado para as mesmas referências com percentual de 163,4% ficando acima da média do Nordeste com 162,1% e abaixo da média nacional de 177,6%.

As escolas particulares atingiram as melhores médias nacionais, com a referência de 214,69% contra 169,9% da rede estadual e 160,74% da rede municipal. Quando a análise é delimitada ao âmbito maranhense, a média obtida pelas escolas particulares foi razoável, atingindo 198,63% aproximando-se da Média do Nordeste de 202,72%.

Tabela 122: Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas estaduais, municipais e particulares – Língua Portuguesa - 4ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003

Informação	2003	2005
Brasil – escolas estaduais	169,4	
Brasil - escolas municipais	160,74	
Brasil – escolas particulares	214,69	
Nordeste – escolas estaduais	155	157,4
Nordeste – escolas municipais	143,8	150,1
Nordeste - escolas particulares	202,72	211,4
Maranhão – escolas estaduais	159,8	
Maranhão – escolas municipais	139,47	
Maranhão – escolas particulares	198,63	

Fonte: MEC/INEP, 2004.

De modo geral, as médias de Matemática para a mesma série são melhores do que as de Língua Portuguesa. Porém, a diferença dos resultados de Matemática em relação à média nacional permaneceu igual à de Língua Portuguesa com 21% abaixo. A diferença da média do Maranhão em Matemática com relação à média nacional foi de 20,18%, menor do que em Língua Portuguesa, cujo resultado foi de 21,27%.

Tabela 123: Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB - Matemática - 4ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003 e 2005

Informação	2003	2005
Brasil	177,1	182,4
Nordeste	159,5	-
Maranhão	155,5	-

Fonte: DAEB/Inep/MEC, 2004, 2006.

Tabela 124: Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas estaduais, municipais e particulares - Matemática - 4ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003

Informação	2003	2005
Brasil – escolas estaduais	177,6	
Brasil - escolas municipais	168,2	
Brasil – escolas particulares	223,7	
Nordeste – escolas estaduais	162,1	163,1
Nordeste – escolas municipais	151,21	157,4
Nordeste - escolas particulares	209,5	211,4
Maranhão – escolas estaduais	163,4	
Maranhão – escolas municipais	148,02	
Maranhão – escolas particulares	203,2	

Fonte: MEC/INEP, 2004.

Em Língua Portuguesa, as melhores médias de desempenho no Maranhão aparecem nas escolas particulares com 203,2% e a menor média na rede municipal com 148,02%. A rede estadual consegue obter um bom resultado de 163,4%, considerando que a média do Nordeste foi de 162,1%. As mesmas referências de análise para as escolares particulares, demonstram que o desempenho em Língua Portuguesa foi melhor, pois a diferença em relação à média nacional foi de 16,06% e de Matemática 20,5%.

As turmas de 4ª série na área de Língua Portuguesa apresentaram na região Nordeste os menores percentuais de desempenho em 2005, em se tratando de escolas públicas: 157,4% na escola estadual e 150,1% na municipal. Em Matemática, os sistemas apresentaram pouca evolução nos resultados com relação a 2003. A escola municipal apresentou 8,2 pontos de aumento e a escola particular apresentou 1,4 pontos.

Tabela 125: Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB - Língua Portuguesa - 8ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003 e 2005

Informação	2003	2005
Brasil	232	231,9
Nordeste	222,4	-
Maranhão	219,4	-

Fonte: DAEB/Inep/MEC, 2004, 2006.

Considerando os resultados obtidos na 4ª série do ensino fundamental com relação à Língua Portuguesa, a média na 8ª série apresenta melhores resultados. A diferença com relação à média nacional é de 12,6%.

Tabela 126: Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas estaduais, municipais e particulares – Português - 8ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003

Informação	2003	2005
Brasil – escolas estaduais	226,7	
Brasil - escolas municipais	223,08	
Brasil – escolas particulares	278,3	
Nordeste – escolas estaduais	218,1	215,9
Nordeste – escolas municipais	213,04	209,4
Nordeste - escolas particulares	271,3	265,7
Maranhão – escolas estaduais	218,3	
Maranhão – escolas municipais	211,5	
Maranhão – escolas particulares	273,1	

Fonte: MEC/INEP, 2004.

As escolas particulares continuaram a apresentar melhores resultados nacionais comparados à rede pública. No Maranhão, as escolas particulares

apresentaram a média de 273,1%, maior do que a média do Nordeste que foi de 271,3%. Para esta mesma referência, a rede estadual do Maranhão apresenta 218,3% equiparando-se à média das escolas estaduais do Nordeste que é de 218,1%. A rede municipal do Maranhão continua apresentando médias baixas de 211,51% e não consegue superar a média das escolas municipais do Nordeste (213,04%) bem abaixo da média nacional de 223,08%.

Em 2005, todas as redes de ensino da região Nordeste apresentaram queda percentual. A escola particular apareceu com queda de 5,6 pontos com relação ao resultado obtido em 2003. A escola estadual apresentou queda de 2,2 pontos e a municipal, 3,6 pontos.

Tabela 127: Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB - Matemática - 8ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003 e 2005

Informação	2003	2005
Brasil	245	239,5
Nordeste	230,4	-
Maranhão	221,5	-

Fonte: DAEB/Inep/MEC, 2004, 2006.

As médias de desempenho de Matemática considerando todas as redes escolares tomando-se como referência o Brasil (245%), Nordeste (230,4%) e Maranhão (221,5%), apresentam-se melhores do que as de Língua Portuguesa para as mesmas referências.

Tabela 128: Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas estaduais, municipais e particulares – Matemática - 8ª série do ensino fundamental – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003

Informação	2003	2005
Brasil – escolas estaduais	238,6	
Brasil - escolas municipais	232,69	
Brasil – escolas particulares	304,3	
Nordeste – escolas estaduais	223,7	219,6
Nordeste – escolas municipais	220,42	214,3
Nordeste - escolas particulares	291,4	282,1
Maranhão – escolas estaduais	222,9	
Maranhão – escolas municipais	208,22	
Maranhão – escolas particulares	291,4	

Fonte: MEC/INEP, 2004.

Chama a atenção que neste ciclo de ensino as diferenças de desempenho entre as escolas estaduais e municipais na região Nordeste diminuem bastante ficando em 3,28%, enquanto nas turmas de 4ª série a diferença entre as redes situou-se em 11,2% e 10,98%. O mesmo acontecerá com a referência da média de desempenho no Maranhão, com 222,9% para escolas estaduais e 208,22% para

escolas municipais. Isto indica que na avaliação de Matemática da 8ª série as escolas municipais conseguiram apresentar resultados melhores, mas quando comparado ao desempenho do Nordeste a diferença com relação à média fica maior do que os valores das avaliações anteriores. As escolas estaduais conseguem manter regular sua média com relação à média do Nordeste, ficando em 222,9% das escolas estaduais do Maranhão para 223,7% do Nordeste.

No ano de 2005, a escola particular na região Nordeste apresentou queda em rendimento com relação a 2003. A avaliação realizada na área de Matemática para a mesma série do ano de 2005 na região Nordeste, registrou-se na escola particular a maior queda, de 9,3 pontos de desempenho com relação a resultados anteriores, enquanto a escola estadual caiu 4,2 pontos e a municipal 6,1 pontos.

Tabela 129: Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB - Língua Portuguesa - 3ª série do ensino médio – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003 e 2005

Informação	2003	2005
Brasil	266,7	257,6
Nordeste	255,9	-
Maranhão	265,1	-

Fonte: DAEB/Inep/MEC, 2004, 2006.

Tabela 130: Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas públicas e particulares – Português - 3ª série do ensino médio – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003

Informação	2003
Brasil – escolas públicas	257
Brasil – escolas particulares	314,2
Nordeste – escolas públicas	245,3
Nordeste - escolas particulares	302,3
Maranhão – escolas públicas	256,5
Maranhão – escolas particulares	300

Fonte: MEC/INEP, 2004.

No ensino médio, a média de desempenho em Língua Portuguesa foi satisfatória. O Maranhão atingiu 265,1% de média de desempenho, ficando bem acima da média do Nordeste e aproximando-se da média nacional que foi de 266,7%. Quando comparado o desempenho das escolas públicas do Nordeste com as do Maranhão, temos um melhor resultado, obtendo 256,5% para 245,3% do desempenho do Nordeste.

A média de desempenho obtido das escolas públicas do Brasil foi de 257%. O Maranhão obteve bom resultado apresentando 256,5%. O resultado repete-se em Matemática, com a média no estado de 260,7%, superando a média do Nordeste de 252,7% e aproximando-se à média nacional que foi de 265,9%.

Tabela 131: Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas particulares - Língua Portuguesa - 3ª série do ensino médio – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003

Informação	2003
Brasil	314,2
Nordeste	302,3
Maranhão	300

Fonte: MEC/INEP, 2004.

Os resultados do SAEB do Ensino Médio referentes ao ano de 2005 demonstram que houve quedas no desempenho do setor público com relação a 2003. A região Nordeste foi a que apresentou os resultados de rendimento mais preocupantes. O Maranhão foi o Estado com o pior rendimento em Língua Portuguesa, apresentando queda de 33,9 pontos em relação a resultados anteriores. Neste ano, a média de desempenho foi de 222,6%, representando o mais baixo do país.

Na escola particular, o resultado obtido não apresentou tanta disparidade na obtenção dos rendimentos como ocorreu nas escolas públicas. Nesta esfera de ensino há um dado importante a ser destacado: ainda que seja registrada queda na avaliação de desempenho da escola particular na região Nordeste, ela se apresenta como a segunda região com menor queda de desempenho obtendo 3,2. A região Sul apresenta a maior queda de desempenho da escola particular com 10,5 pontos; inversamente, a região Sul obteve o melhor resultado da região referente a desempenho das escolas públicas e a região Nordeste apresentou o pior resultado. O Maranhão é o segundo Estado da região Nordeste com melhor desempenho de escola particular, obtendo 17,1 pontos; inversamente, é o pior em termos de desempenho referente à escola pública.

Tabela 132: Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB - Matemática - 3ª série do ensino médio – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003 e 2005

Informação	2003	2005
Brasil	278,7	271,3
Nordeste	266,1	-
Maranhão	271	-

Fonte: DAEB/INEP/MEC, 2004, 2006.

Em Língua Portuguesa, o desempenho obtido pelas escolas particulares foi de 300%, ficando abaixo da média do Nordeste com 302,3%. O desempenho repete-se em Matemática, a média percentual das escolas particulares foi de 313,1% ficando abaixo da média do Nordeste. Vale ressaltar que os parâmetros em Matemática quase sempre são superiores aos resultados de desempenho em Língua Portuguesa tanto nacional, regional e estadual, demonstrando que os alunos em sua maioria, conseguem melhores resultados nas avaliações de Matemática.

Tabela 133: Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas públicas e particulares – Matemática – 3ª série do ensino médio – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003

Informação	2003
Brasil – escolas públicas	265,9
Brasil – escolas particulares	340,5
Nordeste – escolas públicas	252,7
Nordeste - escolas particulares	324,5
Maranhão – escolas públicas	260,7
Maranhão – escolas particulares	313,1

Fonte: MEC/INEP, 2004.

Tabela 134: Média de desempenho na avaliação do SAEB em escolas públicas - Matemática - 3ª série do ensino médio – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003

Informação	2003
Brasil	265,9
Nordeste	252,7
Maranhão	260,7

Fonte: MEC/INEP, 2004.

Tabela 135: Média de desempenho, em percentual, na avaliação do SAEB em escolas particulares - Matemática - 3ª série do ensino médio – Brasil, Nordeste e Maranhão 2003

Informação	2003
Brasil	340,5
Nordeste	324,5
Maranhão	313,1

Fonte: MEC/INEP, 2004.

Os percentuais de desempenho mais críticos situaram-se nas turmas de 4ª série do Ensino Fundamental e os melhores resultados, inclusive das Escolas Públicas foram no Ensino Médio. Deste modo, pode-se inferir, com este quadro, que a expansão do ensino fundamental ocorreu desacompanhada de uma educação de qualidade.

A avaliação de desempenho de Matemática do Ensino Médio do ano de 2005 (SAEB), embora apresentando resultados melhores que os obtidos em Língua Portuguesa, no que se refere às quedas de pontuação de desempenho e proficiência no ano de 2005, também apresentou resultados preocupantes, com relação à escola pública.

Nos dados referentes à escola pública, o Maranhão apresentou 30,7 pontos de queda em rendimento em Matemática no ano de 2005, a segunda maior queda foi de 8,4 pontos no Piauí e de 6,7 pontos na Paraíba. Este análise comparativa demonstra quanto o resultado obtido pelo Maranhão apresenta enormes disparidades de pontuação de rendimento com relação a outros Estados. A média de desempenho obtida pela escola pública maranhense em 2005 foi de 229,9%, o pior resultado nacional.

A escola particular mesmo apresentando no cenário nacional resultados, também negativos, conseguiu obter melhores rendimentos do que a escola pública. A

queda em termos de rendimento foi de 18,5 pontos no Maranhão, ficando atrás de outros estados como Paraná que teve 24,6 pontos de queda em desempenho, a maior do país, cuja média de desempenho obtida foi de 294,6, o pior resultado nacional.

14 NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE

A formação dos professores, do ponto de vista legal, é tratada na LDB no título VI 'Dos profissionais da educação', organizando-se em seis artigos. O artigo 62 destaca que: A formação docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, é oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

O artigo 63 destaca as funções dos Institutos Superiores de educação:

- I. manter cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;
- II. manter programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;
- III. manter programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

A titulação/qualificação adequada ao exercício profissional é uma importante variável para a melhoria no desempenho dos alunos e na garantia de uma educação de qualidade.

Em 2003, havia 183 professores trabalhando no ensino fundamental com formação em ensino fundamental incompleto; em 2004, este dado aumenta para 205 e, em 2005 registrou-se 190 professores com formação inadequada para o exercício das funções.

O percentual de professores com formação em ensino médio representou 35,47% do quadro total de professores do ano de 2003; em 2005, este percentual foi de 20%. No ano de 2003, o percentual de professores com formação superior representou 17,10%; em 2005, o percentual do quadro total de professores com formação em licenciatura foi de 30,2% em 2005, o que significou 45%.

Ao final do ano de 2005, obteve-se um percentual de 91,6% de profissionais com qualificação adequada para o nível de ensino no qual atuam. Neste universo estão incluídos 20% de professores com magistério completo no ensino fundamental, 26,6% com licenciatura completa no ensino fundamental e 45% com licenciatura no ensino médio.

Tabela 136: Nível de qualificação dos profissionais da educação na rede estadual no Maranhão 2003- 2005

Informação	2003	2004	2005
Pré-escola – ensino fundamental incompleto ⁴⁷	2	6	4
Pré-escola – ensino fundamental completo	0	3	1
Pré-escola – ensino fundamental – Total	2	9	5
Pré-escola – ensino médio com magistério completo	372	316	117
Pré-escola – ensino médio – outra formação	20	0	7
Pré-escola – ensino médio – Total	392	316	124
Pré-escola – ensino superior com licenciatura completo	35	53	44
Pré-escola – ensino superior completo sem licenciatura - com magistério	9	19	4
Pré-escola – ensino superior completo sem licenciatura – sem magistério	1	9	0
Pré-escola – ensino superior – Total	45	72	48
Alfabetização – ensino fundamental incompleto	27	-	-
Alfabetização – ensino fundamental completo	6	-	-
Alfabetização – ensino fundamental – Total	33	-	-
Alfabetização – ensino médio com magistério completo	29	-	-
Alfabetização – ensino médio – outra formação	2	-	-
Alfabetização – ensino médio – Total	31	-	-
Alfabetização – ensino superior com licenciatura completo	1	-	-
Alfabetização – ensino superior completo sem licenciatura – com magistério	0	-	-
Alfabetização – ensino superior completo sem licenciatura – sem magistério	0	-	-
Alfabetização – ensino superior – Total	1	-	-
Ensino fundamental – ensino fundamental incompleto	183	205	190
Ensino fundamental – ensino fundamental completo	43	52	43
Ensino fundamental – ensino fundamental – Total	226	257	233
Ensino fundamental – ensino médio com magistério completo	8.454	5.913	4.635
Ensino fundamental – ensino médio – outra formação	729	39	130
Ensino fundamental – ensino médio – Total	9.183	5.952	4.765
Ensino fundamental – ensino superior com licenciatura completo	4.078	6.274	6.095
Ensino fundamental – ensino superior completo sem licenciatura – com magistério	426	435	406
Ensino fundamental – ensino superior completo sem licenciatura – sem magistério	19	23	22
Ensino fundamental – ensino superior – Total	4.523	6.732	6.523
Ensino médio – ensino fundamental incompleto	0	0	0
Ensino médio – ensino fundamental completo	0	0	0
Ensino médio – ensino fundamental – Total	0	0	0
Ensino médio – ensino médio com magistério	831	596	308
Ensino médio – ensino médio – outra formação	438	109	9
Ensino médio – ensino médio – Total	1.269	705	317
Ensino médio – ensino superior com licenciatura completo	7.206	10.646	10.294
Ensino médio – ensino superior completo sem licenciatura – com magistério	762	635	475
Ensino médio – ensino superior completo sem licenciatura – sem magistério	164	194	65
Ensino médio – ensino superior – Total	8.132	11.475	10.834
TOTAL	23.837	25.518	22.849

Fonte: SEDUC, 2006.

⁴⁷ Não dispomos de dados relativos a creches.

Ao se analisar os dados referentes à rede municipal, identificou-se 54 profissionais com o ensino fundamental atuando em creches, quantidade superior ao de licenciados que foi de apenas 14.

Os maiores percentuais de nível de formação dos profissionais que atuam nas creches situam-se no ensino médio com magistério; em 2003, significou 88,5% e, em 2005, obteve-se 72,5%. Na educação infantil, os maiores percentuais também correspondem ao nível de formação em magistério; em 2004, chegou a 82,1% e, em 2005, situou-se em 78,2%.

Os percentuais mais preocupantes da rede municipal correspondem à quantidade de profissionais atuando neste nível de ensino apenas com formação de ensino fundamental, quando a exigência mínima é a formação em magistério. Em 2003, estes correspondiam a 10% do total de professores atuando na educação infantil enquanto os profissionais com formação em licenciatura foram apenas de 2,3%. Em 2004, o percentual de professores com apenas o ensino fundamental em exercício foi de 70%, enquanto os licenciados continuaram a representar um percentual inferior de 6,3%. Somente no ano de 2005 estes profissionais representaram um percentual menor, com 7,3% em comparação aos professores com formação em nível superior com licenciatura que foi de 8,0%.

No ensino fundamental, se repetirá a concentração dos percentuais de formação de professores com nível médio em magistério em exercício na rede municipal, todavia, percebeu-se um decréscimo destes. Em 2003, significou 79,4% e, em 2005, reduziu para 69,1%, ampliando-se os percentuais de professores com formação e nível superior com licenciatura em 2004 (19,3%) e em 2005, situando-se em 21,3%.

O ensino médio, apesar de não ser responsabilidade dos municípios, será foco da análise. O percentual de professores com formação adequada para atuar neste nível de ensino corresponde a 42,6% de licenciados no ano de 2003. Em 2004 e 2005, o percentual de professores em atividade no ensino médio com formação inadequada diminuiu, mas continuou significativo com 34,2% e respectivamente 41,6%, enquanto o percentual para licenciados nos respectivos anos foi de 51,5% e de 61,1%.

A qualificação em nível de formação superior em licenciatura dos professores da rede municipal avançou lentamente, se considerarmos que ocorreu uma significativa expansão nas matrículas do ensino fundamental tanto de 1ª à 4ª série, cuja exigência mínima é a formação em nível médio, na modalidade magistério, e de 5ª à 8ª série com formação obrigatória em licenciatura. O percentual mais representativo ainda situa-se na formação em magistério, com média de 70%. É importante considerar uma das frentes de atuação do FUNDEF era a elevação da qualificação profissional, gerando a expectativa de obter ao final de 2005 um percentual superior ao que foi apresentado, ou seja, 21,3% de licenciados em toda rede municipal no Estado.

Tabela 137: Nível de qualificação dos profissionais da educação na rede municipal no MA 2003-2005

Informação	2003	2004	2005
Creches – ensino fundamental incompleto	3	1	12
Creches – ensino fundamental completo	6	11	42
Creches – ensino fundamental – Total	9	12	54
Creches – ensino médio com magistério completo	470	369	458
Creches – ensino médio com magistério incompleto	1	0	0
Creches – ensino médio – outra formação – completo	28	35	78
Creches – ensino médio – outra formação – incompleto	1	0	5
Creches – ensino médio – Total	500	404	541
Creches – estágio superior	0	1	0
Creches – ensino superior com licenciatura completo	7	9	14
Creches – ensino superior com licenciatura incompleto	14	3	5
Creches – ensino superior completo sem licenciatura	1	7	16
Creches – ensino superior incompleto sem licenciatura		2	1
Creches – ensino superior – Total	22	22	36
Pré-escola – ensino fundamental incompleto	187	135	142
Pré-escola – ensino fundamental completo	691	593	761
Pré-escola – ensino fundamental – Total	878	728	903
Pré-escola – ensino médio com magistério completo	7.932	8.479	9.647
Pré-escola – ensino médio – outra formação	239	358	634
Pré-escola – ensino médio – Total	8.171	8.837	10.281
Pré-escola – ensino superior com licenciatura completo	247	658	993
Pré-escola – ensino superior completo sem licenciatura – com magistério	75	97	142
Pré-escola – ensino superior completo sem licenciatura – sem magistério	24	1	17
Pré-escola – ensino superior – Total	346	756	1.152
Alfabetização – ensino fundamental incompleto	53	-	-
Alfabetização – ensino fundamental completo	177	-	-
Alfabetização – ensino fundamental – Total	230	-	-
Alfabetização – ensino médio com magistério completo	1.106	-	-
Alfabetização – ensino médio – outra formação	46	-	-
Alfabetização – ensino médio – Total	1.152	-	-
Alfabetização – ensino superior com licenciatura completo	10	-	-
Informação	2003	2004	2005
Alfabetização – ensino superior completo sem licenciatura – com magistério	7	-	-
Alfabetização – ensino superior completo sem licenciatura – sem magistério	0	-	-
Alfabetização – ensino superior – Total	17	-	-
Ensino fundamental – ensino fundamental incompleto	410	258	203
Ensino fundamental – ensino fundamental completo	1.649	1.255	1.065
Ensino fundamental – ensino fundamental – Total	2.059	1.513	1.268
Ensino fundamental – ensino médio com magistério completo	38.455	36.292	35.646
Ensino fundamental – ensino médio – outra formação	1.486	1.712	2.476
Ensino fundamental – ensino médio – Total	39.941	38.004	38.122
Ensino fundamental – ensino superior com licenciatura completo	5.241	9.803	11.026

Informação	2003	2004	2005
Ensino fundamental – ensino superior completo sem licenciatura – com magistério	1.072	1.162	1.077
Ensino fundamental – ensino superior completo sem licenciatura – sem magistério	88	76	80
Ensino fundamental – ensino superior – Total	6.401	11.041	12.183
Ensino médio – ensino fundamental incompleto	0	0	0
Ensino médio – ensino fundamental completo	0	10	0
Ensino médio – ensino fundamental – Total	0	10	0
Ensino médio – ensino médio com magistério completo	312	190	164
Ensino médio – ensino médio – outra formação	34	26	17
Ensino médio – ensino médio – Total	346	216	181
Ensino médio – ensino superior com licenciatura completo	318	325	448
Ensino médio – ensino superior completo sem licenciatura – com magistério	71	64	101
Ensino médio – ensino superior completo sem licenciatura – sem magistério	29	15	3
Ensino médio – ensino superior - Total	418	404	552
TOTAL	60.490	61.947	65.273

Fonte: FUMCAS e SEDUC, 2006.

Os percentuais de qualificação docente na Educação Infantil da rede municipal e da rede particular revelam que a rede particular possui um quadro docente com formação em licenciatura mais representativo. Em 2004, isto significou 9,9% e, em 2005, 14,0%. Assim, como na rede municipal os percentuais mais significativos de qualificação docente na Educação Infantil situaram-se no nível de formação em magistério completo, representando 81,6% em 2004 e 75,7% em 2005.

O nível de qualificação no ensino fundamental permanece com os percentuais mais representativos na referência de análise com formação em ensino médio. Em 2003, este percentual representou 54,3% em queda de 14,8% percentuais até o ano de 2005. O movimento de decréscimo nos percentuais de nível de formação em licenciatura completa é uma tendência percebida, ainda que a maior representação da formação dos professores se concentre no nível de magistério completo, nas três redes de ensino, estadual, municipal e particular.

Quando a comparação das análises é referente aos dados do ensino fundamental no nível de formação em ensino superior completo sem licenciatura e sem magistério, identificou-se que na rede particular se encontra o maior número de professores atuando neste nível de ensino sem a qualificação adequada, temos que considerar ainda que o universo total de professores com formação superior das redes municipal e estadual é significativamente superior, e a rede particular mesmo com o universo inferior apresentou números relevantes no que se refere à formação inadequada em nível superior para atuação no magistério.

A rede particular em 2003 apresentou 1.946 professores com formação superior, dos quais 2,3% eram profissionais com formação superior sem

licenciatura e sem magistério. No mesmo ano, a rede estadual apresentou um total de 4.523; destes 9,4% eram professores com formação superior sem licenciatura e sem magistério, na rede municipal para o mesmo ano, obteve-se um total de 6.401, destes 88 eram professores com formação superior sem licenciatura e sem magistério. Em 2005, a rede municipal apresentou um total de 12.183 professores com formação em nível superior e apenas 80 destes possuíam formação superior sem licenciatura e sem magistério. A rede estadual revelou em 2005 um total de 6.523 professores com formação de nível superior; destes 6,2% não possuíam licenciatura e 93,4% eram licenciados.

Estes dados do ensino fundamental revelaram uma melhor formação dos professores na rede pública estadual e municipal.

Ao se comparar os dados da rede estadual e particular com relação ao nível de formação dos professores no ensino médio, identifica-se a permanência de melhores resultados na escola pública. Em 2003, o número de docentes na rede estadual com licenciatura era de 7.206; em 2004, foi de 10.646 e, em 2005, situou-se em torno de 10.294. No primeiro ano, o número de professores sem licenciatura e sem magistério foi de 164 para 204 da rede particular em um universo de 935 professores formados em licenciatura, em 2004 a rede estadual revelou 194 professores atuando no magistério sem licenciatura e sem magistério para 196 da rede particular em um universo de professores bastante inferior de 1.229; no último ano; a rede estadual obteve apenas 65 professores sem licenciatura e sem magistério, com redução em 2005 de 23% no número de professores com formação superior inadequada para exercício de atividades docentes. Já a rede particular apresentou 9,9% professores com formação de nível superior em outras áreas.

Tabela 138: Nível de qualificação dos profissionais da educação em escolas particulares no Maranhão 2003-2005

Informação	2003	2004	2005
Pré-escola – ensino fundamental incompleto	9	11	21
Pré-escola – ensino fundamental completo	63	107	101
Pré-escola – ensino fundamental – Total	72	118	122
Pré-escola – ensino médio com magistério completo	2.727	2.678	2.455
Pré-escola – ensino médio – outra formação	147	171	169
Pré-escola – ensino médio – Total	2.874	2.849	2.624
Pré-escola – ensino superior com licenciatura completo	151	326	454
Pré-escola – ensino superior completo sem licenciatura - com magistério	65	99	132
Pré-escola – ensino superior completo sem licenciatura - sem magistério	1	6	30
Pré-escola – ensino superior – Total	217	431	616
Alfabetização – ensino fundamental incompleto	2	-	-
Alfabetização – ensino fundamental completo	7	-	-
Alfabetização – ensino fundamental – Total	9	-	-
Alfabetização – ensino médio com magistério completo	230	-	-
Alfabetização – ensino médio – outra formação	16	-	-

Informação	2003	2004	2005
Alfabetização – ensino médio – Total	246	-	-
Alfabetização – ensino superior com licenciatura completo	25	-	-
Alfabetização – ensino superior completo sem licenciatura – com magistério	23	-	-
Alfabetização – ensino superior completo sem licenciatura – sem magistério	0	-	-
Alfabetização – ensino superior – Total	48	-	-
Ensino fundamental – ensino fundamental incompleto	1	15	0
Ensino fundamental – ensino fundamental completo	14	45	24
Ensino fundamental – ensino fundamental – Total	15	60	24
Ensino fundamental – ensino médio com magistério completo	2950	2.470	2.159
Ensino fundamental – ensino médio – outra formação	518	447	406
Ensino fundamental – ensino médio – Total	3.468	2.917	2.565
Ensino fundamental – ensino superior com licenciatura completo	1360	1.792	2.256
Ensino fundamental – ensino superior completo sem licenciatura – com magistério	450	416	410
Ensino fundamental – ensino superior completo sem licenciatura – sem magistério	136	161	201
Ensino fundamental – ensino superior – Total	1.946	2.369	2.867
Ensino médio – ensino fundamental incompleto	0	0	0
Ensino médio – ensino fundamental completo	0	0	0
Ensino médio – ensino fundamental – Total	0	0	0
Ensino médio – ensino médio com magistério	546	341	165
Ensino médio – ensino médio – outra formação	246	195	96
Ensino médio – ensino médio – Total	792	536	261
Ensino médio – ensino superior com licenciatura completo	935	1.228	1.501
Ensino médio – ensino superior completo sem licenciatura – com magistério	350	246	251
Ensino médio – ensino superior completo sem licenciatura – sem magistério	204	196	194
Ensino médio – ensino superior – Total	1.489	1.670	1.946
TOTAL	11.176	10.950	11.02

Fonte: SEDUC, 2006.

A rede federal apresentou um número menor de professores comparando-se as outras redes de ensino. Sua concentração de docentes está no ensino médio, no qual se destaca o ensino técnico integrado ao médio. Dos docentes atuando no ensino médio em 2003, 88,8% possuíam licenciatura; em 2005, este dado situa-se em 91,2%. Os outros percentuais correspondem a professores que atuam no ensino médio com formação superior, mas sem licenciatura. Em 2003, 7,6% dos professores possuíam formação superior sem licenciatura e sem magistério; em 2004, este resultado foi de 7,2% em 2005 o percentual de 8,7%.

Ao se equiparar os dados da rede federal com os da rede estadual para o mesmo nível de ensino, identifica-se que a rede estadual possui um percentual mais representativo de professores com licenciatura. Entretanto, deve-se considerar que a rede federal atua na área de formação profissional, no qual nem sempre é possível corresponder com nível de formação exigida para atuação em sala de aula, porque os cursos técnicos referem-se em sua maioria a áreas específicas que exigem professores com formação em bacharelado. É caso, por exemplo, de cursos técnicos na área de eletrônica, eletrotécnica, agricultura,

piscicultura entre outros, cujos profissionais são engenheiros. Contudo, a formação docente tem se constituído uma preocupação da rede nos últimos anos e a alternativa para qualificação dos professores com bacharelado tem sido a oferta de Curso de Formação Pedagógica.

Neste contexto, ao se considerar as prerrogativas para presença de professores em sala de aula sem licenciatura, mas em conformidade às necessidades de formação dos alunos dos cursos técnicos, os percentuais registrados de formação superior seriam superiores. Em 2003, corresponderiam a 96,4%, em 2004 e, em 2005 a 99,9%.

Tabela 139: Nível de qualificação dos profissionais da educação na rede federal no Maranhão 2003–2005

Informação	2003	2004	2005
Pré-escola – ensino fundamental incompleto	0	0	0
Pré-escola – ensino fundamental completo	0	0	0
Pré-escola – ensino fundamental – Total	0	0	0
Pré-escola – ensino médio com magistério completo	4	4	0
Pré-escola – ensino médio – outra formação	0	0	0
Pré-escola – ensino médio – Total	4	4	0
Pré-escola – ensino superior com licenciatura completo	0	0	0
Pré-escola – ensino superior completo sem licenciatura – com magistério	0	0	0
Pré-escola – ensino superior completo sem licenciatura – sem magistério	0	0	0
Pré-escola – ensino superior – Total	0	0	0
Alfabetização – ensino fundamental incompleto	0	0	0
Alfabetização – ensino fundamental completo	0	0	0
Alfabetização – ensino fundamental – Total	0	0	0
Alfabetização – ensino médio com magistério completo	0	0	0
Alfabetização – ensino médio – outra formação	0	0	0
Alfabetização – ensino médio – Total	0	0	0
Alfabetização – ensino superior com licenciatura completo	0	0	0
Alfabetização – ensino superior completo sem licenciatura – com magistério	0	0	0
Alfabetização – ensino superior completo sem licenciatura – sem magistério	0	0	0
Alfabetização – ensino superior – Total	0	0	0
Ensino fundamental – ensino fundamental incompleto	0	0	0
Ensino fundamental – ensino fundamental completo	0	0	0
Ensino fundamental – ensino fundamental – Total	0	0	0
Ensino fundamental – ensino médio com magistério completo	7	3	5
Ensino fundamental – ensino médio – outra formação	0	0	41
Ensino fundamental – ensino médio – Total	7	3	46
Ensino fundamental – ensino superior com licenciatura completo	51	54	12
Ensino fundamental – ensino superior completo sem licenciatura – com magistério	1	0	0
Ensino fundamental – ensino superior completo sem licenciatura – sem magistério	0	0	0

Informação	2003	2004	2005
Ensino fundamental – ensino superior – Total	52	54	12
Ensino médio – ensino médio com magistério	2	0	1
Ensino médio – ensino médio – outra formação	0	0	0
Ensino médio – ensino médio – Total	2	0	1
Ensino médio – ensino superior com licenciatura completo	151	140	136
Ensino médio – ensino superior completo sem licenciatura – com magistério	6	0	0
Ensino médio – ensino superior completo sem licenciatura – sem magistério	13	11	13
Ensino médio – ensino superior – Total	170	151	149
TOTAL	235	212	208

Fonte: SEDUC, 2006.

Os dados sobre qualificação docente na rede pública expressaram bons resultados, considerando as áreas de atuação conforme as responsabilidades legais de cada rede de ensino. Contudo, é importante ressaltar que não foi possível analisar os dados por disciplina, a fim de que fosse possível perceber as áreas nos quais mais se tem incompatibilidade da formação do professor com suas funções em sala de aula, assim como não foi possível obter também as áreas em que há maior déficit de docentes nas escolas.

Mas, vale registrar que no âmbito nacional pode-se verificar através dos dados do MEC apresentados no ano de 2007 no relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem superar o déficit docente no Ensino Médio que há uma necessidade de aproximadamente, 235 mil professores para o Ensino Médio no país, particularmente nas disciplinas de Física, Química, Matemática e Biologia.

O relatório também destaca com base no estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que o Brasil é um dos países que menos paga aos seus professores. O levantamento revelou que um número cada vez menor de jovens está disposto a seguir a carreira do magistério.

Estes dados são destacados porque é importante que se perceba que associada à formação está também, a jornada de trabalho, que por sua vez vincula-se à remuneração. Estes elementos são pontuais para uma discussão que pretenda a formulação e a implementação de uma política de valorização profissional, por meio de carreiras, incentivos, benefícios. As políticas de formação docente e de valorização profissional estão intimamente relacionadas à construção da qualidade da educação pública.

15 NÍVEL DE RENDIMENTO ESCOLAR POR REDE DE ENSINO

As taxas relacionadas ao rendimento escolar são tabuladas pela SEDUC, em cada ano, com base no ano anterior. Entretanto, os dados aqui dispostos referem-se ao ano exato da tabulação. Dessa forma, para a sistematização desse dado no ano de

2005, seria necessária a sistematização dos dados de 2006 ainda não disponíveis na instituição até a data da pesquisa.

Os índices obtidos para análise do rendimento escolar de aprovação possibilitaram verificar que a rede estadual apresentou resultados melhores do que a rede municipal com percentuais com médias de 8,2% acima em 2005, para as turmas de 1ª a 4ª e 5ª a 8ª série. Quando avaliado o ensino médio, a rede municipal apresentou resultados melhores em 2004 com 79,2% e, em 2005, com 77,4% de rendimento de aprovação. Quando se compara as três redes públicas, os percentuais evidenciam melhor rendimento para a rede federal. Assim, obteve-se tanto em 2004 quanto em 2005 para as turmas de 1ª a 4ª e 5ª a 8ª percentuais acima de 90% de rendimento de aprovação. Apenas no ano de 2005 este rendimento cai para 77,2% para as turmas de 5ª a 8ª série, ficando abaixo do rendimento apresentado pela rede estadual. No ensino médio, a rede federal também apresenta o melhor resultado na rede pública, com percentuais em 2004 e 2005 acima de 85%.

No entanto, ao comparar a rede federal às escolas particulares, estas apresentaram melhores percentuais. As turmas de 1ª a 4ª série das escolas particulares situaram-se acima de 93%. Apenas no ano de 2005 a rede federal apresentou melhor resultado chegando a 97,3% de rendimento de aprovação. Mas, ao inferir as análises nas turmas de 5ª a 8ª e ensino médio, a rede particular se manteve acima, com percentuais de 90%. Porém, nas turmas de 5ª a 8ª série percebeu-se uma queda significativa do rendimento de aprovação em 2003 passando de 92,2% para 77,2% em 2004. Fazendo-se uma avaliação geral de todo o ensino fundamental, verifica-se que ocorreu uma queda de 5,9% de rendimento de 2003 para 2004. O ensino médio apresentou resultados melhores, excluindo-se o ano de 2004 cujo resultado foi inferior ao obtido pelo ensino fundamental, apresentando percentuais abaixo de 86%, com queda de rendimento de 2003 para 2004 de 1,7%.

Tabela 140: Índice de rendimento escolar em % - aprovação - 1ª a 4ª série no Maranhão 2003 e 2004

Informação	2003	2004
Rede estadual	85,1	78,8
Rede municipal	73,9	71,9
Escolas particulares	93,4	94
Rede federal	90,2	97,3

Fonte: SEDUC, 2005.

Tabela 141: Índice de rendimento escolar em % - aprovação - 5ª a 8ª série no Maranhão 2003 e 2004

Informação	2003	2004
Rede estadual	82,5	79,7
Rede municipal	72,8	70
Escolas particulares	93	94,2
Rede federal	92,2	77,2

Fonte: SEDUC, 2005.

Tabela 142: Índice de rendimento escolar em % - aprovação - 1ª a 8ª série no Maranhão 2003 e 2004

Informação	2003	2004
Rede estadual	83,5	79,4
Rede municipal	73,5	71,3
Escolas particulares	93,3	94,1
Rede federal	91,3	85,4

Fonte: SEDUC, 2005.

Tabela 143: Índice de rendimento escolar em % - aprovação - ensino médio no Maranhão 2003 e 2004

Informação	2003	2004
Rede estadual	71,9	67,3
Rede municipal	79,2	77,4
Rede federal	87,3	85,6
Escolas particulares	90,9	88,2

Fonte: SEDUC, 2005.

Tabela 144: Índice de rendimento escolar em % - reprovação - 1ª à 4ª séries no Maranhão 2003 e 2004

Informação	2003	2004
Rede estadual	9,6	15,5
Rede municipal	15,4	16,4
Escolas particulares	3,3	3,4
Rede federal	9	1,5

Fonte: SEDUC, 2005.

Tabela 145: Índice de rendimento escolar em % - reprovação - 5ª à 8ª séries no Maranhão 2003 e 2004

Informação	2003	2004
Rede estadual	8,3	10,4
Rede municipal	11,8	13
Escolas particulares	4,1	4,3
Rede federal	7,6	20,2

Fonte: SEDUC, 2005.

Tabela 146: Índice de rendimento escolar em % - reprovação – ensino fundamental – total no Maranhão 2003 e 2004

Informação	2003	2004
Rede estadual	8,7	12,2
Rede municipal	14,3	15,3
Escolas particulares	3,6	3,7
Rede federal	8,2	12,7

Fonte: SEDUC, 2005.

Tabela 147: Índice de rendimento escolar em % - reprovação - ensino médio no Maranhão 2003 e 2004

Informação	2003	2004
Rede estadual	9,3	7,1
Rede municipal	4,9	6,7
Rede federal	9,2	11,4
Escolas particulares	3,2	3,8

Fonte: SEDUC, 2005.

Tabela 148: Índice de rendimento escolar em % - abandono – 1ª à 4ª séries no Maranhão 2003 e 2004

Informação	2003	2004
Rede estadual	5,3	5,7
Rede municipal	10,7	11,6
Rede federal	0,9	1,1
Escolas particulares	3,3	2,7

Fonte: SEDUC, 2005.

Tabela 149: Índice de rendimento escolar em % - abandono – 5ª à 8ª séries no Maranhão 2003 e 2004

Informação	2003	2004
Rede estadual	9,2	9,9
Rede municipal	15,3	16,9
Rede federal	2,8	1,5
Escolas particulares	0,2	2,5

Fonte: SEDUC, 2005.

Tabela 150: Índice de rendimento escolar em % - abandono – ensino fundamental - total no Maranhão 2003 e 2004

Informação	2003	2004
Rede estadual	7,8	8,5
Rede municipal	12,2	13,3
Rede federal	3,1	2,2
Escolas particulares	0,5	2

Fonte: SEDUC, 2005.

Tabela 151: Índice de rendimento escolar em % - abandono – ensino médio - no Maranhão 2003 e 2004

Informação	2003	2004
Rede estadual	18,8	25,6
Rede municipal	16	16
Rede federal	3,6	3
Escolas particulares	5,9	8

Fonte: SEDUC, 2005.

Na análise comparativa entre todas as redes, identificou-se na rede municipal nas turmas de 1ª a 4ª série os maiores percentuais de reprovação, chegando em 2004 a 16,4% e o menor percentual foi na rede federal com 1,5% em 2004. No entanto, quando se analisa o rendimento das turmas de 5ª a 8ª série é na rede federal que se encontra o pior resultado, com um elevado percentual de 20,2% de reprovação escolar e o menor percentual está nas escolas particulares com médias abaixo de 4,4% em 2003 e 2004.

De modo geral, o menor percentual de reprovação nos dois anos situou-se na rede particular. A rede pública apresentou níveis elevados, dentre os quais se destacam os da rede municipal, chegando a 15,3% em 2004.

No Ensino Médio, as taxas mais elevadas de reprovação estão na rede federal, obtendo-se 11,4% em 2004. Neste nível, a rede municipal apresentou melhores resultados; em 2003, foi de 4,9% e 6,7% de reprovação em 2004, enquanto a rede estadual apresentou índices acima de 7%. As menores taxas de reprovação estão na rede particular.

A taxa mais elevada da rede estadual está no ensino fundamental de 1ª a 4ª série. Em 2004, o resultado apresentado foi de 15,5% e o menor percentual foi no ensino médio, apresentando 7,1% em 2004. A rede municipal também apresentará suas maiores taxas de reprovação nas turmas de 1ª a 4ª série; em 2003, o resultado adquirido foi 15,4% e, em 2004 este percentual aumentou para 16,4%. As menores taxas estão no ensino médio, chegando a 4,9% em 2003 e ampliando para 6,7% em 2004.

As taxas da rede federal se mantiveram mais baixas em 2004 nas turmas de 1ª a 4ª série apresentando 1,5% de reprovação, o menor índice de todas as redes. Nas turmas de 5ª a 8ª série obteve-se o nível mais elevado; em 2003, o percentual de reprovação foi de 7,6%, aumentando para 20,2% em 2004. As taxas de reprovação das escolas particulares de modo geral apresentaram os melhores resultados, nas turmas de 1ª a 4ª série e ensino médio as taxas de reprovação se mantiveram abaixo de 3,9% e suas taxas mais elevadas estão nas turmas de 5ª a 8ª série com médias de 4,2%.

Os índices de reprovação estão intimamente relacionados às taxas de abandono, pois o aluno reprovado é quase sempre o mesmo aluno que irá abandonar os estudos. Deste modo, se as maiores taxas de reprovação situaram-se nas turmas de 1ª a 4ª série da rede municipal, é também nela que se encontraram as maiores taxas de abandono. Em 2003, o resultado foi de 10,7% enquanto a rede federal apresentou 0,9% e a rede estadual 5,3%. Em 2004, este resultado aumentou para 11,6% e a rede federal apresentou 11,4%, a rede estadual 5,7% e as escolas particulares, 2,7%. O mesmo resultado incidiu sobre as turmas de 5ª a 8ª série em que, a rede municipal apresentou as menores taxas de abandono. A inversão que se tem neste nível é que a menor taxa de abandono de 0,2% obtida no ano de 2003, situa-se nas escolas particulares, porém no ano de 2004 a rede federal volta a apresentar um resultado melhor, obtendo 1,5% para 2,5% da escola particular. Contudo, realizando-se uma avaliação das médias totais entre todas as redes, os melhores resultados incidem sobre as escolas particulares, com 0,5% em 2003 e 2% em 2004.

No entanto, deve-se registrar que não foi possível nesta análise obter dados sobre os critérios de avaliação em cada rede de ensino, pois as formas de avaliação e

aprovação em cada sistema escolar colaboram para o aumento ou diminuição das taxas de reprovação e abandono.

Nas escolas públicas, havia uma cultura da reprovação ou que refletia em altas taxas de abandono escolar. Esta cultura começou a ser modificada a partir do momento em que as escolas começaram a receber recomendações para reorganização do processo avaliativo. As alterações possibilitaram às escolas rever o seu próprio papel de Instituição educativa, que não seja o de excluir, mas primeiramente o de incluir o aluno em condições de aprendizagem que permitam a definição de padrões adequados de qualidade educativa.

16 CONSIDERAÇÕES

Ao delinear o cenário apresentado pelos indicadores, aponta-se algumas tendências encontradas e, deste modo, sinaliza-se aos poderes públicos acerca das fragilidades que devem ser superadas e os avanços que devem ser mantidos e ampliados.

Destaca-se, inicialmente, que o Maranhão em 2004 foi o Estado do Nordeste com maior índice de crianças e adolescentes fora da escola. Na faixa etária de 7 a 14 anos, este índice correspondeu a 4,9%.

A oferta de matrículas no Ensino Médio na faixa etária de 15 a 17 anos continua sendo um dos principais déficits da rede pública, pois nos três anos em análise a rede estadual não apresentou aumento proporcional à redução que experimentou nos demais níveis de ensino. Os dados de matrículas no Ensino Médio nos municípios pesquisados apresentaram baixa incidência. Em alguns municípios, não há oferta de Ensino Médio. Por outro lado, há na rede municipal dados expressivos de matrícula do ensino fundamental e um total de 94,42% de matrículas no ensino fundamental realizado pela rede pública de ensino.

As matrículas em creches concentram-se de modo expressivo na rede municipal, sobretudo, quando os dados referem-se ao município de São Luís, chegando a ultrapassar o número de 23.000 nos três anos.

As matrículas da alfabetização foram incorporadas ao ensino fundamental, inviabilizando a análise mais específica referente a esta etapa de ensino.

A Educação de Jovens e Adultos está praticamente a cargo das redes municipal e estadual. Os percentuais de matrículas se apresentaram relativamente baixos, considerando que as estatísticas de analfabetismo da região Nordeste ainda permanecem altas, sobretudo as referentes ao Estado do Maranhão, em que 63 municípios apresentam taxas entre 40% e 50%. Em 2005, a taxa de analfabetismo no Maranhão entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade foi de 23,0%, ocupando o 4º lugar no ranking nacional em percentuais mais altos de analfabetismo e o 1º lugar da região Amazônica como o estado com maior taxa de analfabetismo. É necessário priorizar a redução e, quiçá, a eliminação, dos números absolutos nas taxas de analfabetismo no Estado.

Vale ressaltar que somente a partir do ano de 2007, a rede federal do Maranhão iniciou o processo de oferta de matrículas na Educação de Jovens e Adultos na modalidade técnico integrado, deste modo, não se encontrou dados referentes a esta modalidade de ensino nos seus registros.

Houve avanços nos números de matrículas da educação infantil e ensino fundamental, contudo, houve poucos avanços nos números de matrículas nas escolas de ensino médio na rede pública estadual, o que se agrava a partir do momento em que uma demanda passa a se constituir nas matrículas do ensino médio. Também, encontraram-se números incipientes nas matrículas de educação profissional e educação de jovens e adultos na rede estadual e municipal.

A rede federal, situada apenas nos municípios de São Luís, Imperatriz, Codó e Alcântara, congrega principalmente matrículas na área de educação profissional, à exceção do Colégio de Aplicação e da Escola da Base que apresentam número maior de matrículas na educação infantil, ensino fundamental e médio.

As Escolas da rede federal, que poderiam contribuir de modo significativo para o alcance desta demanda, concentram-se no município de São Luís, levando ao deslocamento dos jovens dos municípios para a Capital, onde as oportunidades de continuidade dos estudos se dão em melhores condições.

A rede pública ampliou o número de atendimento para crianças com necessidades especiais ou pessoas com deficiência na rede pública de ensino, sendo 76,61% do atendimento realizado pela rede municipal, dado que expressa um avanço, vez que em análises anteriores, a maior concentração destes números se dava em escolas particulares ou Instituições Filantrópicas. Por outro lado, os dados referentes a analfabetismo ainda são altos, sobretudo na faixa etária de 7 a 9 anos e 15 a 19 anos. Deste modo, ressalta-se que não basta o acesso, mas condições estruturais e metodológicas adequadas para o trabalho pedagógico.

No âmbito federal, é necessária uma ampliação urgente no acesso às matrículas da educação profissional, pois mesmo com a criação dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais no interior das escolas federais a partir do ano de 2003, os dados continuam inexpressivos, não atingindo uma média aproximada de cinco alunos em curso técnico ou médio ao final do ano de 2005.

Identificou-se crescimento de 10% de criação de escolas indígenas do ano de 2003 para 2005. Registrou-se também, avanço no número de matrículas no intervalo de 2003 a 2005. Os percentuais de crescimento foram 4% no ensino fundamental de 1ª a 4ª série e de 15,09% no ensino fundamental de 5ª a 8ª série. No ensino médio, obteve-se uma média de 11,11%. É importante que se mantenha a regularidade destes dados, conjugando a oferta da escolarização com o respeito às necessidades e diferenças do povo indígena. O Maranhão apresenta grande variedade de povos indígenas, sobretudo na região do Mearim, Pindaré e Grajaú, e é necessário que se garanta a educação compatível com as necessidades do povo indígena, respeitando sua cultura, língua e diferenças.

Os indicadores de taxas de analfabetismo por gênero apresentaram uma situação mais preocupante em relação aos meninos, com maior gravidade na faixa etária de 10 a 14 anos. A média masculina de analfabetismo no Maranhão entre os três anos é de 4,2% enquanto no Nordeste esta média é de 3,3%. Para a população feminina, a média percentual de analfabetismo é de 1,4% e a do Nordeste situa-se em 1,2%. Os percentuais do Maranhão situam-se acima da média da região Nordeste.

Com relação ao indicador distorção idade/série na rede municipal, obteve-se a média de 84% de distorção no ensino médio para o ano de 2005; no mesmo período, a rede estadual apresentou 69,7% com pequena queda em relação ao ano anterior, cuja percentagem foi de 71,8%. Sem ampliação de escolas nos últimos anos e sem um número significativo de professores, a forma encontrada para manter o atendimento

pode ter sido o de superlotação das salas de aula. Este é um indicador importante e que deve ser redimensionado pelo poder público, principalmente porque as últimas pesquisas do IBGE revelaram crescimento da população jovem em relação a outras esferas da pirâmide etária.

Em 2003, a avaliação de desempenho de Língua Portuguesa na 4ª série no Maranhão é de 148,4%, situando-se abaixo da média nacional, que é de 169,4% e da média do Nordeste, de 152,3%. A rede municipal do Maranhão apresentou 139,47% de rendimento, abaixo da média do Nordeste, cujo percentual situa-se em 143,8%. Em Matemática nas turmas de 4ª série, a rede estadual apresentou 163,4%, ficando acima da média do Nordeste com 162,1% e abaixo da média nacional de 177,6%.

Em Língua Portuguesa, as melhores médias de desempenho no Maranhão na 4ª série aparecem nas escolas particulares com 203,2% e a menor média na rede municipal, com 148,02%. Os resultados obtidos na 8ª série, em Língua Portuguesa, apresentam melhores resultados. Nesta série, as escolas particulares continuam apresentando melhores resultados nacionais comparados à rede pública.

As médias de Matemática são melhores do que as de Língua Portuguesa tanto na 4ª série como na 8ª série e no ensino médio no ano de 2003.

Ainda em 2003, no ensino médio, a média de desempenho em Língua Portuguesa foi melhor do que as médias apresentadas no ensino fundamental. O Maranhão atingiu 265,1% de média de desempenho, ficando bem acima da média do Nordeste e se aproximando da média nacional que foi de 266,7%. Registra-se que os percentuais de desempenho mais críticos situaram-se nas turmas de 4ª série do Ensino Fundamental e os melhores resultados, inclusive das Escolas Públicas, foram no Ensino Médio.

As referências de desempenho dos alunos maranhenses no SAEB, em 2003 e 2005 são indicativos de que é preciso melhorar a qualidade do ensino. Em 2005, a rede pública registrou uma queda de 33,9 pontos no Maranhão, tomando como referência o desempenho na 3ª série do ensino médio, em Língua Portuguesa, cujos 222,6 pontos alcançados significaram a média mais baixa do Brasil. Em Matemática, na 3ª série do ensino médio, ocorreu a maior queda nacional, com 30,7 pontos de queda em rendimento no ano de 2005.

Os indicadores de qualificação docente demonstram que a rede municipal apresenta no ensino médio um percentual significativo de professores em atividade com formação inadequada para atuação no nível de ensino em que se encontram. Em 2004, o percentual encontrado foi de 34,2% e em 2005, registrou-se 41,6%. O percentual mais representativo de qualificação docente situa-se na formação em magistério, com média de 70% do total de docentes.

Destaca-se que a rede municipal de ensino em todo o Estado chega ao final do ano de 2005 com 21,3% de docentes licenciados. É importante destacar que uma das políticas de atuação do FUNDEF era a elevação da qualificação profissional, portanto, seria de se esperar que o percentual apresentado fosse mais expressivo.

Os percentuais de qualificação docente na Educação Infantil revelam que a rede particular possui um quadro docente com formação em licenciatura mais

representativo. No entanto, identificou-se que na rede particular se encontra o maior número de professores atuando no nível de ensino fundamental sem a qualificação adequada, ou seja, sem licenciatura e sem magistério.

Os dados do ensino fundamental revelaram uma melhor formação dos professores na rede pública estadual e municipal. Ao se comparar os dados da rede estadual e particular com relação ao nível de formação dos professores no ensino médio, identifica-se a permanência de melhores resultados na escola pública.

Na rede federal, considerando a prerrogativa para atuação de profissionais sem formação em licenciatura, mas em conformidade com as necessidades de formação dos alunos dos cursos técnicos, os percentuais registrados de formação superior são superiores a todas as redes de ensino; em 2003, correspondeu a 96,4% em 2004 e, em 2005, o percentual situou-se em 99,9%.

As análises referentes aos indicadores de aprovação, reprovação e abandono destacaram que a rede estadual apresentou resultados melhores do que a rede municipal para as turmas de 1ª a 4ª e 5ª a 8ª série. Das três escolas da rede pública, os percentuais evidenciam melhor rendimento para a rede federal. No entanto, ao comparamos a rede federal às escolas particulares, estas apresentaram melhores percentuais.

No Ensino Médio, as taxas mais elevadas de reprovação estão na rede federal. A rede municipal também apresentará suas maiores taxas de reprovação nas turmas de 1ª a 4ª séries e as menores taxas estão no ensino médio. As maiores taxas de reprovação situaram-se nas turmas de 1ª a 4ª série da rede municipal, é também nela que se encontraram as maiores taxas de abandono.

A definição dos padrões mínimos de qualidade inclui a igualdade de condições para o acesso, permanência e desempenho escolar. Para garantia deste padrão mínimo faz-se necessário implementar políticas públicas que possam colaborar efetivamente no enfrentamento dos problemas socioeconômico e culturais que afetam a escola pública. A garantia do patamar mínimo não é padrão para alcance de uma educação de qualidade, é somente uma referência que serve para impulsionar indicadores de qualidade mais elevados. Sendo assim, destaca-se que a avaliação dos indicadores sociais permite evidenciar, de certo modo, a complexidade do processo educativo em suas múltiplas determinações.

REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete. O Ensino fundamental no Brasil: Avanços, perplexidades e tendências. **Educação e Sociedade**. Campinas, v..26, n. 92, p.139-183, dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 15 Jun 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto nacional de estudo e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação do SAEB 2001**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: agosto de 2006.

_____. Ministério da Educação. Instituto nacional de estudo e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação do SAEB 2003**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 ago 2006.

_____. Ministério da Educação. Instituto nacional de estudo e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Primeiros resultados**: Médias de desempenho do SAEB/2005 em perspectiva comparada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 abr 2008.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. CENSO ESCOLAR. **Sinopse Estatística da Educação Básica – 2003**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 abr 2007.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica – 2004**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 abr 2007.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. CENSO ESCOLAR. **Sinopse Estatística da Educação Básica – 2005**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 abr 2007.

_____. "Lei nº 9.394, de 20.12.96, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional". In: **Diário Oficial da União**, Ano CXXXIV, n. 248, de 23.12.96, pp. 27.833-27.841.

_____. **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997. p. 7.760.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução n. 1, de 3 de março de 2005**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais Definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n. 5.154/2004. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 mar. 2005.

CAMURÇA, Silvia; GOUVEIA, Taciana. O que é gênero? **Cadernos SOS Corpo**, V.1, Recife, PE, 1995.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. Formação do educador no curso de pedagogia: A educação especial. **Caderno CEDES**. Campinas, v.19 n.46, Set. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 19 abr 2007.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A Política de Educação Escolar Indígena**. Texto mimeo, 2000.

DAVIES, Nicholas. FUNDEB: a redenção da educação básica? **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 753-774, out. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 set 2007.

DEMO, Pedro. Escola pública e escola particular: semelhanças de dois embriões educacionais. In: **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 181-206, abr./jun. 2007. Disponível em <www.scielo.br/pdf/ensaio>. Acesso em: 14 dez 2007.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. [Brasília] : MEC, 2001. p. 137-168.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 ago 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **PNAD 2006. Primeiras Análises**: demografia, educação, trabalho, previdência, desigualdade de renda e pobreza. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf_release/18Pnad_Primeiras_Analises_2006.pdf. Acesso em: 23.nov. 2007.

MARANHÃO. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. SUPERVISÃO DE INFORMAÇÃO E ESTATÍSTICA. **Informe Estatístico**. São Luís, 2003, 2004, 2005.

NOBRE, Nalu; FARIA, Miriam. Gênero e Desigualdade. **Cadernos Sempre Viva**, 1997.

PINTO, Marcelino et al. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 81, n. 199, p. 511-524, set/dez. 2000. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 4 Nov 2007.

SÃO LUÍS Prefeitura Municipal. Fundação Municipal da Criança e Assistência Social. **Mapa das Crianças Inscritas nas Creches e Pré-Escolas da Rede Conveniada**. São Luís, 2003, 2004, 2005.

_____. Prefeitura Municipal. Fundação Municipal da Criança e Assistência Social. **Plano de Ação**. São Luís, 2003.

_____. Prefeitura Municipal. Fundação Municipal da Criança e Assistência Social. **Plano de Ação**. São Luís, 2004, 2005.

_____. Prefeitura Municipal. Fundação Municipal da Criança e Assistência Social. **Perfil da Rede com Relação à Escolaridade do Professor em Exercício**. São Luís, 2003, 2004.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno. **Sincronismo idade/série**: um indicador de produtividade do sistema educacional brasileiro / [et al.] – Brasília: Inep, 2002. 35 p. (Série Documental. Texto para Discussão, 11).

observatório

criança

Saúde



CAPÍTULO III - INDICADORES DE SAÚDE DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA NO MARANHÃO 2003 A 2005

Selma Maria Muniz Marques⁴⁸

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os indicadores de saúde de crianças e adolescentes no Maranhão e em São Luís, no período de 2003 a 2005. Com essa finalidade, trabalhamos os indicadores demográficos, de desnutrição, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, infecção por HIV/AIDS e imunização. Devido à ausência de informações nas fontes disponíveis, algumas informações referentes ao ano de 2005 não foram analisadas.⁴⁹

Para construção das informações utilizamos como fonte de pesquisa o banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; os bancos de dados do Ministério da Saúde, em particular o Sistema de Informações sobre Mortalidade Infantil – SIM e o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - SINASC; o Relatório Situação da Infância Brasileira UNICEF 2006, a Biblioteca Virtual em Saúde - BVS. Entretanto, ainda é complexo trabalhar com essa variedade de fontes nas quais persistem problemas cruciais como subnotificações e precariedade na alimentação dessas informações. Esta realidade impõe-nos limitações, tornando necessário que nos faz recorrer a métodos indiretos de estimativas. Dessa forma, trabalhamos com fontes de informações de base estatísticas, mas nosso esforço concentra-se na análise qualitativa desses dados.

Analisar a situação da infância no Maranhão tendo como referência os indicadores de saúde torna-se particularmente oportuno se considerarmos, na atual conjuntura, o período político em andamento que traz como expectativa a consolidação dos direitos sociais conquistados a partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. A partir destes marcos legais, a infância ingressou na agenda pública governamental como questão de prioridade absoluta. Nesse processo, a proteção integral desses segmentos transformou-se em desafio, tanto para o Estado como para a sociedade civil.

No processo de construção de políticas públicas devem ser formuladas respostas às vulnerabilidades e riscos inerentes à infância potencializadas pelo nível de exclusão e desigualdade em que vivem as crianças brasileiras. Mas também, tem valor singular para o desenvolvimento da política pública, o controle social como mecanismo de acompanhamento, avaliação, ajustes e realinhamentos.

⁴⁸ Docente do Departamento de Serviço Social da UFMA. Especialista em Avaliação de Políticas e Programas Sociais. Mestra em Saúde e Ambiente. Doutoranda em Políticas Públicas/ UFMA.

⁴⁹ São indicadores analisados na área de saúde: número de leitos destinados a crianças e a adolescentes, ampliação de programas especializados, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, AIDS entre crianças e adolescentes, uso de substâncias psicoativas (substâncias psico-ativas usadas, faixa etária e conseqüências), doenças mais recorrentes e saúde materno-infantil (direito a assistência antes de nascer).

2 INDICADORES DE SAÚDE

A Agenda de Compromissos para a Saúde Integral da Criança e Redução da Mortalidade Infantil, assumida pelo Ministério da Saúde em 2002 estabeleceu os princípios norteadores no cuidado da saúde da criança e as linhas de cuidado da atenção integral à saúde da criança e redução da mortalidade infantil.

Os princípios norteadores definidos foram: *o planejamento e desenvolvimento de ações intersetoriais; o acesso universal; o acolhimento; a responsabilização; a assistência integral; a assistência resolutiva; a equidade; a atuação em equipe; o desenvolvimento de ações coletivas com ênfase nas ações de promoção da saúde; a participação da família/controle social na gestão local e a avaliação permanente e sistematizada da assistência prestada.*

As linhas de cuidados são: *as ações da saúde da mulher; a assistência humanizada e qualificada à gestante e ao recém-nascido; a triagem neonatal; o incentivo ao aleitamento materno; o incentivo e qualificação do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento; a alimentação saudável e prevenção do sobrepeso e obesidade infantil; o combate à desnutrição e anemias carenciais; a imunização; a atenção às doenças prevalentes; a atenção à saúde bucal; a atenção à saúde mental; a prevenção de acidentes, maus-tratos, violência e trabalho infantil; e a atenção à criança com deficiência.*

A Constituição de 1988 redirecionou o sistema para um modelo de proteção social institucional-redistributivo ou mais universalista e equânime. Isto porque foram definidos os critérios de elegibilidade para os benefícios e a sua cobertura ampliada. O Sistema de Proteção Social (SPS) ou a seguridade social foi construído no tripé previdência social, assistência social e saúde.

Entre os principais aspectos do novo sistema, encontram-se: a universalização da cobertura, a equivalência entre os benefícios dos trabalhadores rurais e urbanos, a seletividade na concessão dos benefícios, a irredutibilidade no valor dos mesmos, a equanimidade dos custos, a diversificação das fontes de financiamento.

Não podemos deixar de destacar que a década de 90 foi marcada por decisões políticas importantes, relacionada à organização e ao funcionamento do sistema de saúde brasileiro. Destaca-se a criação do Programa Saúde da Família (PSF), em 1994, e as alterações no sistema de financiamento decorrentes da Norma Operacional Básica nº 1/1996 –NOB-SUS/96.

O PSF foi criado com o objetivo de reorganizar a atenção à saúde em novas bases. Uma delas é a aproximação dos serviços de saúde com a população e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Atualmente, existem cerca de vinte mil equipes, cobrindo mais de sessenta milhões de pessoas, em mais de 4.800 municípios brasileiros (MS, 2005).

A NOB/96 propôs uma nova lógica de financiamento do SUS e provocou alterações importantes. Continuou a ser, como antes, baseada em transferências da união para estados e municípios e nos recursos oriundos do tesouro estadual e

municipal em cada localidade. Entretanto, como parâmetros para regular as transferências, introduziu a combinação de critérios fundados no tamanho da população e ofertas de serviços. Em qualquer nível de gestão foi prevista alguma forma de transferência de recurso automática, fundo a fundo. A NOB/96 estabeleceu também regras fundamentadas no risco epidemiológico e favoreceu, por meio de incentivos financeiros, programas considerados estratégicos, como o PSF e o PAC's - Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Duarte, 2007).

O SUS se sustenta no padrão democrático desde que se oriente pelo universalismo de direitos, na ampliação e garantia destes pelo Estado, pela proteção e pela promoção social, através da organicidade das políticas sociais de caráter público⁵⁰.

O SUS integra o sistema de proteção social e tem galgado avanços, no que se refere à proteção da infância e adolescência. Normativamente está incorporando o princípio da Doutrina de Proteção Integral e de Prioridade Absoluta. No entanto, não se pode deixar de considerar as dificuldades de financiamento de programas e projetos de bases universais e a tendência de privatização e seletividade do sistema. Esta situação, segundo análise de Goldani (2004) tem conduzido o debate sobre universalização ou focalização das políticas sociais numa perspectiva que gera um mal entendido sobre o que é política social e política de combate à pobreza. Visto que políticos e formuladores de políticas parecem não lembrar que para combater a pobreza é primeiro necessária a existência de políticas sociais.

Acompanhando os avanços legais e institucionais ocorridos a partir dos anos de 1990, no que se refere à estruturação de um sistema de proteção social para crianças e adolescentes no nosso país, analisamos, a seguir, com o intuito de apreender os avanços e limites presentes no desenvolvimento desse propósito, os indicadores de saúde da população infanto-juvenil no Estado do Maranhão e em São Luís.

2.1 Demografia

A situação demográfica constitui-se indicador importante porque permite visualizar as tendências do movimento populacional. Essas tendências, no contexto das políticas públicas, indicam a composição e a expressão de cada extrato populacional, os quais guardam no seu interior as particularidades que irão orientar o atendimento das necessidades de saúde de cada segmento constituído. Nessa lógica, este estudo retrata o comportamento demográfico da população de crianças e adolescentes no Estado do Maranhão e no município de São Luís, na faixa menor de um ano até 19 anos.

Analisando a Tabela 152 a seguir percebemos que a população criança e adolescente apresentou ligeira oscilação no período pesquisado.

⁵⁰ Para maior detalhamento, ver Filho (2003).

Tabela 152: População por sexo, idade, localidade e por ano

	Brasil		Nordeste		Maranhão		São Luís	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
População total ⁵¹	178.985.306	181.586.030	49.838.617	50.426.433	5.939.859	6.021.742	939.469	959.184
Sexo feminino	90.937.593	92.335.059	25.349.153	25.670.875	2.978.368	3.023.168	500.249	510.646
Sexo masculino	88.047.713	89.250.971	24.489.464	24.755.558	2.961.491	2.998.574	439.220	448.538
População menor 1 ano	3.233.442	3.237.677	990.340	987.468	139.879	139.623	18.285	18.575
População 1 a 4 anos	13.096.116	13.083.991	3.936.482	3.899.763	539.361	535.511	67.197	67.158
População 5 a 9 anos	16.244.810	16.153.863	4.916.332	4.849.805	652.028	643.524	80.364	79.697
População 10 a 14 anos	17.476.835	17.513.176	5.552.778	5.552.661	755.434	760.978	100.488	101.406
População 15 a 19 anos	19.106.349	19.436.981	5.898.103	5.989.236	777.194	796.709	120.880	123.670

Fonte: IBGE/Censos demográficos, contagem populacional e projeções e estimativas demográficas, 2005.

No Estado, identificamos uma ligeira redução da população menor de um ano. Esta mesma tendência ocorreu no município de São Luís com a população nas faixas de um a quatro anos e de cinco a nove anos. Esse movimento demográfico seguiu a mesma dinâmica da região Nordeste. Contudo, comparando com o Brasil, no Maranhão e em São Luís ocorreu o contrário, aumentaram as populações menores de um ano, de dez a quatro anos e de quinze a dezenove anos. Esta tendência de queda é contrária às taxas de nascidos vivos neste mesmo período, como é mostrado na Tabela 153. As regiões Norte e o Nordeste tiveram os maiores índices.

Tabela 153: Mulheres de 15 a 49 anos de idade, por grupos de idade e proporção das que tiveram filhos nascidos vivos, segundo as Grandes Regiões – 2003

Localidade	Total	Pessoas que tiveram filhos nascidos vivos (%)			
		Total	1 filho	2 filhos	3 ou mais filhos
Brasil	5.160.585	334.003	5,8	0,6	0,1
Norte	345.749	35.938	9,2	1,2	0,0
Nordeste	1.615.960	128.376	6,8	1,0	0,2
Sudeste	2.090.662	95.110	4,2	0,4	0,0
Sul	725.470	50.056	6,4	0,3	0,2
Centro-Oeste	376.529	24.666	6,2	0,3	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2003.

⁵¹ As populações por sexo para 2002 a 2004 foram obtidas a partir do total Brasil e do total das UF, pelo método AiBi. Para os cálculos já foram considerados os contingentes populacionais para 2002 a 2004 - Revisão 2004. Foram calculadas as populações para ambos os sexos e homens. A população feminina foi obtida por diferença. Para os anos de 1990 a 2001, veja a descrição detalhada das fontes e memória de cálculo nas *Notas Técnicas*, na área de informações demográficas do DATASUS. As Regiões Metropolitanas seguem a configuração de 2003. Para 1990 e 1992, há estimativas apenas para a faixa etária de 0 a 4 anos, sem desagregação.

Podemos observar na Tabela 152, que o crescimento desse grupo populacional no Maranhão também ocorreu de forma sutil. Isto porque foi maior na população de dez a quatorze anos e de quinze a dezenove anos. Em São Luís, os grupos que não registraram crescimento foi o de um a quatro anos e de cinco a nove anos. Comportamento este que acompanhou a tendência nacional. Na região Nordeste, só foi registrado crescimento da população na faixa de quinze a dezenove anos.

2.2 Desnutrição Infantil

Em países de economia periférica, a desnutrição⁵² infantil desponta como grave problema de saúde pública e configura como um importante indicador das condições de saúde e da qualidade de vida das populações (Batista-Filho 1991). A desnutrição infantil está associada à pobreza e à desigualdade, sendo um importante indicador das causas da mortalidade infantil. Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (2000), a desnutrição infantil foi responsável por 49% de óbitos de crianças menores de um ano ocorrido nos países em desenvolvimento.

Além dos riscos de mortalidade, a desnutrição infantil, conforme alertado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (2006) aumenta as chances de adoecimento da criança e pode interferir no desenvolvimento cognitivo e no crescimento.

No Brasil, embora haja indícios de micro bolsões de desnutrição nas áreas pobres das regiões sul e sudeste, a desnutrição infantil ocorre com maior prevalência no Nordeste (Monteiro, 1991). As Pesquisas Nacionais sobre Demografia e Saúde - PNDS, realizados nas décadas de 1970 e 1980 mostraram uma tendência de redução dos índices de desnutrição em crianças menores de cinco anos em todas as regiões do país. Em 1974 foram registrados índices de 18,4% de crianças desnutridas e em 1996 caiu para 5,7%.

Estudo realizado pelo Ministério da Saúde – MS e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, nos período de 1999 a 2004, também demonstraram a tendência histórica de queda da desnutrição infantil no Brasil. Em 2004, o índice caiu para 3,6% (crianças menores de um ano) e 7,7% (crianças entre um e dois anos). Os índices encontrados nos países de economia avançada são de 1%.

Analisando as condições nutricionais das crianças nas faixas etárias de zero a dez anos, verificamos que em 2003 foram cadastrados no Maranhão 40.695 casos de crianças de zero a dez anos, com desnutrição. Destas, somente 1,53% foram acompanhadas nas unidades de saúde (Tabela 154).

⁵² Segundo Gomez (1946) apud Eisenstein et al (2002), a desnutrição é classificada de acordo com a intensidade ou gravidade. É assim classificada como de 1º, 2º e 3º graus, tomando por base a perda de peso apresentada pela criança. Com o avançar da idade, a altura passa a refletir melhor os impactos das condições de vida. Por isso, encontramos números mais elevados nas faixas acima de um ano. Outro aspecto que ajuda na manutenção das menores taxas de desnutrição no primeiro ano de vida é o incentivo ao aleitamento materno desenvolvido no Brasil, no âmbito da rede pública de saúde.

A condição cadastrada refere-se aos casos identificados, notificados ou registrados pelo sistema de saúde. A condição acompanhada refere-se aos casos cadastrados pelo sistema e que receberam acompanhamento sistemático através de alguma das unidades que compõem o sistema de saúde.

Tabela 154: Vigilância Nutricional, sobre desnutrição infantil, 2003, Maranhão

Faixa Etária	Quantidade Cadastrados	Quantidade Acompanhados	Peso por idade									
			< 0,1º Peso muito baixo para idade		≥ 0,1º e < 3º Baixo peso p/ idade		≥ 3º e < 10º Risco Nutricional		≥ 10º e < 97º Normal / Eutrófico		≥ 97º Risco de Sobrepeso	
			N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
0 a 6 meses	1	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
6 a 12 meses	4	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
12 a 24 meses	1.143	42	0	0,00	5	11,90	5	11,90	30	71,43	2	4,76
24 a 36 meses	3.212	135	1	0,74	32	23,70	31	22,96	68	50,37	3	2,22
36 a 60 meses	7.846	242	5	2,07	58	23,97	77	31,82	101	41,74	1	0,41
5 a 7 anos	9.313	195	8	4,10	52	26,67	46	23,59	89	45,64	0	0,00
7 a 10 anos	19.176	10	0	0,00	1	10,00	2	20,00	7	70,00	0	0,00
TOTAL	40.695	624	14	2,24	148	23,72	161	25,8	295	47,28	6	0,96

Fonte: Vigilância Alimentar e Nutricional – Criança / SISVAN - Ministério da Saúde - DATASUSD - SAS / DAB / CGPA,2006.

As faixas etárias onde ocorreram mais casos de desnutrição foram: de sete a dez anos (47,12%), de cinco a sete anos (22,88%), trinta e seis a sessenta meses (19,28%) e vinte a quatro a trinta e seis meses (7,89%). Quanto maior a idade das crianças cadastradas, maior se revelou o índice de desnutrição. No entanto, chama a atenção o fato de que destas as que tiveram acompanhamento mais expressivo foram as que se encontravam na faixa de trinta e seis a sessenta meses (38,78%), de cinco a sete anos (31,25%) e vinte e quatro a trinta e seis meses (21,63%).

Quando observamos a variável peso muito baixo para a idade, verificamos que 2,24% das crianças acompanhadas encontravam-se nessa situação. Comparando esse resultado com pesquisas anteriores percebemos uma redução significativa desses casos. No entanto, quando foi analisado a variável baixo peso para a idade e risco nutricional foram identificados 23,72% e 28,80% de casos. Mas também foram registrados 47,28% das crianças classificadas como normal/eutrófico⁵³ e 0,96% em situação de risco de sobrepeso.

Em 2004, conforme Tabela 155 abaixo, ocorreu ligeiro aumento de crianças desnutridas cadastradas. Estes foram 41.374 casos dos quais 2,22% foram acompanhadas. Destas, 3,71% estavam com peso muito baixo para a idade, 12,87%

⁵³ Desnutrição eutrófica ocorre quando o índice altura/idade é superior a 95% do percentil 50 e o índice peso/altura é maior que 90% do percentil 50 do referencial utilizado (Einstein, et al, 2002)

encontravam-se com peso baixo para a idade, 18,32% apresentaram risco nutricional, 63,14% tinham peso normal/eutrófico e 1,96% tinham risco de sobrepeso. Permaneceu baixo o número de crianças que foram acompanhadas. Os grupos etários mais atingidos foram de sete a 10 anos (46,03%), de cinco a sete anos (27,66%) e de trinta e seis a setenta meses (22,60%).

Sobre essa situação, destacamos que “a diminuição dos casos de desnutrição infantil não significa que o problema esteja sob controle no país. As estatísticas disponíveis ainda são preocupantes, especialmente as que se referem às crianças com baixo peso para a idade e com baixa estatura para a idade (UNICEF, 2006, p. 43)”. Essa posição assumida pela UNICEF ancora-se em uma situação denunciada por muitos pesquisadores: a ocorrência expressiva do sub-registro.

Tabela 155: Vigilância Nutricional, sobre desnutrição infantil – 2004, Maranhão

Faixa Etária	Quantidade Cadastrados	Quantidade Acompanhados	Peso por idade									
			< 0,1º		>= 0,1º e < 3º		>= 3º e < 10º		>= 10º e < 97º		>= 97º	
			N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
0 a 6 meses	0	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
6 a 12 meses	0	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
12 a 24 meses	5	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
24 a 36 meses	1.524	92	2	2,17	12	13,04	15	16,30	60	65,22	3	3,26
36 a 60 meses	9.352	341	11	3,23	51	14,96	54	15,84	216	63,34	9	2,64
5 a 7 anos	11.445	341	15	4,40	40	11,73	75	21,99	207	60,70	4	1,17
7 a 10 anos	19.048	143	6	4,20	15	10,49	24	16,78	96	67,13	2	1,40
TOTAL	41.374	917	34	3,71	118	12,87	168	18,32	579	63,14	18	1,96

Fonte: Vigilância Alimentar e Nutricional – Criança / SISVAN - Ministério da Saúde - DATASUSD - SAS / DAB / CGPA, 2006.

Em 2005, conforme Tabela 156 a seguir, ocorreu significativo aumento de crianças com desnutrição, cadastradas e acompanhadas, somando 60.419. O índice subiu para 6,32%. Esse aumento coincidiu com a implantação do Programa Saúde da Família – PSF e Programa de Agentes Comunitários – PAC’S, no Maranhão. Contudo, ainda permaneceu a discrepância entre número de crianças cadastradas e número de crianças acompanhadas no Estado.

Tabela 156: Vigilância Nutricional, sobre desnutrição infantil – Criança, 2005, Maranhão

Faixa Etária	Quantidade Cadastrados	Quantidade Acompanhados	Peso por idade									
			< 0,1º Peso muito baixo para idade		≥ 0,1º e < 3º Baixo peso p/ idade		≥ 3º e < 10º Risco Nutricional		≥ 10º e < 97º Normal / Eutrófico		≥ 97º Risco de Sobrepeso	
			Quantid.	(%)	Quantid.	(%)	Quantid.	(%)	Quantid.	(%)	Quantid.	(%)
0 a 6 meses	0	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
6 a 12 meses	2	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
12 a 24 meses	225	2	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	50,00	1	50,00
24 a 36 meses	968	35	1	2,86	3	8,57	10	28,57	20	57,14	1	2,86
36 a 60 meses	11.636	1.351	12	0,89	102	7,55	163	12,07	1.032	76,39	42	3,11
5 a 7 anos	18.457	1.848	23	1,24	138	7,47	233	12,61	1.406	76,08	48	2,60
7 a 10 anos	29.131	584	12	2,05	43	7,36	78	13,36	439	75,17	12	2,05
TOTAL	60.419	3.820	48	1,26	286	7,49	484	12,67	2.898	75,86	104	2,72

Fonte: Vigilância Alimentar e Nutricional – Criança / SISVAN - Ministério da Saúde - DATASUSD -SAS / DAB / CGPA, 2005.

A desnutrição infantil em São Luís e no Maranhão informados através do Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB, Tabela 157 a seguir, apresenta números superiores aos da Vigilância Alimentar e Nutricional. Os casos de desnutrição infantil em menores de um ano foram registrados a partir do atendimento realizado na Atenção Básica⁵⁴. Nestes, foram registrados no Maranhão, 74.185 casos em 2003, 57.266 casos em 2004 e 50.349 casos em 2005. Em São Luís, os dados também diferem dos anteriores. Ocorreu queda progressiva: 3.374, 2.420 e 1.881 casos nos anos pesquisados.

Segundo informações do UNICEF (2006), houve maior cobertura dos casos pelo PACS e pelo PSF, tendo ocorrido significativa queda de casos no período. Números estes que conflitam com a fonte utilizada anteriormente, pois o primeiro mostra aumento de casos e o segundo mostra redução destes. No entanto, em ambas as fontes, podemos verificar que os casos de desnutrição infantil atingiram mais as crianças de um a dois anos, seguindo a tendência nacional e evoluíram em ritmo decrescente.

⁵⁴ A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. Deve ser desenvolvida por meio de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Utiliza tecnologia de elevada complexidade e baixa densidade, que devem resolver os problemas de saúde de maior frequência e relevância em seu território (Política Nacional de Atenção Básica, capítulo 1, março de 2006)

A partir dessa dificuldade, não podemos deixar de registrar a preocupação com a ocorrência das subnotificações, tanto para análise do desempenho do SUS quanto para o seu aperfeiçoamento. A persistência desse problema reflete diretamente no SUS em sua totalidade. Compromete sua eficácia e eficiência no momento que impossibilita a correspondência da Política de Saúde com as reais demandas da população.

Para a formulação, planejamento e avaliação de políticas públicas, a subnotificação traz conseqüências bastante perigosas, dentre as quais destacamos o subdimensionamento da realidade. Este comportamento acarreta implicações negativas em todos os níveis de gestão das políticas. Dentre estas, destacamos a baixa previsibilidade de recursos orçamentários, financeiros, de recursos humanos e equipamentos para intervenção nas situações de vulnerabilidade de crianças e adolescentes.

Não podemos, no entanto, esquecer que o sub-registro esmaece a percepção de todos sobre a dimensão das situações de vulnerabilidade que ameaçam a vida de crianças e adolescentes. Esta situação favorece a perda de peso político dos movimentos e lutas pelo enfrentamento das desigualdades que ameaçam estes segmentos.

Tabela 157: Desnutrição Infantil, por modelo de Atenção, ano, idade e local.

Modelo de Atenção	Menores de um ano						1 a 2 anos					
	Maranhão			São Luís			Maranhão			São Luís		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
PACS	34.636	22.395	11.203	1.675	1.080	588	70.904	44.918	22.590	3.370	1.675	1.092
PSF	34.677	33.020	39.114	1.699	1.340	1.293	74.405	71.485	82.902	3.373	2.475	1.996
Outros	4.872	1.851	32	-	-	-	9.251	4.007	117	-	-	-
TOTAL	74.185	57.266	50.349	3.374	2.420	1.881	154.560	120.410	105.609	6.743	4.150	3.088

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB.

Analisando a desnutrição infantil, considerando a localização geográfica, a Tabela 158 a seguir, mostrou que no Maranhão, os casos ocorridos em menores de um ano foram mais significativos na zona rural, que na urbana. As crianças com um a dois anos de idade atingiram o dobro de casos em relação aos que se encontravam na faixa etária menores de um ano. Este índice evoluiu em ritmo decrescente, alcançando redução de aproximadamente 31,67% em 2005.

Situação inversa ocorreu em São Luís, vez que os casos de desnutrição nos menores de um ano ocorreram mais na zona urbana e alcançaram índice de redução em 2005 de 44,25%. No entanto, o número de crianças entre um e dois anos desnutridas foi superior aos menores de um ano e atingiu em 2005 uma redução de 54,20%.

Analisando essas informações, podemos supor que essas diferenças positivas, visíveis nos indicadores de desnutrição infantil em São Luís, podem estar ocorrendo em função de uma melhor organização das ações de saúde no município, através do PACS, do PSF e pelas ações do Programa Bolsa Família.

Tabela 158: Desnutrição Infantil, por Zona, ano, idade e local

Zona	Menores de um ano						1 a 2 anos					
	Maranhão			São Luís			Maranhão			São Luís		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Urbana	29.484	22.422	20.990	1.937	1.429	1.252	64.421	49.039	45.301	3.877	2.307	2.085
Rural	44.701	34.844	29.359	1.437	991	629	90.139	71.371	60.308	2.866	1.843	1.003
TOTAL	74.185	57.266	50.349	3.374	2.420	1.881	154.560	120.410	105.609	6.743	4.150	3.088

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB.

As variáveis: peso, altura e idade medem apenas a desnutrição protéico-calórica. Esta é considerada a mais importante das deficiências nutricionais, mas não esqueçamos que existem outras que representam riscos graves para a criança como a carência de ferro, vitamina A e iodo⁵⁵. Carências estas chamadas de fome oculta. Isto porque causa sérios danos à saúde e não é visível.

2.3 Mortalidade Infantil

A mortalidade infantil⁵⁶ é um dos principais desafios enfrentados pelas políticas da infância e de saúde no Brasil. A maior incidência de óbitos infantis tem ocorrido no primeiro ano de vida e revela muito sobre as condições das políticas de proteção à infância.

Em 1980, segundo o IBGE, a taxa de mortalidade infantil era de 82,8/mil nascidos vivos. Em 2004 conseguimos reduzir para 26,6 mil nascidos vivos. Mesmo com essa significativa redução da mortalidade infantil no Brasil, ainda possuímos taxas inaceitáveis. Na atualidade, cerca de 100 mil crianças vão a óbito antes de completar um ano de vida⁵⁷ (VICTORA, 2001).

Segundo o UNICEF (2006), a taxa de mortalidade no Brasil, vem caindo continuamente e está relacionada a uma série de fatores tais como: condições biológicas maternas e infantis (idade da mãe, paridade, intervalo entre os partos, prematuridade, baixo peso ao nascer, retardo no crescimento intra-uterino etc.); condições ambientais (existência dos serviços de saúde e da acessibilidade da população a eles, abastecimento de água potável e saneamento básico adequados,

⁵⁵ Carência de ferro provoca falta de apetite e pode comprometer o desenvolvimento intelectual e psicomotor da criança. A carência de vitamina A afeta a visão, pode causar cegueira total, debilita o sistema imunológico e aumenta os riscos de morte por diarreia e outras infecções. A presença do iodo previne doenças como retardo do crescimento, comprometimento do desenvolvimento cerebral e cretinismo (doença que provoca retardo mental severo e irreversível)(UNICEF, 2006).

⁵⁶ A Mortalidade Infantil é definida pelo número de óbitos de menores de um ano de idade por cada mil nascidos vivos, em determinada área geográfica e período, e interpreta-se como a estimativa do risco de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida. Valores altos refletem, em geral, níveis precários de saúde, condições de vida e desenvolvimento sócio-econômico (DUARTE, 2007).

⁵⁷ A mortalidade infantil é classificada em função da proximidade ou distância de valores já alcançados em sociedades mais desenvolvidas. Medida esta variável no tempo. Geralmente, é considerada alta quando as taxas são maiores do que 50%, médias aquelas entre 20% e 49% e baixas as menores do que 20%. Nos países mais desenvolvidos, as taxas de mortalidade infantil ficam entre 4% e 6%. Os países com baixo desenvolvimento sócio-econômico apresentam mortalidade infantil em torno de 170 óbitos por mil nascidos vivos (VICTORA, 2001).

poluição etc.) e, fundamentalmente, as relações sociais que organizam a vida concreta das pessoas (moradia, trabalho, renda, nível de informação, proteção social etc.).

A taxa de mortalidade infantil é um importante indicador das condições de vida, do acesso e da qualidade das ações e serviços de saúde. Para entender o processo saúde-doença por meio da mortalidade infantil, esta pode ser avaliada, também, pelos seus componentes: *neonatal* (óbitos de crianças durante os primeiros 28 dias de vida em cada mil nascidos vivos) e *pós-neonatal* (óbitos ocorridos entre o 29º dia de vida até 11 meses e 29 dias de idade, por cada mil nascidos vivos).

O componente neonatal subdivide-se em precoce (0 a 6 dias) e tardio (7 a 27 dias). Esses períodos e seus componentes apresentam causas de morte muito distintas. Esse aspecto permite a avaliação da influência de múltiplos fatores e, conseqüentemente, do impacto de medidas, com efeito, sobre estes fatores.

Ao longo das duas décadas, as causas de mortalidade infantil tem se alterado. Nos anos 80, as principais causas estavam diretamente relacionadas às doenças infecto-contagiosas. A partir do final dos anos 90, as mortalidades relacionadas às doenças infecto-contagiosas sofreram declínio, crescendo em importância as causas perinatais.

As causas perinatais são decorrentes de problemas durante a gravidez, parto e pós-parto e são responsáveis por mais de 50% dos óbitos no primeiro ano de vida. A prova desse declínio está evidenciada nos últimos anos. Entre 1996 e 2000, a redução foi de 20,5% e entre 2000 e 2004 a redução foi de 15,9% (IBGE, 2005).

A mortalidade neonatal precoce está mais associada ao direito de acesso e à qualidade dos serviços de saúde, da assistência pré-natal ao parto. Neste grupo ocorreu queda de 7,7% entre 2002 e 2004. A mortalidade pós-neonatal foi a que mais contribuiu para a queda geral e está mais associada às condições gerais de vida e saúde. No Nordeste, sua queda foi de 14,2% e no Sul, de 14,4%.

Dentre as questões responsáveis pela queda da taxa de mortalidade infantil, o Ministério da Saúde destaca: a redução das doenças infecciosas, em especial as imunopreveníveis que introduziram vacinas como a vacina contra haemophilus que apresenta impacto importante na redução das meningites e pneumonias provocadas por esse agente; a importante redução das diarreias como causa de óbito, resultando numa maior queda da mortalidade no período pós-neonatal; outros fatores como a redução continuada da fecundidade e a melhoria das condições ambientais e nutricionais da população.

Estudo produzido pelo Ministério da Saúde e publicado em 2006 (Macinko et al) mostrou que o Programa de Saúde da Família teve impacto significativo na queda da mortalidade infantil no Brasil, no período de 1991 a 2002. Para cada aumento de 10% da cobertura do PSF, a mortalidade infantil teve redução de 4,5%. A cobertura média do PSF, nos municípios, em 2004, foi de 62,3%; em 2002 foi de 54,8%. Aumentou 7% em dois anos, concentrando-se nos municípios com menor renda, onde a mortalidade infantil apresenta índices mais elevados.

Como podemos verificar no quadro 04 a seguir, essa evolução acompanhou a estimativa prevista pelo MS, obtendo uma ligeira queda nos índices previstos. O Maranhão apresentou os mesmos índices previstos para a região Nordeste.

Quadro IV: Estimativa da mortalidade infantil Brasil, Regiões e Maranhão

REGIÕES	ANO				
	1997	2000	2002	2003	2004
BRASIL	31,90	26,77	24,34	23,56	22,58
Norte	32,19	28,72	26,78	26,22	25,51
Nordeste	50,36	41,40	37,24	35,48	33,94
Sudeste	23,06	18,00	15,73	14,61	14,92
Sul	17,54	17,03	16,05	15,78	14,98
Centro-Oeste	24,36	20,95	19,26	18,75	18,70
MARANHÃO	50,38	41,40	37,24	35,48	33,94

Fonte: MS/SVS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC/ MS/SVS – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2006.

No Maranhão, em 2003 (ver Tabela 159), a queda da mortalidade infantil acompanhou a tendência nacional. Foi estimada uma taxa de mortalidade infantil (menores de um ano) de aproximadamente 36,7%. Os óbitos ocorridos na fase neonatal precoce foram 16,91%. Na fase neonatal tardia ocorreu em 4,09% dos óbitos e na fase pós-neonatal em 15,70%. Isto mostrou que a mortalidade infantil atingiu as crianças, expressivamente, nas fases neonatal precoce e pós-neonatal.

Tabela 159: Taxa de mortalidade infantil, por 1.000 nascidos vivos, Regiões e Maranhão, 2003⁵⁸

	Número de óbitos infantis (menores de 1 ano)		Neonatal precoce (0 a 6 dias)	Neonatal tardia (7 a 27 dias)	Pós-neonatal (28 a 364 dias)
	Taxa ⁵⁹	Estimativa ⁶⁰			
Brasil ⁶¹	x ⁶²	24,11	12,07	3,60	8,43
Região Norte	X	26,22	13,27	3,58	9,37
Região Nordeste	X	35,48	17,45	4,40	13,64
Maranhão	X	36,7	16,91	4,09	15,70
Região Sudeste (3)	X	15,61	8,75	2,95	5,37
Região Sul (3)	15,78	x	7,58	2,58	5,62
Região Centro-Oeste (3)	X	18,71	9,66	3,28	5,77

Fonte: MS/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC, MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2006.

As Tabelas 160 e 161 são ilustrativas e confirmam a situação da mortalidade infantil no Maranhão e em São Luís no período pesquisado.

⁵⁸ Os dados referentes aos anos de 2004 e 2005 não estão disponíveis na fonte.

⁵⁹ Calculada diretamente dos sistemas SIM e SINASC, para os estados que atingiram índice final (cobertura e regularidade do SIM) igual ou superior a 80% e cobertura do SINASC igual ou superior a 90%.

⁶⁰ Estimada pelo MS a partir de métodos demográficos indiretos.

⁶¹ Média das taxas estaduais, obtidas por método direto ou indireto.

⁶² (x) indica dado numérico omitido na construção do IDB-2005

Tabela 160: Óbitos infantis, por faixa etária, menores de um ano – Maranhão e São Luis, 2003 e 2004

Faixa Etária	Maranhão		São Luis	
	2003	2004	2003	2004
0 a 6 dias	1.076	1.000	275	246
7 a 27 dias	253	266	95	96
1 a 11 meses	969	805	254	230
Menor 1 ano (ignorada)	21	7	-	-
TOTAL	2.319	2.078	624	572

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2006.

Tabela 161: Mortalidade infantil, por faixa etária, Maranhão e São Luis, 2003 e 2004

Faixa Etária	Maranhão		São Luis	
	2003	2004	2003	2004
Menor 1 ano	2.319	2.078	624	572
1 a 4 anos	531	481	158	135
5 a 9 anos	211	193	79	59
10 a 14 anos	222	216	72	89
15 a 19 anos	471	458	158	146
TOTAL	3.754	3.426	1.091	1.001

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2006.

O Maranhão manteve a condição de ser detentor dos maiores índices de mortalidade infantil do país, apesar de apresentar queda crescente. Os dados confirmam que as crianças menores de um ano foram as maiores vítimas.

Tabela 162: Mortalidade proporcional por idade, 2003

Faixa Etária	Brasil		Nordeste		Maranhão		São Luis	
	Proporção de óbitos (%)	Óbitos	Proporção de óbitos (%)	Óbitos	Proporção de óbitos (%)	Óbitos	Proporção de óbitos (%)	Óbitos
Menor 1 ano	58,40	57.540	63,94	21.677	57,91	2.319	69,64	624
1 a 4 anos	10,46	10.306	10,89	3.692	14,42	584	10,26	92
5 a 9 anos	5,28	5.207	4,93	1.672	5,63	228	4,68	42
10 a 14 anos	6,03	5.946	5,29	1.796	6,14	249	4,12	37
15 a 19 anos	19,81	19.517	14,94	5.065	12,71	515	11,27	101
TOTAL	100,00	98.516	100,00	33.902	100,00	4.049	100,00	896

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2006.

Analisando a mortalidade sob a perspectiva de gênero, (Tabela 163) podemos verificar que esta atingiu mais as crianças menores de um ano, do gênero masculino. Contudo, no grupo de 15 a 19 anos predominou o gênero feminino. Esta situação pode estar relacionada à alta incidência de gravidez nessa faixa etária (o que será analisado na seção 2.3).

Tabela 163: Mortalidade proporcional por idade e gênero, Maranhão, São Luís, 2003⁶³

Faixa Etária	Maranhão		São Luís	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Menor 1 ano	1.047	1.411	166	210
1 a 4 anos	295	289	46	46
5 a 9 anos	102	126	15	27
10 a 14 anos	105	144	14	23
15 a 19 anos	185	330	27	74
TOTAL	1.734	2.300	268	380

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2006.

2.3.1 Mortalidade por grupos de causas⁶⁴

Analisando a mortalidade infantil no Maranhão e em São Luís, a partir da variável grupo de causas, destacamos que no grupo menor de um ano, que representou 63,87% dos óbitos. As maiores causas dos óbitos foram: infecções perinatais⁶⁵, com 59,47; demais causas, com 19,23% e doenças infecciosas e parasitárias, com 10,18%. O grupo entre um a quatro anos, que representou 11,96% dos óbitos, foi determinado em sua maioria por demais causas definidas, com 26,77%; pelas doenças infecciosas parasitárias, com 24,15% e causas externas, 18,64%.

No grupo de cinco a nove anos, que representaram 5,30%, 37,87% dos óbitos foram por causas externas; demais causas definidas, foram 27,22%; neoplasias, com 12,43% e doenças infecciosas e parasitárias, com 11,83.

O segundo grupo mais atingido foi o de dez a dezenove anos, que representou 18,85% dos óbitos, cujos determinantes principais foram as causas externas (48,67%) e demais causas definidas (21,33%).

A mortalidade por afecções originadas no período perinatal têm apresentado queda. Em 1997, respondeu por 29,20% e, em 2004, chegou a 18,80% dos óbitos. Contudo, ainda é preocupante a situação no Maranhão, pois estamos na região que detêm o maior índice de mortalidade por essa causa e, ocupamos na região, o 7º lugar.

⁶³ Os dados referentes aos anos de 2004 e 2005 não estão disponíveis na fonte.

⁶⁴ Distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Grupos de causas doenças infecciosas e parasitárias; neoplasias; doenças do aparelho circulatório; doenças do aparelho respiratório; algumas afecções originadas no período perinatal causas externas; demais causas definidas.

⁶⁵ Problemas originados até a primeira semana de vida, tais como: prematuridade, asfixia durante o parto e as infecções neonatais.

Tabela 164: Mortalidade proporcional por grupos de causas, % e números de óbitos por Faixa Etária e Grupo de Causas, Maranhão, 2003⁶⁶

Causas	Maranhão ⁶⁷									
	Menor 1 ano		1 a 4 anos		5 a 9 anos		10 a 19 anos		Total	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Doenças infecciosas e parasitárias	10,18	207	24,15	92	11,83	20	8,17	49	11,56	368
Neoplasias	0,49	10	6,82	26	12,43	21	8,33	50	3,36	107
Doenças do aparelho circulatório	0,49	10	2,62	10	2,37	4	7,67	46	2,2	70
Doenças do aparelho respiratório	9,05	184	18,9	72	8,28	14	5,83	35	9,58	305
Afecções originadas no período perinatal	59,47	1209	2,1	8	0	0	0	0	38,23	1.217
Causas externas	1,08	22	18,64	71	37,87	64	48,67	292	14,11	449
Demais causas definidas	19,23	391	26,77	102	27,22	46	21,33	128	20,96	667
TOTAL	100	2.033	100	381	100	169	100	600	100	3.183

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2006.

Em São Luís (Tabela 165) onde ocorreram 19,60% dos óbitos, a situação foi semelhante à do Estado. O grupo mais atingido pela mortalidade foi o composto por menores de um ano, com 59,45% dos casos e seguiram a mesma tendência de causas: 53,91% morreram por afecções originadas no período perinatal e 28,03% por demais causas definidas.

O segundo grupo mais atingido também foi o de dez a dezenove anos, com 21,15% dos casos. As causas dos óbitos também foram externas, com 52,27%, demais causas definidas, com 14,39% e neoplasias com 12,88%.

O terceiro grupo mais atingido é o composto de crianças entre um a quatro anos. Estas tiveram seus óbitos determinados por demais causas definidas (41,25%); causas externas (22,5%); doenças infecciosas e parasitárias (13,75%) e doenças do aparelho respiratório (12,5%).

O grupo com a menor taxa de mortalidade envolveu crianças de cinco a nove anos, sendo a maioria dos óbitos por demais causas definidas (41,46%); causas externas (29,27%) e doenças infecciosas e parasitárias (12,20%).

⁶⁶ Os dados referentes aos anos de 2004 e 2005 não estão disponíveis na fonte.

⁶⁷ Nas tabulações por faixa etária, sexo ou grupos de causas, estão suprimidos os casos como idade, sexo ou grupo de causa ignorados ou mal definidos, respectivamente.

Tabela 165: Mortalidade proporcional por grupos de causas, % e números de óbitos por Faixa Etária e Grupo de Causas, São Luís, 2003⁶⁸

Causas	São Luís ⁶⁹									
	Menor 1 ano		1 a 4 anos		5 a 9 anos		10 a 19 anos		Total	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Doenças infecciosas e parasitárias	7,28	27	13,75	11	12,2	5	7,58	10	8,49	53
Neoplasias	0	0	10	8	9,76	4	12,88	17	4,65	29
Doenças do aparelho circulatório	0	0	0	0	0	0	7,58	10	1,6	10
Doenças do aparelho respiratório	8,36	31	12,5	10	7,32	3	5,3	7	8,17	51
Afecções originadas no período perinatal	53,91	200	0	0	0	0	0	0	32,05	200
Causas externas	2,43	9	22,5	18	29,27	12	52,27	69	17,31	108
Demais causas definidas	28,03	104	41,25	33	41,46	17	14,39	19	27,72	173
TOTAL	100	371	100	80	100	41	100	132	100	624

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2006..

Tabela 166: Óbitos por grupo de causa e faixa etária, Maranhão, 2003, 2004 e 2005⁷⁰

Grupo de causa	2003		2004	
	10 a 14 anos	15 a 19 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1	33	1	38
Neoplasias (tumores)	0	1	0	2
Doenças sangue órgãos hematológicos e transtornos imunitários	0	1	0	3
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	0	11	0	11
Doenças do sistema nervoso	1	5	0	2
Doenças do aparelho circulatório	0	2	0	3
Doenças do aparelho respiratório	0	38	0	24
Doenças do aparelho digestivo	0	2	0	3
Doenças do aparelho geniturinário	0	1	0	1
Algumas afecções originadas no período perinatal	21	313	28	317
Malformação congênita deformidade e anomalias cromossômicas	5	50	3	39
Sintomas e sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais	6	74	3	41
Causas externas de morbidade e mortalidade	0	3	0	3
TOTAL	34	534	35	487

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2006.

⁶⁸ Os dados referentes aos anos de 2004 e 2005 não estão disponíveis na fonte.

⁶⁹ Nas tabulações por faixa etária, sexo ou grupos de causas, estão suprimidos os casos com idade, sexo ou grupo de causa ignorados ou mal definidos, respectivamente.

⁷⁰ Os dados referentes ao ano de 2005 não estão disponíveis na fonte.

A Tabela 166 detalha os óbitos de crianças e adolescentes de dez a quatorze anos e de quinze a dezenove anos, por grupos de causas, em 2003 e 2004. As causas preponderantes da morte nesses grupos foram as afecções perinatais.

As causas com maior incidência em 2003 foram: afecções originadas no período perinatal, sintomas e sinais achados anormais em exames clínicos e laboratoriais, má formação congênita, deformidade e anomalias cromossômicas. Também foram registrados, com menor expressão, óbitos por doenças infecciosas e parasitárias; doenças do sistema nervoso; doenças do aparelho respiratório; doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas; e causas externas.

Em 2004, ocorreu uma sutil elevação da mortalidade no grupo de dez a quatorze anos e uma redução significativa no grupo de quinze a dezenove anos. As principais causas dos óbitos foram: afecções originadas no período perinatal; sintomas e sinais achados anormais em exames clínicos e laboratoriais; má formação congênita, deformidade e anomalias cromossômicas; doenças do aparelho respiratório e doenças infecciosas e parasitárias.

As taxas de mortalidade no grupo de dez a quatorze anos foram respectivamente 61,76% e 80%. No grupo de quinze a dezenove anos foram na mesma ordem, 58,61% e 65,09%.

A taxa de óbitos de crianças menores de um ano até dez anos no Maranhão por causas mal definidas⁷¹, em 2003 (Tabela 167) foi de 50,80%, muito acima da taxa nacional de 13,65%. A taxa também foi alta nas faixas etárias de um a quatro anos, com 23,44% e na de dez a dezenove anos com 18,93%.

Em termos percentuais, a mortalidade por causas mal definidas de crianças e adolescentes em São Luís, também foi bastante expressiva. O maior índice de óbitos ocorreu no grupo de um a quatro anos, 41,37%, seguido dos menores de um ano, 34,48%. O grupo de dez a dezenove anos teve um índice de mortalidade de 20,68%.

Tabela 167:- Mortalidade proporcional por causas mal definidas em 2003

Faixa Etária	Nordeste			Maranhão			São Luís		
	% óbitos mal definidos	Nº de óbitos	Nº Óbitos mal definidos	% óbitos mal definido	Nº de óbitos	Nº Óbitos mal definidos	% óbitos mal definidos	Nº de óbitos	Nº óbitos Mal definidos
Menor 1 ano	59,60	21.677	2.758	50,80	2.473	440	34,48	381	10
1 a 4 anos	16,83	3.692	779	23,44	584	203	41,37	92	12
5 a 9 anos	6,44	1.672	298	6,81	228	59	3,44	42	1
10 a 19 anos	17,11	6.861	792	18,93	764	164	20,68	138	6
TOTAL	100,00	33.902	4.627	100,00	4.049	866	100,00	653	29

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade –SIM, 2006.

⁷¹ Percentual de óbitos por causas mal definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado (RIPSA, 2000).

Fazendo um recorte de gênero (Tabela 168) sobre a taxa de mortalidade infantil por causas mal definidas em São Luís, em 2003, verifica-se a maior incidência nas crianças do gênero masculino. A situação só se modifica no grupo de dez a dezenove anos. Neste, predominaram os óbitos no gênero feminino. Essa informação pode estar confirmando a vulnerabilidade das meninas em relação ao exercício de sua sexualidade. Esse grupo populacional é o que tem apresentado, em todas as unidades da federação, índices elevados de gravidez.

Tabela 168: Mortalidade proporcional por causas mal definidas em São Luís em 2003, por gênero

Faixa Etária	% óbitos mal definidos		Nº de óbitos			Nº de óbitos mal definidos	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Não informado o sexo ⁷²	Masculino	Feminino
Menor 1 ano	40,00	28,57	210	166	-	6	4
1 a 4 anos	40,00	42,85	46	46	-	6	6
5 a 9 anos	6,66	0	27	15	-	1	0
10 a 19 anos	13,33	28,57	97	41	-	2	4
TOTAL	100,00	100,00	380	268	05	15	14

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, 2006.

Os óbitos por causas mal definidas também atingiram significativamente as crianças menores de um ano e entre um a quatro anos. Destaca-se, mais uma vez, a vulnerabilidade desse grupo populacional. Diante da persistência dessa realidade perguntamos: o que está dificultando a implementação da Agenda de Compromissos para a Saúde Integral da Criança e Redução da Mortalidade Infantil, assumido pelo Ministério da Saúde?

2.4 Outras variáveis relacionadas à mortalidade infantil no Maranhão e em São Luís

2.4.1 Idade da mãe

A idade da mãe é uma variável importante por refletir, dentre outros aspectos, as condições biológicas, emocionais, educacionais e financeiras para gerar e cuidar de uma vida.

Pensar a idade da mãe como fator determinante para a mortalidade infantil é imperativo para que se repense e reoriente a política para aumento da proteção à infância. Quanto menor for a idade da mãe, mais riscos e vulnerabilidades ameaçarão seus filhos. Fazemos essa afirmativa tomando como base a Tabela 169, a qual registra que dos óbitos infantis ocorridos no Maranhão, em 2003, 52,58% foram filhos de mães na faixa etária de dez a dezenove anos, com uma ligeira redução em 2004 (49,89%). A

⁷² Cinco óbitos, que não foram informados o sexo, nem a idade, mas constam como acontecidos.

situação se repetiu em São Luís com maior expressão. Em 2003, foram 75,48% e 62,95% em 2004.

Tabela 169: Óbitos infantis, Maranhão e São Luis, segundo a idade da mãe, 2003 e 2004.

Idade da mãe	Maranhão				São Luis			
	2003		2004		2003		2004	
	N	%	N	%	N	%	N	%
10 a 14 anos	34	3,09	35	3,35	16	3,92	6	2,46
15 a 19 anos	534	48,58	485	46,54	292	71,56	147	60,49
Mais de 19 anos	531	48,31	522	50,09	100	24,59	90	37,03
TOTAL	1.099	100	1.042	100	408	100	243	100

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2006.

Os filhos das mulheres de até dezenove anos em 2003 e 2004, como mostrado na Tabela 169, foram a óbito, predominantemente, por afecções originadas no período perinatal, seguido de: transtornos relacionados à duração da gravidez e crescimento fetal; feto/recém-nascido afetado fatores maternos complementares gravidez/parto; hipóxia intra-uterina e asfixia ao nascer; desconforto respiratório do recém-nascido; outras afecções respiratórias do recém-nascido; septicemia bacteriana do recém-nascido; outras afecções respiratórias do recém-nascido; septicemia bacteriana do recém-nascido; restante das afecções perinatais; malformação congênita deformidades anomalias cromossômicas; doenças infecciosas e parasitárias; diarreias e gastroenterites; doenças do aparelho respiratório; pneumonia; septicemias, doenças endócrinas, nutricionais e do metabolismo; desnutrição e outras deficiências nutricionais; dentre outras.

Essa situação causa inquietações e exige explicações, pois, são causas de mortalidade que indicam fragilidade na execução da política de saúde, no que se refere à proteção e promoção da saúde da mulher e da criança. Tais causas são preveníveis através da boa assistência à gestação, parto e pós-parto.

A situação acima referida, alerta sobre a ocorrência dos chamados 'eventos sentinela', ou seja, quando as crianças estão morrendo por causas que refletem problemas no sistema de saúde, uma vez que existem ações de prevenção e controle para essas doenças⁷³.

⁷³ Ver Agenda de Compromissos para a Saúde Integral da Saúde da Criança e Redução da Mortalidade Infantil, MS.

Tabela 170: Óbitos infantis, Maranhão e São Luis, idade da mãe até 19 anos, 2003 e 2004

Grupo de Causas	Maranhão		São Luis	
	2003	2004	2003	2004
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	34	39	8	17
Diarréia e gastroenterite origem infecções presumível	18	19	3	6
Outras doenças infecciosas intestinais	3	2	0	1
Coqueluche	0	1	2	6
Septicemia	10	12	1	2
Outras doenças virais	1	2	2	2
Malária	0	1	1	1
Restante algumas doenças infecciosas parasitárias	2	2	0	1
Neoplasias	1	2	1	0
Leucemia	0	1	1	1
Restante de neoplasias malignas	1	1	1	1
Doenças sangue órgãos hematológicos alguns transtornos imunitários	1	3	3	5
Anemias	1	3	3	5
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	11	11	6	1
Desnutrição e outras deficiências nutricionais	10	11	2	0
Restante doenças endócrinas nutricionais metabólicas	1	0	4	1
Doenças do sistema nervoso	6	2	1	1
Meningite	2	0	13	10
Restante de doenças do sistema nervoso	4	2	8	8
Doenças do aparelho circulatório	2	3	1	0
Doenças do aparelho respiratório	38	24	4	2
Pneumonia	19	18	0	1
Outras infecções respiratórias agudas	3	0	84	87
Restante das doenças do aparelho respiratório	16	6	3	9
Doenças do aparelho digestivo	2	3	6	7
Doenças do aparelho geniturinário	1	0	0	1
Algumas afecções originadas no período perinatal	334	345	4	7
Feto/recém-nascido afetado fatores maternos complementares gravidez / parto	18	19	23	18
Transtornos relacionados à duração gravidez e crescimento fetal	27	30	3	3
Traumatismo ocorrido durante o nascimento	0	3	12	11
Hipóxia intra-uterina e asfixia ao nascer	29	34	20	16
Desconforto respiratório do recém-nascido	59	41	2	1
Pneumonia congênita	4	6	11	14
Outras afecções respiratórias do recém-nascido	83	72	35	24
Septicemia bacteriana do recém-nascido	33	44	3	2
Onfalite do recém-nascido com/sem hemorragia leve	0	2	2	1
Transtornos hemorrágicos hematológicos feto/recém-nascido	9	2	7	5
Restante das afecções perinatais	72	92	0	1
Malformação congênita deformidades anomalias cromossômicas	55	42	2	1

Continuação da Tabela 170

Grupo de Causas	Maranhão		São Luis	
	2003	2004	2003	2004
Hidrocefalia e espinha bífida congênitas	4	3	21	14
Outras malformações congênitas do sistema nervoso	4	4	0	2
Malformações congênitas do coração	12	12	0	1
Outras malformações congênitas aparelho circulatórios	1	2	0	1
Síndrome de Down e outras anomalias cromossômicas	2	1	0	2
Outras malformações congênitas	32	20	0	1
Sintomas e sinais achados anormais exames clínicos laboratoriais NCOP	6	5	0	1
Síndrome da morte súbita na infância	1	2	152	152
Outros sintomas sinais achados anormais exames clínicos laboratoriais NCOP	5	3	8	17
Todas as outras doenças	0	1	3	6
Causas externas de morbidade e mortalidade	3	3	0	1
Acidentes de transporte	2	0	2	6
Outros riscos acidentais à respiração	0	1	1	2
Exposição à fumaça, ao fogo e às chamas	0	1	2	2
Agressões	0	1	1	1
Todas as outras causas externas	1	0	0	1
TOTAL	983	959	472	490

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2006.

Notamos que as crianças ainda estão morrendo pelas precárias condições de vida das mulheres. Estas não conseguem usufruir o direito à gravidez e parto seguros, à assistência à saúde da criança nos primeiros cinco anos de vida. Por isso, não conseguem assegurar aos seus filhos as condições necessárias ao atendimento de todas as necessidades impostas pela sua situação de vulnerabilidade e exclusão social. Reflexo dessa ausência é o retrato da mortalidade infantil no Maranhão e em São Luís.

2.4.2 Momento do óbito: antes, durante ou após o parto?

Os óbitos ocorridos de filhos de mulheres de até dezenove anos (Tabela 171) foram em maioria após o parto, conforme já mostrado anteriormente nas fases neonatais que se iniciam no primeiro dia de vida e estendem-se até o 364º dia. Essa situação reflete as condições de vida das mulheres que não conseguem disponibilizar os recursos, habilidades e conhecimentos necessários para possibilitar condições de vida menos vulneráveis para seus filhos. Mais uma vez ganha destaque a vulnerabilidade das crianças no período perinatal.

Tabela 171: Óbito infantil por idade da mãe até 19 anos e em relação ao parto, Maranhão, 2003 e 2004

Momento do óbito	Ano	
	2003	2004
Antes do parto	7	5
Durante o parto	13	3
Após o parto	479	477
Ignorado	69	37
TOTAL	568	522

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2006.

2.4.3 Número de consultas no pré-natal

A insuficiência da atenção ao pré-natal é um dos responsáveis em todo o Brasil, pelas altas taxas de mortalidade neonatal e materna. Para reverter essa situação, o Brasil assinou, em 2004, o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal que tem como meta inicial a redução até 2006 de 15% dos óbitos maternos e neonatais.

O Maranhão e São Luís, no período de 2003 e 2004, têm obtido melhoria no acompanhamento pré-natal visto que tem reduzido progressivamente o número de mães sem nenhuma assistência pré-natal. Comparando com 1995, ocorreu uma redução de quase 60% do número de gestantes sem nenhuma consulta de pré-natal.

Adotando como parâmetro o ano de 1995, o percentual de gestantes que realizaram entre uma a três consultas de pré-natal também sofreu, como esperado, uma tendência de queda, tanto no Estado como em São Luís. Em contrapartida, nesse período, as gestantes que realizaram de quatro a seis consultas, manteve tendência de crescimento. Entretanto, a realização de sete ou mais consultas, que obteve um índice de 48% das gestantes em 1995, diminuiu em 2000 e manteve ritmo de crescimento em 2003 e 2004, sem, contudo, conseguir superar o índice alcançado em 1995.

Essas informações mostram que ainda estamos distante de atingir a meta recomendada pelo Ministério da Saúde para realização do pré-natal. O recomendado pelo MS é que toda mulher realize, durante a gestação, no mínimo seis consultas pré-natais.

Tabela 172: Taxa de consultas no pré-natal, Maranhão, São Luís, 1995, 2000, 2003 e 2004

Número de Consultas	Maranhão				São Luís			
	1995	2000	2003	2004	1995	2000	2003	2004
Nenhuma consulta	9,5	5,44	3,71	3,44	8,81	5,16	3,44	3,26
1 a 3 consultas	41,57	15,78	12,75	12,63	42,66	15,12	11,75	11,44
4 a 6 consultas		48,67	48,31	47,74		48,82	47,97	46,72
7 ou mais consultas	48,00	30,11	35,22	36,19	48,53	30,90	36,84	38,59

Fonte: MS/SVS/SISNAC, 2006.

2.4.4 Escolaridade da mãe

A escolaridade da mãe foi apontada pelo UNICEF (2006) como um aspecto de grande impacto sobre a mortalidade de crianças. Esta posição foi tomada tendo por base diferentes estudos realizados que comprovaram relação entre o maior grau de escolaridade da mãe e o aumento de chances de evitar a mortalidade do filho nos primeiros cinco anos de vida. Informação esta que vem sendo confirmada nas estatísticas divulgadas pelo IBGE, nos últimos 10 anos.

Considerando a escolaridade da mãe como determinante primordial para o enfrentamento da mortalidade infantil, a Tabela 173 mostra que no Maranhão ainda há muito a ser feito pelas políticas públicas para a melhoria desse indicador, pois ainda é sutil a melhoria da taxa de escolaridade das mulheres. Em São Luís, a situação não é muito diferente. Analisando os registros dos óbitos infantis ocorridos no município foi verificado que é baixo o número de mães com escolaridade mais avançada.

Tabela 173: Taxa de escolaridade da população de 15 anos e mais, sexo feminino Maranhão, 2003, 2004, 2005

ANO	Anos de estudo				Total
	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 e mais anos	
2003	22,97	15,52	25,04	36,47	100,00
2004	21,68	14,37	24,58	39,37	100,00
2005	21,57	15,22	29,92	38,29	100,00

Fonte: IBGE/ Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios - PNAD, 2006.

2.4.5 Raça/cor da mãe

A 'raça/cor' da mãe é outro indicador revelador da desigualdade social que atinge as crianças e adolescentes brasileiras.

Analisar a mortalidade infantil no Maranhão e em São Luís sob o foco da variável 'raça/ cor' das mães, nos moldes como estão disponibilizados na fonte, tornou-se uma tarefa bastante complexa.

Surgem duas indicações de cor, a parda e a amarela que, no nosso entendimento, podem causar desvios na classificação amplamente utilizada: branca, negra e indígena. Isto porque as cores parda ou amarela podem estar mascarando as classificações negra ou indígena. Talvez por esse motivo o resultado, tanto no Maranhão como em São Luís, seja o oposto da nacional.

No Maranhão, em 2003 e 2004, tomando como referência os óbitos infantis/mães com até 19 anos, a mortalidade infantil atingiu mais significativamente as crianças de cor parda, 57,69% e 60,59%, e branca 22,05% e 19,03%. Em São Luís, no ano de 2003, foram 45,18% de crianças da cor parda, 23,77% de cor branca e 22,91% foi de cor ignorada. Em 2004, a dinâmica foi mantida, apresentando ligeira elevação.

Esta situação não pode ser generalizada, porque se referiu a um grupo específico (óbitos infantis/mães com até 19 anos).

Enfocando a análise da variável raça/cor das crianças e adolescentes, considerando a variável faixa etária entre zero a dezenove anos (Tabela 174) podemos perceber que a predominância crescente da raça/cor parda é confirmada. Mas uma vez chama-se a atenção para a pequena identificação das crianças como negras ou indígenas. Permanece também uma tendência crescente, a de registro ignorado da 'raça/ cor.'

Tabela 174: Mortalidade Infantil de 0 a 19 anos por raça/cor, Maranhão e São Luis, 2003 e 2004

Raça/cor	Maranhão				São Luis			
	2003		2004		2003		2004	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Branca	828	22,05	652	19,03	255	23,37	228	22,77
Preta	249	6,63	187	5,45	82	7,51	57	5,69
Amarela	29	0,77	20	0,58	3	0,27	-	-
Parda	2166	57,69	2076	60,59	493	45,18	499	49,85
Indígena	26	0,69	22	0,64	8	0,73	2	0,19
Ignorado	456	12,14	469	13,68	250	22,91	215	21,47
TOTAL	3754	100	3426	100	1091	100	1001	100

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2006.

O UNICEF (2006) chamou atenção sobre a desigualdade racial no que se refere à proteção e promoção de saúde da criança no Brasil. As mulheres negras fazem menos consultas no pré-natal, estão apresentando maiores números de notificação de HIV, tem menos acesso ao uso de preservativos. As mulheres negras são tidas como mais vulneráveis no atendimento às suas necessidades de saúde e por isso merecem atenção especial, tanto na formulação de políticas, programas e ações, como na sua execução de modo que tenham suas necessidades atendidas equitativamente.

2.4.6 Local da ocorrência do óbito

Quanto ao local de ocorrência do óbito infanto-juvenil é importante destacar que, no âmbito do Estado, em 2003 e 2004, tiveram como lugar o hospital. Estes ocorreram respectivamente em 69,36% e 70,92%. Contudo, mais de 25% ocorreu no próprio domicílio.

Em São Luís, tendo como referência os óbitos infantis/mães com até 19 anos, no ano de 2003, os óbitos ocorreram 50% em outros locais e 46,92 foram em hospital.

Em 2004, a situação inverteu significativamente, pois 95% dos óbitos foram hospitalares. Esta variável pode estar indicando ampliação do acesso a serviços hospitalares. Porém, fica uma dúvida: o atendimento está sendo adequado para o enfrentamento da vulnerabilidade de saúde da criança?

Tabela 175: Local de ocorrência dos óbitos infantis, mães de até 19 anos, Maranhão, São Luís, 2003 e 2004

Local da ocorrência	Maranhão				São Luís			
	2003		2004		2003		2004	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Hospital	779	69,36	639	70,92	259	46,92	204	94,88
Outros estabelecimentos	12	1,06	7	0,77	14	2,53	7	3,25
Domicílio	315	28,04	234	25,97	2	0,36	1	0,46
Via pública	13	1,15	8	0,88	1	0,18	2	0,93
Outros	4	0,35	13	1,44	276	50,00	1	0,46
TOTAL	1.123	100	901	100	552	100	215	100

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2006.

Para encontrar as respostas sobre o significado do atendimento hospitalar no seu processo adoecimento/ morte precisará ser avaliado o grau de resolutividade do hospital. Dessa forma, será possível avaliar o significado da morte hospitalar de crianças e adolescentes no Maranhão. O hospital é local de morte assistida ou espaço de resgate da vida? Essa resposta para ser obtida precisa desvelar as condições de chegada e o atendimento dessas crianças que interromperam sua vida no hospital.

2.5 Gravidez na adolescência

Nas últimas décadas, a questão da gravidez na adolescência tem assumido destaque na agenda pública brasileira devido à expressão do problema. Enquanto tem sido registrado, em toda parte do mundo, no Brasil e no Maranhão, queda do nível de fecundidade feminina nos outros grupos de idade, na adolescência tem ocorrido o contrário. As taxas têm se elevado, com tendência tímida de queda. Nos anos de 2003 e 2004, dos nascidos vivos, no Maranhão, (Tabela 176) 31,11% e 30,66% foram filhos de mães na faixa de dez a dezenove anos. Em São Luís, estes foram 25,56% e 24,75%. O maior grupo de casos é a faixa de vinte a vinte e quatro anos, que como afirma Camarano (1998) podem ter engravidado ainda na adolescência.

Tabela 176: Nascidos vivos, por idade da mãe e ano de nascimento, Maranhão, 2003 e 2004

Idade da mãe	Maranhão		São Luís	
	2003	2004	2003	2004
10 a 14 anos	1.752	1.756	192	166
15 a 19 anos	37.427	36.214	5.347	5.240
20 a 24 anos	47.096	46.271	8.085	7.942
25 a 29 anos	22.324	22.819	4.525	4.883
30 a 34 anos	10.185	9.894	2.366	2.403
35 a 39 anos	4.950	4.673	914	942
40 a 44 anos	1.552	1.467	175	224
45 a 49 anos	181	161	14	11
50 a 54 anos	4	4	-	-
55 a 59 anos	1	1	-	-
60 a 64 anos	2	0	-	-
Idade ignorada	337	573	48	29
TOTAL	125.811	123.833	21.666	21.840

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC, 2006.

Esta situação é confirmada através da informação sobre os nascimentos em São Luís, no período de 2003 e 2004. O percentual de nascimentos em mães adolescentes foi de 26%.

Tabela 177: Informações sobre nascimentos, São Luís em 2003 e 2004

Condições	2003	2004
Número de nascidos vivos	41	25
Percentual (%) com prematuridade	5.9	6.5
Percentual (%) de partos cesáreos	37.9	37.5
Percentual (%) de mães de 10-19 anos	25.1	24.1
Percentual (%) de mães de 10-14 anos	0.9	0.7
Percentual (%) geral	10.0	9.6
Percentual (%) partos cesáreos	8.5	9.1
Percentual (%) partos vaginais	10.9	10.0

Fonte: <http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/tabfusion/tabfusion.cfm>.

Essas informações cruzam com os indicadores sobre mortalidade infanto-juvenil, pois estes se mostraram significativos na população adolescente. Nestes, os óbitos infantis foram expressivos e ocorreu, na sua maioria, por afecções perinatais.

O elevado nível de fecundidade de adolescentes tem sido associado ao início precoce da vida sexual das mulheres, ao desconhecimento do funcionamento do aparelho sexual e reprodutivo, à falta de informações e acesso a métodos de contracepção e à precariedade e baixa cobertura dos serviços de saúde (CAMARANO, 1998).

Analisando a Tabela 178, confirma-se a situação anteriormente analisada por Harter e Costa (2002). Estas autoras, como muitos outros, chamaram a atenção sobre o fato de que a gestação e maternidade na adolescência encontram-se na realidade latino-americana, agregadas à vulnerabilidade sócio-econômica. No Maranhão e em São Luís, a situação não é diferente.

As adolescentes que realizaram seus partos no SUS possuem baixos níveis de instrução e preponderantemente são solteiras e de cor parda. Analisando a situação, pode-se afirmar que o que agrava a situação destas adolescentes não são, da forma isolada como tem sido mais comumente discutida, a gravidez e o parto, mas sim as condições sócio-econômicas e culturais em que estas mães estão inseridas⁷⁴. Nesse sentido, a política de saúde precisa romper com essa visão reducionista, que culpabiliza e vitimiza as adolescentes pela sua gravidez e parto. Ir além das ações médico-curativas e considerar a necessidade de articular ações e políticas para intervir sobre a totalidade em que estas estão inseridas.

Como afirmou Camarano (1998) o aumento da fecundidade na adolescência é um fenômeno mundial, sendo que no Brasil a maior incidência é nas regiões mais pobres, nas áreas rurais e em mulheres com menor nível de escolaridade. Os riscos da gravidez e parto estão sob controle através da rede de atendimento à gravidez, parto e pós-parto disponíveis na rede pública de saúde. O que altera substantivamente a

⁷⁴ Sobre esse assunto ver SILVA, Selma. M.M.M da. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: VIVÊNCIAS E SIGNIFICADOS. Dissertação, Mestrado Saúde e Ambiente, UFMA, 2004.

trajetória das mães adolescentes é a falta de condições sociais e culturais de exercício da maternidade e a ausência de condições de vivência segura da sexualidade.

Tabela 178: Nascidos vivos, mães de 10 a 19 anos, Maranhão e São Luís, 2003 e 2004

VARIÁVEIS	MARANHÃO				SÃO LUÍS			
	2003		2004		2003		2004	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Idade da mãe								
10 a 14 anos	1.752	1,39	1.756	1,41	192	0,88	166	0,76
15 a 19 anos	37.427	29,74	36.214	29,24	5.347	24,67	5.240	23,99
Acima de 19 anos	86.295	68,59	85.290	68,87	16.079	74,21	16.405	75,11
Ignorada	337	0,26	573	0,46	48	0,22	29	0,13
TOTAL	125.811	100	123.833	100	21.666	100	21.840	100
Local do parto								
Hospital	35.950	91,75	35.105	92,45	5.525	99,74	5.378	99,48
Outro estabelecimento de saúde	602	1,53	662	1,74	3	0,056	7	0,13
Domicílio	2.559	6,53	2.149	5,65	9	0	20	0,36
Outro	68	0,17	53	0,13	2	0,036	1	0,02
Ignorado	0	0	1	0,002	0	0	0	0
TOTAL	39.179	100	37.970	100	5.539	100	5.406	100
Instrução da mãe								
Nenhuma	1.875	4,78	1.367	3,60	32	0,57	16	0,29
1 a 3 anos	8.152	20,80	6.680	17,59	307	5,54	206	3,81
4 a 7 anos	18.587	47,44	18.808	49,53	2.235	40,35	2.047	37,86
8 a 11 anos	8.112	20,70	8.681	22,86	2.124	38,46	2.338	43,24
12 anos e mais	1.002	2,55	1.285	3,38	320	5,77	589	10,89
1º grau incompleto	1	0,0025	0	0	0	0	0	0
Ignorado	337	0,86	1.149	3,02	521	9,40	210	3,88
TOTAL	39.179	100	37.970	100	5.539	100	5.406	100
Estado Civil								
Solteira	28.601	73,00	30.943	81,49	3.837	69,27	4.402	81,42
Casada	6.686	17,06	5.752	15,14	1.017	18,36	864	15,98
Viúva	62	1,15	39	0,10	9	0,16	7	0,12
Separada judicialmente	41	0,10	23	0,060	8	0,14	6	0,11
União consensual	2.775	7,03	317	0,83	450	8,12	3	0,05
Ignorado	999	2,54	896	2,35	218	3,93	124	2,29
TOTAL	39.179	100	37.970	100	5.539	100	5.406	100
Raça/cor								
Branca	6.694	17,05	5.623	6,90	513	9,26	449	8,30
Preta	1.159	2,95	791	2,08	42	0,75	50	0,92
Amarela	472	1,20	344	0,90	28	0,50	30	0,55
Parda	27.359	69,83	28.310	74,55	2.683	48,43	3.116	57,63
Indígena	314	0,80	221	0,58	44	0,80	15	0,27
Ignorado	3.181	8,11	2.681	7,06	2.229	40,24	1.746	32,29
TOTAL	39.179	100	37.970	100	5.539	100	5.406	100

Fonte: MS/SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC, 2006.

2.6 Incidência de AIDS em crianças e adolescentes

A incidência de AIDS em crianças e adolescentes no Maranhão, em 2003, foi menor que a taxa do Nordeste, 0,94%. O grupo de maior taxa foi o de crianças menores de um ano que atingiu 2,14% dos casos. Estes contraíram o vírus através da contaminação vertical (mãe para filho). O grupo na faixa etária dos treze aos dezoito anos apresentou 18 casos novos.

O município de São Luís apresentou taxa muito acima do Nordeste e Maranhão, 2,07%. O grupo com maior incidência foi o menor de um ano com 10,94%. Foram registrados no período oito casos novos, sendo a metade destes no grupo de treze a dezoito anos.

Tabela 179: Taxa de incidência de AIDS, por idade, no ano de 2003⁷⁵

Faixa etária	Nordeste			Maranhão			São Luís		
	Taxa	Casos novos	População	Taxa	Casos novos	População	Taxa	Casos novos	População
Menor de 1 ano	3,43	34	990.340	2,14	3	139.879	10,94	2	18.285
1 a 4 anos	2,11	83	3.936.482	0,56	3	539.361	1,49	1	67.197
5 a 12 anos	0,86	70	8.125.188	0,27	3	1.093.105	0,73	1	137.041
13 a 19 anos	0,99	82	8.242.025	1,65	18	1.091.551	2,43	4	164.691
TOTAL	1,26	269	21.294.035	0,94	27	2.863.896	2,07	8	387.214

Fonte: Ministério da Saúde/SPS/Coordenação Nacional de DST/Aids, 2006.

Em 2004, a situação se manteve quase sem alteração no Nordeste. No Maranhão, foi registrada elevação significativa, tanto na taxa de incidência quanto nos casos novos. A taxa de incidência chegou a 1,64% (Tabela 180). As faixas etárias com maior incidência foram de um a quatro anos (2,24%) e menor de um ano (2,15%). Os casos novos somaram quase o dobro dos ocorridos em 2003.

São Luís triplicou sua taxa em 2004 atingindo 6,91%. Todos os grupos etários apresentaram taxas elevadas. O grupo com maior incidência foi de cinco a doze anos, com 8,79%, seguido do grupo de um a quatro anos, com 7,45%. Elevou-se o número de casos novos, para vinte e sete, sendo quase a metade destes no grupo de cinco a doze anos, seguido do grupo de treze a dezoito anos que foi responsável por nove casos novos.

⁷⁵Nas tabulações por faixa etária ou sexo, estão suprimidos os casos com idade ou sexo ignorados, respectivamente. Taxa de incidência: casos por 100.000.habitantes. 3 - Situação da base de dados em janeiro/2006. Acesso em 12.set..2006. Os dados referentes aos anos de 2005 não estão disponíveis na fonte.

Tabela 180: Taxa de incidência de AIDS, por idade, no ano de 2004⁷⁶.

Faixa etária	Nordeste			Maranhão			São Luís		
	Taxa	Casos novos	População	Taxa	Casos novos	População	Taxa	Casos novos	População
Menor de 1 ano	1,82	18	987.468	2,15	3	139.623	5,38	1	18.575
1 a 4 anos	2,28	89	3.899.763	2,24	12	535.511	7,45	5	67.158
5 a 12 anos	1,02	82	8.040.689	1,75	19	1.085.195	8,79	12	136.565
13 a 19 anos	0,9	75	8.351.013	1,25	14	1.116.016	5,35	9	168.208
TOTAL	1,24	264	21.278.933	1,67	48	2.876.345	6,91	27	390.506

Fonte: Ministério da Saúde/SPS/Coordenação Nacional de DST/Aids, 2006.

Os óbitos de crianças e adolescentes ocorridos por AIDS no Maranhão e em São Luís em 2003 alcançaram taxas de 0,24% e 1,29%. No Maranhão, foram registrados sete óbitos e, em São Luís, cinco. Atingiram em maior número as faixas etárias menor de um ano e de quinze a dezenove anos.

Tabela 181: Taxa de mortalidade específica por AIDS, Nordeste, Maranhão, São Luís 2003⁷⁷

Faixa etária	Nordeste			Maranhão			São Luís		
	Taxa	Número de casos	População	Taxa	Número de casos	População	Taxa	Número de casos	População
Menor 13 anos	0,25	32	1.3052.010	0,23	4	1.772.345	1,35	3	222.523
13 a 14 anos	0	0	2.343.922	0	0	314.357	0	0	43.811
15 a 19 anos	0,39	23	5.898.103	0,39	3	777.194	1,65	2	120.880
TOTAL	0,26	55	21.294.035	0,24	7	2.863.896	1,29	5	387.214

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2006.

2.7 Assistência imunológica

Em todo o mundo são reconhecidos os avanços no controle de doenças imunoprevisíveis. O final do século XX marcou o reconhecimento da erradicação de doenças como a febre amarela urbana, a varíola, a poliomielite e eliminação da circulação autóctone do vírus do sarampo.

No Brasil, o MS definiu como meta a vacinação com o esquema básico no mínimo de 95% das crianças que nascem a cada ano. Com isso, tornou-se possível atingir um alto percentual de municípios com cobertura vacinal adequado, tomando possível a interrupção da circulação de agentes etiológicos das doenças imunoprevisíveis.

⁷⁶ Nas tabulações por faixa etária ou sexo, estão suprimidos os casos com idade ou sexo ignorados, respectivamente. Taxa de incidência: casos por 100.000 habitantes. Situação da base de dados em janeiro/2006. Os dados referentes ao ano de 2005 não estão disponíveis na fonte.

⁷⁷ Nas tabulações por faixa etária ou sexo, estão suprimidos os casos com idade ou sexo ignorados, respectivamente. Taxa de mortalidade específica: óbitos por 100.000 habitantes. Os dados referentes aos anos de 2004 e 2005 não estão disponíveis na fonte.

Tabela 182: Imunizações por cobertura e doses aplicadas, Maranhão e São Luis, 2003, 2004 e 2005

Imunização	Cobertura						Doses Aplicadas					
	Maranhão			São Luis			Maranhão			São Luis		
	2003	2004	2005 ¹	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
BCG (BCG)	119,88	112,51	115,61	177,24	172,73	151,96	172.918	164.230	173.280	32.002	31.758	29.081
Contra febre amarela (FA)	97,72	79,62	88,92	131,5	102,47	105,64	140.949	116.225	133.273	23.744	18.841	20.217
Contra haemophilus influenzae tipo b (Hib)	2,71	0,02	0,01	1,61	0,04	0,05	3.910	36	10	291	7	10
Contra hepatite B (HB)	84,96	83,19	87,18	91,76	94,23	94,3	122.543	121.431	130.666	16.568	17.325	18.047
Contra influenza (campanha) (INF)	92,7	93,42	92,26	101,47	106,41	99,73	389.743	397.091	401.607	53.333	56.956	55.560
Contra sarampo	24,56	0	0	11,4	0	0	35.425	0	0	2.059	0	0
Oral contra poliomielite (VOP)	99,51	93,9	98,31	109,86	117,18	103,62	143.536	137.068	147.343	19.837	21.544	19.829
Oral contra poliomielite (campanha 1ª etapa) (VOP)	98,67	97,19	98,14	101,12	100,42	98,49	709.162	706.847	732.842	90.810	91.832	93.745
Oral contra poliomielite (campanha 2ª etapa) (VOP)	98,39	95,56	98,44	104,44	100,22	97,55	707.162	694.947	735.059	93.794	91.647	92.853
Tetavalente (DTP/Hib) (TETRA)	90,81	84,8	91,65	113,51	106,27	105,08	130.986	123.778	137.359	20.495	19.539	20.110
Tríplice bacteriana (DTP)	0,49	0,1	0,22	0,38	0	0	701	153	334	68	0	0
Tríplice viral (SCR)	102,32	96,36	103,46	146,54	126,23	118	141.123	134.480	148.288	25.429	22.306	21.703
Tríplice viral (campanha) (SCR)	0	37,09	0,05	0	44,7	0	0	51.771	75	0	7.899	0
TOTAL	75,58	73,31	73,9	84,71	83,46	78,39	2.698.158	2.648.057	2.740.136	378.430	379.654	371.155

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?pn=cnv/cpnima.htm>.

¹ Dados finais de 2005 atualizados até o mês de dezembro, sujeitos à revisão quando da atualização dos dados disponíveis de nascidos vivos - Banco SINASC.

A partir das informações anteriores, infere-se que no Maranhão e em São Luís, o controle das doenças imunoprevisíveis têm acontecido dentro dos parâmetros definidos pelo MS. O controle vacinal tem ocorrido acima da meta definida, à exceção da vacinação contra a febre amarela, da hepatite B que, no Maranhão, em 2004 e 2005 atingiu menos de 90% da população.

3 CONSIDERAÇÕES

Os indicadores de saúde analisados neste artigo, apontam os avanços e dificuldades que acompanham a consolidação do sistema de proteção social à infância e adolescência no Maranhão. Pois, confirma o desenvolvimento de políticas de proteção a esses segmentos que refletem em melhorias significativas nos índices dos indicadores analisados, claramente associados à melhoria do sistema de saúde, tanto no que se refere ao acesso da população ao sistema, como à ampliação e melhoria da cobertura.

Contudo, ainda se mantém dificuldades históricas, marcadas pelas concepções e práticas positivistas que impedem a intervenção dentro da lógica da proteção integral e da prioridade absoluta.

Para enfrentar a vulnerabilidade desse segmento, é preciso romper com a lógica de mercado que concretamente estrutura o SUS, e construir uma nova lógica que considere em primeiro lugar o desenvolvimento e o bem-estar da coletividade. Sobretudo, retomando a bandeira política que sustentou o movimento de reforma sanitária brasileira: a universalização e a democratização do sistema de saúde, como estratégia possível para a melhoria dos indicadores de saúde de todos os segmentos populacionais.

Reconhecemos que o SUS, por si só, não consegue dar respostas a uma realidade muito mais complexa que a sua capacidade de intervenção. As respostas construídas têm dificuldade de promover a melhoria das condições dos níveis de saúde da população. Uma vez que não pode dar todas as respostas para o enfrentamento da questão social em sua ampla configuração. Dessa forma, um dos grandes desafios postos é a efetivação da intersetorialidade e integralidade das ações.

A melhoria significativa dos indicadores de saúde da população criança e adolescente não depende unicamente do melhor desempenho do SUS. Faz-se necessário o melhor desempenho de todas as políticas públicas, inclusive a política econômica, na perspectiva de melhoria das condições de vida das populações de forma geral.

As informações analisadas são reveladoras de uma realidade que ainda merece atenção imediata da política de saúde. É visível o nível de vulnerabilidade e risco que ameaça o direito ao crescimento e desenvolvimento de milhares de crianças em nosso Estado, visto que a desnutrição e a mortalidade ainda atingem níveis inaceitáveis e são determinadas por causas previsíveis, no âmbito das políticas públicas como um todo. Isso indica a necessidade de realinhamento das políticas com os interesses das populações assoladas pela desigualdade e exclusão social. Para melhorar os indicadores de saúde,

necessário se faz a formulação de políticas que enfrentem a vulnerabilidade e exclusão das famílias e favoreçam a emancipação dos cidadãos de modo a poder exercer seus direitos e obrigações na sociedade.

Sabemos que a desnutrição, a mortalidade de crianças e adolescentes, a gravidez na adolescência e a infecção pelo HIV/AIDS são como uma ponta de pedra que desponta no meio do rio. Imersa sob as águas, a realidade assume proporções muito maiores do que o vislumbrado. A questão que nos desafia, não é a proposição de ações de curto prazo, mas a construção de políticas que enfrentem a vulnerabilidade e exclusão das famílias. De modo, que estas possam exercer o seu papel de responsáveis diretas pela proteção e cuidados, para que seus filhos cresçam e se desenvolvam aptos à inclusão na sociedade na condição de cidadãos.

Dessa forma, chamamos a atenção sobre três questões essenciais para a melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes, primeiro, a necessidade de construção da intersectorialidade entre as políticas sociais; segundo, o fortalecimento e legitimação do controle social; e terceiro, a exigibilidade do direito frente à sua violação. Sem o desenvolvimento dessas práticas, não será possível cumprir o direito à proteção integral, nem de prioridade absoluta, pois permanecerá a predominância das ações focalizadas, fragmentadas, paliativas e acima de tudo, imprimirá ao sistema de proteção social à infância e adolescência um caráter de debilidade, baixa efetividade e reduzido compromisso com a vida.

REFERÊNCIAS

BATISTA-FILHO, M. 1991. Saúde e nutrição. In: **Epidemiologia e Saúde** (M. Z. Rouquayrol, coord.), 4º ed., pp. 365-381, Rio de Janeiro: Médica e Científica.

BRASIL. Ministério da Saúde - MS/**Sistema de Informações sobre Mortalidade-SIM**.

_____. Ministério da Saúde - MS/ **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos-SISVAN**.

_____. Ministério da Saúde - MS/**Sistema de Informações da Atenção Básica-SIAB**.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde da família**.
<http://dtr2001.saude.gov.br/psf//coordenacao/avaliacao.asp>. Acesso em: 04.nov.2003.

_____. Ministério da Saúde. **Agenda de Compromissos para a Saúde Integral da Criança e Redução da Mortalidade Infantil**. Disponível em:
www.ministerio.saude.bvs.br. Acesso em: 04.nov.2003.

_____. Ministério da Saúde. **Atlas de Saúde do Brasil**. Disponível em:
www.saude.gov.br/svs/atlas. Acesso em: 04.nov.2003.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Disponível em:
www.ministerio.saude.bvs.br. Acesso em: 04.nov.2003.

CAMARANO, Ana Amélia. **Fecundidade e anticoncepção da população de 15 a 19 anos**. IN: VIEIRA, Elizabeth et all. Projeto de Estudos da Mulher: Seminário Gravidez na Adolescência. Associação Saúde da Família, Rio de Janeiro, 30 e 31 de julho de 1998, p. 35-46.

CONANDA, **Relatório** 2001. Disponível em <http://www.conanda.org.br>. Acesso em: 04.dez.2003.

DUARTE, Cristina Maria Rabelais. Reflexos das políticas de saúde sobre as tendências da mortalidade infantil no Brasil: revisão da literatura sobre a última década. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, 2007. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/scielo.php?script>. Acesso em: 08.jul. 2007. Pré-publicação.

DRAIBE, Sonia Maria. Qualidade de vida e reformas de programas sociais: o Brasil no cenário latinoamericano. **Revista Cultura e Política**. São Paulo: CEDEC n. 31, p. 5-46, 1993.

EISENSTEIN, Evelyn et. al. **Desnutrição**. In: COSTA, Maria Conceição O; SOUZA, Ronald Pagnoncelli (Orgs). *Adolescência: aspectos clínicos e sociais*. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

GOLDANI, A.M. Relações intergeracionais e reconstrução do Estado de Bem-Estar: porque se deve repensar essa relação para o Brasil. In: **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas. Revista de Estudo e Pesquisa em Educação. São Paulo, 2004, p. 211-250.

HERTER, Liliane Diefenthaler & COSTA, Maria Conceição O. Contracepção: abordagem e utilização. In: COSTA, Maria Conceição O. & SOUZA, Ronald Pagnoncelli de. **Adolescência: aspectos clínicos e psicossociais**. Porto Alegre: Editora ARTMED, 2002.

JACOBSON, Marc S., EISENSTEIN, Evelyn y COELHO, Simone C. Aspectos nutricionales en la adolescencia. **Adolesc. Latinoam.**, jul./sep. 1998, vol.1, no.2, p.75-83.

MONTEIRO, C A, 1991. **O Mapa da Pobreza no Brasil**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

POCHMANN, Marcos. Gastos sociais, distribuição de renda e cidadania: uma questão política. **Econômica**. v.5, n.1, p. 111-114, 2003.

SILVA, Maria Ozanira da Silva E. O padrão de proteção social e a reforma das políticas sociais o Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, vol.4, n.1, São Luís, 2000.

SILVA, Selma. M.M.M da. **Gravidez na adolescência: vivências e significados**. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente), UFMA, 2004.

UNICEF. **Situação da Infância Brasileira**, 2006. Disponível em: <http://www.unicef.com.br>. Acesso em: 8.jun.2007. VIANNA, M.L.T.W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Luper/Ucam/Revan, 1998.

VICTORA C. G. Intervenções para reduzir a mortalidade infantil pré-escolar e materna no Brasil. **Rev Bras Epidemiologia**. 2001.



Violência



CAPÍTULO IV - VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: quem responde por isso?

Nelma Pereira da Silva⁷⁸

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa diz respeito à caracterização da violência praticada contra crianças e adolescentes, bem como da política de atendimento especificando o quadro de violência encontrado, no período de 2003 a 2005, tanto sobre a vítima quanto sobre os agressores, seguido da intervenção dos órgãos junto aos casos.⁷⁹

Teve como metodologia a coleta de dados junto aos órgãos oficiais de defesa e responsabilização, bem como junto à rede de atendimento às pessoas vitimizadas. As fontes pesquisadas foram: Disque Denúncia Nacional; Conselhos Tutelares; Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA (capital); Centro de Perícias Técnicas para Crianças e Adolescentes; 2ª Vara Criminal⁸⁰; Fundação Municipal da Criança e Assistência Social - FUMCAS e Secretaria Municipal de Saúde.⁸¹

Os dados foram extraídos dos relatórios fornecidos pelas fontes pesquisadas, com exceção dos Conselhos Tutelares cujas informações foram coletadas nas fichas de cada atendimento.

De modo geral, ressalta-se a dificuldade com a obtenção dos dados pela falta de sistematização das informações dos atendimentos feitos pelos órgãos. Logo, há um prejuízo na produção de conhecimento a respeito da realidade de violência contra crianças e adolescentes, tanto na caracterização do problema que as envolvem, quanto dos atendimentos e encaminhamentos feitos pelas instituições na busca de solução dos mesmos.

⁷⁸ Psicóloga, Coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini .

⁷⁹ O Observatório criança monitora os seguintes indicadores de violência contra crianças e adolescentes: a) Violência física (intra-familiar e extra-familiar), incluindo surra, espancamento, queimadura, agressões com objetos contundentes, supressão da alimentação com caráter punitivo, tortura e violência física com morte; b) Violência psicológica, incluindo ameaça de morte, humilhação pública ou privada, tortura psicológica, exposição indevida da imagem da criança/adolescente; c) Violência sexual, incluindo sedução, abuso sexual, estupro, exploração sexual e tráfico de mulheres; d) Abandono e Negligência

⁸⁰ Neste período era a Vara designada para estes casos. Em 2006, foi criada a 11ª Vara Especializada em Crimes contra crianças e adolescentes, compondo o complexo de proteção à criança e ao adolescente, juntamente com a DPCA, CPTCA, Promotoria de Crimes contra Crianças e Adolescentes.

⁸¹ Foram responsáveis pela coleta dos dados, enquanto pesquisadoras de campo: Danielle Fonseca Veras, Adriana Avelar Alves, Andréa Joana Sodré de Sousa, Fernanda Karina Nascimento Correia, Pollyana Silva Câmara Araujo, Juliana Guedes Gonçalves.

2 CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

É considerada violência contra crianças e adolescentes toda ação ou omissão contra a sua integridade física e ou psicológica. Alguns autores têm classificado-a como sendo: física, psicológica, sexual e negligência. Tendo como agente o indivíduo ou o Estado (em todas as suas representações: municipal, estadual, federal).

A violência física se caracteriza por atos como dar tapa, beliscão, soco, pontapé, surra, tortura⁸² propriamente dita, causando diversos hematomas, fraturas ou até mesmo a morte. Estas práticas de violência, ao longo da história brasileira, têm sido muito comuns. É adotada como disciplina educacional pelos pais ou responsáveis ou ainda por algumas instituições.

A violência psicológica é tudo que possa provocar sofrimento psicológico, emocional, ético e moral. Pela sua sutil marca, esta modalidade de violência é uma das mais difíceis de ser comprovada e, logo, a mais difícil de ser combatida. Diz respeito ao tratamento desumano, humilhante/intimidatório, preconceituoso, vexatório, autoritário/arrogante, discriminatório (por raça/etnia, classe social, gênero, geração ou ainda, por laço afetivo). Se expressa também pelos xingamentos, ameaças, provocação de medo, pela depreciação da imagem da pessoa, no caso, da criança e do adolescente, bloqueando seus esforços de desempenho e de auto-estima.

A violência sexual é a submissão de crianças e adolescentes a atos sexuais com contato físico ou não, geralmente demonstrando forte relação de poder. Esta se caracteriza como: carícias, masturbação, sexo oral, anal, vaginal (estupro ou não, atentado violento ao pudor), palavras obscenas, voyeurismo, exibicionismo, pornografia, tráfico para fins sexuais. Na forma de relação hetero ou homossexual, com a finalidade de estimular sexualmente a criança e o adolescente - havendo sempre uma forte relação de poder. Podendo ser remunerado (exploração comercial) ou não (abuso sexual).

A negligência diz respeito à falta de provimento às necessidades básicas da criança e do adolescente, assim como a não efetivação da sua defesa e proteção. Esta falta é caracterizada como negligência quando as condições para tal, lhes é negada ou substituída. Pode ser cometida pela família ou pelo Estado.

Todas essas situações de violência ou violação de direitos são objetos de denúncias. São violências devidamente qualificadas na Constituição Federal, Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do adolescente, Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislações Penais.

A violência contra crianças e adolescentes é crime e está qualificada no artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

⁸² Espancar a pessoa reiteradamente por horas e horas, dias e dias (com intervalo ou não).

É responsabilidade de todos garantirem a proteção aos direitos da criança e do adolescente, formando uma ação sistêmica capaz de protegê-las de forma integral. Assim, explicitamos a seguir em que consiste o sistema de garantia de direitos.

3 DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O sistema de atendimento a casos de violência contra crianças e adolescente trata da atuação interligada dos diversos profissionais e diversos órgãos na defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Esta interligação potencializa um atendimento integral à pessoa onde as práticas são complementares entre si. Tendo cada profissional e cada órgão a clareza da sua intervenção e da intervenção do outro no momento certo de agir e repassar às instâncias competentes. Estamos falando de um fluxo ágil de atendimento institucional e uma perfeita comunicação entre os mesmos, tendo por objetivo apurar as denúncias, responsabilizar os agressores e proteger a criança e o adolescente de toda e qualquer forma de violência.

No âmbito da violência sexual, e que também se aplica para outras situações de violências, Eduardo Borges⁸³ conceitua Sistema como sendo “um complexo integrado de ações, onde atuam todos os agentes sociais envolvidos no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, que se inicia com recebimento potencializado da denúncia e se desenvolve de forma a interligar racionalmente a ação estatal, de tal maneira que a criança e o(a) adolescente, segundo o caso concreto, transite nas esferas médica, psicossocial e jurídica, propiciando a que todos os segmentos envolvidos enfrentem uma mesma denúncia, pontualmente, que analisada assim, pela ótica interdisciplinar, findando com o atual momento de dispersão e de falta de comunicação e ação conjunta” (COSTA, 1997, p.193).

Partindo deste princípio, os dados a seguir refletem a situação da violência contra crianças e adolescentes no Estado do Maranhão e também dimensionam a atuação dos órgãos na defesa e garantia dos direitos humanos deste segmento.

3.1 Da Notificação e Apuração dos Casos de Violência

Apresentamos de forma específica cada fonte pesquisada por demonstrarem semelhanças e diferenças ao mesmo tempo. Semelhança porque o mesmo caso pode ter sido notificado tanto no disque denúncia⁸⁴, Conselho Tutelar e DPCA, e diferença pela forma como os dados são registrados e tratados por cada instituição.

⁸³ Promotor de Justiça, com atuação na área da infância.

⁸⁴ O Disque Denúncia é um sistema nacional de notificação que recebe denúncias através do telefone gratuito de todo o território nacional. É gerenciado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República.

Os dados registrados de violência contra crianças e adolescentes no período 2003 a 2005 explicitam uma realidade bastante preocupante. Em comparação com as pesquisas anteriores, vê-se que houve um aumento significativo do número de denúncias, representando uma escala crescente a cada ano, que se confirmam nas três fontes pesquisadas.

Conforme a Tabela 183, foram registrados 451 casos de violência no período de 3 anos. Este dado é significativo no cenário nacional, no qual o Maranhão representa um dos Estados com maiores índices de denúncia através do disque 100⁸⁵. Anualmente, é feita uma intensa campanha de divulgação do disque denúncia nos meios de comunicação e junto a rede municipal de ensino público. Além disso, foram produzidos materiais informativos com distribuição na semana nacional de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, realizada em todo o país, no mês de maio. Dos 451 casos, 41% foram de violência sexual (entre exploração, abuso e pornografia), 36% de violência física, 11% de negligência, 5% de violência psicológica e 7% não informados.

Tabela 183: Denúncias feitas aos Disque Denúncia Nacional

Tipo de Violência	Total
Violência física	163
Violência Psicológica	22
Exploração sexual comercial/Prostituição	68
Exploração sexual comercial/Atividade autônoma	2
Abuso Sexual	116
Pornografia/Ao vivo	1
Negligência	49
Em branco	30
TOTAL GERAL	451

Fonte: Relatório do Disque Denúncia 2004-2005/CAOP.

Com relação ao Conselho Tutelar, no mesmo período foram notificados 2.391 casos, com relativo crescimento a cada ano. O maior número de casos diz respeito à negligência, seguido de violência física, sexual e por último a violência psicológica, conforme consta da Tabela 184. Estes dados representam o universo de apenas 09 Conselhos Tutelares, 7 da ilha e 02 do interior do Estado. Portanto, não abrangem a realidade estadual, tão pouco dimensiona a problemática como um todo. Além disso, as notificações ainda são bem inferiores ao número de casos praticados.

Comparativo ao período de 1998 a 2002 (Observatório Criança, vol. 1), houve um crescimento de 101,43% do número de notificação. Este fato atribui-se a vastas campanhas em busca da quebra do silêncio diante dos casos de violência praticada

⁸⁵ O Disque 100 é uma política pública nacional, que disponibiliza a toda a nação brasileira um número de telefone gratuito para recebimento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Está em funcionamento desde 1996 e atualmente é gerenciado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos.

contra crianças e adolescentes. Assim sendo, não podemos dizer que a violência cresceu, mas sim, que os casos de denúncias cresceram de forma significativa.

Diante deste cenário, chama a atenção o número de casos de negligência, que são notificados aos Conselhos Tutelares. Refere-se à falta de cuidado por parte dos pais ou responsáveis. Isso é preocupante, pois a família representa o habitat protetivo da criança, no entanto em nossa realidade os dados parecem demonstrar o contrário, um ambiente desprotegido e ameaçador à sua segurança.

Tabela 184: Notificações feitas aos Conselhos Tutelares

Tipo de Violência	2003	2004	2005	Total
Violência sexual	84	73	103	260
Violência Física	204	166	280	650
Violência Psicológica	142	134	181	457
Negligência	221	335	468	1.024
TOTAL	651	708	1.032	2.391

Fonte: Conselhos Tutelares do Maranhão.

A terceira fonte pesquisada foi a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA. A Delegacia foi inaugurada no segundo semestre de 2003, fruto de lutas do movimento da infância junto à Secretaria de Segurança Pública, que diante da realidade, almejava um serviço especializado para a defesa e proteção da criança e do adolescente, desde 1999.

Tal foi sua relevância que, em 2 anos e meio, recebeu 3.822 denúncias de crimes contra crianças e adolescentes, superando inclusive os indicadores até então apresentados.

A Delegacia representa o passo inicial rumo à defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Por sua missão investigativa e, neste caso, com propósito de proteger este segmento, é o órgão com primazia para apurar todas as denúncias, inclusive aquelas feitas através do disque denúncia nacional e dos Conselhos Tutelares.

Neste sentido, reúne o maior número de casos, contemplando as notificações encaminhadas pelos Conselhos Tutelares, Dique Denúncias e as demandas, espontâneas da comunidade.

De acordo com a Tabela 185, a situação mais recorrente diz respeito à violência física, criminalmente definida como crimes contra a pessoa, sendo 33,80% dos casos denunciados e destes 61% são de lesão corporal. A situação seguinte mostra os crimes contra a liberdade individual, com 17,37% e 14,99% contra os costumes, ou seja, os crimes de natureza sexual e, destes, 59,16% relativos a estupro, atentado ao pudor e tentativa de estupro.

Tabela 185: Denúncias registradas junto à DPCA

Crimes cometidos contra criança e adolescentes	2003/2⁸⁶	2004	2005	Total
Dos crimes contra a pessoa	262	510	520	1.292
Dos crimes contra a honra	39	136	160	335
Dos crimes contra a liberdade individual	107	279	278	664
Dos crimes contra o patrimônio	-	4	5	9
Do estelionato e outras fraudes	1	3	2	6
Dos crimes contra o costume	130	249	194	573
Dos crimes contra família	35	48	54	137
Dos crimes contra a administração da justiça	2		4	6
Dos crimes e das infrações administrativas	17	29	42	88
Outros ⁸⁷	85	300	327	712
TOTAL	678	1.558	1.586	3.822

Fonte: Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente.

Destes casos, foram gerados 3.577 Boletins de Ocorrências, 1.253 Termos Circunstanciados, de Ocorrência (TCO) e 298 Inquéritos Policiais (IP). Isto significa que do total de casos registrados apenas 43,36% se converteram em procedimentos de investigação, quais sejam o TCO e o IP. É ainda um percentual baixo e, além disso, dentro deste procedimento alguns casos não chegam à responsabilização do autor mediante falta de provas ou outros fatores que dificultam o processo judicial.

Neste âmbito, vale ressaltar a necessidade de produção de provas qualificadas e irrefutáveis. Algo que tem sido foco de grandes preocupações diante da natureza dos crimes, principalmente os crimes sexuais. Legalmente são instituídos os exames de conjunção carnal e de corpo de delito para situações como as acima relatadas. Contudo, não tem sido possível abarcar as marcas psicológicas e emocionais que a violência provoca. Através de decreto, no âmbito de São Luís, existe a ampliação deste serviço com a inclusão da perícia psicológica e social, para as crianças e adolescentes vítimas, instituído no ano de 2004, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, com vinculação ao Instituto Médico Legal.

Este procedimento foi requisitado pela autoridade policial para 219 crianças/adolescentes nos anos de 2004 e 2005. Destes 165 suspeitos de violência sexual, 5 de violência psicológica e 54 para outras situações. Os exames periciais chegaram a confirmar 86 casos, 28 não confirmados e os demais tiveram interrupção no atendimento, não chegaram à conclusão da perícia (ver Tabela 187). Tal fato se deu pela pouca estrutura do Centro de Perícia, à época, sendo que na atual conjuntura a desistência é praticamente nula.

⁸⁶ Referente ao segundo semestre de 2003.

⁸⁷ Abandono de Lar, Achado de cadáver, Desaparecimento, Desobediência, Desacato, Descumprimento de dever e responsabilidade, Perturbação da tranquilidade, Racismo, Tortura, Vias de fato, Violação de domicílio.

Tabela 186: Casos periciados no CPTCA

Tipos de Violência	2004	2005	Total
Atentado violento ao pudor	25	60	85
Suspeita de atentado violento ao pudor		1	1
Estupro	10	48	58
Maus tratos	4	8	12
Maus tratos e suspeita de abuso		1	1
Ameaça		1	1
Violência Física	1		1
Agressão física	1		1
Lesão corporal	1	4	5
Estupro /desaparecimento		1	1
Estupro presumido		1	1
Tentativa de estupro	1	2	3
Tentativa de Homicídio	1		1
Importunação ofensiva ao pudor		5	5
Corrupção de menor		1	1
Ato Obsceno		1	1
Abuso sexual	1		1
Assédio sexual		3	3
Abuso de Incapaz		2	2
Violência psicológica		5	5
Constrangimento ilegal		5	5
Violação de domicílio		1	1
Exploração Sexual		11	11
Sem Informação	1	12	13
TOTAL	46	173	219

Fonte: Centro de Perícias Oficiais.

Tabela 187: Resultados nos casos periciados

Resultados de Perícias	2004	2005	Total
Confirmado	29	57	86
Não Confirmado	12	16	28
Sem Continuidade	4	72	76
Sem Dados	1	28	29
TOTAL	46	173	219

Fonte: Centro de Perícias Oficiais.

3.1.1 Caracterização do perfil das vítimas

De acordo com as fontes pesquisadas, as meninas são as maiores vítimas da violência. Aparece no disque denúncia 522 crianças e adolescentes vitimizados (vide Tabela 188); destas, 61,30% são do sexo feminino contra 34,70% do sexo masculino e 4% cujo sexo não foi identificado.

Estas informações são corroboradas pelos dados coletados junto aos Conselhos Tutelares. Dos casos recebidos, constam 2.391 vítimas, sendo 51,73% de meninas contra 47,80% de meninos e 0,47% que não foi informado o sexo. Apenas no ano de 2004, o número de meninos foi superior ao número de meninas.

Igual quadro é constatado pela DPCA. O número de vítimas foi de 4.395 pessoas, no período em referência, sendo 58,24% do sexo feminino e 41,75% do sexo masculino.

Tabela 188: Dados por Sexo conforme o Disque Denúncia

Feminino	320
Masculino	181
Em branco	21
TOTAL	522

Fonte: Relatório do Disque denúncia/CAOP.

Tabela 189: Dados por Sexo conforme CT

	2003	2004	2005	Total
Feminino	353	345	539	1.237
Masculino	297	361	485	1.143
Sem Dados	1	2	8	11
TOTAL	651	708	1.032	2.391

Fonte: Conselhos Tutelares.

Tabela 190: Dados por Sexo conforme a DPCA

SEXO DA VÍTIMA	2003	2004	2005	Total
Masculino	301	740	794	1.835
Feminino	485	1.039	1.036	2.560
TOTAL	786	1.779	1.830	4.395

Fonte: Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente.

No que diz respeito à idade, em todas as faixas etárias os dados são alarmantes. A violência atinge desde crianças com menos de 01 ano até os adolescentes entre 14 e 18 anos. Conforme os dados dos CT's, a maior incidência está entre os dois e quinze anos de idade, e mesmo assim, não há grande disparidade (ver Tabela 192). Igual tendência é apresentada nos dados coletados junto à DPCA, conforme detalhado na Tabela 193.

Tabela 191: Dados por Faixa etária – Disque Denúncia

Menos de 01 ano	8
De 01 a 06 anos	137
De 07 a 12 anos	146
De 13 a 18 anos	223
Não Identificado	8
TOTAL	522

Fonte: Relatório do Disque denúncia/CAOP.

Tabela 192: Dados por Faixa etária - CT

	2003	2004	2005	Total
0-1 anos	69	84	83	236
2-5 anos	167	196	230	593
6-11 anos	207	231	348	786
12-15anos	127	132	167	426
16-18 anos	51	28	107	186
Não Informado	30	37	97	164
TOTAL	651	708	1.032	2.391

Fonte: Conselhos Tutelares.

Tabela 193: Dados por Faixa Etária - DPCA

FAIXA ETÁRIA	INCIDÊNCIA			Total
	2003/2	2004	2005	
0 a 5 anos	167	356	253	776
6 a 11 anos	163	395	517	1.075
12 a 17 anos	456	1.028	1.060	2.544
TOTAL	786	1.779	1.830	4.395

Fonte: Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente.

Concerne a raça e etnia, as fontes têm dado pouca importância para sua especificação. A maioria aparece como não informado. E dos especificados, tem destaque a cor parda e morena, seguida da cor branca. Foram registrados também, alguns casos de etnia indígena.

Tabela 194: Dados por Etnia – Disque Denúncia

Branco	84
Negro	47
Pardo	171
Índio	2
Não Identificado	218
TOTAL	522

Fonte: Relatório do Disque denúncia/CAOP.

Tabela 195: Dados por Etnia da vítima - CT

	2003	2004	2005	Total
Negro	36	54	57	147
Branco	50	71	82	203
Pardo	148	208	207	563
Índio		3	19	22
Moreno	40	53	55	148
Não Informado	377	319	612	1.308
TOTAL	651	708	1.032	2.391

Fonte: Conselhos Tutelares.

3.1.2 Caracterização do agressor

A discussão a respeito da violência contra crianças e adolescentes, tem adquirido, de certa forma, espaço na pauta da mídia e também de instituições públicas e privadas. Contudo, pouco tem se falado a respeito dos agressores. Os números de responsabilização não são significativos e, além disso, não há registros quanto da existência de política de ressocialização dos mesmos.

No âmbito do atendimento, as informações sobre os agressores também são inexpressivas, isto tem dificultado quanto à caracterização do perfil destas pessoas e, conseqüentemente, a destinação de políticas de prevenção à violência e ao atendimento a estes sujeitos.

No período de 2003 a 2005, obtivemos as informações mais gerais, quanto a gênero, idade, ocupação, instrução, etc. Não representam ainda a caracterização de um grande perfil, mas demarcam aspectos relevantes para a discussão a esse respeito.

Com relação ao gênero os casos notificados no disque denúncia tiveram uma ligeira diferença, com predominância do sexo masculino, sendo 52% contra 44% do sexo feminino e 7% de não identificados.

Com relação aos casos notificados junto aos Conselhos Tutelares, o número de homens teve maior destaque: são 53% do sexo masculino, contra 38% do sexo feminino e 8% sem definição. Este dado não foi apresentado pela DPCA, razão pela qual não faremos menção neste item. Contudo, segue praticamente a mesma lógica.

Vale ressaltar que os casos de violência física têm maior destaque para as mulheres como agressoras e no caso da violência sexual este dado se inverte, os homens são os maiores agressores e com expressiva diferença.

Ainda é bastante preocupante a atuação e o grau de resposta que o Estado tem dado diante destes problemas, tanto no que se refere à apuração dos crimes, responsabilização penal dos agressores, quanto do tratamento para os casos de natureza patológica ou disfuncional. Não tem havido além da privação de liberdade a disponibilização de tratamento psicossocial e/ou psiquiátrico para as demandas apresentadas por estas pessoas.

No Brasil, esta experiência é desenvolvida por poucos Estados, a exemplo de Goiânia, pela Universidade Católica, através do projeto Invertendo a Rota, no Rio de Janeiro, pela instituição NOOS. Enquanto serviço público, não encontramos registros de experiência nesta área a respeito de agressores de crianças e adolescentes.

Em Brasília, há uma experiência ligada ao combate à violência contra a mulher que tem dado resultados plausíveis, minimizando os casos de reincidência de violência doméstica. O atendimento é no âmbito psicológico através de núcleos de atendimento especializado a homens agressores.

Em São Luís, encontram-se registros de discussões feitas pelo projeto Rompendo o Silêncio a respeito da necessidade de criação deste serviço. Além disso, alguns casos encaminhados pela justiça são atendidos por clínicas e consultórios particulares de psicoterapia.

Tabela 196: Dado por Sexo - Disque denúncia

Feminino	182
Masculino	215
Não Identificado	15
TOTAL	412

Fonte: Relatório do Disque denúncia/CAOP.

Tabela 197: Dados por Sexo - CT

	2003	2004	2005	Total
Feminino	178	188	375	741
Masculino	303	343	396	1.042
Sem Dados	76	38	38	152
TOTAL	557	569	809	1.935

Fonte: Conselhos Tutelares.

Tabela 198: Dados por Etnia - Disque Denúncia

Branco	83
Índio	1
Negro	44
Pardo	114
Não Identificado	170
TOTAL	412

Fonte: Relatório do Disque denúncia/CAOP.

Tabela 199: Dados por Faixa etária - Disque Denúncia

Menos de 18 anos	14
De 18 a 20 anos	3
De 20 a 30 anos	154
De 31 a 40 anos	96
De 41 a 50 anos	77
Mais de 50 anos	40
Em branco	28
TOTAL	412

Fonte: Relatório do Disque denúncia/CAOP.

Concernente à profissão ou ocupação destas pessoas, tivemos informação apenas junto ao Disque Denúncia. Sendo que o perfil foi bastante variado: pessoas desempregadas, comerciantes, professores, pessoas com ocupação de cargos políticos (prefeito, vereador), servidores públicos de modo geral, advogado, babá, religioso, agricultor, entre outros. Como pode se ver não há determinação de classe e nem raça, tampouco de grau de instrução, nesta questão.

Quanto à idade, os dados disponíveis são bastante incipientes ainda. Só conseguimos estas informações junto ao CT, e dos 1.935 agressores, 1.316 não tem a idade especificada e dos demais tem casos de todas as idades: menos de 18 anos até acima de 55.

3.1.1.1 Relação dos agressores com a vítima

O vínculo do agressor com a vítima é algo que chama a atenção na pesquisa. De acordo com o disque denúncia 49% são pais/padrastos e mães/madrastas, 22,4% por outros familiares ou por conhecidos. Isto representa um universo de quase oitenta por cento. Apenas 28,6% são pessoas desconhecidas.

Das informações coletadas junto à DPCA 24% dos agressores são pais/padastro/madrasta, 6% por outros parentes, 12% por pessoas conhecidas, 50% por outros e 8% cujo agente agressor não foi informado.

Importa ressaltar que, de acordo com os dados anteriores, parte das agressões são praticadas por pessoas que detém o papel primordial da proteção à criança e ao adolescente, ou seja, aquele que deveria protegê-la de toda e qualquer forma de violência. Estas pessoas são vitimizadas dentro da sua própria casa, tanto quanto fora dela. Há que se refletir a respeito destas questões. O lar, a escola, a igreja, deveriam representar a segurança maior à integridade física, moral, psicológica e sexual da infância. No entanto, os dados demonstram uma realidade cruel e preocupante a todos. Não há dúvida de que os adultos, estranhos, parentes ou conhecidos se prevalecem da condição indefesa e inocente de muitas crianças e adolescentes e da confiança de que gozam junto a elas.

Tabela 200: Situação do Vínculo do agressor com a vítima – Disque Denúncia

Pai	51
Mãe	118
Pai/Mãe	3
Pai/Mãe adotivo	6
Padrasto	17
Madrasta	7
Familiar	7
Irmão	7
Avós	14
Tio(a)	12
Namorado(a)	10
Motorista de ônibus	1
Babá	2
Amigo	8
Vizinho	5
Professor(a)	19
Chefe trabalho/emprego	3
Turista italiano	2
Diretor(a) de escola	2
Desconhecido	98
Em branco	20
TOTAL	412

Fonte: Relatório do Disque Denúncia/CAOP.

Tabela 201: Situação do Vínculo do agressor com a vítima - DPCA

AGRESSOR				
	2003	2004	2005	Total
Pai	78	154	150	382
Mãe	84	155	158	397
Padrasto	23	46	52	121
Madrasta	11	13	21	45
Avô(ó)	1	17	13	31
Irmão(ã)	4	7	9	20
Tio(a)	13	41	35	89
Primo(a)	4	3	7	14
Companheiro(a)	13	27	31	71
Namorado(a)	28	55	32	115
Vizinho	41	87	180	308
Professor(a)		3	28	31
Médico(a)		1	1	2
Policial		5	51	56
Outro	312	786	828	1.926
Não informado	70	181	52	303
TOTAL	682	1.581	1.648	3.911

Fonte: Delegacia de Proteção à Criança e o Adolescente.

No que tange à raça e etnia não podemos apresentar este perfil por falta de informação nos registros pesquisados.

3.2 Responsabilização

Os dados discriminados abaixo foram fornecidos através de certidão (nº 628), pela Secretaria da 2ª Vara. Esta vara foi designada para responder pelos crimes praticados contra crianças e adolescentes, no período de setembro de 2004 a 2006. Anterior a este período, os casos eram distribuídos aleatoriamente para qualquer vara criminal.

No ano de 2004, a partir de setembro, foram distribuídos 348 processos e no ano de 2005, 231 processos, perfazendo um total de 579 processos em que constam como vítimas crianças e adolescentes.

Destes, apenas 534 foram denunciados, pois 19 inquéritos foram devolvidos às delegacias de origem para procedimento de novas diligências e 26 inquéritos foram arquivados sem terem sido denunciados. Segundo a secretária, a maioria dos inquéritos arquivados se referiam a crimes contra o costume com autoria desconhecida. Nesta vara também eram recebidos inquéritos de todos os 18 distritos policiais existentes em São Luís.

Dos processos distribuídos, 579 tratavam dos seguintes delitos: 171 processos de atentado violento ao pudor, 228 de estupro, 166 de lesão corporal,

08 de maus-tratos e 06 de ameaça. Os dados não foram especificados por ano em razão da falta de informação prestada pela fonte.

Com relação aos 534 processos denunciados, foram promulgadas 172 sentenças condenatórias e 03 sentenças absolutórias. Destes, 68 foram remetidos ao Tribunal de Justiça para apreciação de recursos.

Ressalta-se que o número de processos aqui apresentados diz respeito à sua tramitação na justiça. Alguns processos foram iniciados em anos anteriores.

Tabela 202: Processos Distribuídos na 2ª Vara Criminal

Números de Processos	TOTAL
Nº de denúncias	534
Nº de inquéritos policiais devolvidos à delegacia de origem para procedimento de novas diligências	19
Nº de inquéritos policiais arquivados	26
TOTAL	579

Fonte: 2ª Vara Criminal (2004/2005).

Tabela 203: Números de Processos Distribuídos x Número de Delitos

Tipo Penal	TOTAL
Estupro	228
Atentado violento ao pudor	171
Lesão corporal	166
Maus-tratos	08
Ameaça	06
TOTAL	579

Fonte: 2ª Vara Criminal (2004/2005).

Tabela 204: Número de Sentenças

SENTENÇAS	TOTAL
Condenatórias	172
Absolutórias	03
TOTAL	175

Fonte: 2ª Vara Criminal (2004/2005).

Não obstante tantas dificuldades, a designação desta vara para concentrar os processos de crimes contra crianças e adolescentes já se constituiu num grande avanço na luta pela defesa dos direitos humanos deste segmento.

Maior avanço, ainda, é a criação da 11ª Vara Especializada em crimes contra crianças e adolescentes, com funcionamento a partir de 2006. Há anos que os movimentos sociais reivindicavam a criação deste serviço que finalmente se concretizou e agora faz parte do Complexo de Proteção à Criança ao Adolescente, juntamente com a DPCA, CPTCA e Promotoria de Crimes contra crianças e adolescentes. Todos estão centralizados num único local, facilitando o acesso e a interação entre os mesmos.

3.3 Do Atendimento às Vítimas

A política de atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência é bastante recente. Os primeiros atendimentos foram feitos, em São Luís, pelo projeto Sentinela, ligado à Assistência Social, através de convênios federais.

Diante da especificidade do atendimento, de caráter mais terapêutico, esta demanda foi levada para a política de saúde, onde a mesma foi incorporada no atendimento dos CAISCAS - Centro de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente. A partir de então os dois ambulatorios, além do seu público inicial, que eram os usuários de drogas, passaram a atender também as crianças e adolescentes vítimas de violência, sendo que esse público é o maior demandante atual desses serviços.

No período de 2003 a 2004, foram atendidas 457 crianças e adolescentes pelo Projeto Sentinela, sendo: 223 vítimas de violência sexual, 169 de violência psicológica e 65 de violência física. Houve uma queda entre os anos de 2003 para 2004 e voltou a crescer o número de pessoas atendidas no ano de 2005, inclusive superando o ano de 2003.

Destes, 338 foram meninas e 199, meninos. A maioria na faixa etária de 5 a 15 anos, num percentual de 78%, 13% de 0 a 5 anos e 7% de 16 a 18 anos.

Outro dado a destacar é com relação à etnia, 72% são negras e pardas, contra 28% de etnia branca, indígena ou sem informação.

Tabela 205: Atendimentos do Programa Sentinela

	2003	2004	2005	Total
Violência Física	21	9	35	65
Violência Sexual	67	75	81	223
Violência Psicológica	61	45	63	169
TOTAL	149	129	179	457

Fonte: Programa Sentinela (2003 a 2005).

Tabela 206: Do Atendimento por Faixa etária

	2003	2004	2005	Total
0-1	0	0	1	1
2-5	19	14	26	59
5-11	57	53	72	182
12-15	61	55	61	177
16-18	12	7	15	34
Sem informação	0	0	4	4
TOTAL	149	129	179	457

Fonte: Programa Sentinela (2003 a 2005).

Os dados coletados junto ao CAISCA, não puderam ser analisados, tendo como referência o número de pessoas que sofreram a violência. O órgão não tem essa política de controle. Os registros são feitos pelos números de atendimentos realizados. Portanto, nos anos de 2004 e 2005, realizaram 3.718 atendimentos. O maior número

foi por causas físicas, seguido de psicológica e negligência. Por último, veio a queixa de violência sexual.

Tabela 207: Número de atendimentos realizados pelos Caiscas

	2004	2005	Total
Violência Física	532	1.290	1.822
Violência Sexual	63	101	164
Violência Psicológica	303	716	1.019
Negligência	100	613	713
TOTAL	998	2.720	3.718

Fonte: Centro de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente.

4 CONSIDERAÇÕES

Esta análise compreende o período de 2003 a 2005, dando seguimento aos estudos do projeto Observatório Criança, iniciado em 2002. Assim sendo além de verificarmos os indicadores destes 3 anos, teve também o propósito de verificar as mudanças atingidas a partir do estudo anterior.

Sem sombra de dúvida, houve maior alcance na política de proteção à criança e ao adolescente. Cresceu o número de denúncias, foi implantado o Complexo de Proteção à Criança e ao Adolescente no âmbito da capital, reestruturada a política de Assistência Social que propicia melhores condições de atendimento e maior alcance às pessoas de baixa renda e/ou vulneráveis socialmente. Houve ainda a implantação e a implementação de diversos projetos na área, tanto pelo poder público, quanto pela sociedade civil. Há, também, uma crescente demanda para atividades formativas, advindas de todo o estado do Maranhão.

Contudo, necessitamos urgentemente de práticas e posturas profissionais mais humanizadas no âmbito do atendimento às crianças e adolescentes e suas famílias.

Não foi possível perceber resultados plausíveis na responsabilização dos autores de agressão. A questão da impunidade ainda é um desafio muito grande, assim como a falta de celeridade nos atendimentos.

Estes fatos podem levar a um retrocesso nos números de denúncias. Não pela diminuição dos casos, mas pelo descrédito nas instituições e autoridades.

A demora dos órgãos em dar resultados deixa a população vulnerável, em especial a que sofreu a violência e quem a denunciou. A lei por si só não garante a segurança necessária a estas pessoas e elas sofrem ameaças, muitas retiram a denúncia para se protegerem e, em algumas situações, mudam de endereço ou até mesmo de cidade numa atitude preventiva a novas formas de violência.

Esse quadro é constatado nos dados pesquisados. O número de casos registrados junto à DPCA no período de 2003 a 2005, foi de 3.822, contudo foram instaurados apenas 298 inquéritos. No âmbito da Justiça nos anos de 2004 e 2005

foram distribuídos junto à 2ª Vara da Infância 579 processos, sendo que apenas 172 resultaram em sentença condenatória nos anos em referência.

Numa leitura mais detalhada, apenas 7,8% das denúncias feitas à DPCA compuseram o inquérito policial e se compararmos, grosso modo, os casos denunciados com o número de sentenças proferidas este dado atinge somente 4,5%.

A não reparação de um direito violado significa a revitimização da vítima. De forma que o combate à violência contra a criança e o adolescente deve ser feito tanto no plano cultural, concretizando a idéia de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, quanto na melhoria do padrão de políticas públicas atualmente ofertadas.

REFERÊNCIAS

- 2ª VARA CRIMINAL DE SÃO LUÍS. **Relatório estatístico 2004/2005**. São Luís, 2006.
- BORGES, Eduardo. A leitura jurídica do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. In: COSTA, João de Jesus (Org). **Rompendo o Silêncio**. São Luís: CDMP, 1997.
- CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO LUÍS. **Relatórios Estatísticos de 2004 a 2005**. São Luís, 2006.
- CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PE. MARCOS PASSERINI. **Observatório Criança**: Acompanhando a situação dos indicadores sociais da criança e do adolescente no Maranhão 1998 a 2002. vol.1.
- CENTRO DE PERÍCIAS OFICIAIS DE SÃO LUÍS. **Relatórios Estatísticos**. São Luís, 2006.
- DELEGACIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE DE SÃO LUÍS. **Relatórios Estatísticos de 2003 a 2005**. São Luís, 2006.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei Federal 8.069/1991.
- FUMCAS. Programa Sentinela. **Relatórios estatísticos 2003 a 2005**. São Luís, 2006.
- PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA/CAOPIJ DO ESTADO DO MARANHÃO. **Disque 100: Relatórios de 2004-2005**. São Luís, 2006.
- MARANHÃO. Conselho Tutelar da Cidade Operária (São Luís). **Arquivos: 2003, 2004 e 2005**.
- MARANHÃO. Conselho Tutelar do Coroadinho (São Luís). **Arquivos: 2003, 2004 e 2005**.
- MARANHÃO. Conselho Tutelar da Vila Luizão (São Luís). **Arquivos: 2003, 2004 e 2005**.
- MARANHÃO. Conselho Tutelar de Colinas. **Relatório Estatístico de 2003 a 2005**. São Luís, 2006.
- MARANHÃO. Conselho Tutelar de São José de Ribamar. **Arquivos: 2003, 2004 e 2005**.
- MARANHÃO. Conselho Tutelar de Trizidela do Vale. **Relatório Estatístico de 2003 a 2005**.
- MARANHÃO. Conselho Tutelar do Centro (São Luís). **Arquivos: 2003, 2004 e 2005**.
- MARANHÃO. Conselho Tutelar de Paço do Lumiar. **Arquivos: 2003, 2004 e 2005**.
- MARANHÃO. Conselho Tutelar do Itaqui Bacanga (São Luís). **Arquivos: 2003, 2004 e 2005**.
- MARANHÃO. Conselho Tutelar de Vargem Grande. **Relatório Estatístico de 2003 a 2005**.

observatório

criança

Trabalho Infantil



CAPÍTULO V - TRABALHO INFANTO-ADOLESCENTE NO MARANHÃO 2003 A 2005

Lília Penha Viana Silva⁸⁸

1 INTRODUÇÃO

O exercício do controle social é um dos preceitos democratizantes assegurados pela Constituição de 1988, que juntamente com a descentralização, municipalização e participação popular organiza o novo formato para a implementação das políticas públicas. Dessa forma, a produção de conhecimento sobre a realidade local em articulação à nacional e mundial, torna-se uma necessidade tanto do poder público, em sua função de catalisador e gestor das demandas sociais, quanto da sociedade civil co-responsável pelo planejamento e controle das ações em todos os níveis de governo.⁸⁹

É no sentido de contribuir com esse processo participativo de implementar políticas sociais efetivas, bem como, subsidiar a ação de órgãos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes do Estado do Maranhão que o Observatório Criança vem a partir do ano de 2004 publicando uma série de artigos científicos que analisam informações sobre políticas e programas sociais voltados para o atendimento das demandas de crianças e adolescentes.

O presente artigo se coloca nessa perspectiva, analisando indicadores sociais, denúncias de exploração e iniciativas de enfrentamento ao trabalho de crianças e adolescentes no período de 2003 a 2005. A metodologia adotada constou do debate com a equipe técnica sobre a demanda do Observatório Criança, além de nivelamento da equipe de auxiliares de pesquisa de forma a capacitá-los para a de coleta de informações sobre o trabalho de crianças e adolescentes nas seguintes fontes: IBGE (Censo 2000 e PNAD's 2003, 2004 e 2005) visando configurar a temática em nível de Brasil e Maranhão. As informações sobre as denúncias de trabalho infanto-adolescente foram colhidas no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos, nos Conselhos Tutelares (Conselhos da Vila Luizão, Itaqui Bacanga e São José de Ribamar) e na Procuradoria Regional do Trabalho 16ª Região. Sobre as estratégias de enfrentamento as fontes foram a Procuradoria Regional do Trabalho e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDES⁹⁰. No que se refere aos casos de denúncias, as informações disponíveis nem sempre foram suficientes para uma análise

⁸⁸ Assistente Social, especialista em Avaliação de Políticas e Programas Sociais, Mestra em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, Doutoranda em Políticas Públicas/ UFMA e Professora do Departamento de Serviço Social da UFMA.

⁸⁹ No Observatório Criança, são monitorados os seguintes indicadores de trabalho infanto-adolescente: Tipo de atividade e quantidade de crianças/adolescentes envolvidos, problemas de saúde decorrentes, Índice de sustentação familiar e Trabalho juvenil (condições de trabalho, direitos trabalhistas).

⁹⁰ A sistematização das informações foi realizada por Danielle Veras.

da situação, colocando a necessidade de reelaboração dos instrumentos de registro das informações, bem como qualificação do pessoal encarregado desse serviço, no sentido de que futuros pesquisadores possam dispor de informações em quantidade e qualidade capazes de permitir uma aproximação maior da realidade.

O artigo encontra-se estruturado em quatro seções. Na primeira, intitulada **Trabalho Infanto-adolescente no Brasil: a outra face da pobreza**, é elaborado o cenário nacional sobre o trabalho infantil a partir dos indicadores disponibilizados pelas PNAD's do IBGE. Na segunda, são analisados os **Indicadores de Trabalho Infanto - adolescente no Estado do Maranhão**, buscando, a exemplo do que é feito na primeira parte, uma articulação entre as determinações da pobreza e a incidência de trabalho de crianças e adolescentes. A terceira seção trata das **Denúncias de Exploração do Trabalho Infanto - adolescente no Estado do Maranhão no período de 2003 a 2005**, onde se aborda a caracterização da denúncia, da vítima e do agressor. Na quarta seção são abordadas as **Iniciativas de Enfrentamento da Questão do Trabalho Infanto-adolescente no Estado do Maranhão**, destacando: O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, o Programa de Capacitação/Qualificação de Jovens e os Procedimentos de Controle da Delegacia Regional do Trabalho – 16ª Região. As Considerações Finais, Referências e os Anexos encerram a estrutura do artigo.

2 TRABALHO INFANTO-ADOLESCENTE NO BRASIL: a outra face da pobreza

O desenvolvimento de um processo de reflexão acerca do trabalho de crianças e adolescentes, mais precisamente na realidade maranhense, supõe algumas considerações de fundo. A primeira delas diz respeito ao caráter ontológico do trabalho, enquanto característica criadora inerente ao ser humano, o que o diferencia dos animais inferiores e possibilita a sua reprodução e realização. É através dessa ação elaborada inicialmente no plano das idéias que o homem vem construindo sua trajetória histórica, transformando a natureza e a si mesmo no sentido do aperfeiçoamento humano.

Uma segunda consideração diz respeito ao caráter histórico do trabalho, o que nos leva a afirmar que ele expressa as formas de organização social em determinado estágio de desenvolvimento da sociedade. E por último, que o trabalho se realiza como forma de atender a necessidades sociais dos homens em determinado período histórico, por isso se diferencia e se torna mais complexo com a complexificação da sociedade.

No interior das atividades de trabalho, a participação de crianças é relatada desde as sociedades primitivas. Mas o que vem a ser o trabalho infantil? A Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência da Organização das Nações Unidas que normatiza e fiscaliza a aplicação da legislação sobre o trabalho, dá atenção especial ao trabalho infantil e o considera como sendo “o trabalho executado por criança com idade inferior a quinze anos, com o objetivo de prover seu sustento e / ou o sustento de sua família” (LINDOSO, 2004, p. 27).

Uma definição mais detalhada é apresentada por Lindoso, conforme Santos e Pereira (1997), os quais consideram trabalho infantil:

[...] toda e qualquer atividade útil executada por crianças com menos de 14 anos, com certa regularidade (mais de quinze horas por semana) e que tenha um resultado econômico, auferido tanto na modalidade de renda direta para as crianças e adolescentes quanto apropriada por terceiros, na forma de força físico-mental aplicada à função econômica. Abrange ocupações típicas realizadas em regime familiar, como o trabalho doméstico, no lar e outras modalidades. A ocupação não inclui a freqüência à escola, estudos regulares ou atividades extra-escolares. É incompatível com descanso e a realização de atividades lúdicas. (LINDOSO apud SANTOS e PEREIRA, 2004, p. 28).

A partir dos princípios e conceitos elencados anteriormente podemos observar que, ao longo da história humana, o trabalho de crianças e adolescentes veio adquirindo contornos diferenciados e destacamos a partir disso, duas modalidades. A primeira diz respeito ao trabalho de crianças e adolescentes como parte do aprendizado da cultura e das formas de reprodução da vida de determinada sociedade, logo, como mecanismo de socialização do ser humano no interior das relações familiares e comunitárias, elemento de ligação, de identidade, de pertencimento a determinada cultura. Trabalho este, que realizado sob a condução e proteção dos pais, considera os limites de idade e força de cada um, preserva o período destinado à escola e às brincadeiras próprias da infância e adolescência. Esta modalidade, típica das sociedades primitivas, ainda se encontra como marca fundamental do trabalho familiar realizado nas áreas rurais dos países em desenvolvimento, onde o trabalho infantil além de se colocar como traço da cultura local, se apresenta também como necessidade de mão-de-obra para as tarefas diárias da luta pela sobrevivência da família.

A segunda modalidade que destacamos é o trabalho de crianças e adolescentes para fins da exploração capitalista, para a extração do lucro, como mão-de-obra barata. Por sua natureza, este tipo de trabalho subverte o conteúdo pedagógico e socializante do primeiro, submetendo crianças e adolescentes a atividades degradantes, penosas, interferindo no seu processo de desenvolvimento integral. Este tipo de trabalho passou a ser utilizado com a desconversão das relações feudais e o advento do sistema capitalista de produção, e mais precisamente com a consolidação da indústria. As profundas alterações nas relações sociais operadas pela revolução industrial destituíram os trabalhadores das formas autônomas de produção da sobrevivência impondo a relação salarial e obrigando as famílias inteiras a se submeterem à relação de venda da força de trabalho, inclusive as crianças. Dessa forma, a implantação da indústria teve na mão-de-obra infantil um dos seus principais pilares de sustentação, constituindo-se em elemento funcional tanto pelos baixos salários em relação aos adultos quanto pela compleição física que permitia a execução de tarefas inviáveis de serem realizadas pelos adultos.

Apesar do avanço da civilização no campo da ciência, da tecnologia, e da legislação em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, a exploração do trabalho destes não é algo que se remeta apenas ao passado, ela se coloca como uma forte presença no século XXI, principalmente nos países de capitalismo dependente, onde as desigualdades sociais relegam a maior parte da população mundial a sobreviver em condições desumanas. Publicação do UNICEF sobre a Situação Mundial da Infância no ano de 2005, intitulada 'Infância Ameaçada' demonstra que na atualidade são três as principais ameaças à infância: a pobreza, os conflitos armados e o HIV / AIDS (UNICEF, 2005, p. 09). Referindo-se aos impactos da pobreza sobre a vida das crianças e adolescentes o documento destaca que:

Os direitos de mais de 50% das crianças dos países em desenvolvimento são violados porque elas são gravemente destituídas de pelo menos um dos bens e serviços básicos que lhes permitiriam sobreviver, desenvolver-se e prosperar. Nos países em desenvolvimento, mais de uma em cada três crianças não dispõe de abrigo adequado, uma em cada cinco crianças não tem acesso a água limpa, e uma em cada sete não tem acesso a nenhum tipo de serviço essencial de saúde. Faltam condições de nutrição adequadas a mais de 16% das crianças menores de 5 anos, e 13% de todas as crianças nunca foram à escola. (UNICEF, 2005, p. 10).

Sendo definida quase sempre como mera insuficiência ou ausência de renda, a pobreza exibe inúmeras faces e tem múltiplas dimensões. Ela é concebida como uma condição humana caracterizada pela privação persistente ou crônica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder, necessários para um padrão adequado de vida e para outros direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais (SEN, 2000, p. 16).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei que protege os direitos das crianças no Brasil, define a criança como uma pessoa que ainda não completou 12 anos de idade e adolescente aquela que se encontra entre 12 e 18 anos de idade. Uma análise da situação da infância e adolescência no Brasil demonstra o grau de gravidade representada pela situação de pobreza em que vive a maior parte da população dessa faixa etária. Conforme dados do Censo 2000 (IBGE), 35,9% da população do país é constituída por crianças e adolescentes. São 61 milhões de habitantes, sendo a maior concentração na faixa de 7 a 14 anos. A maior parte delas vive nas Regiões Sudeste (23,5 milhões) e Nordeste (19,2 milhões) e em áreas urbanas (77,9%), e no que se refere à situação educacional da família, 50,6% das crianças e adolescentes têm mães sem nenhuma escolaridade ou no máximo quatro anos de estudo.

Por outro lado, 45,9%, 29 milhões de crianças e adolescentes são negros ou afrodescendentes, o que coloca o Brasil como a segunda maior nação negra do mundo, depois da Nigéria. Nos anos 1990, a proporção de pessoas negras vivendo abaixo da linha da pobreza, em relação às pessoas brancas, passou de menos do que o dobro no começo da década, para mais que o dobro no final da década. Do total de crianças e adolescentes brasileiros, 45% vivem em famílias com renda per capita de,

no máximo, meio salário mínimo. Dentre os negros, 58% vivem nessa situação, contra 33% dos brancos, o que nos leva a afirmar que uma criança ou um adolescente negro tem quase duas vezes mais chance de ser pobre do que uma criança ou um adolescente branco.

Analisando as informações da PNAD 2001 podemos traçar um breve perfil do trabalho infantil no Brasil. O documento destaca que no ano de 2001 havia no Brasil mais de três milhões de brasileiros entre 05 e 17 anos trabalhando, o que representava 12,7% das pessoas nessa faixa de idade. A maioria das crianças que trabalhava tinha residência rural e era constituída por meninos e uma grande porcentagem não recebia pagamento. Um número significativo de meninos trabalhava como vendedores de rua ou balconistas, na área urbana, sendo que as meninas exerciam principalmente as profissões de empregada doméstica, babá e balconista. Por segmento de atividade, a maior porcentagem estava concentrada no setor agrícola, seguida por serviços, comércio, manufaturados e construção.

Os rendimentos ganhos pela maioria das crianças eram baixos, com a grande maioria recebendo 0,5 salários mínimos por mês. Entretanto, como a renda familiar em domicílios com crianças trabalhando é em geral muito baixa, a contribuição do rendimento destas para a renda das famílias mostrou-se relativamente importante. Certas atividades impedem as crianças de estudar ou interferem negativamente na escolaridade, impossibilitando-as de obter um melhor trabalho e, conseqüentemente, um aumento de renda, na fase adulta. A porcentagem de crianças nas escolas em 2001 era elevada, mesmo para as que trabalhavam, com mais de 88%, em média. Há indicações de que o trabalho não era o principal fator que impedia as crianças de estudarem, pois existia uma porcentagem elevada delas que estudavam e trabalhavam, mas também existia uma alta porcentagem dos que não estudavam nem trabalhavam.

Quando algumas atividades agrícolas foram selecionadas como sendo de risco, foram encontradas quase dois milhões de pessoas de 05 a 17 anos envolvidas em ocupações desse tipo. A grande maioria trabalhava em atividades agrícolas: plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores. Em seguida estavam o emprego doméstico, a construção civil e o comércio ambulante, considerados de extremo risco para crianças e adolescentes. Também era elevado o número de mecânicos, cozinheiros e garçons.

Uma atualização dos dados da situação de crianças e adolescentes no Brasil a partir da PNAD 2005 (IBGE) que mostra que 32,3% da população do país (184.388.620 hab) é constituída por crianças e adolescentes, (59.490.812hab), e que em relação aos anos de 2001 a 2005, houve uma redução na ocupação de crianças e adolescentes, de 12,7% para 9,2%, respectivamente. Mas esse índice ainda é muito elevado. Analisando os dados sobre pessoas ocupadas por faixa etária vamos encontrar que as crianças começam a trabalhar antes dos 06 anos de idade, conforme se observa na Tabela 208.

Tabela 208: Pessoas ocupadas por faixa etária - 2005 - Brasil

Faixa etária		Masculino	Feminino	Total
5 a 9 anos	N	212.453	90.438	302.891
	%	70,1%	29,9	100,0%
10 a 15 anos	N	1.758.838	872.995	2.631.833
	%	66,8%	33,2%	100,0%
16 a 17 anos	N	1.586.886	929.828	2.516.714
	%	63,1%	36,9%	100,0%
TOTAL	N	3.558.177	1.893.261	5.451.438
	%	65,3%	34,7%	100,0%

Fonte: IBGE.PNAD 2005.

Do total de crianças e adolescentes brasileiras, 9,2% (5.451.438) das de 5 a 17 anos trabalham, sendo 65,3% do sexo masculino. A incidência do trabalho feminino é menor, e o maior percentual concentra-se na faixa de 16 a 17 anos (36,9%). As atividades não agrícolas ocupam mais da metade das crianças e adolescentes, havendo, no entanto, relevantes variações entre as faixas etárias, conforme Tabela 209, a seguir.

Tabela 209: Pessoas ocupadas por tipo de atividade - 2005 - Brasil

Faixa etária		Agrícola	Não Agrícola	Total
5 a 9 anos	N	232.246	70.645	302.891
	%	76,7%	23,3%	100,0%
10 a 15 anos	N	1.418.123	1.213.710	2.631.833
	%	53,9%	46,1%	100,0%
16 a 17 anos	N	758.202	1.758.512	2.516.714
	%	30,1%	69,9%	100,0%
TOTAL	N	2.408.571	3042.867	5.451.438
	%	44,2%	55,8%	100,0%

Fonte: IBGE.PNAD 2005.

Apesar das atividades não agrícolas ocuparem 55,8% das pessoas, as mesmas se concentram apenas na faixa etária de 16 a 17 anos. Percebe-se por outro lado, que entre as pessoas ocupadas de 5 a 15 anos é a atividade agrícola que predomina, ocupando 76,7% das crianças e adolescentes de 5 a 9 anos e 53,9% das de 10 a 15 anos, faixas em que a prioridade deve ser a frequência à escola. A posição ocupada por essas pessoas na faixa de 10 a 14 anos aponta que apenas 22,3% eram empregadas, conforme Tabela 210.

Tabela 210: Posição na ocupação – pessoas de 10 a 15 anos – 2005 – Brasil

Ocupação		Masculino	Feminino	Total
Empregado	N	456482	129575	586057
	%	26,0%	14,8%	22,3%
Trabalhador Doméstico	N	14982	145391	160373
	%	0,9%	16,7%	6,1%
Conta própria	N	114441	69104	183545
	%	6,5%	7,9%	7,0%
Trab.próprio consumo / uso	N	201309	120656	321965
	%	11,4%	13,8%	12,2%
Não remunerado	N	970012	408269	1378281
	%	55,2%	46,8%	52,4%
Outros	N	1612	0	1612
	%	0,1%	0,0%	0,1%
TOTAL	N	1758838	872995	2631833
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE.PNAD 2005.

A posição na ocupação demonstra que o trabalho não remunerado ocupa a maioria de crianças e adolescentes, de ambos os sexos, com a prevalência do sexo masculino (55,2%), mas o trabalho feminino é igualmente relevante, chegando a 46,8%. Outro aspecto é que apenas nas ocupações ‘empregado’ e ‘trabalho não remunerado’ observa-se o predomínio das pessoas do sexo masculino. Nas demais ocupações, são as mulheres que se sobrepõem, com destaque para o trabalho doméstico que é desenvolvido quase exclusivamente por elas. Depreende-se dos indicadores da situação na ocupação, que 65% das crianças e adolescentes brasileiras ocupadas podem não receber remuneração, uma vez que a maioria se concentra nas atividades agrícolas, conforme já foi visto, mas distribuindo-se de forma bastante diferenciada entre as Regiões, conforme segue.

Tabela 211:. Pessoas ocupadas de 5 a 15 anos por Grandes Regiões - 2005

Região	Freqüência	%
Norte	350.855	12,0
Nordeste	1.369.836	46,7
Sudeste	621.817	21,2
Sul	442.169	15,1
Centro-Oeste	150.047	5,1
TOTAL	2.934.724	100,0

Fonte: IBGE. PNAD – 2005.

A concentração de quase metade do trabalho infanto-adolescente na Região Nordeste (46,7%), formada por Estados que apresentam baixos índices de desenvolvimento, é fato que confirma a origem desse tipo de atividade na necessidade de uso pelas famílias empobrecidas, da mão-de-obra de seus filhos, mesmo os de pouca idade, no desenvolvimento das tarefas concernentes à luta pela sobrevivência. Ressalta-se também, o aspecto cultural que torna necessário o aprendizado das formas de vida do lugar, além do valor inegável que tem o trabalho no imaginário da população brasileira, principalmente para aqueles que vivem do trabalho. Vejamos como se apresenta a situação do trabalho infanto-juvenil na Região, entre os anos 2003, 2004 e 2005:

Tabela 212: Pessoas de 10 a 17 anos, ocupadas na semana de referência, por grandes regiões segundo o sexo e grupos de idade 2003-2004-2005

Grupos de idade e sexo	2003					2004					2005				
	Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
10 a 14 anos - masculino	55.562	585.270	247.527	195.064	56.674	161.690	548.572	191.023	197.573	70.148	155.101	612.977	242.207	185.562	61.349
10 a 14 anos - feminino	36.024	260.210	107.622	107.577	26.504	69.649	236.044	101.778	106.402	30.716	69.593	282.587	128.744	96.705	29.997
15 a 17 anos - masculino	116.276	793.824	664.680	317.589	137.706	230.215	745.140	670.152	355.114	154.952	195.336	745.703	676.167	319.730	151.592
15 a 17 anos - feminino	68.419	362.673	407.404	219.589	76.565	96.972	371.503	390.286	227.945	93.165	106.626	381.242	405.326	212.994	89.009
TOTAIS	276.281	2.001.977	1.427.233	839.819	297.449	558.526	1.901.259	1.353.239	887.034	348.981	526.656	2.022.509	1.452.444	814.991	331.947

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PNAD's 2003, 2004 e 2005.

A Tabela 212 mostra que, no ano de 2004, houve uma leve queda na ocupação de crianças e adolescentes, nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, e elevação nas demais regiões, em relação a 2003.

Em 2005, o índice volta a subir nas regiões Nordeste e Sudeste, superando as marcas dos dois anos anteriores, enquanto nas demais regiões houve redução dos índices de ocupação. A tendência de maior ocupação de pessoas do sexo masculino se manteve nos três anos, e, pode-se perceber que no ano de 2004, quando no geral o número de pessoas ocupadas foi menor, o único índice que cresceu foi do sexo feminino na faixa de 15 a 17 anos.

Considerando o número médio de anos de estudo da população ocupada de 10 a 17 anos por Grandes Regiões torna-se explícita a relação entre trabalho infanto-juvenil e o comprometimento do desempenho escolar.

Tabela 213: Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 a 17 anos, ocupadas na semana de referência, por grandes regiões segundo o sexo e grupos de idade 2003-2004-2005

Grupos de idade e sexo	2003					2004					2005				
	Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
10 a 14 anos - masculino	3,4	3	4,8	4,7	4,8	3,6	3,1	4,9	4,9	4,6	3,0	3,1	4,9	4,9	4,6
10 a 14 anos - feminino	4,4	3,9	5,4	5,1	5,4	4,7	3,9	5,3	5,3	5,6	3,7	3,9	5,3	5,3	5,6
15 a 17 anos - masculino	6,2	4,8	7,5	7,7	6,9	6,2	5	7,6	7,8	6,8	5,4	5,0	7,6	7,8	6,8
15 a 17 anos - feminino	7,2	6	8	8,2	7,5	7,2	6,2	8,3	8,4	7,7	6,5	6,2	8,3	8,4	7,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pnad 2003, 2004 e 2005..

Apesar dos efeitos danosos do trabalho precoce sobre a educação ser observado em todas as Regiões, é sobre a Região Nordeste que eles se apresentam mais graves uma vez que a média de anos de estudo se mantém inalterada entre 2003 e 2005, sendo a mínima de 03 anos, na faixa de 10 a 14 anos (masculino) e a máxima de 06 anos na faixa de 15 a 17 anos (feminino). A profunda distorção idade / série pode não ter como única determinação, o trabalho infanto-juvenil, no entanto possuir outra ocupação permanente, além da escola faz toda a diferença para quem precisa conciliar as duas atividades. Por outro lado, níveis tão baixos de anos de estudo irão incidir diretamente na inserção destas pessoas, na fase adulta, no mercado de trabalho, bem como reduzir as suas oportunidades de participação na sociedade pela falta dos conhecimentos básicos que os níveis fundamental e médio de ensino proporcionariam.

A eliminação completa dos trabalhos perigosos, penosos, insalubres e degradantes entre crianças tem se colocado como prioridade da OIT nos últimos anos. Conforme as

Convenções 138 e 182 da OIT, trabalho que pode causar danos à saúde, à segurança ou à moral das crianças deve ser proibido. A Constituição Brasileira de 1988 definiu a idade mínima de 14 anos para a admissão no trabalho. Mediante emenda constitucional de 1998, essa idade foi elevada para 16 anos, permanecendo a exceção dos 14 anos na condição de aprendiz. Estabeleceu a idade mínima de 18 anos para o acesso a trabalhos que possam causar danos à saúde. Proíbe trabalhos em mina, estiva ou trabalhos subterrâneos para quem tem idade inferior a 21 anos. Apesar da evolução da taxa de ocupação de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos, no período de 1998 a 2004 apresentar uma tendência de queda a partir de 1999, alcançando o menor índice em 2003, na faixa de 5 a 9 anos a taxa de ocupação volta a crescer a partir de 2003, com o predomínio do trabalho feminino.

A política governamental de enfrentamento do Trabalho Infantil no Brasil, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI completou 10 anos em 2006, atingindo uma meta de atendimento de um milhão de bolsas em 2005. Em 2006, houve a unificação do PETI com o Programa Bolsa Família, havendo, desse modo uma ampliação do atendimento, se imaginarmos que todas as famílias atendidas pelo Bolsa Família possuem crianças e adolescentes.

A distribuição regional das metas do PETI em 2006 em relação às crianças e adolescentes de 5 a 15 anos, ocupadas em 2005, mostra que no Nordeste, 59,1 % ainda não são alcançados pelo Programa, enquanto na Região Centro-Oeste, que concentra o menor índice de ocupação de crianças e adolescentes o percentual de atendimento do PETI chega a 81,2%. Distorções deste tipo demonstram que a efetividade do Programa no enfrentamento do trabalho infantil encontra-se muito distante de se concretizar. Mesmo se considerarmos apenas a relação entre o número de crianças e adolescentes ocupados no país que é da ordem de 5.451.438 (cinco milhões quatrocentos e cinquenta e um mil quatrocentos e trinta e oito pessoas) e o número de bolsas PETI em 2005 que foi de um milhão. Esta é uma conta que não fecha, e não é por falta de indicadores para direcionar o investimento, eles existem, conforme foram apresentados anteriormente.

O trabalho infanto-juvenil está relacionado, por outro lado, com uma série de outros determinantes como a ausência ou precariedade do trabalho dos adultos; a falta de assistência técnica e incentivos fiscais para a agricultura familiar, quer dizer, de uma política econômica que permita um modelo de desenvolvimento que reduza as desigualdades regionais e intra-regionais. A persistir o modelo vigente nas últimas décadas, o trabalho infanto-juvenil continuará crescendo, apesar dos programas sociais, que desenvolvidos de forma desarticulada de uma política de geração de trabalho para os adultos, não enfrentam o principal fator gerador do trabalho de crianças e adolescentes, a situação de pobreza em que vivem suas famílias.

Analisando o *ranking* dos dez Estados brasileiros com maior incidência de trabalho infantil, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, identifica-se que eles se encontram nas Regiões Norte (04) e Nordeste (06).

Tabela 214: Ranking dos 10 Estados de maior incidência do Trabalho Infantil. Pessoas de 5 a 15 anos – 2004 e 2005

UF	População ocupada:5 a 15 ano -2005	Taxa Ocupação 2005	Posição 2005	Taxa de Ocupação 2004	Posição 2004	Diferença da Taxa 2005-2004
Piauí	116.649	17,11	1	16,68	1	0,43
Maranhão	240.142	16,20	2	12,20	3	-4,00
Paraíba	104.133	13,32	3	10,04	6	2,38
Rondônia	46.018	12,43	4	13,47	2	-1,04
Ceará	222.302	11,89	5	10,20	8	1,69
Acre	20.423	11,36	6	10,73	7	0,63
Pará	196.582	11,20	7	11,33	4	-0,13
Bahia	334.056	10,93	8	11,00	5	-0,07
Pernambuco	203.069	10,86	9	9,39	12	1,46
Tocantins	33.622	10,63	10	9,86	10	0,77
Brasil	2.934.724	7,80		7,33		0,47

Fonte: SAGI / MDS. Elaborado a partir dos microdados das PNAD's 2004 e 2005.

Apesar dos limites dos *rankings* para a caracterização de uma dada realidade, eles contribuem como elemento mobilizador da sociedade no enfrentamento da questão em tela. No caso do trabalho infanto-juvenil, situar-se entre os Estados nas primeiras colocações denota que as condições de sobrevivência da população desses Estados, não podem prescindir do trabalho de toda a família, mesmo daqueles que por sua faixa de idade, tenha assegurado na Constituição Federal ser a prioridade nacional, que tenha direitos assegurados de que até os 14 anos de idade a pessoa deve se voltar para a sua instrução e vivências da infância e adolescência.

Considerando a relação entre as posições ocupadas pelos Estados entre os anos de 2004 e 2005, percebe-se a progressão na posição de alguns, permanência de outros, além da regressão para patamares já superados anteriormente por outros. O Estado do Maranhão situa-se neste último grupo, ocupando a segunda posição em 2005, quando esteve na terceira posição em 2004. Tomamos para análise, os cinco Estados que ocupam as primeiras colocações do ranking. A situação deles pode ser compreendida analisando-se o índice de exclusão social, construído por Pochman et. all. (2004) considerando indicadores de: pobreza, emprego formal, desigualdade, alfabetização, escolaridade, juventude e violência. Esse índice tem valor de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor a situação do Estado.

Tabela 215: Índice de exclusão social dos estados do Piauí, Maranhão, Ceará, Paraíba e Rondônia – 1960 -1980 – 2000

ÍNDICE	UF	1960	1980	2000
EXCLUSÃO SOCIAL	PIAUI	0,191	0,213	0,247
	MARANHÃO	0,219	0,226	0,197
	CEARÁ	0,267	0,274	0,289
	PARAÍBA	0,276	0,231	0,312
	RONDÔNIA	0,366	0,311	0,404

Fonte: Pochman et. all. 2004.

A análise da Tabela mostra que os Estados que mais utilizam o trabalho infantil, conforme o *ranking* apresentado anteriormente, expressam ao longo das últimas quatro décadas, os mais elevados índices de exclusão social. Por outro lado, enquanto os Estados do Piauí, Ceará, Paraíba e Rondônia apresentaram pequenas variações positivas no intervalo de uma década para outra, o Maranhão, após uma leve melhora na década de 1980 em relação a 1960, apresenta uma regressão na década de 2000, para patamares inferiores aos alcançados na década de 1960.

O que se pode inferir dessas informações é conhecido dos estudiosos da sócio-economia do Maranhão, destacando Feitosa (1994), que mostra como as transformações sofridas pela economia maranhense a partir da década de 1960, possuem grande impacto sobre as condições de vida e trabalho nas áreas rural e urbana do Estado. Consistem em elementos dessas transformações: a venda das terras consideradas públicas, embora ocupadas por posseiros há centenas de anos, iniciada nos anos 1960 e ampliada em 1970; o avanço do capitalismo no campo com alteração do padrão familiar de produção para o da grande empresa, substituindo a agricultura familiar pela produção de gado; a implantação dos projetos minero-metalúrgicos a partir da década de 1970 e o novo ciclo da produção de soja no sul do Estado a partir da década de 1990.

Como se pode perceber, o modelo de desenvolvimento em que se pautaram os governos desses quarenta anos, ao desorganizar o setor produtivo pautado na produção familiar, expôs a maioria da população a grandes mudanças nas suas formas de vida, tornando inviáveis formas de trabalho passadas através de várias gerações, originando ondas de êxodo rural, urbanização desordenada das cidades e precarização das condições de trabalho urbano e rural, o que vem resultando em que mais da metade da população não possua assegurada a condição de sobrevivência humana. É esse o quadro explicativo que dá base de sustentação à concepção de que, é a ausência ou precarização do trabalho do adulto ao longo da história que vem colocando o Estado do Maranhão como o campeão da utilização da mão-de-obra infanto-juvenil e não o desejo de suas famílias de explorá-los. Tais considerações poderão ser aprofundadas a seguir, através da análise dos indicadores do trabalho infanto-adolescente no Estado.

3 INDICADORES DE TRABALHO INFANTO- ADOLESCENTE NO ESTADO DO MA

O debate sobre o trabalho infantil foi intensificado a partir da divulgação do Censo 2000 do IBGE, que apontou para o crescimento do trabalho de crianças e adolescentes nas regiões mais pobres do país, com destaque para o Estado do Maranhão. O trabalho infantil passou, a partir de então, a merecer a atenção do Estado através de políticas públicas originárias da esfera federal, com o foco na eliminação do trabalho infantil e proteção do trabalho do adolescente, tendo como base as orientações das Convenções da OIT. O Estado do Maranhão, segundo a PNAD / 2005 (IBGE) possui 6.109.684 hab. distribuídos em 217 municípios. A população infanto-juvenil do Estado é de 2.438.401 hab (40%), havendo, quanto ao sexo, uma

distribuição relativamente equilibrada, com uma diferença de 1,6 para o sexo masculino (50,8%) sobre o feminino (49,2%). Quanto às faixas de idade, há uma concentração entre 0 e 14 anos, sendo que 27,8% encontram-se na faixa de 5 a 9 anos de idade.

Tabela 216:. Número de crianças e adolescentes residentes de 0 a 17 anos por sexo– MA

Informação	2003	2004	2005
0 a 4 anos – masculino	307.094	329.967	338.127
0 a 4 anos – feminino	303.879	315.621	329.304
5 a 9 anos - masculino	356.401	364.234	339.738
5 a 9 anos - feminino	342.680	347.497	335.709
10 a 14 anos - masculino	345.899	364.237	345.364
10 a 14 anos - feminino	356.418	311.637	320.457
15 a 17 anos – masculino	227.097	213.600	215.250
15 a 17 anos - feminino	209.310	223.960	214.452
TOTAL	2.448.778	2.470.753	2.438.401

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PNAD 2003, 2004 e 2005.

Observa-se que no período de 2003 a 2005 há uma variação no crescimento da população de 0 a 17 anos, com um decréscimo em 2005 em relação aos anos anteriores. Quanto à faixa etária de 0 a 4 anos, percebe-se crescimento constante no período, o que nos leva a concluir que apesar do declínio da taxa de fertilidade no país, ainda é ascendente o nível de crescimento populacional do Estado.

Dados da PNAD 2005 mostram que a população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência da pesquisa no Estado do Maranhão era de 2.852.853, sendo 59% do sexo masculino e 41% do sexo feminino. Quanto à posição na ocupação no trabalho principal, 34% eram empregados; 32% trabalhadores por conta própria; 15,2% não remunerados; 9,6 trabalhadores na produção para o próprio consumo; 5,9% trabalhadores domésticos (95% do sexo feminino); 2,2% empregadores.

Agrupando os percentuais das posições: não remunerados; trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio consumo podemos perceber que 26% da população ocupada não recebia remuneração pelo trabalho realizado.

Do total de pessoas ocupadas em 2005, 11,6% (330.097) encontravam-se na faixa de 10 a 17 anos. Se acrescentarmos a faixa de 5 a 9 anos, que não é considerada no cálculo da PEA, mas que é real, a população ocupada sobe para 2.895.420, e o índice de crianças e adolescentes passa a 12,9%.

Uma análise comparativa do número de pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas entre os anos de 2003 e 2005 mostra que houve uma redução no número de ocupados, de 471.159 em 2003 para 383.366 em 2004, mas em 2005 esse número voltou a crescer (442.539), embora não retornando ao patamar de 2003. Ao identificar a atividade no trabalho principal percebe-se que é a atividade

agrícola que ocupa o maior número de crianças e adolescentes: 344.277 (73%) em 2003; 219.978 (57%) em 2004 e 266.448 (60%) em 2005.

Considerando a população de 10 a 17 anos no período de 2003 a 2005, observa-se elevado índice de pessoas economicamente ativas, alterando-se a cada ano. Em 2003, eram 26%; 2004 - 28%, chegando a 33% em 2005. Outro fator comprova a tendência de crescimento da taxa de ocupação em 2005. Nesse ano, há redução da população de 10 a 17 anos (1.095.523) em relação aos anos anteriores (1.138.724 em 2003; 1.113,384 em 2004). A variação da taxa de ocupação de 2005 foi de 7% em relação a 2003 e 5% em relação a 2004.

Tabela 217: Pessoas de 10 a 17 anos, por condição de atividade na semana de referência e sexo no Maranhão 2003-2004-2005

Grupos de idade	2003		2004		2005	
	Economicamente ativas	Não economicamente ativas	Economicamente ativas	Não Economicamente ativas	Economicamente ativas	Não Economicamente ativas
10 a 14 anos - masculino	80.821	265.078	96.439	267.798	115..651	229..713
10 a 14 anos - feminino	43.643	312.775	39.005	272.582	49.796	270..661
15 a 17 anos - masculino	118.795	108.302	113.975	99.625	132..517	82.733
15 a 17 anos - feminino	51.719	157.591	67.746	156.214	63.457	150..995
TOTAIS	294.978	843.746	317.165	796.219	361.421	734..102

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PNAD 2003, 2004 e 2005

Mais de 50% das pessoas ocupadas no período de referência se encontrava na faixa de 15 a 17 anos. Em 2003 chegou a 57,8%. Mas a tendência de queda de 0,5% que se observa no ano de 2004, se amplia em 2005 chegando a 3,6% em relação a 2003 e 3,1% em relação a 2004. A redução do número de pessoas ocupadas na faixa de 15 a 17 se dá com a ampliação da ocupação na faixa de 10 a 14 anos, que passa de 42,2% em 2003 para 42,7% em 2004 e 45,8% em 2005. Quanto ao sexo, a predominância do masculino, com 67,7% em 2003; 66,3% em 2004 e 68,7% em 2005, enquanto o feminino correspondeu respectivamente a 32,3%; 33,7% e 31,3%.

A diferença de taxa de ocupação apresentada pelos indicadores, neste caso, deve ser analisada à luz da questão de gênero, que ao longo da história do país, permeou a forma de considerar o trabalho das mulheres no interior da residência familiar como inerente à condição feminina, parte de suas obrigações como mãe e esposa, descaracterizando-o como trabalho. É esse traço de cultura

que pode nos levar a compreender os baixos índices de mulheres ocupadas, o fato do trabalho doméstico familiar não ser identificado como trabalho nem mesmo pelas pessoas que o desenvolvem, pois não é culturalmente absorvido pela sociedade. Dessa forma, o trabalho familiar doméstico das crianças e adolescentes do sexo feminino, não é captado pelos índices, embora faça parte da realidade.

Um outro elemento que se pode observar analisando as informações do IBGE é que o índice de remuneração do trabalho realizado pelas crianças e adolescentes é muito baixo, conforme pode ser demonstrado pela Tabela abaixo.

Tabela 218: Pessoas de 10 a 17 anos ocupadas na semana de referência e percentual por posição na ocupação no trabalho principal no Maranhão 2003-2004-2005.

ANO	TOTAL	NÃO REMUNERADO	EMPREGADO	TRABALHO DOMÉSTICO	CONTA PRÓPRIA	PRÓPRIO CONSUMO	PRÓPRIO USO	EMPREGADOR	TOTAL %
2003	276.391	62,6%	16%	7.6 %	7.9%	5.6%	0.3%	-	100.0
2004	297.290	54%	18.5%	11%	6.6%	9.6%	-	0.3%	100.0
2005	330.097	53,2%	17.5%	7.5%	10.2%	11%	0.6%	-	100.0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento.PNAD 2003, 2004, 2005.

O trabalho não remunerado no período de 2003 a 2005 ocupava mais da metade das crianças e adolescentes, chegando a uma média de 56.6%, que contraposta à média de empregados que foi de apenas 17.3%, mostra que o trabalho adquire a forma de trabalho familiar para o provimento das necessidades de sobrevivência. Outro ponto que mostra o nível de informalidade e insegurança do trabalho no que diz respeito aos direitos previdenciários, é que o maior índice de contribuição para a previdência foi de 1.8%, registrado em 2003. Em 2004, o índice foi zero e em 2005 de 0,5%. Aprofundando a análise da posição na ocupação por sexo pode-se observar uma diversidade de situações, de convergências e divergências quanto ao trabalho por sexo, conforme Tabela a seguir.

Tabela 219: Pessoas de 10 a 17 anos ocupadas na semana de referência e percentual por posição e sexo nas principais ocupações no trabalho principal no Maranhão 2003-2004-2005.

ANO	TOTAL	MASC	FEM	NÃO REMUNERADO		EMPREGADO		TRAB. DOMÉSTICO		CONTA PRÓPRIA	
				MASC.	FEM	MASC.	FEM	MASC.	FEM	MASC	FEM
2003	276.391	191.536	84.855	70%		19.4 %	8,6 %	-	16.3 %	7.2%	9.5 %
2004	297.290	199.256	98.034	62%	37.4 %	22%	11.4%	0.4%	30.9%	4.8%	10.6 %
2005	330.097	231.304	98.793		40.6 %	1.6 %	4.9%	0.3 %	24.4%	9.4%	12.2 %

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento.PNAD 2003, 2004,2005.

Analisando as quatro principais posições na ocupação, pode-se chegar a algumas conclusões. A primeira delas de que o trabalho não remunerado, no ano de 2003 (70%) e o empregado em 2004 (22%) ocuparam os índices mais elevados de ocupação das crianças e adolescentes do sexo masculino. Para o sexo feminino, o trabalho não remunerado em 2005 (40.6%) e o trabalho doméstico (30.9%) em 2004. Outro elemento importante mostra que no decorrer do período estudado, houve uma redução do trabalho não remunerado dos homens, de 70% para 58.7%, e elevação do trabalho não remunerado das mulheres de 22.4% para 40.6%. Pode-se perceber também que nas posições: trabalho não remunerado e empregado predomina o sexo masculino enquanto o feminino se sobrepõe nas ocupações trabalho doméstico (30.9%) em 2004, e trabalho por conta própria (12.2%) em 2005.

No ano de 2005, fica evidenciada a elevação das taxas de ocupação de crianças e adolescentes do sexo feminino em relação às do sexo masculino, nas quatro posições principais. Cabe ainda destaque para o trabalho doméstico e sua execução praticamente pelas pessoas do sexo feminino. Do total de ocupados nesse trabalho, o índice de mulheres, chega a 100% em 2003; 92,7% em 2004 e 98.8% em 2005, o que reafirma o conceito tradicional de trabalho doméstico como espaço ocupacional de mulheres.

A posição ocupada pelo Estado do Maranhão no que diz respeito ao trabalho infanto-juvenil se reproduz também quanto ao trabalho escravo de adultos. Nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 1990, a maioria dos trabalhadores escravos libertados pela ação do Ministério do Trabalho, nas grandes empresas agropecuárias, é oriunda do Estado do Maranhão. Estudo realizado pela OIT (2004) sobre “O Trabalho Infantil em Cinco Estados Brasileiros”, com dados da PNAD 2001, mostrou que em 2001, quando o estado do Maranhão se encontrava em primeiro lugar no ranking do trabalho infantil, 18,1% das crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos trabalhavam, e apenas 21% deles recebiam algum tipo de pagamento. Quanto ao gênero, os meninos constituíam a maioria dos trabalhadores, chegando a 25% entre os de até 10 anos e 56% entre os de até 15 anos, contra 10,1% e 25,0% para as meninas nas mesmas faixas de idade.

O trabalho não remunerado ocupava a grande maioria das crianças, chegando a 89,53% para meninos e 67,74% para as meninas no meio rural. O setor agrícola ocupava 70,67% das crianças. Quanto à frequência escolar, 92% das crianças de 14 e 15 anos que não trabalhavam, estavam na escola e das que trabalhavam, 84% e 81% respectivamente. Analisando a situação de domicílio, a pesquisa mostrou que no meio rural a proporção de crianças que trabalhavam e estudavam era elevada (meninos 47,9% e meninas 19,2%) e que a proporção de meninos que só trabalhavam era também muito relevante (5,1%).

Outro aspecto destacado pelo estudo da OIT diz respeito à contribuição do trabalho das crianças para a formação da renda familiar. Em 63% das famílias urbanas e em 69% das rurais, a contribuição das crianças para a renda familiar era de mais de 20%, e, em 26% das famílias urbanas e 31% das rurais a contribuição

ultrapassava os 40%. Sobre o motivo de trabalhar, a maioria das crianças afirmaram trabalhar porque queria (55%, no meio rural e, 74%, no urbano), porém, 44,4% no meio rural e 25,8 no urbano, revelaram que trabalhavam porque eram obrigados pelos pais ou responsáveis.

O estudo apresentou outro resultado importante: a redução da incidência do trabalho infantil tem relação direta com o número de anos de escolaridade da mãe. No meio rural havia maior porcentagem de crianças cujas mães tinham até 04 anos de estudo (84,5%), contra 72,2% na zona urbana. Quando a escolaridade da mãe era de 9 anos ou mais de estudo, o índice das crianças que trabalhavam caía para 3,3% na área rural e 10,3% na urbana. No que se refere ao número de envolvidos em ocupações de risco a PNAD 2001 mostrou que no Maranhão havia quase 140 mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos nessa situação, destacando-se as atividades: emprego doméstico (25,3%); comércio ambulante (22,0%); extrativismo vegetal e mineral (19,2%), atividades agrícolas (14,3%) e construção civil (6,60%).

A segunda parte do estudo da OIT sobre “O Trabalho Infantil em Cinco Estados Brasileiros” analisa os dados do Censo 2000 sobre o trabalho infantil perigoso. No Maranhão, os municípios de São Luís, Imperatriz e Açailândia concentram a maior parte das crianças e adolescentes em ocupações de risco, 20% do total no Estado. Em São Luís, 98% das crianças e 95% dos adolescentes em trabalho perigoso estão na área urbana, sendo as principais ocupações: emprego doméstico (42%); construção civil (14%); comércio ambulante (10%) e manutenção de equipamentos (10%). Os empregados domésticos e na construção civil concentram-se na faixa de 15 a 17 anos. No município de Imperatriz, 77% das crianças, 88% das pessoas com 14 anos, e mais de 90% dos adolescentes de 15 a 17 anos, em atividade de trabalho perigoso moram na área urbana. A exemplo da capital do estado é também, o emprego doméstico (29%), a principal ocupação, seguido da construção civil (12%), montagem e manutenção de equipamentos (11%), comércio ambulante (8%) e atividades agrícolas com 5,87%.

O município de Açailândia apresenta uma situação diferenciada em relação a São Luís e Imperatriz, uma vez que 50% das crianças e mais de 30% dos adolescentes envolvidos em trabalho perigoso moram na área rural. Apesar disso, é o emprego doméstico a principal ocupação (35%), seguido das atividades agrícolas (21%), que juntas ocupam quase 60% dos indivíduos. Destacam-se ainda a montagem e manutenção de equipamentos (9%) e marcenaria e construção civil, ambas ocupando 8% das pessoas de 10 a 17 anos.

Nos quatro anos do estudo da OIT, o Maranhão saiu do primeiro para o segundo lugar no *ranking* do trabalho infantil, o que pode indicar que pouco foi feito no sentido da alteração do quadro gerador. Em relação à taxa de ocupação de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos, trabalhada no Ranking citado, a do Maranhão (16,20) atinge mais que o dobro da taxa de ocupação do país (7,80), e entre os Estados da federação só é superada pelo Estado do Piauí (17,11). Isso implica dizer que: em 2005, a taxa de ocupação de crianças e adolescentes de 5 a

17 anos no Estado do Maranhão foi superior a 17% da população nessa faixa etária, uma vez que o Ranking não trabalhou com as informações referentes a 16 e 17 anos. Pode-se constatar pelo exposto, que apesar das influências culturais e do conservadorismo que geram determinados mitos acerca do potencial formador do trabalho, é a situação de pobreza, é a geração das condições de sobrevivência a principal determinação do envolvimento das crianças e adolescentes com as atividades laborais.

No Brasil, onde a desigualdade social é uma das mais elevadas do mundo, o acesso às condições de vida dentro dos padrões necessários ao desenvolvimento das potencialidades humanas ainda faz parte da nossa agenda de lutas, e, até que elas sejam asseguradas, o trabalho de crianças e adolescentes continuará presente como uma necessidade das famílias na formação da renda. Por outro lado, enquanto as atividades desportivas, artísticas e culturais permanecerem como um privilégio a que apenas os filhos dos ricos têm acesso, a ocupação das crianças e adolescentes das classes subalternas através do trabalho será além da escola, a forma de mantê-los fora do alcance da marginalidade. Não é de se estranhar, portanto, ouvir depoimentos de pais e mesmo das crianças de que é melhor trabalhar do que ficar vadiando, sem ter o que fazer, e esta é uma verdade. O trabalho precoce assume desta forma o papel pedagógico, formador em substituição das atividades de socialização citadas anteriormente. A socialização das crianças e adolescentes pelo trabalho é uma das formas mais cruéis de negação de seus direitos de cidadania e por isso não pode ser tolerado.

O Estado brasileiro e a sociedade civil organizada já se encontram mobilizados para que os direitos das crianças e adolescentes brasileiros sejam assegurados, fato que se expressa nas legislações avançadas como o Estatuto da Criança e do Adolescente, e na adesão aos instrumentos jurídicos internacionais que regulam o trabalho infantil, como as diversas Convenções da OIT. Mas uma mudança substantiva desse quadro não acontecerá sem a alteração da origem, a situação de pobreza da maior parte da população brasileira e maranhense. É preciso que as políticas públicas sejam desenhadas e desenvolvidas tendo em vista esse marco central: a necessidade de redução das desigualdades sociais.

É necessário que a sociedade civil exerça o seu poder de formulador e controlador das políticas públicas, para assegurar que os recursos públicos sejam utilizados no sentido do cumprimento das demandas sociais. É necessário que haja por parte da sociedade, uma mudança de concepção que assegure o direito de todas as crianças e adolescentes e não apenas dos que podem ter acesso ao mercado para suprir suas necessidades de desenvolvimento humano. Nesse sentido, todas as formas de negação de direitos das crianças e adolescentes devem ser denunciadas, para que o Estado e a sociedade civil, cada um em suas competências sejam capazes de assegurá-los.

A falta de informações sobre a realidade dos direitos violados de crianças e adolescentes no Estado do Maranhão, é uma dificuldade para o seu

enfrentamento. Dessa forma, a produção de conhecimento científico sobre as informações disponíveis se constitui em ferramenta fundamental para a ação de organizações governamentais ou não governamentais. O quadro situacional do trabalho de crianças e adolescentes no Estado do Maranhão, que foi construído a partir das informações do IBGE, é a base necessária para avançar no conhecimento dessa realidade, conhecer e refletir sobre as denúncias de trabalho de crianças e adolescentes no Maranhão no período de 2003 a 2005, na parte seguinte deste estudo.

4 DENÚNCIAS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTO-ADOLESCENTE NO ESTADO DO MARANHÃO (2003-2005)

Os traços históricos e culturais que marcam as concepções sobre crianças e adolescentes no Brasil, seus direitos e deveres, enfim, como devem ser socializados, principalmente os filhos das classes subalternizadas, inscrevem suas marcas sobre as formas de pensar da sociedade sobre o trabalho de crianças e adolescentes, levando a que a exploração da mão-de-obra desse segmento seja pouco percebida, justamente por não ser assim considerada.

No Estado do Maranhão, essas concepções incidem diretamente sobre o número de denúncias dos casos desse tipo de violência, dificultando o enfrentamento dessa questão. O baixo índice de denúncias pode ter várias causas. A primeira é o desconhecimento da sociedade em geral sobre os direitos das crianças e adolescentes que foram assegurados na Constituição Federal, apenas a partir de 1988. A regulamentação através do ECA só aconteceu na década de 1990 e essa Lei ainda não é conhecida pela maioria da população do Estado do Maranhão. Outro elemento que ganha destaque nesse sentido da própria divulgação do ECA é a inexistência ou fragilidade do movimento social organizado que impulse a criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos e Tutelares na maioria dos municípios maranhenses.

A prevalência da concepção conservadora de que o trabalho é, sobretudo, educativo e formador aliado à necessidade do trabalho das crianças e adolescentes para a sobrevivência do grupo familiar se sobrepõe à análise das condições nocivas das atividades laborais sobre o desenvolvimento físico e mental de crianças e adolescentes, o que descaracteriza o trabalho por eles desenvolvidos como violação de direitos humanos. Por outro lado, o direito que cada família tem sobre seus filhos, até que completem a maioridade, preserva o caráter privado de dispor sobre como devem ser criados, e a legislação atual que prevê as responsabilidades dos pais ainda não é de domínio da maioria das famílias. Pode-se destacar ainda que a denúncia requer que haja conhecimento sobre as condições de segurança para a sua realização. O temor de envolvimento indesejados com a polícia e a justiça, é também um elemento que gera a omissão do cidadão.

A conjunção dos elementos citados, dentre outros, podem ajudar a compreender as informações levantadas pela pesquisa sobre o Trabalho Infanto-Adolescente no Estado do Maranhão, considerando o número de casos denunciados no período de 2003 a 2005, tendo como fontes empíricas os Conselhos Tutelares da Vila Luizão e Itaqui Bacanga, e o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos, em São Luís; o Conselho Tutelar do Município de São José de Ribamar e a Procuradoria Regional do Trabalho 16ª Região, que abrange todo o Estado do Maranhão.

4.1 Caracterização da denúncia: o denunciante e o receptor

Tabela 220: Denúncias de exploração do trabalho de crianças e adolescentes no Maranhão por órgão receptor: 2003, 2004, 2005.

Receptor da Denúncia	2003	2004	2005	Total
Conselhos Tutelares	25	15	17	57
Procuradoria Regional do Trabalho	14	15	19	48
Sindicato dos Trabalhadores Domésticos	0	0	4	4
TOTAL	39	30	40	109

Fontes: Conselhos Tutelares da Vila Luizão, Itaqui Bacanga e São José de Ribamar; Procuradoria Regional do Trabalho 16ª Região; Sindicato dos Trabalhadores Domésticos.

O total de casos denunciados no período dos três anos foi de 109, sendo 35.8% em 2003, 27.5% em 2004 e 36.7% em 2005. Os Conselhos Tutelares assumiram papel de destaque na recepção das denúncias, (52.3%) apesar da pesquisa ter sido realizada em apenas três, sendo 02 (dois) em São Luís e 01 (um) em São José de Ribamar, superando mesmo a Procuradoria Regional do Trabalho (44%), e o Sindicato de Trabalhadores Domésticos que recebeu apenas (3.7%) das denúncias. O Conselho Tutelar, instância da sociedade civil organizada, constituída a partir das prescrições do ECA, possui como objetivo a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, mediante recepção e encaminhamento das denúncias de violação. O fato de se tratar de uma instância local, bem como por serem os Conselheiros eleitos dentre os membros de organizações não governamentais moradores da área de abrangência, pode ser considerado como elemento que permite mais fácil acesso dos denunciantes.

Tabela 221: Encaminhamento das denúncias

Informação	2003	2004	2005	Total
Programa Central de Atendimento Social - FUMCAS	1			1
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI -	3	3	2	8
Programa Bolsa Família - FUMCAS		1		1
Programa Agente Jovem - FUMCAS		1		1
Programa Bolsa Escola	1	2		3
CAISCAS			1	1
Notificação	4	2	8	14
Recomendação		1		1
Termo de Compromisso			1	1
Ministério Público			3	3
Mais de um programa (Menor Aprendiz e PETI, Notificação e PETI, Programa Bolsa Escola e Oficina Pastoral, PETI/escola e Termo de Comparecimento).	1	4	1	6
DPCA			2	2
Arquivamento			2	2
Sem Dados	29	16	20	65
TOTAL	39	30	40	109

Fonte: Conselhos Tutelares da Vila Luizão, Itaqui Bacanga e São José de Ribamar; Procuradoria Regional do Trabalho 16ª Região; Sindicato dos Trabalhadores Domésticos.

A caracterização dos denunciadores a partir dos encaminhamentos tem como limite a falta de registro de 59,6 % da origem da denúncia, o que pode ter acontecido tanto por negligência da pessoa responsável pelo registro das informações quanto pelo fato do denunciante não permitir. Os denunciadores identificados se constituem em instituições públicas: FUMCAS, DPCA, Ministério Público e Ministério do Trabalho – DRT, do que se conclui que a denúncia por parte do cidadão, enquanto indivíduo, ainda não é uma prática que venha se registrando ou que o mesmo tem omitido a sua identidade por temer as consequências desse ato. Os dados disponíveis acerca de quem são as vítimas do trabalho infanto-adolescente no Estado do Maranhão, estão em sintonia com o quadro traçado anteriormente, configurando-se em violação dos direitos fundamentais.

4.2 As vítimas: direitos violados

Os direitos das crianças e adolescentes brasileiros encontram-se previstos no art. 227 da Constituição Federal de 1988, que afirma:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O fato dos direitos existirem em nível legal assegura a possibilidade de cobrança por parte da sociedade do seu cumprimento. Isso vem acontecendo a partir do final da década de 1980, com a expressiva contribuição da sociedade civil organizada através do movimento de defesa dos direitos de crianças e adolescentes e do funcionamento dos Conselhos de Direitos nas três esferas de governo e dos Conselhos Tutelares, além da Justiça da Infância e Adolescência.

O processo de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, no entanto, não é uma tarefa fácil por implicar em primeiro lugar, em mudança de paradigmas, é dizer, transformar concepções acerca do lugar que crianças e adolescentes devem ocupar numa sociedade pensada por e para os adultos, invertendo a ótica unilateral do dever das crianças e adolescentes para com os adultos, para outra que supõe o dever destes conjuntamente com o Estado, em assegurar com primazia, os direitos das crianças e adolescentes para que sejam detentores das condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento, visando ao exercício da cidadania composta por direitos e deveres inerentes à vida em sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente no seu Capítulo V, “Do direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho”, regula as condições de exercício do trabalho de adolescentes e proíbe o trabalho de crianças, mas apesar disso, como já foi demonstrado neste estudo, milhares de crianças e adolescentes continuam trabalhando no Estado do Maranhão. São seres humanos com uma série de direitos violados, pela impossibilidade de que as necessidades sociais de suas famílias sejam supridas com os rendimentos do trabalho dos adultos, pais, responsáveis ou irmãos, etc. As informações colhidas pela pesquisa, embora não permitam uma caracterização da situação real pela inconsistência dos registros, se constitui na aproximação possível e trás elementos importantes para a reflexão sobre a temática e para as políticas públicas referentes a essa área.

4.2.1 Número de vítimas por município

Tabela 222: Número de vítimas envolvidas nas denúncias por instituição / órgão receptor

Receptor da denúncia	2003	2004	2005	Total
Conselhos Tutelares	39	19	30	88
Procuradoria Regional do Trabalho	21	57	13	91
Sindicato dos Trabalhadores Domésticos			4	4
TOTAL	60	76	47	183

Fonte: Conselhos Tutelares da Vila Luizão, Itaqui Bacanga e São José de Ribamar; Procuradoria Regional do Trabalho 16ª Região; Sindicato dos Trabalhadores Domésticos.

A Procuradoria Regional do Trabalho registrou a denúncia de 50% das vítimas, os Conselhos Tutelares de 48% e o Sindicato dos Empregados Domésticos, 2%. O ano de 2004 apresentou o maior número de vítimas: 76 e o de 2005 o menor número, 47, enquanto o ano de 2003 registrou 60 vítimas. O número de denúncias verificadas no

período de 2003 a 2005 foi inferior ao número de vítimas nelas envolvidas. As 109 denúncias envolveram 183 vítimas.

Tabela 223: Número de vítimas envolvidas nas denúncias por município

Município	2003	2004	2005	Total
Bacurituba	15	0	0	15
Bom Jardim	2	0	0	2
Cajapió	2	0	0	2
Imperatriz	0	3	0	3
São José de Ribamar	6	0	0	6
São Luís	32	72	40	144
Outros	2	1	4	7
Não Informado	1	0	3	4
TOTAL	60	76	47	183

Fonte: Conselhos Tutelares da Vila Luizão, Itaqui Bacanga e São José de Ribamar; Procuradoria Regional do Trabalho 16ª Região; Sindicato dos Trabalhadores Domésticos.

Considerando a origem das denúncias no período, o município de São Luís foi responsável por 79% do número de vítimas envolvidas com trabalho precoce, distribuídas no período dos três anos estudados. O segundo município de maior incidência de vítimas de violência foi Bacurituba, com 8,2%, sendo que todos os casos (15) concentraram-se no ano de 2003. As denúncias realizadas no município de São José de Ribamar alcançaram 3,3% e os casos aconteceram no ano 2003, e, em Imperatriz, apenas 1,6 %, também no ano de 2003. Encontram-se vítimas denunciadas pelos municípios de Bom Jardim e Cajapió, com 1% (02) de vítimas cada.

No ano de 2003 as 60 vítimas de violência envolvidas nas denúncias recebidas foram originárias de 08 municípios: São Luís (53,3%), Bacurituba (25%), São José de Ribamar com 10% e Bom Jardim e Cajapió com 3,3% cada. Dentre os outros municípios citados encontram-se Grajaú e Timon (1,7%) cada, havendo ainda uma vítima sem identificação do município de origem da denúncia. Em 2004, 94,7% das vítimas foram de São Luís, seguido de Imperatriz com 4,0% e Governador Edson Lobão, com 1,3%. No ano de 2005, observa-se uma considerável redução do número de vítimas. O município de São Luís com 85% das vítimas, registro de uma vítima nos municípios de Açailândia, Coelho Neto, São Bento e Vila Nova dos Martírios, além de três vítimas sem identificação do município de origem.

4.2.1.1 Sexo, etnia e idade das vítimas

Em referência ao sexo e etnia das vítimas, a pesquisa encontrou dificuldade de mensurar, principalmente a etnia que foi identificada em apenas 10,4% (16) vítimas, denotando o quanto essa informação tão relevante para o perfil das vítimas tem sido desconsiderado pelos registradores das denúncias.

Tabela 224: Etnia das vítimas envolvidas nas denúncias por sexo

Informação	2003			2004			2005			Total
	F	M	NI	F	M	NI	F	M	NI	
Negro	0	0	0	0	1	0	3	0	0	4
Pardo	0	0	0	4	2	0	0	2	0	8
Índio	0	0	0		0	0	1	0	0	1
Branco	0	0		1	0	0	2	0	0	3
Não Informado	15	30	15	10	58	0	16	23	0	167
TOTAL	60			76			47*			183

Fonte: Conselhos Tutelares da Vila Luizão, Itaqui Bacanga e São José de Ribamar; Procuradoria Regional do Trabalho 16ª Região; Sindicato dos Trabalhadores Domésticos.

Apesar disso, dos que foram identificados, 75% eram negros e pardos, o que é indicativo de uma tendência, que poderia se cumprir com a análise da totalidade dos dados em face às características raciais da população do Estado do Maranhão, fortemente marcada pela descendência africana.

Tabela 225: Sexo das vítimas envolvidas nas denúncias

Informação	2003	2004	2005	Total
Feminino	15	15	22	52
Masculino	30	61	25	116
Não Informado	15	0	0	15
TOTAL	60	76	47*	183

Fonte: Conselhos Tutelares da Vila Luizão, Itaqui Bacanga e São José de Ribamar; Procuradoria Regional do Trabalho 16ª Região; Sindicato dos Trabalhadores Domésticos.

As informações disponíveis quanto ao sexo das vítimas mostra que 63,4% (116) eram do sexo masculino, 28,4% (52) do sexo feminino e de 8,2 % (15) não havia informação do sexo. Mesmo com a inconsistência dos dados, a pesquisa confirma o que os indicadores do IBGE têm mostrado, que são as crianças e adolescentes do sexo masculino as principais vítimas do trabalho precoce no Maranhão. Os dados oficiais também são ratificados no que diz respeito às faixas etárias, conforme se pode perceber analisando a Tabela 225 a seguir

Tabela 226: Sexo por faixa-etária das vítimas envolvidas nas denúncias

Informação	2003			2004			2005			Total
	F	M	NI	F	M	NI	F	M	NI	
0 a 5 anos	0	0	0	0	1	0	0	2	0	3
6 a 9 anos	6	5	0	4	9	0	3	7	0	34
10 a 12 anos	6	7	0	9	28	0	4	6	0	60
13 a 14 anos	2	9	0	1	16	0	3	2	0	33
15 a 17 anos	1	9	0	1	5	0	10	4	0	30
C/A (sem especificação de faixa-etária e sexo)	0	0	15	0	1	0	0	0	0	16
C/A (sem especificação de faixa-etária)	0	0	0	0	1	0	2	4	0	7
TOTAL	60			76			47*			183

Fonte: Conselhos Tutelares da Vila Luizão, Itaqui Bacanga e São José de Ribamar; Procuradoria Regional do Trabalho 16ª Região; Sindicato dos Trabalhadores Domésticos.

A análise das faixas etárias dos envolvidos nas denúncias mostra em primeiro lugar que são as crianças as principais vítimas, alcançando um índice de 53% (97), contra 34,4%(63) de adolescentes no período. Há ainda que considerar, que 12,6 % (23), não tiveram a idade informada, gerando uma dificuldade para o conhecimento da realidade. Observando cada faixa etária, se encontra o maior índice entre os 10 e 12 anos 33% (60) e o predomínio do sexo masculino, 68% (41). A faixa etária de 6 a 9 anos se coloca em segundo lugar, 19 % (34), com 62% (21) do sexo masculino

4.2.1.2 Escolaridade e trabalho das vítimas

A relação trabalho precoce versus escolaridade vem sendo denunciada ao longo das últimas décadas por militantes dos movimentos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, e constatados pelos estudiosos da área. Aliar o tempo necessário para estudar, de forma a obter aproveitamento ao final do ano letivo, e o tempo para trabalhar, de modo a complementar a renda familiar, é uma equação difícil de ser realizada pelas crianças e adolescentes, que precisam ainda de tempo para brincar. Nessa luta, as necessidades imediatas da sobrevivência se impõem e o trabalho se sobrepõe às demais atividades.

As perdas físicas, mentais e sociais decorrentes irão caracterizar o perfil dessas crianças e adolescentes, revertendo-se dentre outras em: baixa estatura, problemas de coluna; redução das oportunidades de socialização através das brincadeiras e das atividades desportivas; redução dos anos de estudo com reflexos perversos sobre todos os aspectos da vida, mas, sobretudo sobre o acesso ao mercado de trabalho. A Tabela abaixo mostra a situação encontrada.

Tabela 227 : Escolaridade das vítimas envolvidas nas denúncias por sexo

Informação	2003			2004			2005			Total
	F	M	NI	F	M	NI	F	M	NI	
Educação Infantil	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Ensino Fundamental - 1ª à 4ª séries	1	6	0	10	31	0	4	9	0	61
Ensino Fundamental - 5ª à 8ª séries	1	6	0	2	21	0	7	2	0	39
Não estuda	0	0	0	0	1	0	1	3	0	5
Não Informado	13	18	15	3	7	0	10	11	0	77
TOTAL	60			76			47*			183

Fonte: Conselhos Tutelares da Vila Luizão, Itaqui Bacanga e São José de Ribamar; Procuradoria Regional do Trabalho 16ª Região; Sindicato dos Trabalhadores Domésticos.

A elaboração do perfil educacional das vítimas do trabalho precoce no período estudado foi dificultada pelo elevado índice de sub-registro deste dado, alcançando a 42,1%. As informações disponíveis mostram que todos os que estudavam (55,2%) estavam situados no nível fundamental, sendo que 60,4%, nas quatro primeiras séries e 38,6% nas últimas. Dentre as vítimas, 2,7% não estudavam. Apesar da incompletude das informações sobre a escolaridade é possível intuir que a realidade corrobora com as análises dos impactos do trabalho infanto-adolescente sobre a escolaridade, incidindo sobre o ingresso, a permanência e o aproveitamento escolar, que reduz os anos de estudo dos trabalhadores precoces.

4.2.1.3 Trabalho: atividade, jornada de trabalho e remuneração

Se no ato da denúncia, as atividades laborais foram quase integralmente registradas, o mesmo não aconteceu em relação à jornada de trabalho e à remuneração. A insuficiência das informações, neste caso, chega a comprometer as inferências. No que diz respeito às atividades, predominam aquelas que se colocam no setor informal: venda no comércio ambulante, carregador de sacolas em feiras, além de outros. Mas chama a atenção a ocorrência do trabalho escravo como terceira atividade que mais ocupava as vítimas, além de outras consideradas degradantes e perigosas como: vigia noturno, trabalho na roça, abertura de poços e exploração sexual.

Tabela 228: Atividade das vítimas envolvidas nas denúncias por sexo

Informação	2003			2004			2005			Total
	F	M	NI	F	M	NI	F	M	NI	
Vigia noturno		2								2
Comércio informal - ambulante (vendas de bolo, café, ovos, suquinho, bombons, sacolas, bronzeador, água oxigenada, picolé, mingau, amendoim, cheiro-verde, pastel, frutas).	11	21		6	4		6	16		64
Carregador de sacolas em feira / frete	1			6	47					54
Babá							1			1
Trabalho doméstico	2			1			10			13
Oficina mecânica		1								1
Comércio formal (loja)	1			1						2
Trabalho escravo (condições subumanas de vida e trabalho) - roço de juquirá, operador de engenho		3	15							18
Derrubada e coleta de folhas de carnaubeira		2								2
Empresas (gari, padeiro, vendedor, office boy, transportes, secretariado, siderurgia/carregamento de gaiola de carvão)		1			3		1	3		8
Carroceiro					1					1
Trabalho na feira (venda ou limpeza)					3					3
Lanchonete				1						1
Abate de galinhas					1					1
Coleta e venda de cobre					1					1
Empregado Rural (trabalho em roças, tirada de leite de gado, abertura de poços)					1			5		6
Vigilância de carros								1		1
Programas de prostituição							1			1
Pescaria							1			1
Tipificação de trabalho não informada							2			2
TOTAL			60		76			47		183

Fonte: Conselhos Tutelares da Vila Luizão, Itaquí Bacanga e São José de Ribamar; Procuradoria Regional do Trabalho 16ª Região; Sindicato dos Trabalhadores Domésticos.

O trabalho desenvolvido pelas vítimas é caracterizado por uma diversidade de ocupações urbanas e rurais, havendo, contudo, a predominância de certas atividades. O Comércio Informal, por exemplo, ocupava 35% das vítimas na venda de: bolo, café, ovos, suquinho, bombons, sacolas, bronzeador, água oxigenada, picolé, mingau, amendoim, cheiro-verde, pastel e frutas. Embora o sexo masculino domine essa atividade, há uma forte presença do sexo feminino. Carregar sacolas ou fazer frete em carros-de-mão, nas feiras foi a segunda atividade mais denunciada, atingindo a 29,5% das vítimas. Este seria um trabalho característico do sexo masculino pela necessidade do uso da força, mas embora em proporção inferior, também foi denunciada a presença do sexo feminino.

O Trabalho Escravo se situou em terceiro lugar na classificação das atividades denunciadas, com o índice de 10%. As vítimas, em condições subumanas de vida e trabalho desenvolviam as atividades de: roçagem de juquirá e operador de engenho. Pela natureza do trabalho, se pode intuir que fosse realizado na zona rural. Quanto ao sexo há uma impossibilidade de análise por falta de informação. O Trabalho Doméstico contou com 7% das ocupações das vítimas que em 100% dos casos eram do sexo feminino. O Trabalho em Empresas foi alvo de 4,3 % das denúncias, caracterizado por atividades de: gari, padeiro, vendedor, *office boy*, transportador, secretário e carregador de gaiola de carvão em siderurgia. Já a ocupação de Empregado Rural era composta por atividades de trabalho em roças, tirada de leite de gado e abertura de poços, e atingiu a 3,3 % das vítimas.

Uma diversidade de atividades atingiu a 9,7% das vítimas: derrubada e coleta de folhas de carnaubeira; comércio formal; vigia noturno; Vigia de carros; Programas de prostituição; Pescaria; Coleta e venda de cobre; Abate de galinhas; Trabalho em Lanchonete; Trabalho na feira (venda ou limpeza); Carroceiro; Oficina mecânica e Babá. Para 1,2% das vítimas não houve identificação da atividade desenvolvida. Quanto à jornada de trabalho, os dados da pesquisa impedem um conhecimento da realidade conforme se pode constatar na Tabela abaixo.

Tabela 229: Jornada de trabalho das vítimas envolvidas nas denúncias

Informação	2003	2004	2005	Total
Até 4 horas / dia		1		1
Até 8 horas / dia	1			1
Mais de 8 horas / dia		1	1	2
Não Informado	59	74	46	179
TOTAL	60	76	47	183

Fonte: C. T. da Vila Luizão, Itaqui Bacanga e São José de Ribamar; Procuradoria Regional do Trabalho 16ª Região; Sindicato dos Trabalhadores Domésticos.

O total das horas trabalhadas por cada uma das vítimas não foi registrada adequadamente, chegando a apenas 2,2%. Das vítimas em que houve o registro, nenhuma cumpria jornada inferior a quatro horas / dia. Assim, 25% trabalhavam até 4 horas; 25% até 8 horas e 50% mais de 8 horas / dia. A relação entre jornada de trabalho e base de remuneração ficou também muito restrita pelo número de informações disponíveis.

Tabela 230: Remuneração das vítimas envolvidas nas denúncias considerando o salário mínimo de R\$ 350,00

<i>Informação</i>	2003	2004	2005	Total
Sem remuneração			1	1
Até 1/4 do salário mínimo		1	4	5
Até 1/2 salário mínimo e maior que 1/4	1		1	2
Até 1 salário mínimo e maior que 1/2	1		2	3
Não Informado	58	75	39	172
TOTAL	60	76	47	183

Fonte: Conselhos Tutelares da Vila Luizão, Itaqui Bacanga e São José de Ribamar; Procuradoria Regional do Trabalho 16ª Região; Sindicato dos Trabalhadores Domésticos.

Do total de vítimas, apenas 6% (11) teve o registro da remuneração. Tomando esse percentual para a análise se pode perceber desde a ausência de remuneração até aquela que não supera um salário mínimo. Destaca-se que 45,4% das vítimas recebiam no máximo 1/4 do salário mínimo pelo trabalho realizado; 27,3% até um salário mínimo; 18,2%, até 1/2 salário mínimo e 9,1% não eram remunerados. Essa situação, no entanto, toma contornos ainda mais perversos quando analisada na relação entre promessa de pagamento e recebimento da remuneração, conforme Tabela que segue.

Tabela 231: Recebimento de remuneração das vítimas envolvidas nas denúncias

<i>Informação</i>	2003	2004	2005	Total
Receberam a remuneração acordada		2	2	4
Receberam parcela da remuneração acordada			1	1
Não receberam a remuneração acordada	3	1	6	10
Remuneração sem envolver dinheiro	1		1	2
Não houve acordo de remuneração			2	2
Não Informado	56	73	35	164
TOTAL	60	76	47	183

Fonte: Conselhos Tutelares da Vila Luizão, Itaqui Bacanga e São José de Ribamar; Procuradoria Regional do Trabalho 16ª Região; Sindicato dos Trabalhadores Domésticos.

Do total de vítimas, apenas 10,4% (19), tiveram o registro acerca do recebimento da remuneração. Desses, 52,7% não receberam a remuneração acordada; 10,5% receberam algum tipo de remuneração sem o uso de dinheiro; para 10,5% não houve acordo de remuneração; 5,3 % receberam apenas parcela do acordado e somente 21% receberam a remuneração conforme acordo prévio. O que se pode perceber é que 79% das vítimas não tiveram o seu trabalho remunerado nem mesmo dentro dos padrões irrisórios acima apontados, o que denota a super-exploração das crianças e adolescentes pelos seus agressores que são praticamente

desconhecidos uma vez que o denunciante não possui as informações necessárias acerca deste no ato da denúncia.

4.3 O agressor: um desconhecido?

Considerando que durante o período de 2003 a 2005, foram realizadas 109 denúncias, esse seria o número mínimo de agressores, uma vez que uma denúncia poderia resultar em mais de uma vítima e também de agressor. Os dados abaixo impossibilitam uma caracterização mais aproximada da realidade uma vez que as informações se referem a um número muito reduzido. Se considerarmos o número de denúncias correspondente ao de agressores temos na Tabela que segue, apenas 32% dos agressores foram identificados e apenas quanto ao sexo. A defasagem na identificação dos agressores deixou fora da contagem 11 empresas e três fazendas denunciadas.

Tabela 232: Número e sexo do /as agressores /as denunciados /as

Informação	2003	2004	2005	Total
Feminino	10	4	10	24
Masculino	3	2	6	11
TOTAL	13	6	16	35

Fonte: Conselhos Tutelares da Vila Luizão, Itaqui Bacanga e São José de Ribamar; Procuradoria Regional do Trabalho 16ª Região; Sindicato dos Trabalhadores Domésticos.

Dentre os 32% dos agressores identificados, 68,6% eram do sexo feminino e 31,4% do sexo masculino. Os pais figuram como principais agressores correspondendo a 54,3% (19), estando as vítimas na condição de ajudantes no trabalho daqueles ou não. Sendo assim, o dado correspondente ao agressor do sexo feminino é maior devido à condição de abandono da família pelo pai ou ainda pela ausência de informação sobre a convivência deste, já que na maioria dos casos, a mãe é a única responsabilizada. Nos dados obtidos nos Conselhos Tutelares, a mãe também se torna figura principal, pois nos casos de pedido de inclusão dos filhos em programas de erradicação do trabalho infantil, por exemplo, geralmente é ela quem procura a instituição e termina sendo considerada a agressora.

A qualificação do agressor como sendo, na maioria dos casos os pais, reforça a tese das necessidades da formação da renda familiar com o trabalho das crianças e adolescentes e culpabiliza os primeiros por essa situação. Dessa forma os pais, sem condições de prover a manutenção do seu grupo familiar, passam de protetores dos seus filhos, conforme a sua concepção, a “agressores” destes, perante a lei.

A proteção do Estado à família encontra-se prevista na Constituição Federal em seu art. 226 “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” e na Seção IV – Da Assistência Social, art. 203: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I. a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II. o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III. a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV. a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V. a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei “.

As políticas públicas, forma de intervenção do Estado visando reduzir as desigualdades produzidas pelo sistema de produção inerentemente desigual, conforme o ideário que as sustenta e a influência dos trabalhadores, podem encerrar ações mais ou menos inclusivas das classes subalternizadas. Nas últimas décadas, a concepção neoliberal tem orientado a implementação de políticas sociais direcionadas ao enfrentamento da pobreza privilegiando a transferência de renda em detrimento de ações de desenvolvimento local, desviando para a área da Assistência Social o enfrentamento da questão social que se expressa, dentre outras, no acirramento da pobreza, no trabalho de crianças e adolescentes e no trabalho escravo.

Diante da realidade do trabalho de crianças e adolescentes no Estado do Maranhão, demonstradas pelos indicadores sociais do IBGE e pelos dados das denúncias efetivadas no período de 2003 a 2005 é relevante conhecer qual vem sendo a intervenção do Estado para enfrentar essa questão, quais os programas vêm sendo implementados, buscando compreender os seus significados para a vida das crianças, adolescentes e família.

5 INICIATIVAS DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO DO TRABALHO INFANTO-ADOLESCENTE NO ESTADO DO MARANHÃO

A intervenção do poder público no sentido de enfrentar a questão do trabalho de crianças e adolescentes no Estado do Maranhão vem consistindo na execução de alguns programas federais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa de Capacitação / Qualificação de Jovens, além de procedimentos da Delegacia Regional do Trabalho junto aos municípios no sentido de que estes tomem providências em nível local visando à eliminação do trabalho infantil e a proteção do trabalho do adolescente.

5.1 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

O PETI se constitui em estratégia do governo federal implementada a partir de 1996, tendo como objetivo retirar crianças e adolescentes de 07 a 15 anos de idade do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre e degradante. Ao mesmo tempo em que tem também como finalidades: assegurar o acesso e permanência na escola; ampliar o universo de conhecimentos através de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer em período complementar ao da escola (Jornada Ampliada); apoiar as famílias através de

ações sócio-educativas e da promoção e implementação de projetos de geração de trabalho e renda (PETI,2002, p.02).

Iniciando sua ação no ano de 1996, em 14 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, mediante denúncias de trabalho de crianças e adolescentes em fornos de carvão e colheita da erva-mate, expandiu-se para todos os Estados brasileiros, nas áreas urbanas e rurais, através do repasse da Bolsa Criança Cidadã diretamente para a família (prioritariamente a mãe) no valor de R\$ 25,00 na zona rural e R\$ 40,00 na zona urbana, por cada filho, sem limite do número de filhos inscritos no Programa.

No Estado do Maranhão o PETI passou a ser implementado em 1999 atendendo a 13 municípios: Açailândia, Coelho Neto, Timon, Codó, Anajatuba, Cantanhede, Lago do Junco, Bequimão, Cajari, São Bento, São João Batista, São Vicente de Férrer e Santa Luzia. O Programa procurou em sua fase inicial enfrentar quatro situações de trabalho de crianças e adolescentes: Carvoaria, Olaria, Cana-de-açúcar e Quebra de Coco. A distribuição pelos municípios apontava para: Carvoaria (Açailândia); Cana-de-açúcar (Coelho Neto); Olaria (Timon) e a Quebra de Coco nos outros dez municípios.

Tabela 233: Atendimento do PETI no Estado do Maranhão -1999 a 2005

ANO	Nº MUNICÍPIOS	SITUAÇÕES DE TRABALHO	META C / A	FAMÍLIAS ATENDIDAS	VALOR REPASSADO
1999	13	Carvoaria, Olaria, Cana-de-açúcar e Quebra de Coco.	4.817	963	306.765,00
2001	21	Carvoaria, Olaria, Cana-de-açúcar, Quebra de Coco, Carvoaria, Casa de Farinha, Cana-de-açúcar, Pesca e Ambulante.	7030	1.406	1.901.700,00
2002	130	Carvoaria, Olaria, Cana-de-açúcar, Quebra de Coco, Carvoaria, Casa de Farinha, Cana-de-açúcar, Pesca, Ambulante, Lixões, Horticultura e Extração de Pedras.	59.635	11.927	31.679.190
2003	129	Carvoaria, Olaria, Cana-de-açúcar, Quebra de Coco, Carvoaria, Casa de Farinha, Cana-de-açúcar, Pesca, Ambulante, Lixões, Horticultura e Extração de Pedras.	59.084	11.817	31.461.650,00
2004	131	Carvoaria, Olaria, Cana-de-açúcar, Quebra de Coco, Carvoaria, Casa de Farinha, Cana-de-açúcar, Pesca, Ambulante, Lixões, Horticultura e Extração de Pedras	59.584	11.917	31.462.650,00
2005	159		72.168		38.320.140,00
	TOTAL		262.318		135.132.195,00

Fonte: Gerência de Estado de Desenvolvimento Social. Departamento de Erradicação do Trabalho Infantil. 1999, 2001, 2002, 2003 2004 e 2005.

O Programa PETI atendeu em 1999 a 4.817 crianças e adolescentes e repassou um total de R\$ 306.765,00 (trezentos e seis mil setecentos e sessenta e cinco reais), sendo R\$ 170.425,00 (Cento e setenta mil quatrocentos e vinte e cinco reais) para o pagamento da Bolsa Criança Cidadã e R\$ 136.340,00 (cento e trinta e seis mil trezentos e quarenta reais) para a realização da Jornada Ampliada.

A primeira expansão do Programa aconteceu em 2001, passando a atender a 21 municípios: Altamira do Maranhão, Marajá do Sena, Conceição do Lago Açu; Fernando Falcão, Brejo, Água Doce do Maranhão, Milagres do Maranhão, Santana do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, São Bernardo, São Roberto, Pinheiro, Joselândia, Capinzal do Norte, Morros, Raposa, Satubinha, São João do Caru, Santa

Inês, Palmeirândia e Vitória do Mearim. A Quebra do Coco por crianças e adolescentes foi o motivo de inclusão de 61,9% (13) dos municípios e as demais situações encontradas foram: Carvoaria, Casa de Farinha, Cana-de-açúcar, Pesca e Ambulante. Atingindo a meta de 7.030 crianças e adolescentes, sendo 91,4 % na área rural 8,6 % na área urbana, repassou recursos no valor de R\$1.901.700,00 (hum milhão novecentos e hum mil e setecentos reais), sendo R\$1.056.500,00(hum milhão, cinqüenta e seis mil e quinhentos reais) através do pagamento da Bolsa e R\$845.200,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil e duzentos reais) repassados às Prefeituras Municipais para a implementação da Jornada Ampliada.

No ano de 2002 o Programa sofreu uma segunda expansão, desta vez bastante significativa, havendo uma ampliação de metas para 59.635 crianças e adolescentes (7.908 em áreas urbanas e 51.727 em áreas rurais), atendendo em média a 11.927 famílias em 130 municípios. Os recursos repassados foram da ordem de R\$31.679.190,00 (trinta e hum milhões setecentos e setenta e nove mil cento e noventa reais) distribuídos entre pagamento da Bolsa - R\$18.407.030,00 (dezoito milhões quatrocentos e sete mil e trinta reais), enquanto para o financiamento da Jornada Ampliada foi repassado aos municípios o total de R\$13.272.160,00 (treze milhões duzentos e setenta e dois mil e cento e sessenta reais). Além das situações de trabalho já identificadas nos anos anteriores foram acrescentadas: Trabalho em Lixões, Horticultura e Extração de Pedras.

Em relação a 2002, o Programa PETI manteve praticamente a mesma meta e volume de recurso nos anos de 2003 e 2004, conforme Tabela 26. As alterações foram mínimas: a redução de 01 município em 2003 (129); e a inclusão de 02 em 2004 (131) com baixo impacto sobre os valores pagos às famílias e repassados aos municípios. Destaca-se também que não houve nenhuma nova situação de trabalho identificada.

Entre os anos de 2003 e 2005, houve ampliação de metas e municípios atingidos no Maranhão, o que totalizou 72.168 crianças e adolescentes, abrangendo 159 municípios (ver Tabelas de 233 a 235).^[2]

No ano de 2005, através da expansão de metas do programa pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, o Estado do Maranhão foi contemplado com 5.424 novas metas, obedecendo aos critérios de partilha estabelecidos na NOB/SUAS/2005 e beneficiando 27 novos municípios. Os recursos repassados totalizaram R\$ 38.320.140,00.

^[2] Não foram encontrados nos setores responsáveis pela execução do Programa Bolsa Família e do PETI dados fidedignos em nível de Maranhão sobre crianças e adolescentes atendidos por faixa etária/sexo. A supervisão é feita por amostragem, o que dificulta o levantamento completo dos dados. Esse programa está em processo de integração com o Programa Bolsa Família, a partir de 2005.

Tabela 234 : Evolução do atendimento do PETI no Maranhão, 2003 – 2005

Ano	Crianças e Adolescentes retirados do trabalho	Nº de municípios no Estado	Nº de beneficiados	Percentual (%)
2003	59.584	217	131	60,37
2004	66.665	217	132	60,83
2005	72.168	217	159	73,27

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão, 2005.

Tabela 235: Valores Repassados, PETI, Maranhão, 2005

	Valores (R\$)
Jornada Ampliada	15.456.640,00
Bolsa Criança Cidadã	22.863.500,00
TOTAL	38.320.140,00

Fonte: Relatório de Gestão SUAS / Governo do Estado do Maranhão, 2005.

Tabela 236: Meta de atendimento por regionais – 2005 / Maranhão

Gerência Regional	Número de municípios
Pré-Amazônia	05
Médio Mearim	08
Cerrado maranhense	04
Tocantins	09
Centro Maranhense	05
Leste Maranhense	08
Baixo Parnaíba	11
Cocais	06
Itapecuru Mirim	11
Pedreiras	13
Baixada Maranhense	09
Presidente Dutra	12
Munim e lençóis Maranhenses	11
Sertão Maranhense	13
Pindaré	10
Lagos Maranhenses	13
Alto Turi	10
Metropolitana	01
TOTAL	159

Fonte: SEDES/Rede Conveniada Maranhão, 2005.

Nota-se que houve ampliação das metas atendidas em 11% de 2003 para 2004 e de 9% de 2004 para 2005. Em 2005, 24,6% das crianças e adolescentes em situação de trabalho atendidas pelo PETI estavam na zona urbana e 65,4% encontravam-se na zona rural.⁹¹

⁹¹ Para mais informações sobre o PETI, ver Capítulo 1 desde volume.

5.2 PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO DE JOVENS

O Programa de Capacitação / Qualificação de Jovens, segundo o Ministério do Trabalho, foi criado em 2003, e destina-se a capacitar jovens de baixa renda que estejam estudando ou tenham concluído o ensino fundamental ou médio. Desenvolvido pelo Ministério do Trabalho em parceria com órgãos públicos e organizações não-governamentais, o Programa é formado por um conjunto de ações cujo objetivo é qualificar e inserir esses jovens no mercado de trabalho. As informações disponibilizadas pela DRT / MA sobre o atendimento do Programa limitam-se aos anos de 2005 e 2006 e mostram que o nível de abrangência do mesmo é restrito, atingindo a 3.522 jovens em todo o Estado.

Tabela 237: Capacitação / qualificação de jovens – 2005 / 2006

Ação	Qualificação
Jovem Empreendedor	130
Consórcio São Luís	2.150
Consórcio Rural	67
Consórcio Quilombola	500
Juventude Cidadã (prefeituras)/municípios	300
Soldado Cidadão	300
Aprendizagem	75
TOTAL	3.522

Fonte: DRT/MA, 2006.

Compõem as ações do Programa: o Consórcio Social da Juventude; o Programa Jovem Aprendiz; os Programas Juventude Cidadã e Soldado Cidadão, em parceria com os municípios e as Forças Armadas, respectivamente; e a Subvenção Econômica, em parceria com empresas. O Programa Jovem Empreendedor capacitou 130 jovens no período de 2005 a 2006, e 100% deles conseguiram algum tipo de inserção no mercado de trabalho, conforme Tabela 237, na página seguinte:

Tabela 238: Inserção dos jovens que participaram de qualificação através do programa Jovem Empreendedor no mercado de trabalho – 2005 / 2006

Município	Tipo de Inserção	
	Autônomo	Trabalho Formal
São Luís	19	1
Imperatriz	5	3
Açailândia	15	1
Santa Inês	5	-
São José de Ribamar	1	-
Pinheiro	14	-
Barreirinhas	16	1
Caxias	11	-
Chapadinha	7	-
Magalhães de Almeida	3	-
Bacabal	13	-
Balsas	10	3
Cantanhêde	1	-
Mata Roma	1	-
TOTAL	121	9

Fonte: DRT/MA, 2006.

O fato de conseguir a inserção, no entanto, é passível de questionamento quando se percebe que 93% dos jovens tiveram sua inserção como autônomos. Embora trabalho autônomo não seja sinônimo de trabalho informal, cabe questionar sobre o significado dessa informação. A capacitação teria sido o elemento que faltava para que todos esses jovens se tornassem empreendedores?

5.3 Procedimentos da DRT

Considerando o cumprimento da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Delegacia Regional do Trabalho – 16ª Região notificou, no período de 2003 a 2005, 97 municípios maranhenses que, conforme informações extraídas do Banco de Dados Agregados do IBGE, com base no Censo Demográfico / 2000, figuram dentre aqueles onde há maior incidência de trabalho infantil, em violação frontal ao disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

A ação impetrada contra os municípios consta de dois instrumentos legais, a Notificação Recomendatória Circular à Administração Pública Municipal e o Termo de Ajuste de Conduta. A primeira contém indicações das providências a serem tomadas pela gestão municipal no sentido da eliminação do trabalho infantil e da proteção do

trabalho do adolescente no âmbito do município, dentro das normas previstas em lei, e consta de:

1. Apresentar projeto de lei visando a criação e implementação de programa(s) social(s) para combater o trabalho infantil, garantindo verba para tal, priorizando a retirada das crianças e adolescentes do trabalho;
2. Instalar, em caso da não existência, e manutenção em efetivo funcionamento o Conselho Tutelar, com equipe de profissionais necessária a esse funcionamento, o qual deveria exercer poder de polícia em relação à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e qualquer trabalho aos menores de 16 anos;
3. Destinar ou criar locais que proporcionem às crianças e adolescentes resgatados das situações de trabalho acima descritas, condições para a realização de atividades culturais, desportivas, de lazer, etc.;
4. Cadastrar crianças e suas famílias em programas sociais como o PETI ao verificar situações de trabalho infantil;
5. Comunicar os casos de trabalho infantil no município ao Ministério Público;
6. Implementar programas de qualificação profissional de adolescentes;
7. Manter permanente divulgação à população dos dispositivos de lei que proíbem a exploração do trabalho infantil, em especial, a proibição do trabalho doméstico aos menores de 16 anos, promovendo a realização de debates, oficinas, campanhas, etc.;
8. Firmar parcerias visando o combate à exploração do trabalho infantil;
9. Elaborar diagnóstico sobre a situação de todas as crianças encontradas trabalhando;
10. Implementar a Jornada Ampliada do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
11. Encaminhar à Procuradoria Regional do Trabalho e ao Ministério Público do Estado, relatório semestral sobre as atividades realizadas tendo em vista o cumprimento da Recomendação.

O segundo instrumento legal é o Termo de Ajuste de Conduta, no qual os municípios comprometem-se a cumprir os termos da Notificação Recomendatória já referida, além de implementar o funcionamento da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e disponibilizar transporte para as crianças e adolescentes do PETI para participar da Jornada Ampliada. As informações disponibilizadas pela DRT / MA sobre os municípios atingidos pela sua ação abarcam apenas os 79 municípios notificados em 2005, conforme Tabela 238:

Tabela 239: Procedimentos contra municípios visando a erradicação do trabalho infantil - 2005

Nº de ordem	Município Notificado	Não assinaram Termo de Ajuste de Conduta	Assinaram Termo de Ajuste de Conduta
01	Açailândia	X	
02	Alto Alegre do Pindaré		X
03	Anajatuba		X
04	Anapurus		X
05	Amarante	X	
06	Araioses		X
07	Arame	X	
08	Bacabal		X
09	Balsas	X	
10	Barra do Corda		X
11	Barreirinhas	X	
12	Bom Jardim		X
13	Buriti	X	
14	Buriticupu	X	
15	Cajapió		X
16	Cajari	X	
17	Carolina	X	
18	Caxias		X
19	Centro Novo do Maranhão	X	
20	Chapadinha	X	
21	Codo	X	
22	Colinas	X	
23	Coroatá		X
24	Cururupu		X
25	Davinópolis	X	
26	Duque Bacelar		X
27	Gonçalves Dias		X
28	Governador Edson Lobão	X	
29	Grajaú	X	
30	Humberto de Campos		X
31	Imperatriz	X	
32	Itapecuru Mirim	X	
33	Lago da Pedra	X	
34	Lago Verde		X
35	Loreto	X	
36	Mata Roma	X	
37	Matinha	X	
38	Matões		X
39	Monção		X

Continuação da Tabela 239

Nº de	Município Notificado	Não assinaram Termo	Assinaram Termo
40	Paço do Lumiar		X
41	Parnarama		X
42	Paulino Neves		X
43	Paulo Ramos		X
44	Pedreiras		X
45	Pedro do Rosário		X
46	Pinheiro		X
47	Pirapemas		X
48	Poção de Pedras	X	
49	Presidente Dutra		X
50	Presidente Sarney	X	
51	Rosário		X
52	Santa Helena	X	
53	Santa Luzia		X
54	Santa Inês		X
55	Santa Quitéria do Maranhão		X
56	Santana do Maranhão	X	
57	São Benedito do Rio Preto	X	
58	São Bento	X	
59	São Bernardo	X	X
60	São Domingos do Maranhão		X
61	São João dos Patos		X
62	São José de Ribamar		X
63	São Luís		X
64	São Luís Gonzaga do Maranhão		X
65	São Mateus	X	
66	São Raimundo das Mangabeiras	X	
67	São Vicente de Férrer		X
68	Satubinha do Maranhão		X
69	Sítio Novo	X	
70	Timbiras		X
71	Timon		X
72	Tuntum		X
73	Turiação	X	
74	Tutóia		X
75	Urbano Santos	X	
76	Vargem Grande	X	
77	Viana	X	
78	Vitória do Mearim	X	
79	Vitorino Freire	X	
	TOTAL	38	41

Fonte: Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região – PRT, 2003.

Dos 79 municípios acima citados, 51,9%, assinaram o Termo de Ajuste de Conduta e 48,1% não assinaram. A assinatura do Termo em si mesmo não basta para que a situação seja enfrentada e alterada, mas, significa um sinal de que a temática do trabalho de crianças e adolescentes passou a compor a agenda da administração municipal a qual não poderá alegar desconhecimento da situação. O cumprimento do Termo de Ajuste poderá por sua vez ser cobrado pela DRT e o município poderá ser penalizado legalmente caso não o cumpra.

Ainda no ano de 2005, foram instaurados de ofício 05 procedimentos contra municípios acerca do funcionamento do PETI, e apenas o processo do município de Cajari ainda se encontrava disponível, os demais já haviam sido encaminhados para Brasília para a tomada de providências e a Procuradoria Regional do Trabalho aguardava o retorno. O procedimento adotado contra o município de Cajari exigia a regularização da situação de inadimplência na prestação de contas do PETI, o que impossibilita o repasse de recursos para a implementação do Programa.

O que se pode intuir das informações referidas é que elas são insuficientes para configurar o quadro de controle do Ministério do Trabalho através da DRT sobre a questão do trabalho infanto-adolescente no Maranhão, no entanto, não se dispõe de elementos para analisar se isso se deve à intervenção pontual do órgão ou ao registro e sistematização das informações.

As informações sobre Programas de enfrentamento do trabalho de crianças e adolescentes no Estado do Maranhão mostram que o PETI é o Programa de maior abrangência quanto ao número de municípios, de famílias e de recursos gastos. Por outro lado, as ações de capacitação visando à inserção de jovens no mercado de trabalho se coloca como pouco significativas, alcançando a um número reduzido de municípios e jovens. Já a ação fiscalizadora da Delegacia Regional do Trabalho, notificando e chamando para assinatura do Termo de Ajuste, os municípios onde a prática do trabalho de crianças e adolescentes foi identificado pelo Censo 2000, pode se constituir em estratégia relevante, desde que haja o monitoramento dos compromissos assumidos e a punição dos municípios que o descumpram.

6 CONSIDERAÇÕES

O trabalho precoce de crianças e adolescentes no Estado do Maranhão articula-se ao modelo de desenvolvimento do capitalismo no país, que tardio, dependente dos países centrais, e voltado para os interesses do capital internacional, não assegurou em pleno século XXI a condição de assalariamento à maior parte da população adulta, o que tem como consequência que o trabalho informal seja a base de inserção no mercado de trabalho desse contingente, e que todos os componentes do grupo familiar estejam empenhados na formação da renda necessária à

sobrevivência. Desmistificar a concepção naturalizante da desigualdade e da pobreza em nosso país, é um passo importante no debate sobre o trabalho de crianças e adolescentes, uma vez que, os níveis de desigualdade com os quais convivemos não decorrem de uma fatalidade histórica, a naturalidade com que ela se reveste é parte de um acordo social excludente que reduz os direitos e gera distintos tipos de pessoas: os inseridos e os excluídos e por conta disso cidadãos de diversas categorias.

A eliminação do trabalho infantil e a proteção do trabalho do adolescente passam necessariamente, pela redução das desigualdades sociais, pela redistribuição da renda e da riqueza produzidas; pelas condições de trabalho para os adultos nas áreas urbanas e rurais dos municípios, mas também pela compreensão da sociedade de suas responsabilidades sobre a formação das futuras gerações e da decisão sobre que tipo de futuro ela quer construir. O atual discurso da sustentabilidade não encara essa questão. A preocupação central com a sustentabilidade do planeta tem como base a defesa do ecossistema, do meio ambiente, sem considerar as pessoas que o compõem, deixando de fora o único elemento que será capaz de criar e implementar estratégias de vida sustentável no planeta, os homens e mulheres de todas as raças, etnias e credos, em todo o mundo. É preciso incluir as condições de sobrevivência das pessoas no debate da sustentabilidade. Elas serão seres destituídos de humanidade, caso a sua dignidade não seja assegurada, dentro dos padrões que a sociedade contemporânea conseguiu construir, e o saldo dessa situação pode ser o retorno à barbárie.

O trabalho de crianças e adolescentes, portanto, é incoerente com o discurso e mesmo com as estratégias do desenvolvimento sustentável, por não permitir que parcela significativa das futuras gerações do Estado do Maranhão e do Brasil tenha acesso a uma formação escolar, que possibilite fazer a leitura da realidade em que vivem e que tenham elementos para exercer a participação como construtor da história do seu lugar. Crianças e adolescentes que têm no trabalho a sua principal ocupação, em detrimento do estudo, que passa a acontecer no tempo que sobrar, quase sempre à noite porque as reprovações levam à repetência, têm como consequência a distorção idade-série e o impedimento de concluir os estudos dentro do tempo normal para cada faixa etária. A implicação direta dessa situação é a redução do número de anos de estudo.

Freqüentar a escola noturna destinada aos adultos que não tiveram acesso à educação quando crianças, já significa um estigma para os adolescentes que não se identificam com os colegas de sala que são de faixas etárias as mais variadas e por isso, com interesses diversos e quase sempre impossíveis de articular aos dos adolescentes.

Essa falta de identidade como estudante pode ser mais um elemento a se somar às condições do ensino noturno em nosso Estado. Apesar dos esforços empreendidos, o ensino noturno ainda não atende a particularidade que grande parte do público que ela atende possui - ser trabalhador. Nesse sentido a Educação de Jovens e Adultos precisa se aproximar mais do perfil dessa parcela de adolescentes no sentido de proporcionar-lhes a oportunidade de recuperar o tempo perdido.

A pesquisa mostra a total articulação entre os indicadores do IBGE, que colocam o Estado do Maranhão no segundo lugar no ranking dos Estados que mais utilizam a força de trabalho de suas crianças e adolescentes e as informações sobre os casos de denúncias de trabalho precoce no período de 2003 a 2005. As tendências apontadas pelo IBGE foram se confirmando na pesquisa das denúncias, apesar do sub-registro em todas as situações pesquisadas, dessa forma, as vítimas identificadas nas denúncias foram em sua maioria, crianças do sexo masculino, afrodescendentes, na faixa de 9 a 12 anos e residentes em São Luís.

As atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes são muito diversificadas, mas algumas ocupam um maior contingente como: comércio informal; carregar sacolas ou fazer frete em feiras; trabalho escravo; trabalho doméstico; trabalho em empresas; empregado rural. Outras atividades, embora em menor escala também se apresentam: derrubada e coleta de folhas de carnaubeira; comércio formal; vigia noturno; vigia de carros; prostituição; pescaria; coleta e venda de cobre; abate de galinhas; trabalho em lanchonete; trabalho em feiras (venda ou limpeza); carroceiro; oficina mecânica e babá. Se não bastasse o fato de que as vítimas estavam trabalhando em situações que contrariam os seus direitos assegurados, a superexploração se configura quando se conclui que a maioria não recebia remuneração pelo trabalho realizado, já que nem mesmo aqueles que tinham algum acordo verbal ou promessa de pagamento pelo agressor, conseguiam receber o total acordado.

A maior concentração das vítimas denunciadas na capital do Estado pode ser pensada a partir de dois elementos. Um deles tem relação com o perfil do denunciante, que na maioria dos casos foi constituído por instituições governamentais implementadoras de políticas públicas, o que denota que a concepção de trabalho precoce como negação de direitos humanos está sendo incorporada pelas equipes técnicas, que estão encaminhando os casos identificados para serem apurados pela justiça. Nos demais municípios, onde as políticas públicas ainda são pouco desenvolvidas, não haveria ainda a assimilação da concepção dos direitos de crianças e adolescentes e da necessidade e responsabilidade de protegê-los do trabalho precoce.

Outro elemento que podemos considerar é que a atuação da Procuradoria Regional do Trabalho ainda não deu à questão do combate ao trabalho de crianças e adolescentes no Estado do Maranhão, a relevância que ela deveria ter em sua agenda de trabalho. Apesar de ter conhecimento da realidade, a sua intervenção ainda não chegou aos 217 municípios. A ação de fiscalização das situações de trabalho infantil deve ser articulada a outras que sensibilizem a administração pública e a população em geral para a necessidade de ampliar esse debate que subsidiem ações locais de enfrentamento da situação tendo em vista o processo de formação das futuras gerações. Por outro lado, há necessidade de avaliar se realmente a situação dos municípios que firmaram o Termo de Ajuste se alterou. Se os compromissos assumidos foram realmente cumpridos e qual o impacto dessas medidas sobre a situação anterior. A assinatura do Termo após a Notificação da PRT é um passo importante, mas ele só

não basta e é necessário que o monitoramento aconteça visando acelerar o cumprimento das recomendações.

Quando se analisa as estratégias governamentais de enfrentamento do trabalho de crianças e adolescentes em nosso Estado, o que se percebe é que no período estudado, a principal ação governamental executada pelos municípios é de iniciativa do governo federal, através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, que conforme apresentado neste estudo se encontra muito distante de alcançar os mais de dois milhões de trabalhadores precoces no Maranhão, quando a meta máxima alcançada pelo PETI em nível nacional em 2005 foi de apenas um milhão de bolsas, o que não daria para alcançar nem a metade da demanda do Estado do Maranhão. Mas essa seria a forma mais efetiva de enfrentamento do trabalho infantil? O repasse do valor monetário através da bolsa não é suficiente para que as famílias deixem de utilizar o trabalho dos filhos, muitos permanecem trabalhando.

A concepção contida no desenho do PETI, de articulação entre as três esferas de governo visando o cumprimento das responsabilidades de cada uma não se concretiza. Aos Estados e municípios caberia o desenvolvimento de ações de incentivo à geração de trabalho e renda para as famílias das crianças e adolescentes atendidas pelo PETI. No Maranhão os municípios são meros implementadores da Jornada Ampliada que apesar de receber algum financiamento do governo federal para pagamento de instrutores, aquisição de material didático e merenda, deixa por conta do município a questão de infra-estrutura como: instalações físicas, equipamentos, equipe técnica, pessoal capacitado, dentre outros, o que reduz o alcance pedagógico da Jornada como possibilidade de elevação do universo cultural do público atendido.

Por outro lado não há como negar que de 2002 a 2005 o Estado do Maranhão recebeu anualmente mais de trinta milhões para a implementação do PETI, somando-se os repasses aos municípios e às famílias, no entanto, a situação do trabalho de crianças e adolescentes em nosso Estado não se alterou significativamente, o que se conseguiu foi sair do primeiro para o segundo lugar na exploração do trabalho precoce no país. Estudos realizados no Brasil acerca da transferência de renda como estratégia de enfrentamento à pobreza dão conta de que, desarticulada de ações na área do fomento do trabalho dos adultos, conforme vem se dando, essa estratégia possui pouca ou nenhuma efetividade uma vez que os impactos alcançados não alteram a situação de pobreza das famílias. O que se percebe é que o recurso movimenta o comércio local, incluindo momentaneamente no âmbito do mercado, famílias que não possuem um rendimento monetário mensal.

Estudo realizado por Silva (2004) no município de Belágua – MA é emblemático dessa afirmativa. Analisando os significados dos programas de transferência de renda implementados no município para o enfrentamento da pobreza, a partir da fala dos usuários dos programas, a autora conclui que as famílias não negam a importância do recurso recebido, mas o caracterizam como uma “ajuda” do governo à qual gostariam de não necessitar receber. A vontade expressa das famílias entrevistadas se desloca para outra possibilidade, a de poder ganhar com o seu trabalho o sustento da família, de não se sentir discriminado como aquele que precisa

de ajuda do governo para viver. Dessa forma, o que se questiona é o uso fragmentado desse recurso em bolsas, de valores individuais irrisórios, em detrimento da utilização do volume de recursos em ações de incentivo à produção econômica local, que permitisse a autonomia desejada.

O foco da transferência de renda para as famílias as coloca numa situação contraditória. São ao mesmo tempo, sujeitos que têm direito à proteção do Estado por encontrarem-se em situação de pobreza, e por esse lado, é legítimo que recebam o recurso, mas por outro a sua situação é gerada pela omissão do próprio Estado na criação de possibilidades de uma melhor distribuição da riqueza gerada socialmente. A inclusão pelo trabalho e não pela ajuda do governo é o desejo das famílias consideradas na pesquisa realizada por Silva (2004), citada anteriormente. A persistir neste tipo de política social de enfrentamento à pobreza, poderemos chegar a conclusões equivocadas, como acreditar, por exemplo, que os principais agressores das vítimas do trabalho precoce no Maranhão são os próprios pais das crianças e adolescentes, deixando de lado a responsabilidade do Poder Público com essa questão.

A Pesquisa mostrou que o enfrentamento da situação de exclusão social em que vive a maior parte da população do Estado do Maranhão é uma tarefa urgente, que não pode mais ser protelada e que tem que ser realizada de forma articulada entre as três esferas de governo sob o controle da sociedade civil organizada, sob pena de que tenhamos que continuar relegando às políticas assistenciais, que se constituem num direito de quem dela necessita, o dever de “minimizar” o sofrimento das “maiorias” que carecem de política de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 12.abril.2005.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>.

_____. Ranking dos dez estados brasileiros com maior Incidência de trabalho infantil. **Ministério do Desenvolvimento Social – MDS**.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado,1988**.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. In: **Coletânea de Leis. CRESS 2ª Região / MA. São Luís: 2001**.

_____. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. **Manual de Orientações**. Secretaria de Estado de Assistência Social. Brasília, 2002.

MARANHÃO. Conselho Tutelar Vila Luizão (São Luís). **Arquivos: 2003, 2004 e 2005**.

_____. Conselho Tutelar Itaqui-Bacanga (São Luís). **Arquivos: 2003 2004 e 2005**.

_____. Conselho Tutelar São José de Ribamar. **Arquivos: 2003, 2004 e 2005**.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **O Processo socioeconômico do Maranhão: história e desenvolvimento**. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Belém: UFPA, 1994.

HENRIQUES, Ricardo (Org). Desnaturalizar e erradicar a Pobreza: por um novo acordo social no Brasil. In: **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos Indicadores Sociais**, 2000.

_____. **PNAD's: 2001, 2003, 2004 e 2005**.

KASSOUF. Ana Lúcia (Coordenadora). **O Trabalho Infantil em Cinco Estados Brasileiros**. Brasília: OIT, 2004.

LINDOSO, Jorgeana Gonçalves. **Trabalho infantil no estado do Maranhão: uma análise da Proposta Sócio-Educativa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.** Dissertação. (Mestrado em Políticas Públicas). São Luís: UFMA, 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região (Maranhão). CODIN. **Relatório de atuação no combate ao trabalho infantil**, 2006.

_____. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região (Maranhão). CODIN. **Arquivos 2003, 2004 e 2005.**

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Delegacia Regional do Trabalho (Maranhão). Programa Primeiro Emprego, 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDES. São Luís, 2005.

POCHMANN, Márcio e AMORIM, Ricardo. (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2003.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução: Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS. São Luís. **Arquivo 2003, 2004 e 2005.**

SILVA, Lília Penha Viana. **Pobreza e Formas de Resistência e Enfrentamento no Município de Belágua – MA.** Dissertação. (Mestrado em Políticas Públicas). São Luís: UFMA, 2004.

UNICEF. A situação mundial da infância no ano de 2005: “**Infância Ameaçada**”. **Brasília: 2005.**

CONCLUSÃO

‘Vale o feito, muito ainda por fazer’

Após 18 anos de aprovação do ECA e oito anos após o lançamento do livro “Vidas Ameaçadas”, este Volume IV do Observatório Criança traz os resultados da pesquisa acerca dos indicadores de assistência social, educação, saúde, violência e trabalho infantil no período de 2003 a 2005. Uma vez mais, a promoção e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes no Maranhão estão distantes do tratamento dos mesmos como prioridade absoluta.

A persistência dos indicadores sociais deficitários leva a reafirmar a urgência e a necessidade de garantir prioridade absoluta, indagando, novamente, como tem se concretizado ou não a idéia de **criança e adolescente como sujeitos de direitos**, portadores dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e ‘cidadãos’ em condições peculiares de desenvolvimento, cujos direitos devem ser asseguradas pelo Estado, pela sociedade e pela família.

Traçando as tendências apresentadas, sejam de avanço ou estagnação/regressão dos indicadores sociais, a pesquisa buscou verificar, como a idéia de **criança e adolescente como sujeitos de direitos** foi reconhecida no Maranhão pelos diferentes segmentos e de que forma esse reconhecimento se traduziu na efetivação/violação de tais direitos.

A análise dos indicadores sociais referentes ao período compreendido entre 2003 a 2005 permitiu traçar um retrato acerca da situação vivenciada por crianças e adolescentes em nosso Estado. O quadro de pobreza atingia 632.022 famílias em 2005, que se reflete no baixo índice de Desenvolvimento Humano no Maranhão, considerado o pior do Brasil. Cabe destacar que 65,4% das crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, em 2003, estavam inseridas em famílias cuja renda per capita era de ½ salário-mínimo, o que aliado à baixa cobertura das políticas sociais e à infra-estrutura deficitária à disposição das famílias, concorre para comprometimento de seus futuros, evidenciando o **desrespeito à convivência familiar e comunitária**, especialmente no que tange às condições materiais para convívio familiar, com repercussões no **direito à vida**.

O **desrespeito à convivência familiar e comunitária** também fica patente quando se trata dos casos de violência contra a criança e o adolescente. Conforme as fontes pesquisadas, as meninas são as maiores vítimas da violência. São 522 crianças e adolescentes vitimizados (Disque denúncia); destas, 61,30% são do sexo feminino contra 34,70% do sexo masculino e 4% cujo sexo não foi identificado. Estas informações são corroboradas pelos dados coletados junto aos Conselhos Tutelares. Dos casos recebidos, constam 2.391 vítimas, sendo 51,73% de meninas contra 47,80% de meninos. Apenas no ano de 2004, o número de meninos foi superior ao número de meninas. Também nos dados coletados junto à DPCA, o número de meninas vítimas de violência excede o número de meninos na mesma situação. O número de vítimas foi de 4.395 pessoas, no período em referência, sendo 58,24% do sexo feminino e 41,75% do sexo masculino.

No que diz respeito à idade, a violência atinge desde crianças com menos de um ano até os adolescentes entre 14 e 18 anos. Conforme os dados dos CT's, a maior incidência está entre 6 a 11 anos de idade, com 32%, seguida da faixa etária de 2 a 5 anos de idade, que concentra 24% das ocorrências. Já os dados coletados junto à DPCA apontam a predominância da faixa etária compreendida entre 12 a 17 anos, com 57%.

O vínculo do agressor com a vítima chama a atenção na pesquisa. Na maioria dos casos, aparecem os pais, seguidos de mães. Padrastos, madrastas, pais adotivos e pai/mãe conjuntamente também figuram como agressores, além de outros familiares ou conhecidos. Apenas 25% são pessoas desconhecidas, o que demonstra a desproteção vivenciada por crianças e adolescentes em seus lares.

Ao analisar o atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco Pessoal e Social, foram detectados, em 2005, 744 casos de vítima de violência e 1269 adolescentes envolvidos em atos infracionais, indicando um aumento significativo em relação a 2003 e 2004. O atendimento socioeducativo, embora venha experimentando progressiva descentralização, defronta-se com várias limitações, entre elas a inadequada infraestrutura, projeto pedagógico frágil e baixos investimentos. Nos anos de 2000 a 2005 foram aplicadas 2.560 medidas sócio-educativas aos adolescentes maranhenses, com predominância da modalidade de internação. Ressalte-se, ainda, que boa parte das fragilidades se concentra na incapacidade de atendimento das demandas dos usuários pelos programas sociais, inexistência de serviços de saúde, cultura e lazer nas comunidades dos adolescentes bem como a baixa integração entre instituições do Sistema de Garantia de Direitos. A debilidade presente na execução das medidas socioeducativas é uma evidência do desrespeito ao **direito à liberdade, ao respeito e à dignidade**, com ênfase nas práticas institucionais irregulares.

Positivamente, destaca-se a expansão da política de assistência social, com a implantação do SUAS, com aumento do número de CRAS, incluindo 73 novos municípios, que passam a totalizar 124 no estado, dos quais onze em terras indígenas. O PAIF experimentou expansão em 2005, de acordo com as demandas para implantação do SUAS no Maranhão, atingindo 104 municípios. Houve também aumento de cobertura do programa bolsa-família que atingiu, em 2005, 86% das famílias consideradas pobres. Entretanto, muitas famílias no Estado do Maranhão ainda não recebem os benefícios do Programa Bolsa Família em decorrência da falta de documentação e acesso às informações, principalmente as populações tradicionais (indígenas e quilombolas). Ademais, o foco do programa na transferência de renda sem a devida articulação com políticas públicas de trabalho não favorece a autonomia das famílias na procura pelo seu sustento.

O **direito à liberdade, ao respeito e à dignidade** e o **desrespeito à convivência familiar e comunitária** também foram verificados quando se analisou as principais violências sofridas pelas meninas atendidas em abrigos, cujas trajetórias de vida eram marcadas por maus tratos/violência doméstica; desabrigo, negligência, situação de rua, abandono e exploração sexual.

As ações de profissionalização e proteção no trabalho sofreram redução de 43% entre 2003 e 2004 nas atividades desenvolvidas pela FUNAC. Destaca-se, ainda,

a regressão no quadro de trabalho infantil no Maranhão, haja vista que os dados da PNAD IBGE (2004,2005) evidenciaram que o Maranhão ocupa o segundo lugar em ocorrência de trabalho infantil, com o percentual de 16,20% de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos em 2005, superando os 12% existentes em 2004. Evidencia-se, aqui, o **desrespeito ao direito à profissionalização e proteção no trabalho**.

Direcionando-nos ao **direito à educação**, a oferta de matrículas no Ensino Médio na faixa etária de 15-17 anos continua apresentando um dos principais *déficits* da rede pública. Registra-se a expansão de matrícula do ensino fundamental, alcançando 94,42% na rede pública de ensino. Porém, a faixa etária correspondente a 7-14 anos apresenta déficit nos números de matrículas nas escolas de ensino médio na rede pública estadual. Outro elemento importante, é o número de crianças e adolescentes fora da escola. Em 2003, o percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola era de 2,8% (IBGE, 2003). Em 2004, o Maranhão foi o estado do Nordeste com maior índice de crianças e adolescentes fora da escola, na faixa etária de 7 a 14 anos, o que corresponde a um índice de 4,9%, ocupando o segundo lugar no Brasil (INEP, 2004).

O trabalho ou os afazeres domésticos corresponde a: 24,8% dos motivos mais alegados pelos adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos para estarem fora da escola.

Um dado positivo é que a rede pública ampliou o número de atendimento para crianças com necessidades especiais ou pessoas com deficiência na rede pública de ensino, sendo 76,61% realizado pela rede municipal, principalmente na faixa etária de 7-14 anos e acima de 17 anos. Por outro lado, os dados referentes à taxa de analfabetismo de alunos com necessidades especiais ainda é alta, sobretudo na faixa etária de 7-9 anos e 15-19 anos. Deste modo, ressalta-se que não basta o acesso, mas a garantia de condições estruturais e metodológicas adequadas para o trabalho pedagógico.

Identificou-se crescimento de 10% de criação de escolas indígenas do ano de 2003 para 2005. Registrou-se, também, avanço no número de matrículas em educação indígena no intervalo de 2003 a 2005. Chama-se a atenção para a necessidade de garantir oferta de educação compatível com as necessidades do povo indígena, respeitando sua cultura, língua e diferenças.

A média de analfabetismo na faixa etária de 10-14 anos no Maranhão no período pesquisado é de 4,2% para a população masculina e, para a população feminina, a média é de 1,4%, superando a média da região Nordeste.

Com relação ao indicador distorção idade/série, a rede municipal obteve a pior média no ensino médio para o ano de 2005, apresentando 84%. No mesmo período, a rede estadual apresentou 69,7% com pequena queda em relação ao ano anterior, cuja percentagem foi de 71,8%.

Os indicadores de qualificação docente demonstram que a rede municipal apresenta no ensino médio um percentual significativo de professores em atividade com formação inadequada: em 2004 foi de 34,2% e em 2005, registrou-se 41,6%.

As análises referentes aos indicadores de aprovação, reprovação e abandono destacaram que no Ensino Médio, as taxas mais elevadas de reprovação estão na rede federal. A rede municipal também apresentará suas maiores taxas de reprovação nas

turmas de 1ª a 4ª série, chegando em 2004 a 16,4%, tendo como conseqüência as maiores taxas de abandono, pois o aluno reprovado é quase sempre o mesmo aluno que irá abandonar os estudos, situação que deixa a descoberto o **direito à educação**.

No que tange à qualidade de ensino, o desempenho dos alunos maranhenses no SAEB é um indicativo de que é preciso melhorá-la. Em 2005, a rede pública registrou uma queda de 33,9 pontos no Maranhão, tomando como referência o desempenho na 3ª série do ensino médio, em Língua Portuguesa, cujos 222,6 pontos alcançados significaram a média mais baixa do Brasil. Também na escola particular, em 2005 houve queda de 17,1 pontos. Em Matemática, na 3ª série do ensino médio, notava-se, em 2005, uma queda de 30,7 pontos no Maranhão, ao passo que nas escolas particulares, em 2005, a queda registrada foi de 18,5 pontos. Torna-se fundamental definir padrões mínimos de qualidade que incluam a igualdade de condições para o acesso, permanência e desempenho escolar.

No que concerne ao **direito à vida e à saúde**, vários elementos mostram que o mesmo está em desacordo com os preceitos do ECA. Analisando as condições nutricionais das crianças nas faixas etárias de zero a dez anos, verificou-se que em 2003 foram cadastrados no Maranhão 40.695 casos de crianças de zero a dez anos, com desnutrição. Ressalte-se que apenas 1,53% foram acompanhadas nas unidades de saúde. A situação em 2005 foi de significativo aumento de crianças com desnutrição, cadastradas e acompanhadas. Estas variaram entre 50.349 a 60.419 casos, a depender da fonte consultada.

Outro indicador essencial, a mortalidade infantil, no Maranhão, em 2003, acompanhou a tendência nacional de queda. Foi estimada uma taxa de mortalidade infantil (menores de um ano) de aproximadamente 36,7%, porém o estado continuou como detentor dos maiores índices de mortalidade infantil, atingindo crianças, expressivamente, nas fases neonatal precoce e pós-neonatal.

Um dado positivo no período foi o aumento do número de consultas pré-natal e de cobertura vacinal.

Quanto à gravidez na adolescência, nos anos de 2003 e 2004, dos nascidos vivos, no Maranhão, 31,11% e 30,66% foram filhos de mães na faixa de dez a dezenove anos. A incidência de AIDS em crianças e adolescentes no Maranhão, em 2003 foi menor que a taxa do Nordeste, 0,94%, aumentando em 2004, tanto na taxa de incidência quanto nos casos novos.

Ressalta-se que o controle social não recebeu a devida atenção por parte do ente governamental. Em 2004, foi destinado apenas 36% para o Conselho de assistência Social e 26% para o Conselho estadual do idoso. Quanto ao Conselho estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, o mesmo teve execução de 36% dos recursos destinados em 2003 e de 53% em 2004. Em 2005, excepcionalmente, teve execução de 99,93% dos recursos que lhes eram destinados. O baixo investimento atua como limitador para o exercício do papel dos Conselhos na proposição e fiscalização das políticas públicas. Este elemento evidencia que o modelo de gestão adotado pelo governo estadual não prioriza a participação efetiva da sociedade, não cumpre o papel de elaborador, fomentador e executor de políticas

públicas que enfrentem o cenário social devastador que assola o Estado. Evidencia, ainda, que projeto de desenvolvimento social e econômico em curso não privilegiou o desenvolvimento sustentável nem rompeu com os elementos estruturais que condenam a população do Maranhão a viver sem emprego, sem renda, sem moradia, sem terra, sem dignidade.

Finalizando, colocam-se em relevo três questões essenciais para a melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes, primeiro, a necessidade de construção da intersetorialidade entre as políticas sociais; segundo, o fortalecimento e legitimação do controle social; e terceiro, a exigibilidade do direito frente à sua violação. Sem o desenvolvimento dessas práticas, não será possível cumprir o direito à proteção integral, nem de prioridade absoluta, pois se manterá o predomínio das ações focalizadas, fragmentadas, paliativas, impedindo a efetividade do sistema de proteção social à infância e adolescência e a garantia do compromisso com a vida de nossas crianças e adolescentes.

ANEXOS

ANEXO 1 - Ranking do Trabalho Infantil por UF - 2005 e 2004 - Pessoas de 5 a 15 anos de idade

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E



COMBATE A FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Ranking do trabalho infantil por UF - 2005 e 2004 - Pessoas de 5 a 15 anos de idade

UF	População Ocupada 5 a 15 anos - 2005	Taxa Ocupação 2005	Posição 2005	Taxa de Ocupação 2004	Posição 2004	Diferença da Taxa 2005-2004
Piauí	116.649	17,11	1	16,68	1	0,43
Maranhão	240.142	16,20	2	12,20	3	- 4,00
Paraíba	104.133	13,32	3	10,94	6	2,38
Rondônia	46.018	12,43	4	13,47	2	- 1,04
Ceará	222.302	11,89	5	10,20	8	1,69
Acre	20.423	11,36	6	10,73	7	0,63
Pará	196.582	11,20	7	11,33	4	- 0,13
Bahia	334.056	10,93	8	11,00	5	- 0,07
Pernambuco	203.069	10,86	9	9,39	12	1,46
Tocantins	33.622	10,63	10	9,86	10	0,77
Alagoas	66.303	8,93	11	8,46	15	0,47
Rio Grande do Sul	175.093	8,63	12	9,97	9	- 1,35
Paraná	175.727	8,56	13	8,95	14	- 0,39
Mato Grosso	53.630	8,50	14	9,63	11	- 1,13
Santa Catarina	91.349	8,18	15	9,39	13	- 1,20
Rio Grande do Norte	51.806	8,06	16	6,58	17	1,48
Minas Gerais	301.411	8,01	17	5,94	22	2,07
Sergipe	31.376	7,80	18	5,30	23	2,50
Espírito Santo	47.365	7,18	19	7,46	16	- 0,28
Mato Grosso do Sul	28.385	6,04	20	6,32	20	- 0,27
Goiás	60.460	5,17	21	6,39	19	- 1,22
Roraima	4.763	5,17	22	6,54	18	- 1,38

Amazonas	43.692	5,12	23	6,15	21	- 1,03
Amapá	5.755	3,57	24	2,39	25	1,18
São Paulo	210.802	2,87	25	2,93	24	- 0,06
Rio de Janeiro	62.239	2,31	26	1,81	26	0,50
Distrito Federal	7.572	1,64	27	0,62	27	1,02
Brasil	2.934.724	7,80		7,33		0,47

Fonte: SAGI/MDS. Elaborado a partir dos microdados das Pnad's 2004 e 2005

ANEXO 2 – Índice de Exclusão Social dos Estados do Piauí, Maranhão, Ceará, Paraíba e Rondônia – 1960 -1980 – 2000

ÍNDICE	UF	1960	1980	2000
EXCLUSÃO SOCIAL	PIAÚÍ	0,191	0,213	0,247
	MARANHÃO	0,219	0,226	0,197
	CEARÁ	0,267	0,274	0,289
	PARAÍBA	0,276	0,231	0,312
	RONDÔNIA	0,366	0,311	0,404
POBREZA	PIAÚÍ	0,002	0,002	0,045
	MARANHÃO	0,010	0,135	0,001
	CEARÁ	0,080	0,153	0,117
	PARAÍBA	0,067	0,086	0,129
	RONDÔNIA	0,360	0,778	0,676
EMPREGO FORMAL	PIAÚÍ	0,129	0,106	0,067
	MARANHÃO	0,070	0,024	0,001
	CEARÁ	0,201	0,218	0,181
	PARAÍBA	0,172	0,180	0,216
	RONDÔNIA	0,429	0,214	0,321
DESIGUALDADE SOCIAL	PIAÚÍ	0,053	0,045	0,019
	MARANHÃO	0,037	0,039	0,003
	CEARÁ	0,121	0,128	0,064
	PARAÍBA	0,092	0,086	0,049
	RONDÔNIA	0,213	0,289	0,153
ALFABETIZAÇÃO	PIAÚÍ	0,025	0,096	0,135
	MARANHÃO	0,142	0,090	0,172
	CEARÁ	0,199	0,192	0,265
	PARAÍBA	0,195	0,112	0,209
	RONDÔNIA	0,423	0,448	0,718
ESCOLARIDADE	PIAÚÍ	0,010	0,016	0,124
	MARANHÃO	0,037	0,010	0,142
	CEARÁ	0,080	0,111	0,201
	PARAÍBA	0,095	0,114	0,186
	RONDÔNIA	0,325	0,189	0,347
JUVENTUDE	PIAÚÍ	0,134	0,181	0,349
	MARANHÃO	0,223	0,227	0,121
	CEARÁ	0,362	0,321	0,411
	PARAÍBA	0,388	0,333	0,514
	RONDÔNIA	0,156	0,197	0,342
VIOLÊNCIA	PIAÚÍ	0,896	0,990	0,960
	MARANHÃO	0,992	0,983	0,996
	CEARÁ	0,781	0,742	0,797
	PARAÍBA	0,882	0,637	0,832
	RONDÔNIA	0,721	0,085	0,466

Fonte: Pochman et. all. 2004.

ANEXO 3- Observatório Criança

PROPOSTA DE INDICADORES A SEREM MONITORADOS

1 INDICADORES DE GESTÃO	
1.1 Funcionamento dos Conselhos de Direitos/Tutelares	<ul style="list-style-type: none"> • deliberação da política de atenção à criança e adolescente • controle sobre o fundo para a infância • inscrição (efetivação de critérios) e avaliação de programas • deliberação de ações integradas intergovernamentais e com a sociedade • percentual dos orçamentos municipais/estadual para manutenção dos Conselhos
1.2 Funcionamento do Fórum DCA	<ul style="list-style-type: none"> • periodicidade de reuniões • compilação e processamento de informações • atuação propositiva em conselhos/poder executivo/poder legislativo
1.3 Organização de informações	<ul style="list-style-type: none"> • criação de banco de dados • implantação de sistema (informatizado) de processamento de informações • normatização de nomenclatura e procedimentos para construção de dados • acesso público aos dados/democratização do acesso • cadastro das organizações não-governamentais que atuam na área
1.4 Procedimentos de atendimento	<ul style="list-style-type: none"> • sequência interinstitucional de atendimento de casos por direitos violados • grau de especialização das organizações por eixos do sistema de garantia de direitos • política de capacitação de recursos humanos
1.5 Gastos sociais	<ul style="list-style-type: none"> • formas de composição e aprovação da peça orçamentária • percentuais do orçamento e dos gastos públicos com ações diretas e indiretas de atenção à infância e adolescência • atividades agrupadas na prestação de contas, relacionadas com a previsão contida na legislação. • fundo de valorização do magistério, FIAS, FEAS.
1.6 Funcionamento do Colegiado Escolar	<ul style="list-style-type: none"> • número de escolas com Colegiado Escolar implantado • medidas adotadas • denúncias • propostas dos alunos
2 INDICADORES SOCIAIS	
2.1 Educação, cultura e lazer	<ul style="list-style-type: none"> • número de crianças/adolescentes fora da escola • índice de repetência e evasão • índice de atendimento em educação especial • escolas com orientação sexual /etnia/gênero por nível de ensino (fundamental/médio)

	<ul style="list-style-type: none"> • distorção idade/série • nível de capacitação docente • relação n°. de alunos/professor • metodologia • punições adotadas • formas de avaliação • educação indígena • ensino noturno ao adolescente trabalhador • ausência/falta de manutenção de equipamentos de esporte e lazer • vagas em creche e pré-escola
2.2 Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • número de leitos destinados a crianças e a adolescentes • ampliação de programas especializados • mortalidade infantil • gravidez na adolescência • AIDS entre crianças e adolescentes • uso de substâncias psicoativas (substâncias psico-ativas usadas, faixa etária e conseqüências). • doenças mais recorrentes • saúde materno-infantil (direito a assistência antes de nascer)
2.3 Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> • famílias em condições de indigência • migração • números e tipos de programas • número e regiões de entidades de assistência (tipo e n°. por regiões) • n° de famílias atingidas • critérios de seleção • crianças e adolescentes em situação de rua (trabalho, perambulação, mendicância) • ausência de infra-estrutura (inexistência de abrigos temporários para crianças e adolescentes; falta de atendimento especializado para portador de deficiência; falta de assistência integral a filho de presidiário)
2.4 Profissionalização e Proteção no Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • exploração do trabalho da criança e do adolescente (exploração no trabalho doméstico, não-remuneração, remuneração inadequada, trabalho em regime de escravidão) • condições adversas de trabalho (exposição a acidentes de trabalho, horário incompatível com a faixa etária de desenvolvimento físico, trabalho desprotegido de deficientes) • inobservação da legislação trabalhista (negação da carteira de trabalho assinada, violação dos direitos previdenciários e trabalhistas, trabalho perigoso, insalubre ou penoso, extensão da jornada de trabalho, trabalho em horários e locais que impeçam a

	<p>freqüência na escola)</p> <ul style="list-style-type: none"> ausência/impedimento de condições para formação e desenvolvimento (não acesso à capacitação profissional do aprendiz, impedimento de acesso a programa de capacitação do adolescente sujeito a medida de proteção e encaminhamento - MPE, não capacitação profissional de adolescente portador de deficiência)
2.5 Segurança e Justiça (direito à igualdade e liberdade)	<ul style="list-style-type: none"> omissão de autoridade na apuração de queixa, não cumprimento do direito assegurado de acesso à justiça impedimento de acesso a documentos de identificação (registro de nascimento, certidão de óbito, etc.) aliciamento de criança/adolescente para atividades ilícitas/impróprias recusa de auxílio, refúgio, orientação permanência de criança/adolescente em locais proibidos aliciamento pelo tráfico de drogas ou porte de drogas internação sem fundamento legal restrição de direito não prevista judicialmente não informação ao adolescente de sua situação processual tempo de permanência x medida aplicada existência de infra-estrutura adequada tempo de inquérito

3 INDICADORES DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS "ESPECÍFICOS"

3.1 Violência física (intra familiar e extra familiar)	<ul style="list-style-type: none"> surra, espancamento, queimadura agressões com objetos contundentes supressão da alimentação com caráter punitivo tortura violência física com morte
3.2 Violência psicológica	<ul style="list-style-type: none"> ameaça de morte humilhação pública ou privada tortura psicológica exposição indevida da imagem da criança/adolescente
3.3 Violência sexual	<ul style="list-style-type: none"> sedução abuso sexual estupro exploração sexual tráfico de mulheres
3.4 Abandono e Negligência	

4 INDICADORES DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL

4.1 Tipo de atividade e quantidade de crianças/adolescentes envolvidos
4.2 Problemas de saúde decorrentes
4.3 Índice de sustentação familiar
4.4 Trabalho juvenil (condições de trabalho, direitos trabalhistas)

5 INDICADORES DE PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DA APLICAÇÃO/EXECUÇÃO DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS/MEDIDAS PROTETIVAS

5.1 Número de crianças e adolescentes e tipos de ato infracional

5.2 Índice de acesso à ampla defesa

5.3 Índice e qualidade de aplicação/execução de medidas sócio-educativas/medidas protetivas

5.4 Existência de retaguardas

5.5 Infra-estrutura das instituições

5.6 Reincidência

5.7 Casos de remissão

6 INDICADORES DE PROTAGONISMO INFANTO-JUVENIL

6.1 Projetos desenvolvidos por adolescentes e jovens

6.2 Participação em Colegiado escolar

6.3 Participação em Fóruns

6.4 Participação em Grupos de jovens

6.5 Participação em Grêmios Estudantis

6.6 Participação em Conselhos de Direitos

7 JURISPRUDÊNCIA (CONSOLIDADA/ EM ANDAMENTO) SOBRE ATOS INFRACIONAIS COMETIDOS POR ADOLESCENTES E CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

7.1 Tipo e índice de atos cometidos por adolescentes

7.2 Tipo e índice de atos cometidos contra crianças e adolescentes

7.3 Imputabilidade e inimputabilidade penal

7.4 Violência institucional

8 DIREITOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS

8.1 Violação das terras indígenas

8.2 Não demarcação de terras habitadas por índios

8.3 Violação de área de reserva

8.4 Falta de defesa das terras indígenas

8.5 Políticas públicas destinadas à população indígena

Realização



Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini
Rua 7 de Setembro, 208, CEP 65010-120, Centro, São Luís - MA, Brasil.
Telefones: +55 98 3231 1445 / +55 98 3232 8245 - e-mail:
centromarcospasserini@hotmail.com

Apoio



Conselho Estadual dos
Direitos da Criança e do Adolescente